Stephanie Soares Brum

A função do reconhecimento na clínica psicanalítica

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Carlos Augusto Peixoto Junior

Rio de Janeiro,
Março de 2023

Stephanie Soares Brum

A função do reconhecimento na clínica psicanalítica

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Prof. Carlos Augusto Peixoto Junior
Orientador
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Silvia Maria AbuJamra Zornig
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof. Carlos Alberto Plastino
PUC-Rio

Prof. Sergio Gomes da Silva
UFRJ

Profa. Josaida de Oliveira Gondar
UNIRIO

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

STEPHANIE SOARES BRUM

Formada com honras (Cum Laude) em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Bolsista CNPQ de iniciação científica). Mestre em Teoria Psicanalítica pelo Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Bolsista CNPQ). Doutora em Psicologia Clínica na PUC-RJ (Bolsista FAPERJ nota 10). Autora de diversos artigos e do livro: "De Freud a Winnicott: mais além de uma economia do prazer".

Ficha Catalográfica

Brum, Stephanie Soares

A função do reconhecimento na clínica psicanalítica / Stephanie Soares Brum ; orientador: Carlos Augusto Peixoto Junior. – 2023.
214 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2023.
Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Reconhecimento. 3. Trauma. 4. Intersubjetividade. 5. Mutualidade. 6. Presença. I. Peixoto Junior, Carlos Augusto. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

Agradecimentos

À minha mãe Marta, por sempre me incentivar a sonhar grande e correr atrás dos meus sonhos, por me ajudar a me tornar a mulher que sou, por todo amor, presença e cuidado que sempre me dedicou e me ensinou também a investir em minhas relações e projetos. Te amo, sem mais.

Ao meu pai Carlos, por sempre me dizer para escolher algo pelo qual fosse apaixonada como profissão, por sempre acreditar em mim, pelo companheirismo de sempre, por ser meu porto seguro e por todo amor de uma vida e além.

À minha irmã Tiphane, pela presença e incentivo de sempre.

À minhas avós Alda e Marilene pelo cuidado, afeto, amor e pelas memórias de uma vida.

Em memória de meus avôs Guará e Zeca que habitam em mim, são parte de quem sou e de quem venho me tornando a cada dia e cuja saudade aquece meu coração e carrega todo o amor que sempre me dedicaram.

À Fabio, pelo brilho do nosso encontro refletir a segurança, constância e leveza que me encantam a cada dia.

À minha analista, por me acompanhar no percurso que tornou possível que chegasse até aqui e também ao longo desde processo de maneira presente e cuidadosa.

A todos os amigos que estiveram presentes ao longo deste percurso, em especial Livia cujas trocas me ajudaram a dar conta das angustias do doutorado.

Ao professor Carlos Augusto Peixoto Junior pela confiança em meu trabalho, por ter acreditado em minhas ideias e pela orientação.

À Silvia Zorning pela presença e disponibilidade.

À Jô Gondar por não apenas impactar em minhas ideias a partir de seus textos ao longo de meu percurso acadêmico, mas ter aceitado compor minha banca.

À Sergio Gomes por acompanhar minha jornada acadêmica desde a graduação,

sempre confiando em meu trabalho de forma atenta e presente.

À Carlos Alberto Plastino pela disponibilidade, atenção e interesse por meu tema.

À Rebeca Machado e Paulo Oneto por terem aceitado compor minha banca como professores suplentes, interno e externo respectivamente.

À FAPERJ por ter reconhecido meu esforço e dedicação no desenvolvimento de minha pesquisa ao longo desses 4 anos de doutorado, me selecionando para seu programa “Bolsista nota 10” nos últimos meses de meu doutorado

À PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem o qual este trabalho não poderia ter sido realizado.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal – Brasil (CAPES) –Código de Financiamento 001.

S.B.

Resumo

Brum, Stephanie Soares; Peixoto Junior, Carlos Augusto. **A função do reconhecimento da clínica psicanalítica.** Rio de Janeiro, 2023, 214p. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente tese busca promover um estudo sobre a questão do reconhecimento na clínica psicanalítica. Para tal, serão traçadas as linhas a partir das quais o reconhecimento atua no movimento de constituição subjetiva do indivíduo na saúde, tornando possível para este a expressão de seu potencial espontâneo. Será apresentada a ideia segundo a qual o modelo do trauma pode ser identificado enquanto o negativo do reconhecimento, implicando em um movimento de rearranjo da própria organização e funcionamento do psiquismo. A partir destes dois pontos traçaremos uma delimitação clínica da questão do reconhecimento a partir dos casos limite. Este enfoque nos possibilitará findar nossas ponderações sobre a temática do reconhecimento articulando nossa temática central a posição do analista e seu manejo. Com isso nos veremos diante da importância da presença e de uma ética psicanalítica pautada no cuidado para que, a partir de uma dinâmica de reconhecimento de dupla hélice em comunhão aum movimento regressivo, novas formas de ser, estar e se relacionar no mundo possam ser criadas pelo paciente.

Palavras Chave

Reconhecimento; Trauma; Intersubjetividade; Mutualidade; Presença

Abstract

Brum, Stephanie Soares; Peixoto Junior, Carlos Augusto (Advisor). **The role of recognition in the psychoanalytic clinic.** Rio de Janeiro, 2023, 214p. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The present thesis seeks to promote a study of the recognition in the psychoanalytic clinic. To make it possible we will draw the lines to defend that the recognition is an important part in the natural movement of the individual's subjective constitution, and make possible for the subject to express himself spontaneously according with his own potential. That idea will be present in parallel with the trauma model that we identified as the negative of recognition. This consideration imply a movement of rearrangement of psychic organization and functioning itself. To discuss these two point we will present a clinical delimitation on the limit cases. With that, we will discuss the importance of presence and a psychoanalytic ethics based on care. With that, we will present to the reader a dynamic of the recognition of a double helix that in communion with a regressive movement makes possible the emergence of new ways of being relating in the world.

Keywords

Recognition; Trauma; Intersubjectivity; Mutuality; Presence

Sumário

Introdução	11
1 Capítulo 1: Reconhecimento e potencial espontâneo	22
1.1. Psicanálise e intersubjetividade: uma via de ingresso à importância do reconhecimento	24
1.2. Da mutualidade à diferença: o impacto do reconhecimento na constituição Subjetiva	32
1.2.1. O encontro pautado em um reconhecimento para além da função escópica	36
1.2.2. Um ballet a dois: o reconhecimento a partir da construção de um idioma particular	43
1.2.3. O paradoxo de uma relação dual	47
1.2.4. Reconhecimento a partir da dinâmica das semelhanças: o lugar da presença materna	54
1.2.5. A importância do reconhecimento do ingresso do terreno das diferenças: o lugar da presença paterna	62
1.2.6. O lugar da terceiridade na dinâmica do reconhecimento	69
2. Capítulo 2: Trauma e reconhecimento	76
2.1. A falha do reconhecimento promovida por um desmentido reificante	79
2.2. O traumatismo como fruto da falha ambiental	88

Sumário		
2.2.1.	Orpha: o anjo da guarda ferencziano	89
2.2.2.	As falhas ambientais na teoria winnicottiana	94
2.2.3.	Trauma cumulativo: quando o escudo protetor não se mantém erguido	98
2.2.4.	A dinâmica da dominação: uma falha anulante do reconhecimento	101
2.3.	O sentimento de certeza de si	106
2.4.	A clivagem psíquica	110
2.5.	As agonias do perder-se de si	113
2.6.	A importância do analista como testemunha na dinâmica do reconhecimento	118
3.	Capítulo 3: A importância do reconhecimento na clínica dos casos-limite	122
3.1.	Uma questão de limites	122
3.1.1.	A dinâmica do reconhecimento a partir da importância da presença de um ambiente adaptado nos casos-limite	130
3.1.2.	Um psiquismo constituído em rede: uma forma de ser a partir dos abismos dotraumáticos	138
3.2.	Sintoma, espontaneidade e reconhecimento: uma forma de comunicação constitutiva	146
3.2.1.	Criatividade e reconhecimento, dos movimentos para a criação de um ser	155
4.	Capítulo 4: O papel do analista e a função de	

Sumário	
reconhecimento	160
4.1. O analista, o paciente e o setting clínico	162
4.2. O papel transformacional do analista na clínica do reconhecimento	174
4.3. Reconhecimento, regressão e gratidão	183
4.4. O manejo analítico a partir de uma clínica pautada no reconhecimento	193
Conclusão	204
Referência	209

Introdução

A clínica psicanalítica atual tem se visto diante de grandes dilemas e inquietações, nos apresentando novos paradigmas que vem nos permitindo (re)pensar tanto o lugar do analista quanto as diversas formas de expressão do paciente – dentre elas a expressão sintomática – e a dinâmica própria ao encontro deste par em sessão. Em decorrência dos inúmeros impasses que vêm surgindo nesta clínica, muito tem sido discutido nos últimos anos no que tange as modificações que se tornam cada vez mais necessárias no *setting* e enquadre analítico no atendimento de pacientes que escapam ao modelo clássico (Green, 1974/1984; Figueiredo, 2012; Gondar, 2017; Minerbo, 2009/2019). Nesse panorama, nos direcionamos à função do reconhecimento e tudo que ela engloba, acreditando que esta seja uma via enriquecedora a partir da qual podemos nos deparar com formas de expressão na clínica psicanalítica que se localizem para além do discurso falado e do manejo pela via interpretativa, no qual a psicanálise clássica se pauta.

Nesse contexto percebemos, atualmente, um movimento que, não mais se direciona à postura de deitar-se no divã – na qual o olhar do analisando mal se cruza com o do analista ao longo da sessão – ao invés disso, vem se tornado cada vez mais comum a necessidade de aderir à uma postura que permita aos pacientes *verem e serem vistos* pelo analista. Tal visibilidade não se enuncia apenas pela via do olhar, mas como consequência de toda uma ética de cuidadocapaz de promover acolhimento através de um manejo que se mostra capaz de responder as demandas do paciente de forma adaptada, não invasiva e presente. A clínica aqui, passa a se enunciar como *o lugar do encontro*. Um encontro que se dá a partir do reconhecimento de cada uma das partes que compõe o par analítico. A partir desse movimento, se torna possível ao analisando o estabelecimento de uma sensação de contorno e continuidade de si a partir da expressão de seu sofrimento, do sintoma que o acompanha, das angústias e da dor que o levaram a buscar atendimento.

Nesse sentido, o olhar do terapeuta se dirige não mais a um corpo que se apresenta como palco de expressão e afetação, movido por uma pulsionalidade e erogeneidade latentes, mas a um *corpo vivo*, que é tela, escultura e palco de expressão daquele sujeito em particular. Desta forma, a função escópica se apresenta como uma forma de reconhecer o que daquele indivíduo busca se manifestar e ser reconhecido em sua expressão. Para que este movimento em prol do reconhecimento se dê na clínica mostra-se fundamental a presença de um analista sensível e capaz de se adaptar as necessidades e expressões de *cada* paciente. Seguindo estes parâmetros, o analista se apresentará como uma figura disponível e atenta as formas de expressão singulares

do indivíduo mesmo que estas venham através das palavras enunciadas por um discurso "engessado" – preso a uma sintomatologia própria, ou mesmo na narrativa aparentemente desafetada de uma vida que se figura distante ao próprio sujeito –, ou mesmo de não ditos que se expressam a partir da dinâmica que passa a se estabelecer entre analista e analisando. Acreditamos que é por meio do reconhecimento do paciente em sua paradoxal experiência de dor e esperança pela construção de novas possibilidades de si que a expressão verdadeira deste indivíduo se torna possível. De toda forma, para que esta particularidade possa ser depositada no mundo, é necessária a presença de um ambiente acolhedor, capaz de sustentar e dar contorno a essa faceta tão própria a cada indivíduo em particular.

Nesse contexto, a palavra falada e as nuances do discurso abrem lugar para que o trabalho analítico também se direcione a vertente afetiva como uma ferramenta de trabalho, emergindo como fruto de um movimento de abertura em afetar e se permitir ser afetado. Essa proposta começa a ganhar contorno a partir das considerações clínicas de Ferenczi e sua proposta de repensar o lugar do analista a partir de seu trabalho com pacientes difíceis em estados regredidos. Sua proposta passa pela adoção de um modelo empático referido a um *sentir com* (Ferenczi, 1931/2011). Esse ponto nos direciona à compreensão da clínica psicanalítica não apenas como o enquadre possível para que o desvendamento das forças conflituais inconscientes se dê, mas também como o espaço no qual o encontro analítico se torna possível. Nesse contexto, o encontro analítico assim como, as linhas a partir das quais ele se dará, se configuram como forma de trabalho possível dentro dos parâmetros psicanalíticos.

Conhecido como “o analista dos casos difíceis”, Ferenczi se desprende de uma matriz paterna própria à psicanálise freudiana e se volta para a construção de uma vertente analítica pautada no cuidado adaptado, próprio de uma *benevolência materna*, como componente chave a fim de dar conta das sequelas traumáticas. Podemos pensar que Ferenczi inaugura um novo sentido sensorial do qual o analista deve ser dotado, que se configura como a junção dos cinco já instituídos em comunhão com o inconsciente. É a partir desta nova forma de *sentir* que o analista passa se tornar capaz de reconhecer seu paciente em si, percebendo e levando em conta como parte do trabalho como ele próprio é impactado por seu analisando, que formações defensivas são direcionadas a sua figura, que pedidos de ajuda o clamam e também que conteúdos buscam expressão mesmo não podendo ainda ser ditos. Nesse sentido e levando em conta toda a sensibilidade clínica que se expressam tanto em seus textos quanto em seu diário clínico consideramos Ferenczi o precursor de uma vertente relacional e uma matriz materna na psicanálise, apesar deste autor ainda se manter deveras atrelado também a psicanálise clássica.

Esse movimento, que podemos identificar como uma complexificação da clínica psicanalítica abre o campo para pensarmos a própria clínica não apenas como um lugar de tratamento, mas acima de tudo, um lugar de *cuidado*.

Seguindo esta linha, alguns anos mais tarde Winnicott, um pediatra e psicanalista britânico, tomado por interrogações provenientes de seus atendimentos tanto de psicóticos e pacientes *borderline* quanto de bebês e suas mães direciona sua atenção para os estágios precoces da vida e o processo de alvorecer psíquico. A teoria winnicottiana deixa claro que seu objetivo não se pauta no trabalho com neuróticos, com os quais a psicanálise clássica já havia conquistado muitos avanços. A partir do panorama clínico ao qual pode acessar seu principal interesse se voltava para o entendimento dos estados de saúde psíquica, para que então fosse possível entender as falhas nesses processos que teriam gerado as sintomatologias apresentadas pelos pacientes que chegavam a seu consultório. Nesse contexto, seguindo uma linha próxima a proposta por Ferenczi, Winnicott destaca a importância do *setting* como o lugar do encontro, a partir do qual experiências próprias ao verdadeiro *self* poderiam encontrar lugar. Nesse sentido, seu trabalho também se direciona ao entendimento de uma psicanálise a partir de uma vertente materna pautada no analista enquanto figura de cuidado e ferramenta capaz de impactar os processos de alvorecer psíquico, ou atuar de modo a reparar falhas sofridas nestes.

As questões levantadas por estes dois autores nos levam a considerar por um lado a clínica do trauma desestruturante e por outro os processos naturais na saúde que levarão o indivíduo ao amadurecimento¹ individual. Ambas as vertentes seguem os paradigmas de uma psicanálise de matriz materna, pautada no *setting* como o lugar do encontro analítico, linha a partir da qual também embasaremos nossas considerações. A partir destes pontos e dos questionamentos suscitados pela clínica atual, nos direcionamos à problemática do reconhecimento.

Reconhecimento, palavra que se refere à capacidade ou ato de reconhecer, dar corpo, lugar, atribuir características a algo. Um movimento tão singular e espontâneo, envolvido na

¹ Ao longo da presente tese optamos pelo uso do termo *amadurecimento* em lugar do termo *desenvolvimento* ao nos referirmos aos processos pelos quais o indivíduo passará ao longo de sua contínua jornada rumo ao ser. A escolha deste termo em detrimento do último se deve a uma tentativa de desatrelar o contínuo processo de constituição subjetiva de uma ideia desenvolvimentista, composta por etapas a serem atingidas e ultrapassadas. O termo amadurecimento nos aproxima mais do que entendemos como uma jornada contínua no qual os ditos processos do amadurecimento ocorrem de maneira simultânea dependendo uns dos outros, podendo o indivíduo regredir a estágio anteriores sem que isso represente um déficit em seu processo de ser, mas como movimento inerente ao próprio movimento constante de tornar-se.

própria possibilidade de atribuição de existência. Uma dinâmica que, de tão natural, por vezes sua relevância pode passar despercebida. Mas afinal, a existência existiria em um meio que não a reconhece? Ou ainda, se configuraria enquanto tal ao ser reconhecida de um modo distinto? Esses questionamentos ao serem trazidos em paralelo à clínica psicanalítica nos colocam diante de um panorama a partir do qual o que se encontra em xeque é a construção do estatuto de existência do indivíduo, sua capacidade de auto referência dentro de um regime de atribuição e aquisição de contorno e delimitação para si mesmo. Diante disso, temos que estudar o reconhecimento a partir de um olhar psicanalítico nos coloca diante de uma problemática voltada para o próprio indivíduo e sua singularidade, em um movimento eticamente articulado à própria vida deste, mas, também, vinculado à própria clínica sobre a qual teoria e técnica psicanalítica se pautam.

Neste panorama o reconhecimento surge como uma via natural de constituição e maturação individual diante do encontro de um *vir a ser* com um ambiente capaz de se adaptar aos seus cuidados. A figura do outro ganha contorno, corpo e atributos nesta dinâmica, afinal trata-se aqui de um outro dotado de presença e características particulares, disponível a se afetar com a personalidade ascendente do indivíduo e responder a essa afetação. Dito de outra forma, a proposta que buscaremos explorar ao longo da presente tese envolve um movimento de reconhecimento que não se dirige apenas ao indivíduo em potencial, mas também a seu cuidador, o que chamaremos de uma *dinâmica de reconhecimento de dupla hélice*. A fim de apresentar os desdobramentos do caminho que propomos, partiremos de uma discussão sobre psicanálise e intersubjetividade. A nossa proposta com essa aproximação é apresentar a importância da dinâmica do reconhecimento em psicanálise a partir de uma apreensão do encontro enquanto capaz de promover impactos ativos e inevitáveis à ambas as figuras que dele participam. Nesse sentido proporemos uma vertente dos processos de amadurecimento do indivíduo que se dão a partir de uma dinâmica constitutiva do reconhecimento, que deve contar com duas figuras, *aquele que reconhece e aquele que é reconhecido*. Neste contexto, defenderemos o reconhecimento como um movimento de testemunho capaz de afirmar a existência do indivíduo e construir de forma criativa e auto afirmativa a expressão de sua espontaneidade no mundo.

A fim de lançar luz sobre estas questões, nosso primeiro capítulo partirá de uma delimitação da ideia de intersubjetividade a partir das considerações de Daniel Stern. A escolha por iniciar nossas discussões com este autor se deve à sua proposta de, a partir de um panorama descritivo, delimitar a trajetória a partir da qual o bebê humano poderá construir uma dinâmica

de reconhecimento, reconhecendo o outro para, a partir de uma série de processos de amadurecimento, poder também reconhecer a si mesmo. A proposta de Stern defende que a inclusão do indivíduo no mundo não se dá a partir de processos de separação – como defendido por outros psicanalistas, incluindo Winnicott que será um dos autores que embasarão nosso trabalho –, mas de reconhecimento. A relação entre intersubjetividade, reconhecimento, separação e constituição será então trabalhada posteriormente levando em conta também as considerações de Winnicott no tocante a constituição subjetiva e os processos de amadurecimento do indivíduo. Fato é, que já aqui, nos deparamos com a potência do reconhecimento enquanto força motriz da longa jornada rumo ao tornar-se e a capacidade de se auto afirmar e expressar espontaneamente no mundo. Nessas linhas, somos direcionados à intersubjetividade a partir da clínica psicanalítica, o que confere a esta o caráter de um *encontro* pautado na *presença*. Tal ponto nos levará a uma discussão sobre o lugar do analista na clínica a partir deste posicionamento ético e a discussão de questões relativas à transferência e contratransferência. Aqui, nos direcionaremos às considerações de Jessica Benjamin, psicanalista norte americana que dentre seus trabalhos também se dedica ao estudo das interações precoces entre mãe e bebê a partir de uma perspectiva do reconhecimento pautada em uma psicanálise intersubjetiva, o que nos possibilitará nos dedicar aos impactos constitutivos desta dinâmica.

Mutualidade passa a ser a palavra em foco. É a através dela que um diálogo entre Benjamin e Stern nos fornecerá o arcabouço necessário para defender a ideia segundo a qual *as interações e relações que construímos ao longo da vida promovem um movimento de afetação de nosso mundo interno a partir do qual cocriamos a nós mesmos*. Essa proposta lança o reconhecimento em um lugar de centralidade no processo de constituição subjetiva. Devido a isso, torna-se fundamental destacar o reconhecimento enquanto um movimento para além da função escópica. Este por sua vez abarca toda uma vertente de apreensão das necessidades do indivíduo e da expressão de sua espontaneidade em ascensão. A vertente corporal destacada por Stern como forma inicial de acesso à organização psíquica ganha destaque como via de expressão não verbal que pode ser acessada não apenas em bebês, mas também em indivíduos adultos. Tal ponto lança nossa discussão diante da importância da construção de uma linguagem própria ao par, a fim de que estes conteúdos que precisam ser apreendidos e comunicados, embora não sejam ditos, possam ser acessados. A partir da consideração de Ciccone, no que tange a ritmicidade e de Bollas, no que tange a ideia de um idioma pessoal, serão discutidas as

formas de expressão e construção de uma linha comunicativa que possa ser acessada por ambas as figuras que compõe o par.

Todas as questões trabalhadas nos direcionam à construção da ideia de um processo de constituição subjetiva pautado sobre a dinâmica do reconhecimento, o que nos coloca diante da importância de considerarmos dois momentos e registros distintos deste que serão apresentados a partir de um diálogo entre as ideias de Winnicott e as de Benjamin. Primeiramente, o regime das semelhanças, que se expressa a partir de relações diádicas com um outro completamente adaptado representado pela presença materna – ou de quem quer que venha a substituí-la. E, posteriormente, o regime das diferenças representado pela presença paterna – ou de quem quer que venha a substituí-lo –, a partir do qual o infante estabelece uma segunda relação diádica com um outro adulto também a adaptado, mas voltado para o mundo e direcionando também o reconhecimento do infante a este. Essa discussão culminará no campo da terceiridade e a forma através da qual a mesma compõe nossas discussões referentes à dinâmica do reconhecimento.

A delimitação do lugar que propomos ao reconhecimento no escopo psicanalítico nos direciona as considerações de Axel Honneth. O filósofo e sociólogo alemão que se dedica ao estudo do reconhecimento a partir de uma convergência entre ideias próprias a sociedade de consumo e a dinâmica econômica social e discussões acerca da constituição subjetiva a partir de uma psicanálise principalmente pautada nas considerações de D. W. Winnicott. A partir de seu estudo sobre o reconhecimento e seu contraponto na ideia de reificação somos levados as considerações ferenczianas no tangente a dinâmica do trauma propondo, a partir desta aproximação, o trauma como o contraponto do reconhecimento. Essa proposta encontra caminhos frutíferos tanto a partir de considerações teóricas desenvolvidas por Ferenczi – segundo as quais o que tornaria o trauma desestruturante seria justamente a impossibilidade de dar sentido ao evento diante do não reconhecimento do outro sobre o sofrimento experienciado. Da mesma forma, apontamos que, diante do trauma, nos veríamos ante um exemplo da quebra de uma dinâmica natural de reconhecimento própria à constituição e maturação subjetiva na saúde.

A delimitação do conceito de reificação construído por Honneth servirá de ponto focal a partir do qual embasaremos nossa proposta. A escolha deste conceito enquanto norte se deu justamente por sua descrição apresentada pelo autor, que considera a reificação como uma forma de não reconhecimento das especificidades e particularidades dos objetos, modo de funcionamento que dentro da lógica capitalista também passa a englobar as relações. Da mesma

forma, Honneth destaca as consequências de uma relação reificante, trazendo à tona consequências observadas também pelos autores psicanalistas na dinâmica do trauma, como a anulação de si e sobreposição de uma subjetividade sobre a outra. Essa aproximação entre reificação e trauma será trazida a partir de um diálogo entre Honneth e Ferenczi a partir da apresentação das relações, entre *reconhecimento e reificação* e *trauma e desmentido*. Construída a linha argumentativa que propomos, nos direcionaremos à apreensão de formas diversas de traumatismo a partir da ideia do trauma enquanto fruto de uma falha ambiental. Para tal, partiremos das considerações de Ferenczi sobre a ideia de Orpha e sua função de guardiã da vida psíquica. Esse conceito, apresentado por Ferenczi em seu Diário clínico nos coloca diante de um movimento do próprio psiquismo que, diante das maiores catástrofes à vida psíquica, emerge como uma forma de autocuidado. Em síntese, diante da impossibilidade de encontrar no mundo o cuidado necessário, um fragmento de si passa a desempenhar essa função, na tentativa de promover a sobrevivência do indivíduo. Após isso, nos direcionaremos às considerações de D. W. Winnicott no que tange sua proposta de falhas ambientais e osurgimento das agonias impensáveis. Para este autor, nos estágios iniciais da vida é fundamental que o infante conte com um ambiente disponível e adaptado para que possa seguir seus processos naturais de amadurecimento. Nesse contexto, a vertente traumática da experiência se dá justamente diante da impossibilidade do ambiente em se adaptar suficientemente bem às necessidades do bebê, provocando assim falhas em seu processo de amadurecimento e constituição psíquica que não seguirão mais o esperado dentro de um quadro de saúde. Seguindo esta linha, nos voltamos para as considerações de Masud Khan, psicanalista paquistanês que sofreu as influências clínicas e teóricas de figuras de destaque no panorama psicanalítico da época, como Anna Freud e Donald W. Winnicott. Como fruto disso, sua teoria se apresenta como uma espécie de comunhão entre a psicanálise clássica e a teoria das relações objetivas de Fairbairn e Winnicott. Sua proposta apresenta o lugar da presença materna não apenas enquanto responsável pelo amparo e sustentação do psiquismo emergente do infante, mas também em seu lugar de escudo protetor. A partir disso, Khan propõe que falhas nesta função de escudo protetor podem desencadear o que ele denomina por *trauma cumulativo*. Este conceito nos coloca diante da não necessidade de que uma grande coisa aconteça para que o indivíduo experiencie falhas em seu processo de amadurecimento e constituição subjetiva. Ao invés disso, uma sequência persistente de falhas poderia desencadear a vertente traumática da experiência e as consequências desta para o psiquismo. Por fim, o desdobramento que propomos na dinâmica do trauma nos coloca diante da dinâmica da dominação, apresentada por Jessica Benjamin. Essa se expressa a partir da não instauração e manutenção, de maneira satisfatória,

de uma dinâmica do reconhecimento pautada na mutualidade. Diante da impossibilidade de manutenção do equilíbrio entre, por um lado, a autoafirmação e reconhecimento e, por outro, a negativa do outro em fornecer ao indivíduo um olhar de reconhecimento capaz de afirmar sua singularidade, o indivíduo é levado a um movimento de submissão proveniente da *submissão de uma subjetividade sobre a outra*.

A circunscrição das diferentes dinâmicas do trauma possíveis diante de falhas ambientais sofridas nos leva assim a necessidade de delimitar o que estaremos definindo pelo termo *sentimento de certeza de si*. Iniciaremos essa discussão a partir do estudo de Vigarello que, em seu livro *O sentimento de si* (2014/2016), promove uma construção histórica importante à nossa temática. A partir disso direcionaremos nossas considerações ao terreno da clivagem enquanto uma formação defensiva que emerge no terreno do traumático e promove modificações importantes na dinâmica e constituição do psiquismo.

Neste ponto somos direcionados à clínica dos casos limite, a qual escolhemos como forma de delimitar e dar um maior contorno a discussão de nossa problemática central. A escolha por centrar nossas considerações nesses pacientes parte de uma dupla via. Por um lado, se pauta em um interesse particular erguido sobre os desafios teórico-clínicos que estes indivíduos vêm trazendo à psicanálise contemporânea e que muito tem enriquecido os desdobramentos tomados por esta disciplina. Por outro lado, temos nestes sujeitos a expressão de suas falhas ambientais sofridas como forma de expressão da quebra da dinâmica natural de reconhecimento que buscamos relacionar enquanto contraponto a questão do trauma. Diante desta interlocução poderemos nos dedicar aos desdobramentos da assunção de uma função de testemunho por parte do analista, a partir da qual o paciente poderá se deparar com uma vertente do encontro capaz de criar novas vias de acesso e relação consigo mesmo e os outros.

A proposta de um olhar sobre os casos limite que se direciona a estes como uma forma de funcionamento complexo e ímpar dentro do terreno da psicanálise nos leva a apreensão das formas a partir das quais o potencial espontâneo próprio ao indivíduo, que emerge como expressão da singularidade deste a partir de uma vertente criativa de si, poderá se expressar e construir a possibilidade de uma vida que poderá ser experienciada e vale a pena ser vivida. Nesse contexto, a clínica ganha ares cocriativos a partir dos quais o indivíduo poderá, a partir do encontro analítico, expressar algo próprio a um outro atento e capaz de reconhecer sua forma de expressão particular. Inicia-se então um *jogo de reconhecimento de dupla hélice* a partir do

qual a mutualidade própria ao amadurecimento natural na saúde pode se apresentar também no ambiente clínico e tornar possível a (re)criação de si.

A partir desta discussão surge a importância de pensarmos os desdobramentos das falhas no processo de reconhecimento e da clivagem psíquica como uma das principais vertentes defensivas diante da incidência do trauma e seus impactos na constituição psíquica, propondo uma forma de organização do psiquismo em rede. Essa proposta visa construir as linhas para o entendimento de como esse psiquismo fragmentado pode construir uma forma de funcionamento e articulação própria de seus conteúdos enquanto uma forma de funcionamento que segue as linhas de uma reorganização e reformulação de si, visando a sobrevivência do indivíduo diante das intempéries vividas. Nossa proposta visa defender a ideia de que as especificidades desta configuração psíquica, fruto dos processos de clivagem, não se apresenta como aquém de outros modelos de funcionamento, apenas possui uma dinâmica distinta que desencadeia novos desafios para o trabalho clínico.

A necessidade de darmos conta na clínica de casos que nos demandam novos olhares mesmo dentro do escopo psicanalítico nos coloca diante de todo o potencial que a dinâmica do reconhecimento ganha em termos de clínica e manejo, levando essa para além da apreensão dos fenômenos inconscientes que se expressam através do simbolismo de um discurso constituído pelas vias associativas. A clínica psicanalítica passa, a partir do trabalho com estes pacientes, a abarcar uma dimensão da constituição de si e da criação de formas de experiência e expressão deste si mesmo. O inconsciente aqui passa a se apresentar como o terreno no qual as experiências vividas e que não puderam ser pensadas (Bollas, 1987/2015) buscam expressão. Não apenas a fim de dar conta de uma vertente conflitual, mas de serem reconhecidas como partes integrantes do próprio indivíduo. Nesse sentido, o reconhecimento se amplia para além de uma vertente escópica pautada na imagem de observador e se alinha com a imagem de uma mãe amamentando seu infante. Nesta cena, temos o exemplo de um movimento de reconhecimento das necessidades do infante em termos físicos e psíquicos e como esta é capaz de sustentar e dar contorno ao corpo do bebê e assim a seu próprio ser em formação. A palavra de ordem quando nos dedicamos à uma psicanálise pautada no reconhecimento passa a ser *adaptação*.

A adaptação aqui marca a presença não apenas de uma figura, mas duas. Uma que busca cuidado e uma que se disponibiliza a oferecer. Uma que se apresenta a ser reconhecida e uma capaz de reconhecer. Ambas disponíveis a construção de um ambiente no qual o encontro possa

se dar e junto com ele uma dupla afetação constitutiva. É em virtude desse encontro que impacta e afeta ambas as figuras que o *setting* analítico expressa seu potencial de cuidado enquanto um ambiente capaz de promover um movimento destraumatizante capaz de promover a construção de novos sentidos e formas de comunicação interna no próprio psiquismo do indivíduo. Esse movimento lança o trabalho analítico diante de uma importante tarefa que se refere a reparar e cocriar junto com o paciente novas formas de ser e vivenciar suas relações. O trabalho analítico passa a expressar, através do reconhecimento, um movimento de convocação à vida, à expressão espontânea e ao prazer².

Tendo isso em vista, seguimos nosso trabalho a partir da construção da clínica como um ambiente no qual a espontaneidade pode encontrar seu lugar e ser reafirmada, o que lança a figura do analista em um importante lugar de afirmação desta subjetividade que se expressa através das mais diversas vias. E nesse sentido, defendemos o lugar do sintoma também como forma de expressão possível dessa vertente espontânea. Essa consideração se mostra fundamental pois tira a formação sintomática apenas de um panorama defensivo e a lança em um lugar a partir do qual se apresenta como a via possível através da qual a espontaneidade pode vir à tona. A fim de construir esta argumentação, partiremos de um arcabouço winnicottiano e contaremos com uma interlocução com alguns autores como Jessica Benjamin e Pierre Fédida, o que nos lançará em um terreno no qual se mostra necessário a exploração do paralelo entre reconhecimento e criatividade. Esse ponto será discutido a partir de um diálogo entre Winnicott e Safra.

Todos estes desdobramentos, diálogos e interlocuções nos levarão ao fim de nossa proposta que receberá contorno a partir da discussão do papel do analista em sua função de reconhecimento. Este último capítulo se desdobrará a partir da delimitação do *setting* clínico como o lugar do encontro. A fim de delimitar este espaço e a especificidade do encontro que nele se dará seguiremos as ideias já apresentadas a partir de um movimento de diálogo entre diversos autores sobre a temática, dentre eles teremos Jessica Benjamin, Christopher Bollas, Paula Heimann, Sandor Ferenczi e Winnicott. Esta temática nos leva a proposta de que, a partir do panorama que propomos, o analista acaba assumindo um papel transformacional. A partir das ideias de Donald W. Winnicott e Christopher Bollas nos propomos definir as linhas a partir das quais o encontro com a figura do analista no *setting* clínico se torna capaz de promover transformações no próprio *self* do paciente. Em seguida, nossa atenção se voltará para o

² Nos referimos aqui ao que Brum (2021) delimita enquanto “prazer da experiência”.

movimento regressivo no setting clínico a partir da clínica do reconhecimento. A proposta de nos dedicarmos a questão da regressão parte das considerações de Michel Balint no que tange os movimentos regressivos experienciados pelo paciente ao longo dos atendimentos concomitante a manutenção da esperança na possibilidade de construção de um novo começo. A possibilidade de construção de um novo campo de possibilidade de ser a partir do trabalho clínico faz surgir no paciente o sentimento de gratidão, que nesse contexto será trabalhado a partir das considerações de Melanie Klein. Por fim, nossa jornada culmina na proposta de formas de manejo a partir da clínica do reconhecimento. A proposta desta parte final de nosso trabalho é conseguir delimitar tudo que foi trabalhado ao longo da presente tese e, a partir de vinhetas clínicas apresentar ao leitor os impactos que nossa proposta pode lançar sobre o manejo clínico na psicanálise.

A questão do reconhecimento em psicanálise emerge como um ponto de importância basal às questões suscitadas pela clínica contemporânea, em especial o atendimento de pacientes limite. A proposta escolhida, que traz o trauma como contraponto do reconhecimento, nos coloca diante tanto da possibilidade de englobar a questão do reconhecimento nos próprios processos de constituição subjetiva quanto na apreensão do ambiente enquanto catalizador deste, possuindo grande impacto em suas falhas e mesmo sendo dotado do potencial de reparação destas. Desta forma, promover um estudo sobre esta temática abre todo um campo de possibilidades no que tange o cuidado destes sujeitos e a apreensão de sua dinâmica psíquica trazendo para o escopo dos objetivos do tratamento analítico toda uma gama de possibilidades de vida. Dentre elas temos, a possibilidade de usufruir de um sentimento de si e capacidade de auto afirmá-lo, a expressão de uma espontaneidade própria no mundo o qual o indivíduo habita, o acesso a uma vertente criativa própria e a construção de relações a partir das quais ambos os indivíduos possam estar presentes e interagindo um com o outro. Todas essas formas de acesso a si tornam possível ao indivíduo o acesso a sensação de uma vida na qual ele é capaz de se reconhecer e que vale a pena ser vivida.

Capítulo 1: Reconhecimento e potencial espontâneo

O reconhecimento é tão central para a experiência humana que muitas vezes passa despercebido; mas bem, aparece para nós com tantos disfarces que raramente é captado como um “conceito de cúpula”. Possui quase sinônimos: reconhecer é afirmar, validar, conhecer, aceitar, compreender, ter empatia, tolerar, apreciar, ver, identificar-se, encontrar familiaridade ... amar. (Benjamin, 1988/1996, pp. 27-28, tradução nossa)

A clínica psicanalítica atual vem nos colocando diante da importância do manejo e da construção de um *setting* específico para atender as necessidades de cada paciente. Esta postura implica uma grande mudança no próprio panorama psicanalítico. De uma postura distanciada do analista cujo papel era atuar como vetor à ascensão das fantasias inerentes à dinâmica intrapsíquica do paciente passa-se a considerar os impactos de sua presença enquanto algo que não pode ser anulado (Ferenczi, 1928/2011). Esta consideração abre um panorama no qual o analista pode se despir de seu lugar de suposto saber; lugar este que de pronto também protegia seu próprio psiquismo. Nesse contexto, o *setting* clínico passa a ser visto como o lugar do encontro entre duas subjetividades vivas e potentes em sua espontaneidade.

É a partir desta perspectiva e modificação sofrida pela psicanálise em seu próprio processo de desenvolvimento enquanto disciplina que o reconhecimento ganha lugar de destaque. Afinal, pensando a clínica enquanto o lugar no qual o encontro verdadeiro poderá se dar, torna-se necessário que ambas as subjetividades possam reconhecer-se cada qual em sua singularidade. Este ponto nos coloca diante da importância da função escópica enquanto aquela capaz de abrir o campo subjetivo à presença do outro com o qual o indivíduo estabelecerá suas relações. Da mesma forma, nos apresenta à importância que o *ser reconhecido* adquire na própria dinâmica de constituição subjetiva. Se o ver e ser visto se mostra fundamental nesta dinâmica, sua importância nos direciona à consideração do reconhecimento enquanto uma dinâmica atrelada à uma forma de comunicação não verbal, abrindo o campo para pensarmos nos meios pelos quais e através dos quais ele poderá ser alcançado para além do campo escópico, nos lançando no terreno das ritmicidades.

O reconhecimento abre o campo para trabalharmos o amadurecimento subjetivo e o estabelecimento de relações a partir de um modelo intersubjetivo o qual se mostra fundamental na clínica atual onde vem se tornando cada vez mais necessário o acesso a formas de comunicação e manejo não pautados apenas na verbalidade e na interpretação. Ao invés disso,

identificamos na dinâmica do reconhecimento o ponto chave capaz de permitir um movimento de adaptação do analista ao analisando em prol de um cuidado que seja capaz de impactar em seu próprio movimento constitutivo de ser. Sobre isso, Benjamin (2018) afirma o lugar do ato de reconhecer como elemento básico da construção dos relacionamentos interpessoais e a forma como estes impactarão no desenvolvimento de modificações subjetivas. Nesse sentido, Benjamin ainda defende que o amadurecimento visto a partir de uma perspectiva intersubjetiva concebe uma interação inicial entre um *self* rudimentar e um outro (real e já mais bem constituído psiquicamente), o que incluirá conseqüentemente não apenas os efeitos que o cuidador terá sobre o bebê, mas também os efeitos que este bebê terá sobre o cuidador. Pautado nesta consideração temos que, é justamente parte de o processo analítico considerar o efeito recíproco que cada uma das partes tem sobre a psique da outra. Este movimento, que se disponibiliza à criação de uma vertente especular na qual *“me reconheço na medida em que reconheço o outro e este é capaz de lançar sobre mim um olhar que não apenas capta minhas particularidades, mas, me constitui”* nos coloca diante da importância deste olhar de reconhecimento como um ponto natural e fundamental das relações. Afinal, o reconhecimento se inscreve a partir dos movimentos de adaptação e percepção por parte do outro das potencialidades próprias do *self*. Um reconhecimento que possibilita muito mais do que a delimitação e desenvolvimento de um potencial espontâneo que já se encontra presente no infante desde os primórdios de sua vida. O reconhecimento torna possível o desenvolvimento do senso de agencia e diferenciação do mundo, o que possibilitará a complexificação subjetiva e assunção dos impactos criativos que o indivíduo é capaz de operar no mundo. Neste sentido, Honneth (1992/2017) aponta que o reconhecimento é marcado pela oposição de uma singularidade sobre a outra, mas que, na saúde, trata-se de um movimento natural e mútuo. Da mesma forma, é a partir da vinculação emocional com pessoas de referência que é apresentado ao infante um mundo repleto de significados, com os quais o indivíduo deverá se engajar. Este ato, de implicar-se no mundo habitado pelo outro, suas significações e delimitações específicas se configura como um ato de reconhecimento. Estes pontos nos levam a considerar o reconhecimento para Honneth como a forma pela qual o indivíduo não apenas adquire, mas mantém e modifica seu estatuto de ser. Tal ponto coloca o reconhecimento como um movimento contínuo e que carrega em si a potência da manutenção do estatuto de veracidade e apropriação da experiência, além, é claro, da manutenção da capacidade de o indivíduo em reconhecer a si mesmo.

Nosso objetivo com este capítulo é apresentar não apenas uma circunscrição sobre a temática do reconhecimento, mas a forma como este paradoxalmente se expressa e é encontrado ao longo do processo de amadurecimento do indivíduo e do estabelecimento de suas relações com o outro. Afinal, é a partir de uma constituição e delimitação de si mesmo nas linhas da saúde psíquica que o potencial espontâneo do indivíduo pode vir à tona, tornando possível que este seja reconhecido pelo outro em sua particularidade. Este movimento de reconhecimento nas linhas da espontaneidade é o que permite que o *self* adentre uma versão criativa de si nas linhas de um verdadeiro *self* (Winnicott, 1960/2007).

Nesse contexto, a presença do outro com o qual a via de reconhecimento poderá ser estabelecida a partir de um movimento de dupla via – “*na medida em que reconheço, sou reconhecido; ao ser reconhecido torno-me capaz de reconhecer*” – nos leva a começar nossa jornada a partir do lugar ocupado por este outro no processo de reconhecimento em um terreno intersubjetivo. Em um segundo momento, nos direcionaremos para a delimitação do processo de amadurecimento psíquico nas linhas de uma dinâmica do reconhecimento a partir de um terreno não verbal da experiência, perspectiva na qual nos colocará diante da importância tanto da maternalidade quanto da paternalidade no processo de reconhecimento. Neste ponto nos veremos diante da importância que o terreno das relações e da presença espontânea e cocriativa adquire a partir da possibilidade de criação de um terceiro, que se torna possível em decorrência de um movimento de autoafirmação capaz de garantir ao indivíduo um reconhecimento contínuo de si mesmo que, embora perpassado pelo olhar do outro, não depende mais desse a fim de manter-se. Por último, tendo em vista os impactos que a dinâmica do reconhecimento possui na jornada interminável de *tornar-se*, nos dedicaremos a delimitação do que entendemos por reconhecimento.

Psicanálise e intersubjetividade: uma via de ingresso à importância do reconhecimento

Nosso estudo sobre a função de reconhecimento em psicanálise nos coloca diante de uma faceta da relação capaz de assumir tanto um caráter afirmativo quanto criativo diante do encontro da subjetividade do indivíduo com o outro. O que nos lança no terreno da intersubjetividade a partir do qual podemos nos deparar com um encontro que promove impactos ativos na subjetividade do indivíduo. “Como nos experienciamos em relação aos

outros fornece uma perspectiva básica de organização para todos os eventos interpessoais. ” (Stern, 1985/1998, p.6, tradução nossa). Nosso estudo sobre o reconhecimento busca traçar as linhas desta função ao longo da vida do indivíduo. Este campo nos coloca, de imediato, ao mesmo tempo diante de uma vertente comunicativa da experiência rumo ao *tornar-se* que necessita de duas figuras, *aquele que reconhece e o que é reconhecido*. Estas duas figuras ao interagirem criam mais duas, *o que é reconhecido que também reconhece e o que reconhece e também deve ser reconhecido*. Com isso temos que a presença do outro e os impactos que este possui em cada momento do amadurecimento se mostra fundamental, o que nos lança em um campo psicanalítico no qual não apenas aspectos intrapsíquicos enunciam sua relevância no tratamento e vida do indivíduo, mas também o impacto destas duas subjetividades uma sobre a outra em uma dinâmica de dupla hélice constitutiva pautada na força motriz do reconhecimento. É através do reconhecimento que conseguimos não apenas nos projetar no mundo, mas receber um lugar afirmativo sobre a disposição de nosso si mesmo na realidade compartilhada. Tal ponto coloca o outro em um lugar de testemunha diante de nossa expressão. Esta função apresenta sua faceta criativa na medida em que, ao presenciar a expressão do indivíduo a mesma pode ser acolhida e afirmada ou mesmo rechaçada. Ao ser acolhida e afirmada, a espontaneidade do sujeito ganha corpo e, um espaço seguro e confiável a partir do qual essa poderá se desenvolver é criado. Por outro lado, quando ao se expressar no mundo a mesma se vê diante de um ambiente que a nega e impõe seus próprios conteúdos e fantasias a sua expressão, ao invés de confiança e segurança se estabelece o sentimento de invasão do qual deverá se proteger, criando para si uma casca falsa que assume uma postura reativa com relação ao mundo. Aqui, nos vemos diante da criação e delimitação do falso e verdadeiro *self* proposto por Winnicott (1960/2007). Neste panorama iniciaremos nosso estudo sobre o reconhecimento justamente a partir de uma exploração sobre o que entendemos por intersubjetividade. Para isso, partiremos das considerações de Daniel Stern.

Apesar de sua formação em psiquiatria, Stern dedicou seus estudos ao terreno psicanalítico a partir de uma perspectiva pautada no amadurecimento infantil. Reunindo uma perspectiva darwinista com pesquisas do campo das neurociências e os estudos psicanalíticos, Stern propõe um panorama descritivo próprio a partir do qual objetiva traçar as linhas a partir das quais o bebê humano torna-se capaz de reconhecer o outro e, através de um estudo dos processos próprios ao amadurecimento do indivíduo em formação, entender também como este passa a reconhecer a si mesmo. Propondo que o ingresso do indivíduo ao mundo não se dá a partir de movimentos de separação com relação a um meio com o qual se encontra

indiferenciado, mas a partir do reconhecimento do ambiente. Essa perspectiva, que contrasta com grande parte dos autores psicanalíticos (ponto que discutiremos mais adiante) nos coloca diante da importância fundamental do reconhecimento enquanto força motriz de criação de si mesmo a partir de especificidades próprias ao indivíduo. Da mesma forma, o ambiente e suas nuances particulares também nos apresentam a supracitada dupla hélice do reconhecimento ao também constituir-se na medida em que é reconhecido em sua particularidade pelo indivíduo em formação. A curiosidade de Stern pela temática surge através das lacunas observadas na história pregressa dos pacientes aos quais teve acesso e a busca por entender o impacto que estas lacunas teriam no histórico de adoecimento observado.

Os estudos de Stern pautados no amadurecimento e interações do bebê humano, nos apresentam a importância de pensarmos a presença de cada elemento componente da relação que se estabelecerá desde os primórdios e impactará na constituição mútua dos indivíduos componentes do par. Stern parte do princípio segundo o qual antes mesmo do estabelecimento de um *self* dotado de consciência e capacidade reflexiva poderíamos observar a existência do que seria a base para o estabelecimento do mesmo. Nesse sentido, estaríamos diante do que Stern chama de senso de *self*. Este, não apenas se encontra presente antes mesmo do ingresso do sujeito ao terreno da verbalidade como também permite o contato do indivíduo em potencial de ser com o mundo, carregando neste contato marcas que já lhe são próprias. Tal ponto nos apresenta a um ser que, embora ainda se encontre em um estado não verbal já é dotado de aspectos como senso de agência, coesão corporal, continuidade temporal e intencionalidade, por exemplo, capazes de promover um movimento cocriativo a partir do qual, o amadurecimento e modificação deste ser em ascensão estão interligados às relações que serão estabelecidas. O outro, aqui, ganha um papel fundamental e ímpar diante dos impactos que possui ao longo da constituição subjetiva a partir da via do reconhecimento, assim como a possibilidade do indivíduo em formação experienciar sua criatividade a partir de seu próprio movimento de reconhecimento lançado sobre a figura do outro. Desta forma, em um panorama que busca debruçar-se sobre o alvorecer psíquico temos o reconhecimento como a catapulta que nos lança diante da perspectiva intersubjetiva e cocriativa em psicanálise. “A concepção intersubjetiva sustenta que o indivíduo cresce nas relações com outros sujeitos e, por meio delas. Mais importante ainda, essa perspectiva observa que o outro com o qual o *self* se encontra também é um *self*, um sujeito por direito próprio.” (Benjamin, 1988/1996, p. 32-33, tradução nossa)

Segundo Goulart (2009) a intersubjetividade começa a tornar-se foco de estudos a partir dos anos 1950 com o avanço dos estudos sobre contratransferência. Afinal, o estudo da transferência e suas implicações no *setting* já vinham ganhando ênfase desde os primórdios da clínica psicanalítica. Inicialmente sendo vista como movimento defensivo a ser evitado. Com o desenvolvimento da técnica, a transferência passa a ser tida enquanto manifestação natural do inconsciente que, inserido em uma dinâmica de trabalho clínico se apresenta como ferramenta de trabalho a ser utilizada pelo analista.

Minerbo (2016/2020) distingue dois tipos de materiais inconscientes que podem se apresentar por meio da transferência. São eles: o recalcado – proveniente de representações incompatíveis com a moralidade e os ideais vigentes – e o pulsional clivado – ao qual se encontraria referido uma série de conteúdos vividos que nunca foram vinculados às representações. Estas modalidades distintas de conteúdos a serem transferidos desencadeiam modelos de transferência também singulares. O recalque diz respeito à transferência neurótica que, estando referida a representações de desejos edípicos no *setting* analítico atribui ao terapeuta a ocupação do lugar de uma das figuras que compõe a triangulação edípica, tornando possível a ascensão e reedição desta dinâmica de desejo e proibição, já inserida na verbalidade e acessível a interpretação. Já o pulsional clivado expresso a partir da transferência narcísica traz à tona uma vivência traumática não verbal a qual, quando expressa no *setting* analítico, necessita de vias de expressão e resposta não verbais. Estes dois modelos de transferência nos colocam diante de uma cicatriz que não cessa de se expressar, desencadeando os nós repetitivos que carregam as entonações afetivas das experiências passadas às vivências e relações atuais. Neste movimento de atualização vemos de volta à tona tanto as necessidades primitivas - que no caso das transferências narcísicas se apresentam como falhas traumáticas -, quanto do desejo - que no caso da transferência neurótica esbarrou em uma proibição -, quanto das angústias referentes à cada um destes modelos³. Nesse sentido, a demanda de análise se refere a busca pela possibilidade de construção de um lugar de cuidado, significação e ressignificação das partes do psiquismo que, apesar do amadurecimento e percurso vital permanecem atreladas à uma vivência infantil; carregando as marcas de relações e experiências passadas para enredos atuais. Nesse sentido, a transferência torna-se um meio através do qual vivências afetivas e dinâmicas relacionais nas quais o paciente se viu inserido podem emergir, presentificando no *setting* conteúdos e fantasias advindos de um inconsciente que funciona pelas linhas atemporais

³ Aqui nos referimos a duas modalidades de angústia distintas. As agonias impensáveis referidas a um sentimento de perda de si. E a castração edípica referida a uma ameaça de castração fálica na dinâmica edípica.

de associação de seus conteúdos. Deste modo, o próprio *setting* analítico se apresenta como fruto do olhar de reconhecimento por parte do analista das necessidades do analisando. Afinal, é a partir do reconhecimento empático destas que a via comunicativa poderá ser estabelecida. *É o reconhecimento que tira a transferência de seu lugar de fenômeno normal da vida e a lança em um enquadre específico e terapêutico.* A transferência de conteúdos internos próprios ao paciente sobre a figura do analista preparado para acolhê-los – ou seja, o olhar de reconhecimento do paciente sobre a figura do analista pautado em suas experiências já vividas – desencadeia a contratransferência enquanto um retorno do analista - um olhar que, impactado pela influência do outro transforma a si mesmo e suas vivências, possibilitando a construção de uma linguagem que poderá ser acessada por ambos. Este movimento que se dá a partir do encontro implicado entre duas figuras que se criarão mutuamente pode vir a promover a mudança de lugares anteriormente ocupados e repetidos – não apenas para o paciente, mas também para o analista que cria-se e cocria-se a cada novo encontro com cada novo paciente. Nesse sentido, a situação transferencial nos coloca diante de uma *two-bodies psychology*, na qual o que está em jogo é uma relação comunicativa que para ser estabelecida necessita da presença de dois interlocutores – cada qual dotado de particularidades e historiografias que lhes são próprias. Nestas linhas, o trabalho transferencial se passa a partir do estabelecimento da capacidade de ambas as figuras se apresentarem a serem reconhecidas e também disponíveis a reconhecer um ao outro.

Pensando na construção da relação analítica por uma perspectiva do encontro e da presença nos vemos diante dos impactos que a contratransferência apresenta ao trabalho clínico. A forma de comunicação transferencial não apenas traz à tona o inconsciente do paciente e seus pontos de maior vulnerabilidade, mas também os do analista. Nesse sentido, por algum tempo a contratransferência foi vista como algo que deveria ser extirpado da cena analítica, a qual deveria se passar em um ambiente de assepsia quase cirúrgica no qual o analista deveria se expressar a partir do regime da neutralidade. A adoção de uma postura distanciada e mesmo fria a fim de tornar o analista uma superfície neutra na qual os pacientes poderiam depositar e deparar-se com seus conteúdos inconscientes deixou de lado por muitos anos os impactos que a presença do paciente era capaz de alavancar no analista.

A partir dos estudos de Ferenczi (1909/2011) no que tange o manejo analítico, a neutralidade do analista é posta em xeque. O autor aponta que a assepsia cirúrgica a qual é referida a técnica psicanalítica apenas deixa de fora algo que inevitavelmente constará na equação. Além disso, a frieza e distanciamento com o qual alguns analistas se colocavam por

diversas vezes atualizava o trauma vivido, colocando o paciente em um lugar de passividade. Tais apontamentos levam Ferenczi a dedicar-se a experimentações do manejo clínico visando formas de acessar e trabalhar esta relação e os conteúdos trazidos por ela através da transferência. Debruçando-se sobre este tema, Goulart (2009) afirma que a neutralidade absoluta no *setting* analítico provocaria um bloqueio nos dois vetores da relação. Por um lado, cairia por terra a possibilidade de estabelecimento de uma transferência pura e por outro a contratransferência seria tirada de cena, afirmando o lugar utópico que esta assepsia tende a ocupar no encontro psicanalítico. “Se o analista está tão presente no encontro analítico, com todo o peso da sua personalidade, tanto quanto o paciente, a diferença se faz na possibilidade de substituir a atuação pelo pensar.” (Goulart, 2009, p. 68).

Green (1927/2002) aponta que a partir dos anos 1950 começa-se todo um debate sobre novos lugares e manejos da contratransferência. Neste contexto, o autor afirma que um dos trabalhos de Paula Heimann apresenta pela primeira vez a ideia de que “(...) a contratransferência é a consequência de um desejo inconsciente do paciente de transmitir ao analista afetos que experimenta, mas não pode nem reconhecer nem verbalizar. Consequentemente, não pode ir além de induzi-los no outro.” (p. 76). Tal ponto coloca o analista também em um importante lugar de trabalho no qual é convocado pelo paciente a reconhecer o que ele mesmo não consegue reconhecer em si. Traduzir a partir de umalinguagem acessível – referida ao terreno da verbalidade ou não – não apenas que reconhece o sofrimento do analisando, mas que é possível construir caminhos a partir dos quais este possa ser reconhecido e (re)significado, e não apenas repetido como uma ferida eternamente aberta.

Este movimento de evocar no analista e lhe transmitir suas vivências e sensações nos colocam diante de formações defensivas e modelos de funcionamento psíquico nos quais não apenas as fantasias inconscientes são postas em cena atualizadas na figura do terapeuta, mas uma mudança na própria cena em si e da gradação da atmosfera de sensações que o terapeuta poderá acessar na própria carne. A abertura do campo contratransferencial nos direciona para um território no qual o terapeuta poderá ser visceralmente impactado pelas vivências do paciente. Muitas vezes é o reconhecer afetivamente a forma de ser e estar no mundo e nas relações que o analisando foi capaz de construir como referência de si diante das experiências de sua vida. Neste sentido nos deparamos com as palavras de Minerbo (2016/2020) segundo as quais “(...) a contratransferência é a abertura e a disponibilidade do analista para se deixar pressionar pela comunicação agida, acolhendo a força de convocação da transferência. Ele oferece sua matéria psíquica para que ela seja afetada pela força das pulsões.” (p. 38). A

contratransferência nos coloca diante da possibilidade de pensarmos as diversas formas de estabelecimento da comunicação de conteúdos não verbais, apresentando-os na própria cena através do corpo e fazendo-se sentir por meio deste, também os traumas não significados. Tal ponto nos apresenta a uma faceta do reconhecimento que não se refere apenas ao campo escópico, mas também ao campo afetivo, na capacidade de reconhecer afetivamente as marcas dos lugares habitados pelo outro.

Seguindo esta linha, Goulart (2009) aponta que assim como na relação mãe-bebê, na análise o paciente brinca com a mente do analista, desencadeando respostas contratransferenciais. Este movimento permite que um estado mental seja projetado e ao encontrar um receptor disponível e atento, capaz de digerir o conteúdo transmitido e devolvê-lo em um novo formato, será re-introjado como estado mental modificado pelo objeto com o qual se relaciona. Tal ponto nos leva a pensar que o reconhecimento da expressão particular do indivíduo por um outro sujeito por si só já é capaz de promover modificações. Por outro lado, é a partir do reconhecimento que é possível acessar as particularidades de si e se apropriar delas.

Levando em conta estes pontos, consideramos que a contratransferência ganha ares de vinculação e relação na medida em que, ao afetar possibilita que uma resposta seja proposta a expressão do paciente, promovendo um movimento de troca comunicativa. Nesse sentido, o *setting* analítico passa a contar ativamente com a presença do analista enquanto interlocutor disponível e presente. O trabalho analítico passa a não se pautar apenas em movimentos interpretativos. O ato analítico se estende ao estabelecimento da própria relação em cada sessão e a cada momento. Tal ponto amplia a situação analítica para um trabalho que poderá se dar tanto na transferência como a partir da transferência, colocando em relevo a vinculação entre o par analítico.

Vinculum, do latim, significa tudo o que serve para atar, ligar, prender, amarrar, juntar, unir, encadear, acorrentar. Em psicanálise, vínculos seriam estruturas emocionais unindo pessoas ou partes de uma mesma pessoa que se relacionam – corpo e mente, objetos, sentimentos, ideias –, evidentemente uma função de Eros, de ligação. (Goulart, 2009, p. 62).

Nesse sentido, Goulart (2009) apresenta três formas de vinculação, amor, ódio e conhecimento. Entendendo amor, ódio e conhecimento não unicamente enquanto antagônicas entre si, mas capazes de possuir um antagonismo de emoções dentro de um único vínculo, são trazidas as considerações de Zimmerman (2004). Este autor propõe a existência de uma quarta forma de vinculação, o *vínculo do reconhecimento*. Esta quarta modalidade de vinculação se

refere a importância que o outro possui tanto na construção quanto descoberta da personalidade do sujeito enquanto algo próprio. “A mãe cria representações para as expressões afetivas do bebê e, funcionando como espelho, ajuda a fundar as representações do bebê sobre si mesmo, que assim vai mapeando a constituição de seu self.” (Goulart, 2009, p. 64). Este mapeamento se dá através do reconhecimento destas representações de si oferecidas pelo outro a partir das quais é possível criar o caráter de previsibilidade dos eventos, sentimentos e sensações que recaem sobre si e, posteriormente, sobre o outro. *O reconhecimento surge como uma faceta constitutiva que se colocará disponível ao longo da vida do indivíduo e em suas relações sendo estas também capazes de promover reedições e modificações nas formas de funcionamento do aparelho psíquico.*

Segundo Goulart (2009) “A intersubjetividade em psicanálise tem como base o fato de que a formação do próprio processo analítico deriva da trama tecida pelo encontro entre as reações subjetivas de ambos os participantes, um em relação ao outro (...)” (p. 65). Nesse sentido, pensar em psicanálise é trazer à tona um panorama intersubjetivo uma vez que, o vínculo transferencial que possibilita o estabelecimento da situação analítica deve contar com o estabelecimento de um trabalho de construção fantasmática dupla do par se relacionando, com projeções e introjeções, identificações projetivas, atos falhos e associações partindo de ambos os lados. Por parte do paciente como forma de expressão de seus conteúdos psíquicos e por parte do analista como capacidade particular de recepção dos mesmos, organização e resposta sob a forma de ato analítico. Neste sentido, Benjamin (2012) aponta a importância de entendermos o encontro analítico também como uma forma de cocriação da realidade e do outro na medida em que desta forma podemos manter à sobrevivência do mundo mesmo diante das decepções e frustrações inevitáveis.

Esta ideia nos coloca diante da importância do reconhecimento ao longo de toda a dinâmica intersubjetiva. Isso quer dizer que, apesar de podermos traçar a relevância desta função ao longo de fases distintas do amadurecimento emocional o reconhecimento não se restringe à estas aquisições. Antes disso, o reconhecimento nos direciona ao estudo das formas através das quais o contato com o outro e as interações daí provenientes se tornam possíveis; assim como sua frustração nos coloca diante das falhas desta via interativa – ponto que será abordado no próximo capítulo. O reconhecimento mútuo é o que possibilita que os indivíduos se reconheçam uns aos outros, tanto em suas singularidades quanto em suas diferenças. Com isso queremos ressaltar a importância fundamental do indivíduo ser capaz de transitar entre o regime das semelhanças – no qual cria-se o terreno da empatia e da assunção dos direitos – e o

regime das diferenças – no qual o indivíduo, apesar de reconhecer a si mesmo e ao outro como dotados de semelhanças, também reconhece as especificidades de cada um e se posiciona diante delas, apresentando também suas especificidades. Tendo tudo isso em vista e indo de encontro com o proposto por Benjamin (2012), o reconhecimento do mundo começa a partir de padrões intersubjetivos cocriados, os quais começam a partir de interações pautadas na não verbalidade. A isto, nos referimos a ideia de terceiro, que se constitui a partir da capacidade que passa a ser alcançada de o indivíduo, ao criar internamente o objeto a partir de sua presença, ser capaz de mantê-lo vivo mesmo quando não presente (ponto que discutiremos mais adiante). O importante por hora é termos em mente que esta representação interna que é cocriada impacta também em modificações no próprio objeto no mundo compartilhado.

Benjamin e Atlas (2015) destacam que nas relações, ocorre uma dinâmica similar ao *ping-pong* na qual se intercalam os lugares de “fazer e o que é feito” do indivíduo entre um viver ativo ou um modo reativo de existência. De toda forma, acreditamos que esta alternância também possibilita que o indivíduo seja capaz de se construir, recolhendo a matéria prima do que é feito, identificado, apontado sobre ele e criando algo que lhe é próprio e poderá ser reconhecido. Desta forma, a alternância não deveria se dar apenas entre “fazer e feito”, mas entre os indivíduos que ocupam tais posições. O problema ocorre quando estas posições se fixam na realidade interna do indivíduo, o que dificulta o agir, levando um dos indivíduos a se sentir impotente e reativo ao invés de ser capaz de criar de forma ativa sua resposta diante das interações.

Da mutualidade à diferença: o impacto do reconhecimento na constituição subjetiva

Ao adentrarmos no estudo do reconhecimento a partir da angulação que nos propomos nos vemos diante de uma importância do outro em sua presença e nos impactos que a mesma é capaz de ter com o indivíduo. Estes impactos se inscrevem sobre a própria espontaneidade do sujeito e sua capacidade de ser, viver e agir criativamente. A criatividade aqui se refere tanto a uma criatividade sobre o mundo como sobre si mesmo, algo cujo acesso é dificultado quando a espontaneidade do indivíduo não é afirmada. Nesse sentido, Benjamin (1988/1996) enuncia que o reconhecimento é promotor de um paradoxo. Por um lado, o reconhecimento é a resposta do outro à nossas expressões, dando-lhes significados e importância tanto aos eventos quanto

aos afetos, o que possibilita que o sujeito se reconheça enquanto autor de suas ações. Por outro, o reconhecimento se apresenta como um movimento duplo. Isso quer dizer que só é possível receber reconhecimento de um sujeito que também pode ser reconhecido.

Esta consideração nos coloca diante do reconhecimento enquanto via de mão dupla no sentido afirmativo do indivíduo. Dito de outra forma, o reconhecimento emerge como um movimento bilateral a partir do qual os limites da relação são delimitados ao mesmo tempo em que promovem mudanças nos indivíduos referidos a esta. Desta forma, temos o reconhecimento enquanto ferramenta fundamental no movimento de cocriação do si mesmo e as formas que ele tomará, se dando assim de maneira mútua. “O universo foi criado apenas uma vez lá fora, enquanto mundos interpessoais são criados aqui todos os dias na mente de cada novo bebê.” (Stern, 1985/1998, p. 3, tradução nossa).

Ao nos dedicarmos a um estudo do alvorecer psíquico, nos deparamos com uma série de paradigmas próprios ao desenvolvimento de um sentimento de si e o estabelecimento de um *self*. Este terreno direciona nossa atenção a toda uma rede de problemáticas e relações que se dão antes mesmo que o bebê seja capaz de reconhecer-se enquanto um ser dotado de uma corporeidade própria, inserido em uma realidade compartilhada e dotado de um sentimento de integração (Winnicott, 1945/2000). “Não existe essa coisa chamada bebê”, já dizia a célebre frase winnicottiana que busca justamente apresentar a impossibilidade de reconhecermos no início do amadurecimento emocional primitivo um infante em separado do conjunto de cuidados que lhe são direcionados. Partindo deste ponto primitivo do amadurecimento, nosso pensamento psicanalítico não se pauta mais nos desdobramentos de relações triangulares. Ao invés disso, somos levados a lançar um olhar sobre um terreno que se inscreve a partir de uma dinâmica dual.

Essa mudança de panorama nos coloca diante de um indivíduo que ainda não é capaz de afirmar sua existência. Em um primeiro momento o indivíduo existe enquanto *potencialidade de ser*, dotado de uma abertura natural para o mundo e para o outro capaz de proporcionar sua constituição psíquica própria. Contudo, neste mesmo momento inicial, necessita de um sujeito capaz de se adaptar às suas necessidades, sejam elas em termos biológicos ou egóicos, um sujeito com o qual possa construir uma relação dual de complementariedade. A esta relação que se dá entre um par assimétrico em termos de autoafirmação de existência pautada na disponibilidade, semelhança e adaptação mútua Winnicott afirma que se inscreve um regime de mutualidade. A reunião destes fatores nos faz conceber a modalidade dual de vinculação como a formação de uma díade, a qual se encontra

tão visceralmente amalgamada que, em um primeiro momento, os elementos não podem ser reconhecidos ou mesmo reconhecer-se enquanto duas partes separadas. Devemos observar, no entanto, que essa amalgama inicial se apresenta como um paradoxo ao pensamento que desenvolveremos. Afinal, inseridos em um terreno psicanalítico no qual a dinâmica psíquica não é entendida apenas em termos intrapsíquicos, mas também intersubjetivos, nos deparamos com uma díade que se forma por dois elementos que, apesar de amalgamados apresentam seus potenciais e especificidades particulares. De um lado temos um *vir a ser*, referido ao bebê e, do outro um sujeito integral, referido à sua figura de cuidado.

Ao seguirmos esta linha, não podemos nos abster de pensar no lugar deste cuidador. Benjamin (1988/1996) afirma que é diante da possibilidade de sentir-se reconhecida por seu bebê que a mãe se torna capaz de integrar a história passada do bebê e a expectativa de futuro que tem sobre ele, como uma pessoa separada. A partir deste processo começa a se estabelecer uma diferença em decorrência da qual poderá também se inscrever a experiência de mutualidade. Afinal, aquele bebê que um dia habitou seu corpo, e lhe soava completamente familiar, também é um ser desconhecido. Desconhecido em seus choros que precisam ser apreendidos e interpretados no presente, e desconhecido em termos de quem será capaz de se tornar para além de seu cuidado e desejo no futuro. “(...) não podemos conhecer o mundo subjetivo habitado pelas crianças, devemos inventá-lo, para termos um ponto de partida para a construção de hipóteses [sobre a experiência subjetiva dos infantes].” (Stern, 1985/1998, p. 4, tradução nossa). Benjamin (1988/1996) ainda afirma que a aceitação deste reconhecimento pela figura materna se apresenta como um símbolo de mutualidade que surge apesar da desigualdade inicial entre o cuidador e o bebê. “Experimentar o reconhecimento da maneira mais completa e alegre supõe o paradoxo de que "você", que é "meu", também é diferente, novo e você está fora de mim.” (Benjamin, 1988/1996, p. 27, tradução nossa). Este processo de reconhecimento de uma existência que passa a afirmar-se por si só e em separado do corpo e do tecido fantasmático da figura materna possibilita que a diferenciação comece a ser desenhada. A partir deste movimento, que reconhece a existência do infante para além de uma extensão corporal e psíquica da mãe, permite que ele passe a poder existir para si mesmo e desenvolver sua singularidade.

Tendo isso sem vista, afirmamos que em um primeiro momento o *ser* em sua continuidade se dá a partir da introjeção de um movimento de afirmação da espontaneidade do indivíduo, promovida pelo reconhecimento que, inicialmente, é realizado por um outro. Este outro, que paradoxalmente “*sou eu e não sou eu*”, “*é meu semelhante e compartilha meus*

sentimentos desejos e intencionalidades” paralelamente com “*seus atos e ações que independem de mim*”, promove uma sustentação da própria personalidade, do *si mesmo* do indivíduo até que este possa se sustentar por conta própria.

É justamente nesse ponto que a função de reconhecimento ganha centralidade no processo de constituição subjetiva. Afinal, a noção de um cuidador adaptado às necessidades do infante, capaz de proporcionar-lhe um ambiente que, na saúde, satisfará suas necessidades tanto físicas quanto psíquicas nos coloca diante de uma via comunicativa da experiência que ganha ares extremamente complexos. Com isso queremos dizer que, o reconhecimento já no período não verbal da experiência não se restringe apenas à via escópica, mas as diversas e particulares formas encontradas pelo par a fim de construir uma linguagem comum na qual as potencialidades de ambos possam ser gradualmente reconhecidas e respondidas. Este movimento de reconhecimento da particularidade de cada um assim como a promoção de uma resposta específica nos coloca diante do reconhecimento enquanto uma via para pensarmos o próprio processo de amadurecimento emocional. Esta via consiste, em um primeiro momento, na possibilidade de expressão da potencialidade própria ao indivíduo e a capacidade de reconhecimento desta pelo outro que compõe com ele a relação diádica.

A partir disso nos vemos diante de um modelo de constituição subjetiva pautado no regime das semelhanças, que se baseia no reconhecimento do outro enquanto semelhante ao mesmo tempo em que a espontaneidade é expressa e reconhecida. Esse norte inicial permite que em um momento posterior o sujeito em formação possa começar a adentrar no regime das diferenças, no qual passa a gradativamente reconhecer o outro como dotado de diferenças em relação a si. Este movimento culmina na possibilidade de reconhecimento do mundo e dos objetos com os quais as relações podem ser então estabelecidas não mais a partir do modelo dual, mas a partir da presença de um terceiro e da terceiridade. A terceiridade por sua vez se enuncia como o contorno transformacional que a experiência do terceiro pode adquirir. Neste tópico nos dedicaremos justamente ao estudo do reconhecimento no amadurecimento do indivíduo, tomando este como a via a partir da qual os objetos e o mundo poderão ser cocriado e desta forma também impactar criativamente na criação de si que o indivíduo irá experienciar ao longo de toda sua vida.

O encontro pautado em um reconhecimento para além da função escópica

A linguagem e a expressão falada se destacam como foco de trabalho desde o fundamento da clínica psicanalítica. A *talking cure* abre um campo importantíssimo no que tange não apenas a apreensão dos conteúdos inconscientes, mas a própria relação terapêutica. A inauguração desta modalidade de tratamento e olhar sobre o paciente nos coloca diante antes de tudo da possibilidade de construção de um lugar no qual é possível falar sobre si na presença de uma figura disponível, capaz de promover uma escuta e olhar adaptados as expressões que lhe são apresentadas. A ampliação da clínica psicanalítica para além dos casos de neurose clássicos promove um movimento através do qual permite-se pensar o ambiente analítico não apenas como o lugar de encontro e exploração dos conteúdos inconscientes do paciente, mas enquanto ambiente no qual a partir da presença o próprio encontro com a figura do analista se mostra possível.

Essa mudança de perspectiva nos leva a problematizar a tradicional postura deitada no divã, na qual analista e analisando mal se veem ao longo da sessão. Os novos paradigmas que a clínica contemporânea nos apresentam colocam o corpo do analisando e a presença do analista como ferramentas a serem utilizadas no ambiente analítico. Nesse contexto, seguimos a consideração de Ferenczi (1985/1990), que aponta o corpo como uma via de expressão acessível, diante da impossibilidade de apreensão da experiência por meio do psiquismo (Gomes, 2015). A inclusão desta nova perspectiva na qual a clínica psicanalítica passa a abranger também toda uma gama de fenômenos referidos às experiências e formas de expressão não verbais abre um campo no qual o trabalho do analista não se encontra restrito a exploração e interpretação do inconsciente do paciente, se abrindo também ao manejo da própria relação analítica. Com o desdobramento da teoria e da técnica psicanalítica promovida pelos autores da escola das relações objetais o trabalho clínico passa a ser visto como uma via pela qual um movimento regressivo pode ser acessado e (re)significado no seio da relação terapêutica.

Com isso, cria-se a possibilidade de trazer a expressão corporal à cena, permitindo que o trabalho analítico remonte a momentos iniciais do amadurecimento psíquico, nos quais a expressão própria se encontra referida a uma forma de comunicação não verbal. Seguindo as palavras de Stern, “Antes que os eventos pudessem ser verbalmente e simbolicamente representados, o conhecimento interativo inicial dos bebês foi de alguma forma codificado em um registro não verbal.” (1977/2002, p. 11, tradução nossa). O autor ainda destaca que o conhecimento do bebê neste momento inicial não se restringe apenas a um algo processual ou expressão sensório motora. Desde muito cedo, o infante é capaz de acessar uma via afetiva que

pode ser reconhecida a partir do encontro com a figura materna após um período de separação. Por afetivo aqui podemos entender a capacidade de afetar e ser afetado que, nas fases iniciais do amadurecimento se dão principalmente por meio dos sentidos. Deste modo, *o conhecimento do ambiente se dá em consonância com o reconhecimento da presença do outro*. Com isso queremos dizer que o ambiente passa a ser gradativamente conhecido na medida em que a dinâmica do reconhecimento é instaurada. Peixoto Junior e Arán (2011) apontam que, para Stern o amadurecimento não se daria em decorrência de fases tal qual proposto por Freud. Ao invés disso, este diz respeito a níveis de subjetivação que se encontram presentes e acessíveis ao longo de toda a vida. Nesse contexto ganha ênfase o caráter trans-subjetivo da gênese da personalidade, decorrente de uma não dissociação do sentimento de si do sentimento do outro. Este enlace afetivo faz com que os autores considerem que Stern adota uma posição intersubjetiva forte, na medida em que para este autor o indivíduo seria capaz não apenas de se constituir através das relações estabelecidas pelo indivíduo, mas de atribuir aos outros afetos, sensações e intenções a partir de suas próprias vivências, sendo sentidos como compartilhados entre ambos. Aqui, estamos diante do que chamamos nas linhas do reconhecimento de registro das semelhanças. Neste ponto devemos ter em mente que a carga afetiva e sensível de cada encontro tanto constitui quanto torna perceptível ao indivíduo a presença do outro através da construção de uma temporalidade e ritmicidade que se desdobram no presente, criando experiências próprias a cada interação. Logo, a ideia de temporalidade para Stern assume um caráter de reconhecimento das particularidades afetivas e rítmicas do outro com o qual o indivíduo se relaciona. Estes pontos nos colocam diante da consideração segundo a qual o reconhecimento não se dá apenas pela via escópica. O olhar passa a ser apenas uma das vias possíveis pelas quais o reconhecimento poderá se dar a partir da via corporal em um primeiro momento. Deste modo, o encontro com a corporeidade e afetividade do outro e construção de respostas particulares em uma via constitutiva-comunicativa nos coloca diante de uma ampliação da própria noção de reconhecimento. Essas considerações nos levam a afirmar que nossas considerações se angulam a partir de um movimento de constituição de si e do mundo pautados no reconhecimento cujo enfoque principal não se encontra baseado nas raízes simbólicas do psiquismo, mas afetivas.

No período não verbal do amadurecimento, a comunicação que se estabelece entre o infante e o seu cuidador se dá a partir de todo o manejo sustentação e presença que, em sua adaptação afirmam e reconhecem a expressão particular do infante. Fontes (2006) afirma o lugar tátil da pele na apreensão e capacidade de construção das vivências psíquicas. A partir da

ideia freudiana de que o ego seria a projeção mental da superfície corporal, a autora afirma a experiência tátil como o modelo da experiência psíquica. Nesse sentido, tanto o surgimento de um sentimento de internalidade – a partir do qual o mundo interno poderá se complexificar – quanto a reunião entre a psique e o somático se dão inicialmente por meio de vivências pautadas no cuidado sobre o corpo do bebê. A vertente constitutiva do reconhecimento se baseia, neste momento inicial na ainda não alcançada noção de ocupar um corpo, dotado de contorno próprio.

Stern (1985/1998) aponta que o começo da organização do indivíduo se dá pela via corporal, através da aquisição de uma coerência própria, atividade, percepção de suas próprias sensações e da construção e manutenção de uma memória destes. Antes de ser capaz de acessar essas aquisições, o autor ainda aponta que surge um senso de *self* emergente. O senso de *self* emergente seria pautado nas vivências sensoriais e concederia a base central para que o *self* organizado possa se fundar. Stern (1985/1998) aponta que o bebê pode experienciar tanto os processos de organização que culminarão no surgimento de um *self* organizado quanto este enquanto produto destes movimentos. Por outro lado, podemos acrescentar que, tendo em vista a abertura natural do indivíduo ao mundo, podemos pensar no senso de *self* emergente também enquanto direcionado aos processos e produtos que culminarão no reconhecimento por dupla via tanto do indivíduo quanto das particularidades do mundo e de seus objetos.

Estas considerações se pautam na mutualidade na qual se inscreve o processo de constituição subjetiva. Por um lado, temos a presença e o direcionamento de um olhar e de sua própria corporeidade viva que, em sua adaptação, são capazes de reconhecer o indivíduo. Por outro, é em decorrência desta presença viva – que reconhece a espontaneidade do indivíduo em formação ao mesmo tempo em que lhe apresenta um modelo a partir do qual essa poderá começar a adquirir materiais que complexifiquem seu *self* – que o sujeito poderá se constituir e também, ao mundo o qual posteriormente reconhecerá como distinto de si.

Neste ponto devemos destacar que, embora o *self* se constitua a partir de sua inserção na relação com o outro, este último não é apenas aquele capaz de fornecer o reconhecimento, mas também aquele quem torna possível a construção de um senso de agência e capacidade de resposta própria do *self* para criar um padrão de mundo e ações cocriadas. É nesse sentido que a mutualidade ganha uma importância vital na dinâmica do reconhecimento. Afinal, ao trabalharmos a partir de um panorama intersubjetivo, a mutualidade permite que a criança possa participar diretamente da criação de um sistema de criação-diferenciação mútua, a partir da troca de reconhecimento. Neste sentido, vamos de encontro às ideias de Honneth (1992/2017) segundo as quais, o reconhecimento culmina em um movimento de autoafirmação diante do

outro, e na inserção de cada singularidade na totalidade da consciência do outro para que assim possa ser reconhecida em sua singularidade e começar a existir. Este movimento afirmativo de uma singularidade sobre a outra coloca o reconhecimento como um movimento de luta, o que culmina no ferimento da totalidade perante a entrada desta outra singularidade.

Deste modo, percebemos que o movimento natural de se auto afirmar diante do outro paradoxalmente é adquirido tanto com a abertura do campo do reconhecimento como também pode findar com esta forma de interação. Assim, temos que, ao sair do campo no qual o reconhecimento se apresenta como um movimento mútuo, nos vemos diante de uma negativa do próprio indivíduo e o fim da dinâmica do reconhecimento. Em contrapartida, temos que, *na medida em que não sou reconhecido em minha totalidade pelo outro, a capacidade de auto afirmar minha singularidade se vê rebaixada, juntamente com minha capacidade de reconhecer o outro em sua especificidade*. Este pensamento que remete ao terreno intersubjetivo nos apresenta mais uma vez a via de mão dupla à qual o reconhecimento se encontra referido. *Para ser reconhecido, preciso também reconhecer!*

Desta forma, sendo sobre o corpo do indivíduo que os cuidados e interações são direcionados inicialmente, é também sobre este que o reconhecimento poderá se dar inicialmente. Seja pela incidência de um olhar atento ou a partir das vertentes interativas que se passam através da via corporal que a espontaneidade poderá ser reconhecida em sua expressão. Neste panorama, é a partir do registro do corpo que o existir verdadeiro pode ser expresso e encontrar reconhecimento do meio. Nesse sentido, temos que, o surgimento do indivíduo se dá pelas linhas da corporeidade, sendo esta entendida como “(...) uma alternativa à clássica oposição corpo-mente (ou psiquismo), ou seja, entendo que a corporeidade é também psíquica, como gênese de possibilidades, como potência geradora de elementos propriamente psíquicos.” (Coelho Junior, 2010, p. 54). Uma corporeidade que encontra contorno através de um reconhecimento rítmico, sensorial e afetivo de sua espontaneidade. Dito de outra forma, é a partir das vivências corporais que ao mesmo tempo em que apresentam indícios de um mundo ainda desconhecido ao infante lhe possibilitam experienciar seu próprio contorno corporal a partir de expressões de seu potencial espontâneo que o psiquismo poderá florescer.

Nos primórdios da vida psíquica temos um corpo vivo, dotado de uma potencialidade ao encontro e um psiquismo em construção. A isso nos pautando nas considerações de Winnicott, nos referimos como um potencial espontâneo. Este potencial espontâneo além de nos apresentar a faceta de algo particular ao indivíduo – que inicialmente se expressa e recebe respostas desta expressão pela vida corporal – também nos coloca diante de uma abertura para

o mundo e as relações que lhes são próprias. Nesse sentido, temos que esta potencialidade além de apresentar uma disposição natural do bebê ao contato – e posterior encontro – com o mundo fala de um direcionamento natural, na saúde, à própria constituição psíquica. Da mesma forma, tanto o surgimento de um mundo interno a partir do qual a subjetividade poderá se complexificar quanto à reunião entre a psique e o somático se dão inicialmente por meio de vivências pautadas no cuidado com o corpo do bebê.

A presença de um cuidador suficientemente bem adaptado às necessidades do infante e disponível para realizar o manejo e sustentação permitirá que o indivíduo ingresse, no que chamamos, dentro da dinâmica do reconhecimento, de terreno das diferenças. Neste, o *vir a ser* começa a reconhecer as diferenças existentes entre ele e o ambiente no qual se encontra inserido assim como em relação aos objetos com os quais se relaciona (Winnicott, 1945/2000; Winnicott, 1956/2000). Porém, antes que o ingresso no terreno das diferenças seja possível, o infante em formação deve poder usufruir do campo das semelhanças no qual o ambiente se apresenta suficientemente bem adaptado a manter uma dinâmica dual na qual as necessidades do infante possam ser satisfeitas. A adaptação possibilita que o cuidador seja capaz de fantasiar, imaginar e reconhecer as necessidades tanto físicas quanto psíquicas do bebê a fim de supri-las.

Ao pensar sobre isso surge uma cena ocorrida em consultório há algum tempo. Me refiro a *um paciente, próximo de seus vinte anos, que assumia uma postura teatral e ao mesmo tempo caricatural diante do mundo, cuja noção de si mesmo parecia distante a ele próprio, sendo referida há um conjunto de impulsos desordenados e descontrolados e uma história sempre referida a um abandono afetivo ou a iminência deste. A transferência com a terapeuta se deu de maneira abrupta a partir de um movimento de colagem, no qual desde as primeiras sessões o paciente relatava sua surpresa com a sensação que tinha diante de minha presença, sabendo que se houvesse algum problema eu estaria dentre as três ou quatro pessoas para quem ligaria. O paciente também procurava tanto no espaço físico do consultório quanto na própria figura da terapeuta elementos que lhe fossem familiares e com os quais pudesse se identificar e “descobrir” algo sobre mim. Ao mesmo tempo, relatava constantemente uma dificuldade de falar sobre si (embora falasse muito e de maneira desorganizada), pedia a terapeuta que lhe fizesse perguntas pois não sabia o que falar sobre si mesmo, como a terapeuta não as fazia – ao menos não antes dele ingressar em alguma narrativa própria – o paciente trazia cenas de sua vida como se fosse um expectador, não se responsabilizando pelas consequências ou possíveis consequências de suas ações. Em um dos primeiros atendimentos ele apresentou a terapeuta cartas de três de seus melhores amigos, as pessoas que melhor o conheciam, para*

que ela pudesse conhece-lo, mesmo ele não sabendo como definir muito bem a si mesmo. As cartas haviam sido solicitadas por ele próprio a seus amigos a fim de serem trazidas à sessão. A terapeuta pediu que ele as lesse em voz alta enquanto, a seu lado, acompanhava a leitura. Ao mesmo tempo em que lia, seus movimentos corporais ansiosos e contínuos iam diminuindo de intensidade, ele parava no meio da leitura e fazia comentários sobre as cartas e sobre sua relação com cada amigo e por fim afirmou “agora vamos para a carta da minha melhor amiga, achei que ela me definiu muito bem”. Ter recebido de pessoas de tanta confiança as cartas e poder lê-las em sessão trouxe a ele um senso de integração e capacidade de auto referência e afirmação que naquele primeiro momento eram ausentes em seu discurso.

Em particular, a necessidade de reconhecimento gera um paradoxo. O reconhecimento é a resposta do outro que torna os sentimentos, intenções e ações do self significativos. Ele permite que o self perceba sua agência e autoria de uma forma tangível. Mas esse reconhecimento só pode vir de um outro que nós, ao mesmo tempo, reconhecemos como uma pessoa por direito próprio. (Benjamin, 1988/1996, p. 24, tradução nossa)

Tanto no caso apresentado como em outros casos, de maneiras distintas, podemos observar os impactos da presença deste outro que ao mesmo tempo em que é visto pelo sujeito, se apresentando como um objeto cuja identificação é possível, também o percebe de maneira específica. Tal ponto confere um contorno a ambas as figuras da relação, pautado em um primeiro momento em um regime de semelhanças dentro do qual ambos podem se identificar e assim se reconhecer e se constituir. Em um segundo momento, inicia-se um regime de diferenciação no qual ambas as figuras cocriam-se e reconhecem-se enquanto distintas na medida em que se tonam capazes de estabelecer uma relação. Nota-se então a importância do regime das diferenças no que tange a afirmação da espontaneidade do indivíduo, culminando na criação de particularidades e complexificação de seu mundo interno.

Deste modo, o conjunto de vivências iniciais e vias pelas quais a subjetividade começa a se constituir a partir de uma dinâmica de reconhecimento que se manterá ao longo de toda a vida, possibilitando que o indivíduo se torne capaz de promover um movimento de autoafirmação. É a partir da dinâmica de reconhecimento que culmina na capacidade de autoafirmação que o indivíduo passa a reconhecer a si mesmo de maneira independente do reconhecimento constante promovido pelo outro, tal qual ocorre nas relações pautadas no regime da dualidade. Diante da importância crucial que o corpo e a expressão verdadeira de si pelas vias da corporeidade adquirem nesta dinâmica, nos vemos diante de movimentos corporais referidos a motilidade – a qual Winnicott (1950-55/) nomeia de agressividade primária – como formas de expressão próprias deste *vir a ser*. Uma forma de expressão que na

própria definição carrega uma expectativa desproposital de esbarrar. Este movimento de esbarrar que não pode ser previsto, apenas almejado, denuncia a importância de que esta motilidade seja reconhecida a fim de constituir-se e assim passar a existir. O mesmo podemos pensar com relação a personalidade em formação, *para existir e poder se constituir enquanto tal deve ser reconhecida por um ambiente que dê lugar e contorno ao próprio movimento em direção ao tornar-se(r)*.

Nos vemos diante de um movimento de cocriação na medida em que, *“ao mesmo tempo em que o outro me reconhece de maneira verdadeira me constituo e assim me diferencio do mundo”*. Neste movimento de passagem do registro das semelhanças para o regime das diferenças, cria-se uma dinâmica na qual *“a partir do reconhecimento do outro reconheço não apenas a mim mesmo, mas também o que não sou eu e, conseqüentemente, passo a criar o mundo a minha volta”*.

Neste contexto, nos vemos diante da importância de pensarmos em toda a corporeidade do paciente no *setting* analítico como formas distintas de comunicações não verbais de um potencial particular ao analista. A partir desta perspectiva, a corporeidade se apresenta como objeto de trabalho, ou mesmo, em alguns casos, o principal objeto de trabalho a partir do qual algo próprio do paciente poderá emergir através da via sintomática. É através do corpo que conteúdos que não podem ser apresentados pela via palavras – por se encontrarem referidos à momentos primitivos do amadurecimento ou mesmo falhas em períodos precoces – podem se apresentar. Assim como na relação dual entre o bebê e seu cuidador adaptado, o corpo do analista também é convocado em um sentido de *holding* e *handing*. A oferta do corpo do analista não se expressa necessariamente através de um manejo corporal real do paciente, mas de uma oferta de abertura ao reconhecimento e afetação tanto do que o paciente apresenta em termos de movimentação, aspecto e contorno como também o que o paciente é capaz de projetar de maneira particular no corpo do analista em termos de afeto. Expressões estas que então poderão ser acolhidas, (re)significadas e cuidadas.

Aqui nos direcionamos à um manejo cuja base se constitui a partir de um movimento regressivo. Este se inscreve na medida em que o trabalho analítico não se direciona mais apenas ao desvendamento das fantasias inconscientes do paciente, mas, à possibilidade de instauração de um movimento regressivo. É a partir do movimento regressivo que vivências primitivas referidas à própria constituição de si podem vir à tona. Isso posto, torna-se possível ao analisando, juntamente com a presença viva de seu analista, desbravar seus próprios territórios subjetivos, construindo um novo lugar para suas vivências que denunciam tanto o quando do

desenvolvimento do sentimento de ser do analisando quanto as angústias inerentes a tempos nos quais este fora posto à prova. A possibilidade de acessar tanto a nossa corporeidade enquanto analisistas quanto reconhecer a corporeidade do analisando nos permite o estabelecimento de uma via comunicativa através da expressão do psíquico não apenas pela vida da palavra, mas através da utilização do corpo em sua abertura para o mundo, o outro e a capacidade de experienciar a si mesmo. Pensar em uma dinâmica psíquica nas linhas da corporeidade implica trabalhar a partir do estabelecimento de relações e intersubjetivas que se tornam possíveis graças à vivência corporal. Nesse sentido, nos primórdios do amadurecimento, nos deparamos com um bebê que constrói gradativamente seu sentimento de si a partir de experiências que se dão comunicativamente por meio de vivências corporais mesmo que não completamente integradas e delimitadas. Gradativamente, e com o alcance de certa integração capaz de permitir a separação EuXmundo, se torna possível à experiência mais ampla na qual dois corpos podem se encontrar e se reconhecer mutuamente, não apenas a partir das semelhanças que possuem, mas também a partir das diferenças. Esse encontro entre corpos é apresentado por Coelho Junior (2010) a partir da ideia de co-corporeidade que se enuncia como a inter-relação estabelecida entre dois corpos distintos, mas capazes de se comunicar e se relacionar de maneira não apenas sensorial, mas também sensível e afetiva.

Um ballet a dois: o reconhecimento a partir da construção de um idioma particular

O reconhecimento é a resposta essencial, o movimento constante de afirmação. O sujeito declara que sou, sim”, e aguarda, em resposta, “você é, você fez”. Portanto, o reconhecimento é reflexo; não inclui apenas a resposta confirmatória do outro, mas também a maneira como nos encontramos nessa resposta. (Benjamin, 1988/1996, p. 34-35, tradução nossa)

Dando prosseguimento ao que vem sendo apontado em nosso estudo, somos lançados em um campo no qual o reconhecimento se inscreve a partir da presença implicada de ambos os componentes do par. Isso nos leva a pensar o lugar das experiências não verbais neste movimento de captação da particularidade espontânea emergente na relação à qual deve contar com duas figuras vivas, ambas dispostas e implicadas em se comunicar a partir de uma via de mão dupla entre a exposição de si mesmo e a percepção verdadeira do outro que emerge da relação.

O trabalho a partir de relações que se inscrevem nas linhas do reconhecimento carrega em si o constante movimento de afetar e ser afetado; criar e ser criado; afirmar e construindo a

capacidade de *se* auto afirmar. Nesse sentido, vamos de encontro a proposição de Winnicott (1967/2019) segundo a qual a função especular – a qual tendemos nos referir ao tratar do reconhecimento – não se apresenta como um espelhamento puro da figura do bebê pelo cuidador, mas um movimento de retorno do que este cuidador é capaz de perceber, ou melhor, como o *vir a ser* é visto através do olhar do outro adaptado. Levando em conta o que foi trabalhado na sessão anterior, o reconhecimento não se restringe apenas a função escópica, podendo este provir também de outras vertentes comunicativas na qual o potencial espontâneo do infante pode ser apreendido pelo cuidador. Nesse sentido, torna-se fundamental nos direcionarmos à questão da ritmicidade. É a partir das interações e percepções mútuas que o indivíduo realiza, mesmo no terreno da não verbalidade, que a própria interação do par pode ser co-construída. O conjunto de respostas e a previsibilidade a qual a relação se encontra remetida a partir da dinâmica do reconhecimento faz com que ambas as figuras do par desenvolvam uma interação própria. Esta por sua vez, ao mesmo tempo em que não é fruto puramente do *vir a ser* também não é proveniente apenas do adulto já mais constituído, ao invés disso trata-se de uma conjunção das formas de reconhecimento de uma figura sobre a outra e das respostas que cada qual é capaz de construir no seio da relação. A isso que é cocriado no terreno não verbal referimos a ritmicidade. Nesse sentido, Ciccone (2018) aponta que:

A ritmicidade das experiências no bebê concerne pelo menos três tipos de experiências: elas dizem respeito ao mesmo tempo à alternância das posições da abertura objetual e da retirada narcísica (ou de abertura para o mundo e de retirada sobre si mesmo), às trocas interativas e intersubjetivas e às experiências de presença/ausência do objeto. Esses três tipos de experiência devem ser ritmos, para um desenvolvimento harmonioso e seguro do bebê. (Ciccone, 2018, p. 17)

O autor continua apontando a relevância de cada movimento possibilitado pela presença do outro na jornada de amadurecimento do indivíduo. Seja a partir das aberturas e retraimentos em relação ao mundo como forma de criação de uma interiorização da experiência compartilhada; seja a partir da alternância entre presenças e ausências que possibilitarão que o infante seja capaz de constituir uma imagem do objeto vivo em seu interior. As trocas interativas devem respeitar o tempo e os limites do bebê, carregando consigo as marcas do próprio amadurecimento dos pais. Deste movimento de presença e adaptação mútua surge uma dança verdadeira, cuja coreografia deve ser ajustada e afinada a fim de cocriar um ritmo único, que será capaz de sustentar o encontro intersubjetivo. Ciccone (2018) aponta a importância de que o bebê conduza a dança, sendo fundamental que seu parceiro de interação se ajuste ao ritmo

espontâneo do infante. Para isso, é necessário que o adulto, em sua função ambiental, seja capaz de reconhecer o infante em suas necessidades e espontaneidade.

À ideia transmitida por Ciccone (2018) trazemos em paralelo a perspectiva de Christopher Bollas (1987/2015). O autor aponta que, a partir da interação inicial entre mãe-bebê o idioma particular do adulto já constituído é transmitido ao infante. Ou seja, uma estética própria do seu ser que se torna uma característica também do *self* em formação do bebê. “Em um discurso particular que só pode ser desenvolvido pela mãe e pelo bebê, a linguagem desta relação é o idioma do gesto, do olhar e da expressão intersubjetiva.” (Bollas, 1987/2015, p. 49). É justamente a partir destes movimentos interativos que Bollas reconhece a capacidade de, através dos gestos, olhares e cuidados a mãe transformar o *self* do bebê. À essas considerações acrescentamos que o potencial espontâneo do bebê também já emerge como um proto-idioma capaz também de transformar a figura materna. Desta interação, que ganha ares de particularidade, emerge um idioma próprio. Neste campo, no qual o outro ainda não é reconhecido em sua singularidade, Bollas aponta que se torna mais importante a função exercida e o idioma transmitido do que o objeto em si. Afinal, o que é captado pelo ser em formação é a incidência de cuidados constantes conferida por um objeto particular que, paradoxalmente, também ganha ares de ambiente sustentador para o infante. A presença deste objeto que ainda não é reconhecida em sua especificidade influencia nos processos pelos quais o infante irá passar ao longo de seu amadurecimento. É uma presença que impacta constitutivamente o *vir a ser*, sendo vivenciada por ele enquanto um processo de transformação que irá lhe transmitir a natureza da relação objetal que começa a se construir e, ao menos em princípio, não suas qualidades enquanto objeto diferenciado. Em suma, a percepção da figura de cuidado se dá através de movimentos rítmicos de integração que possibilitarão ao indivíduo tanto a inscrição no idioma apresentado quanto a criação de um idioma comum no qual a relação poderá se pautar.

Um ponto fundamental à esta concepção de Bollas se encontra no fato de que, para este autor, cada indivíduo viria ao mundo dotado de um núcleo essencial do *self* que seria como uma impressão digital do *ser em potencial*. Essa marca particular é o que compõe a estética própria de cada indivíduo e que possibilitará a construção de um *idioma pessoal*. Nesse contexto temos que, é o idioma pessoal o que possibilita que cada indivíduo seja capaz de apreender cada ambiente e cada encontro de uma maneira específica, construindo uma via comunicativa particular. Nettleton (2018) afirma que Bollas amplia a concepção winnicottiana de mãe-ambiente na medida em que, o cuidado direcionado ao infante produz alterações no estado de

self do bebê, o que leva este cuidado a ser experienciado como transformacional. Á estas experiências da ordem da transformação cocriativa interna Bollas se refere como momento estético. Embora o momento estético ocorra ao longo de toda a vida do indivíduo, a primeira experiência deste se refere justamente ao encontro do vir a ser com seu cuidador. “Para alcançar a confiança básica, o bebê precisa sentir não só que seus impulsos instintivos – fome, paixão e agressão – são contidos, mas também que seu idioma, sua subjetividade única, é percebida, reconhecida e bem-vinda.” (Nettleton, 2018, p. 41)

E, com a frase de Nettleton (2018) nos direcionamos à relação entre idioma, momento estético e reconhecimento. Afinal, é a partir do reconhecimento do potencial próprio ao bebê e o oferecimento de um idioma já constituído da mãe através das interações iniciais, que ambos podem, ao mesmo tempo, se reconhecer e mutuamente se modificar compondo e transformando o idioma um do outro e tendo um momento estético próprio do par. O momento estético seria justamente este movimento de modificação interna pelo contato do idioma pessoal com o idioma do outro. Uma figura de cuidado disponível e adaptada reconhece o idioma do infante e passa a oferecer a si mesma e os objetos do mundo de modo que estes venham a atuar como elaboradores da experiência do bebê que irão corroborar para a formação de sua personalidade em termos de um verdadeiro *self*. Aqui, Nettleton (2018) aponta que, embora o conceito winnicottiano de verdadeiro *self* e o conceito de Bollas de idioma dialoguem muito bem e mesmo sejam, por vezes, intercambiados pelo segundo autor, a proposta bollasiana conta com um arcabouço mais robusto.

O verdadeiro *self* winnicottiano se refere à capacidade do indivíduo de, a partir de um ambiente maleável e adaptável, experienciar seu potencial espontâneo e ser reconhecido por este. É por via deste encontro que o potencial espontâneo do indivíduo poderá se complexificar ao longo do amadurecimento emocional e formar um verdadeiro *self* que possibilitará que o vir a ser se relacione de forma também verdadeira com o mundo, encontrando similaridade entre conteúdos internos e externos e a confiança necessária à expressão de si. A experiência em termos de verdadeiro *self* promove o sentimento de que a vida, dotada de um colorido pessoal, *vale a pena ser vivida*.

Já o conceito bollasiano de idioma parte de uma distinção com relação à proposta de Winnicott. Para Bollas, o idioma não necessita de proteção, não pode ser danificado ou destruído. O idioma pessoal se refere ao cerne do *self* que carrega a impressão digital subjetiva de cada indivíduo. Sendo assim, o idioma é primordial e, simplesmente existe. Outro ponto importante é que, o idioma bollasiano apresenta um potencial próprio a desenvolver-se e

elabora-se. Sendo assim, é de sua natureza apresentar-se e complexificar-se mediante o contato com o mundo, buscando ativamente o contato com o ambiente. Nettleton (2018) aponta que o contato apresenta um grande engajamento criativo do idioma.

Nesse sentido, o idioma se apresenta como a forma de cada indivíduo de experienciar sua estética singular, dando contorno à sua dinâmica psíquica, e promovendo o contato e a troca com objetos que são especificamente buscados. Aqui, nos vemos diante da possibilidade de que o indivíduo usufrua de uma forma de prazer referente à elaboração do ser individual de seu próprio idioma⁴. Deste modo, entendemos o idioma como uma forma que persiste na expressão particular de cada indivíduo. Persiste na possibilidade de vinculação com o mundo; persiste ao construir formas de expressão a partir das quais possa ser reconhecida; persiste ao buscar no ambiente objetos e relações que sigam suas vias verdadeiras construídas.

Deste modo, pensando na clínica psicanalítica nos questionamos se as formas de expressão sintomáticas, especificamente as não verbais, poderiam ser pensadas como meios através dos quais o indivíduo se mantém fiel ao seu idioma pessoal, que busca reconhecimento e cuidado. É justamente a isso que se deve em análise a sensação de ser conhecido pelo analista. O ser conhecido aqui se refere à um caráter afetivo, a um sentimento que muitas vezes não diz respeito as informações trazidas ou os conteúdos que foram trabalhados em análise, mas a sensação de ter sido fiel a seu idioma pessoal e aos afetos por ele desencadeados e a ele referidos e poder ter sido reconhecido nisso que há de mais fundamental sobre si mesmo. *Poder experienciar a si mesmo na presença de um outro.*

O paradoxo de uma relação dual

A teoria das relações objetais em psicanálise nos coloca diante da importância da dinâmica das relações intersubjetivas no processo de constituição psíquica que acontece não apenas nos primeiros anos de vida, mas ao longo de toda ela. Nos deparamos com teorias que se propõe a estudar justamente os processos pelos quais nos tornamos sujeitos integrais, capazes de estabelecer relações com um mundo no qual nos encontramos inseridos. Aqui, nos propomos a discutir os impasses da jornada de alvorecer psíquico a partir da dinâmica do reconhecimento enquanto um ponto central neste caminhar. O reconhecimento aqui denuncia sua importância

⁴ Essa ideia se aproxima da dimensão de um “prazer da experiência” proposta e desenvolvida em um trabalho anterior. (Brum, 2021)

na medida em que se inscreve como a via pela qual o processo de tornar-se poderá se desenrolar de maneira verdadeira. Nesta dinâmica, reconhecer e ser reconhecido ocorrem em paralelo, um dando suporte ao outro. Essa concomitância se dá em um movimento constitutivo e transformacional de dupla via que, em um primeiro momento, floresce sobre o terreno das identificações a partir da dinâmica das semelhanças. Neste ponto de nosso trabalho nos dedicaremos justamente ao desbravar do terreno das semelhanças e o papel constitutivo que este adquire através da dinâmica do reconhecimento a partir da experiência de uma relação inscrita nas linhas da dualidade.

Daremos início a nossas discussões a partir da questão da indiferenciação inicial entre bebê e mundo. Tendo em vista dois modelos distintos⁵ somos postos diante de diferentes formas de pensar como se estabelece a relação inicial entre o infante e seu cuidador e, conseqüentemente, como se inscreverá a dinâmica do reconhecimento nos primórdios do amadurecimento emocional. Cintra (2018) aponta que as pesquisas de observação de crianças que haviam sido separadas de seus cuidadores de maneira precoce promoveram a constatação dos impactos traumáticos que este movimento gerou no psiquismo em um momento inicial do amadurecimento. A autora ainda aponta que os estudos promovidos neste sentido possibilitaram que a ideia de um narcisismo primário completamente fechado em si pudesse ser contestada, abrindo caminho para pensarmos o amadurecimento emocional como fruto do encontro e estabelecimento de relações precoces com as figuras de cuidado.

Embora não utilizassem o método psicanalítico *stricto sensu*, as pesquisas de observadores de bebe conduzidas por psicanalistas fortaleceram a ideia de que há, na criança, desde o princípio, em estado incipiente, uma necessidade de contato afetivo com o mundo, de uma busca por esse contato: o bebe é mais ativo do que se pensava na época de Freud e capaz de participar, com mais prazer e de modo mais autônomo, da troca emocional com os seus cuidadores. (Cintra, 2018, p. 691)

Em seus estudos, Benjamin (1988/1996) considera não apenas a importância dos movimentos de separação ao longo do amadurecimento psíquico, mas também o impacto das formas pelas quais o indivíduo se tornará capaz de estabelecer vinculações em seus múltiplos e distintos aspectos ao longo da vida. Do mesmo modo, a autora toma os movimentos de separação que culminarão em uma saída de um panorama de submissão não como um

⁵ Aqui nos referimos à perspectiva de Daniel Stern na qual nos deparamos com uma existência diferenciada desde o princípio em contraponto com o proposto por Donald W. Winnicott entendimento a partir do qual a relação mãe-bebê se encontraria inserida em uma indiferenciação inicial.

desprendimento e afastamento em relação ao mundo. Ao invés disso, considera-os um meio de integrar e respeitar os limites do sentimento de si estabelecido ao reconhecimento do outro enquanto um ser independente. Isso possibilita que o indivíduo conquiste a capacidade de reconhecer-se enquanto um si mesmo próprio. Esta perspectiva se propõe a englobar a necessidade de *ligação* possibilitada pelo movimento de vinculação e estabelecimento de relações com os outros, mesmo diante de diferenciações, possibilitando que o indivíduo acesse uma modalidade de *prazer da experiência* (Brum, 2021) em meio a seus encontros com o mundo e seus objetos. Tal ponto torna possível ao indivíduo usufruir de uma modalidade de prazer própria ao encontro pautado em um reconhecimento mútuo que poderá desencadear afinidades e intensidades emocionais distintas. Este ponto nos leva a uma discussão no que tange os momentos iniciais da vida do indivíduo e a delimitação de si que se apresenta neste momento do amadurecimento.

Stern (1985/1998) propõe que o início do senso de experiência de um *vir a ser* em termos de *self* já pode ser experienciado desde o nascimento. “Eles são predefinidos para estarem cientes dos processos de auto-organização. Eles nunca experimentam um período de total indiferenciação autossuficiente. Não há confusão entre o eu e o outro no início ou em qualquer momento durante a infância.” (Stern, 1985/1998, p. 10, tradução nossa). Reconhecemos que este ponto entra em atrito com a teoria winnicottiana que, embora proponha a presença de um potencial próprio ao indivíduo que se expressa desde o início da vida, assim como a presença na *díade* de um adulto já suficientemente constituído sob a figura do cuidador.

Por outro lado, ao nos depararmos com a obra de Winnicott, autor que embasa grande parte de nosso pensamento e considerações, a vida parte de uma existência na qual a delimitação entre *self* X mundo não é dada. Isso se deve em parte ao fato de que, o próprio *self* e a capacidade de ser se apresenta, para este autor, enquanto potencialidade a ser alcançada naturalmente na saúde, mas que deve ser adquirida em decorrência de uma série de processos.

Concordamos com Winnicott nesse ponto uma vez que identificamos no reconhecimento o motor capaz de promover esta diferenciação inicial entre o indivíduo e o mundo a sua volta. É a partir do duplo processo de ser reconhecido que o indivíduo se torna capaz de se afirmar em sua existência e, em resposta, reconhecer o mundo enquanto algo distinto de si. Nesse sentido, entendemos o processo de diferenciação entre o Eu e outro e o reconhecimento de ambas as figuras enquanto paradoxalmente semelhantes, caminhando em paralelo. Afinal, na medida em que as diferenças ainda não são reconhecidas podemos nos ver diante de um terreno de indiferenciação por um lado e, por outro, não podemos deixar de

lembrar que as particularidades próprias a cada indivíduo se encontram em pauta desde o princípio para ambos os autores. Do mesmo modo, é a partir do reconhecimento destas que a espontaneidade do indivíduo ganha corpo a fim de poder se expressar e complexificar, também de forma particular.

Sobre essas diferentes perspectivas, Benjamin (1988/1996) aponta que a assertiva de Stern nos leva a pensar a relação primordial que se estabelece não enquanto um movimento em direção à separação em relação ao outro, mas no sentido de reconhecimento de si enquanto distinto do ambiente de cuidado. Consideramos que paradoxalmente este ponto não se distingue da proposta Winnicottiana. Afinal, a díade mãe-bebê se apresenta muito mais como uma formação identificatória essencial que tornará possível a sustentação de ambas as figuras, possibilitando a construção de uma relação comunicativa - que, ao mesmo tempo em que constitui apresenta as especificidades de uma à outra - do que uma não separação literal.

(...) no desenvolvimento emocional de qualquer bebe, existe uma época de *dependência*, em que o *comportamento do meio ambiente* faz parte integrante do desenvolvimento da criança, e que isto não pode ser omitido, isto e, não existe enunciado do desenvolvimento de um bebe, dependente do apoio do ego de uma figura materna ou paterna, que deixe fora de consideração os fatores ambientais. Isto é simplesmente dizer que é *verdade* que, no começo, o bebe não alcançou ele próprio uma percepção, reconhecimento e repudio do NAO-EU. Isto é algo em que tenho de acreditar, por causa de meu trabalho clinico. (Winnicott, 1969/1989, pp. 189-190)

Visto isso, temos que, a ideia proposta por Stern posta em paralelo com a assertiva de uma potencialidade de ser em Winnicott nos leva a afirmar a existência em ambos os casos de algo que permanece enquanto do bebê e algo que se mantém como conteúdo da mãe desde os primórdios, nos apresentando ambas as propostas como formas diferentes de considerar um processo muito semelhante. Isso implica pensar em uma relação diádica, sob o regime da mutualidade, que carrega em si conteúdos específicos de cada um dos elementos do par em uma relação extremamente próxima, se afetando e constituindo mutuamente. Pensando de maneira um pouco mais imagética, seria quase como pensarmos na possibilidade de estabelecimento de uma relação fusionada entre um elemento integral e um com potencial de tornar-se e que, diante de uma interação segura, se torna capaz de se complexificar e se constituir. Por relação segura entendemos aquela na qual o campo da experimentação do potencial espontâneo do indivíduo é possível. Um potencial que só poderá ser expresso, desenvolvido e vivenciado enquanto tal no seio desta relação.

Aderindo a esta proposição somos direcionados a um pensamento paradoxal. Por um lado, temos um *vir a ser* que só existe na medida em que se insere em uma relação de complementariedade com um outro que se encontra adaptado e disponível a tal interação. Por outro, nos vemos diante de algo próprio do indivíduo e que preexiste mesmo a conquista de seu sentimento de si e que, por mais que sofra influências do ambiente no qual se desenvolve, carregará sempre algo que lhe é próprio e singular. Este pensamento nos coloca diante do reconhecimento como uma interação basal, capaz não só de constituir o indivíduo, mas também de modificá-lo, da mesma forma que o indivíduo se torna um agente de modificação e constituição do outro.

(...) o processo de reconhecimento, aqui descrito através da experiência da mãe recente, sempre inclui aquela mistura paradoxal de alteridade e unidade: você me pertence, mas você não é (você não é mais) parte de mim. A alegria que sua existência me dá deve incluir tanto minha conexão com você quanto sua existência independente: eu reconheço que você é real. (Benjamin, 1988/1996, p. 27, tradução nossa)

O reconhecimento deste potencial particular que, em momentos iniciais se dá principalmente por vias não verbais, por meio e através de um cuidado que se expressa através da via corporal é o que começa a dar limite e contorno às vivências primitivas do *vir a ser* e, conseqüentemente, a todos os processos próprios ao amadurecimento emocional primitivo proposto por Winnicott. Vale destacar que, diante da expressão deste potencial espontâneo no mundo e conseqüente reconhecimento de suas especificidades pelo ambiente ao promover uma resposta também particular, estimula-se tanto a manutenção desta expressão espontânea quanto os desdobramentos que esta pode vir a sofrer. Nesse sentido, o reconhecimento ganha um caráter fundamental no próprio alvorecer psíquico diante da possibilidade de apresentação e complexificação da espontaneidade. Afinal, tratar-se não apenas dos eventos vividos e das relações que começam a se estabelecer, mas da forma como o indivíduo vivencia as experiências e as funda internamente (Stern, 1985/1998).

Tomada por esta discussão Benjamin (1988/1996) traz à tona um novo questionamento. Se aceitarmos a ideia de que a criança não começa sua vida inserida em uma relação indiferenciada com o mundo, o que surge como questionamento deixa de ser como ela se separa da unidade e passa a ser como reconhece os outros e passa a estabelecer relações com eles. Este apontamento nos leva a olhar a questão de um ângulo distinto. Afinal, o que passa a estar em pauta é a importância do reconhecimento por via de mão dupla do outro em sua individualidade. Outro ponto importante desta consideração é que, ao nos direcionarmos a um questionamento que ao invés de estudar como se dá o distanciamento e separação do outro se propõe a estudar

a importância de sua presença dotada de especificidade própria, nos lançamos em um lugar de atividade tanto em nossos processos de constituição e amadurecimento subjetivos quanto na construção de nossas relações. As implicações de nos debruçarmos sobre o processo de amadurecimento psíquico enquanto resultado do reconhecimento gradual que começa a ser traçado em relação ao mundo, a partir do qual não apenas me constituo, mas posso estabelecer relações, traz inúmeras implicações para a clínica.

A clínica atual tem se deparado com casos nos quais o próprio estabelecimento de um campo relacional vem se mostrando desafiador. Pacientes que apresentam dificuldade na construção de vinculação ou que se fecham a presença do outro. Sujeitos que não conseguem acessar seus próprios afetos. Pacientes que trazem a via não verbal de comunicação como forma de expressão cada vez mais frequente. Sujeitos que apresentam todo um campo no qual a troca e comunicação se apresentam como um grande enigma. Estas e outras formas de demandas de trabalho analítico tem chegado ao consultório e aberto o trabalho clínico à importância do estabelecimento da própria relação entre analista e analisando, assim como aos impactos desta no que tange o manejo clínico. Tirar o sujeito de uma solidão perturbadora, e apresentá-lo a presença de um analista vivo torna possível a entrada de um outro presente e diferente, assim como um engate posterior em relações triangulares.

Seguindo a linha proposta acima, temos que, inicialmente, o *vir a ser* se encontra inserido em uma relação dual inscrita no registro da mutualidade. A percepção do mundo e dos objetos com os quais se relaciona se dá em uma via sensorial e rítmica, sem carregar em si grande especificidade. O cuidador adaptado não apenas realiza cuidados sobre o corpo do bebê, mas reconhece suas formas de expressão corporal de modo a começar a dar contorno ao corpo do infante e a própria relação. As expressões do bebê na presença daquele cuidador começam a ser particulares, assim como as respostas que lhe são direcionadas, estabelecendo-se assim uma relação de reconhecimento rítmica e não verbal. Para que a construção desta via comunicativa inicial seja possível é necessária a presença de um cuidador *disponível a reconhecer o bebê*. Embora o bebê humano venha ao mundo dotado de uma abertura natural para o contato e estabelecimento de relações com o outro, é preciso que o ambiente esteja disponível a criação desta ritmicidade própria a partir da qual a presença do outro começa a ser gradativamente reconhecida e assim também a sua própria.

O reconhecimento, que inicialmente se dá através de movimentos rítmicos torna possível o acesso a figura do outro, de maneira inaugural, através do regime da semelhança (Benjamin, 1995). É como se surgisse à seguinte conclusão: *Este que não sou eu, é igual a mim,*

pensa como eu, sente como eu, o que acontece a mim acontece a ele. Esse regime permite que o indivíduo introjete características não apenas do outro enquanto semelhante, mas as quais também lhe são apresentadas através da própria relação. Trata-se de um movimento de introjeção criativa de si e projeção constitutiva do mundo. Surgindo uma nova enunciação: *O que sou capaz de reconhecer como parte de mim também é parte do mundo.* É a partir da presença do outro capaz de reconhecer as particularidades próprias ao sujeito que estas podem ser introjetadas, tornando-se parte do *self* em formação. Desta forma, concordamos com a afirmação de Alvarez (1992/2020) segundo a qual, “(...) aqueles bebês suficientemente tocados, olhados e com quem os adultos conversam não estão apenas sendo chamados para prestar atenção a um mundo humano exterior a eles; estão sendo chamados a prestar atenção no fato de que eles próprios existem.” (p. 126). Nesse processo, é a partir do reconhecimento externo da existência que ela pode ser reconhecida também internamente e, desta forma, o *ser* se torna capaz, gradualmente, de se auto afirmar em sua singularidade.

Seguindo esta linha, Benjamin (1988/1996) aponta que a autoafirmação e o reconhecimento se apresentam como pontos fundamentais no processo de diferenciação. Para Benjamin, a diferenciação se enuncia como um movimento basal no processo de constituição subjetiva na medida em que traça uma separação entre um si mesmo consciente dos seus contornos próprios e da presença dos outros com os quais pode se relacionar.

Neste sentido, o processo de reconhecimento em conjunto com a autoafirmação permite que o indivíduo ingresse no registro das diferenças, o que possibilitará que este não se encontre mais remetido a um regime de submissão. Afinal, foi a partir do reconhecimento que as ações, sentimentos e intenções do indivíduo puderam ser significadas, o que permite que a subjetividade venha à tona e que o indivíduo seja capaz de se apropriar da autoria de sua própria vida. Este movimento possibilitará, em um momento posterior, que suas vivências não necessitem mais de uma constante afirmação narcísica do outro.

Em decorrência da aquisição da capacidade de se auto afirmar enquanto sujeito independente, o indivíduo ingressa em um conflito entre o desejo de ser reconhecido pelo outro e o desejo de sair de um regime de excessiva submissão (Cintra, 2018). Isso permite que o indivíduo dê início a um movimento de distanciamento e separação do outro com o qual se relacionava em um regime narcísico de afirmação constante em grande intensidade.

Sobre isso, Cintra (2018) aponta que, na mesma medida em que o reconhecimento só pode ser valorado uma vez que é exercido por um outro sujeito também merecedor de nosso

reconhecimento⁶, o reconhecimento se apresenta paradoxalmente como um movimento de afirmação e negação. Afirmação na medida em que afirma nossa existência singular, e negação uma vez que promove também uma distinção entre o Eu e outro. Esta dinâmica de constituição subjetiva pautada no reconhecimento evoca um panorama para além do narcisismo uma vez que nos leva a considerar o outro em sua totalidade e não apenas como espectador e investidor do sujeito em formação. Neste sentido a autora ainda afirma que “A “afirmação de si mesmo” é, em muitos sentidos, um processo de negação da “necessidade de ser reconhecido”. ” (Cintra, 2018, p. 693). No decorrer deste processo, quando já podemos nos deparar com um *self* minimamente constituído a ponto de começar a suportar gradativamente o direcionamento do outro para demais objetos, nos vemos diante da possibilidade da saída de uma relação dual para a construção de relações triangulares (Benjamin, 1995). Dedicar-nos-emos agora à duas formas possíveis de relação dual. Primeiramente à um modelo pautado no regime das semelhanças, que tornará possível ao indivíduo em um momento posterior o ingresso no regime das diferenças.

Reconhecimento a partir da dinâmica das semelhanças: o lugar da presença materna

Ao nos dedicarmos ao estudo das relações que se estabelecem no início do amadurecimento emocional primitivo usualmente a figura materna recebe um lugar de destaque. Para além do centramento dos cuidados do infante na figura específica da mãe, nos dedicamos aqui a pensar a importância da presença viva de um sujeito já integrado, capaz de se disponibilizar enquanto meio maleável e adaptável às necessidades do infante. Propomos adentrar o terreno da constituição subjetiva do bebê por uma via distinta da usual, entendendo o movimento de integração como resultado não de uma separação em relação ao mundo, mas como proveniente do alcance gradual da capacidade de reconhecê-lo. Assim, devemos analisar a relação primordial que se estabelece com a figura materna enquanto representante do primeiro objeto disponível a reconhecer as necessidades e expressão espontânea do infante e satisfazê-las. Por outro lado, o estado de ambiência inicial promovido por uma presença adaptada permite também que o infante seja capaz de reconhecer a figura de cuidado enquanto objeto com o qual é possível relacionar-se. Tal ponto confere ao reconhecimento um lugar de destaque no próprio processo de individuação. “A negação da subjetividade da mãe, na teoria e na prática, impede

⁶ Com isso o autor refere-se a um sujeito que poderá também ser valorado pelo indivíduo por ser dotado de uma existência própria que ultrapassa sua função de nos reconhecer.

profundamente nossa capacidade de ver o mundo como habitado por sujeitos iguais. ” (Benjamin, 1995, p. 31, tradução nossa).

Partindo de um panorama intersubjetivo, Benjamin (1995) afirma que habitualmente observamos o processo de separação-individação a partir de um enfoque no indivíduo em formação. Esta angulação nos leva a conceber o amadurecimento individual a partir de um movimento progressivo em direção a autonomia e a separação a fim de criar uma dinâmica psíquica própria a partir da internalização do objeto promotor da construção desta independência. A angulação teórica habitual nos leva a conceber a relação do bebê com a presença materna⁷ enquanto um objeto, deixando de lado o fato de que esta carrega uma história particular e subjetividade própria com a qual, desde muito precocemente o indivíduo estabelece movimentos comunicativos e constrói gradativamente uma relação, sendo afetado por estas particularidades. Mesmo que o infante não reconheça a si mesmo e ao outro desde os primórdios, a existência destas figuras enquanto distintas ao mesmo tempo em que está posta precisará ser cocriada pelo par.

Benjamin (1995) ainda afirma que costumeiramente nos deparamos no campo psicanalítico com uma perspectiva infantocêntrica, o que deixa de lado a atividade presente nas respostas maternas, que carregam não apenas seus ares de suficiência ou insuficiência nos cuidados com o bebê, mas sua própria subjetividade que se encontra presente mesmo no quando da construção de uma díade com o infante. A autora completa seu pensamento apontando que esta forma de pensar acaba deixando de lado o prazer que pode ser experienciado na própria relação com o infante e não apenas com as relações fantasmáticas estabelecidas, fruto de uma economia pulsional. O *prazer da experiência* (Brum, 2021), que pode ser vivenciado no seio da relação, fala justamente sobre a capacidade de usufruir de si mesmo na presença do outro a partir de um movimento interativo capaz de promover um encontro paradoxal consigo e com o outro com o qual é possível se relacionar. Esta forma de prazer é proveniente justamente da possibilidade de experienciar algo de si no encontro com o outro, vivenciando a reunião entre o interno e o externo sem se perder neste encontro. É justamente a possibilidade da figura que ocupará o lugar da presença materna sentir prazer no encontro estabelecido com seu bebê – encontro este que torna possível todo movimento de adaptação e reconhecimento do *self* emergente do infante – que tornará possível que a relação diádica seja estabelecida e que o

⁷ Optamos por nos referir neste tópico a presença materna a fim de ressaltar seu caráter enquanto função dotada dos atributos necessários para a possa ser experiada pelo infante, sendo exercida efetivamente pela mãe ou por qualquer outra figura que venha a substituí-la.

cuidador se adapte e seja capaz de reconhecer a espontaneidade que o bebê começará a expressar desde muito cedo.

Tal tipo de adaptação implica uma disponibilidade quase decifratória que, ao mesmo tempo em que percebe também apresenta ao bebê suas demandas e as cria como fruto do envolvimento que se estabelece em decorrência da relação. É justamente a inserção do bebê em uma relação dual o que possibilita ao cuidador a atenção necessária para que este movimento de reconhecimento comunicativo e constitutivo possa se estabelecer. A díade mãe-bebê representa uma vinculação entre estas duas figuras, uma integrada e capaz de dar o suporte necessário para que a outra possa se fundar e uma existente em sua potencialidade própria e abertura para o mundo, mas ainda em processo de integração e constituição subjetiva. A relação dual diz respeito as interações que se darão entre estas duas figuras sem outros objetos do mundo sejam percebidos e apreendidos enquanto fora do seio da relação.

Para o bebê ainda sem uma dimensão de *self* minimamente constituída, a instauração de uma interação a partir do regime diádico se mostra fundamental. Afinal, como vimos, inicialmente o amadurecimento psíquico se dá inscrito no regime da semelhança para que posteriormente o registro da diferença possa ser percebido. Assim, a partir da capacidade de estabelecer relações em um modelo diádico cria-se o espaço necessário ao infante para que ele possa ser percebido naquela relação e possa também perceber o outro como semelhante a si. É em decorrência deste duplo reconhecimento que o indivíduo em formação pode seguir naturalmente sua jornada rumo ao tornar-se. Do mesmo modo, é importante para a mãe poder ter sua atenção direcionada ao bebê para que possam constituir uma interação própria em decorrência da qual também possa percebê-lo e adaptar-se às suas necessidades.

Nesse movimento, constância e continuidade se apresentam como fundamentais para que o indivíduo possa gradativamente se constituir e alcançar um sentimento de si capaz de se auto afirmar. Neste estágio inicial estamos diante de semelhanças que também se formam por meio do mimetismo corporal. Com isso queremos dizer que, na medida em que o outro é reconhecido como semelhante apresenta-se como um modelo a ser seguido na própria constituição subjetiva através, em um primeiro momento, de imitações, tanto dos movimentos corporais quanto das reações afetivas. Ao seguirmos esta linha, o próprio mimetismo passa a ser visto como um movimento de reconhecimento primordial que também direciona o indivíduo ao posterior ingresso ao regime das diferenças, uma vez que o próprio jogo de imitações já é na verdade uma brincadeira sobre a criação de si mesmo. *“Eu mimetizo, com minha própria entonação pessoal, a forma como eu sou capaz de reconhecer e apreender o ambiente.”*

Tendo isso em vista, entendemos que traçar as linhas de um amadurecimento psíquico a partir do encontro inscrito nas linhas da intersubjetividade nos coloca diante da constituição subjetiva como fruto de um processo de descoberta e interação. Esta perspectiva nos lança mais do que nunca diante de uma forma de interação que só pode se dar em um primeiro momento nas linhas da dualidade e mutualidade. Afinal, para reconhecer é preciso ser também reconhecido. “O que comumente digo em pesquisas sobre interação mãe-bebê: sintonia ou entonação emocional, influência mútua, mutualidade afetiva, estados de espírito compartilhados.” (Benjamin, 1988/1996, p. 28, tradução nossa).

Nesse sentido, devemos realizar um breve retorno ao ponto segundo o qual inicialmente a relação entre o infante e a presença materna se inscreve nas linhas da dualidade, como relação direta entre duas figuras que inicialmente não se reconhecem a si mesmos enquanto distintos e independentes. Esse ponto nos leva a pensar a amalgama indiferenciada winnicottiana por uma outra perspectiva. A não existência inicial do bebê fora da rede de cuidados maternos se dá na medida em que este só é reconhecido a partir da relação que estabelece com a figura materna. Nesta linha, Benjamin (1988/1996) afirma que a mãe que se sente reconhecida por seu bebê não atua apenas no sentido de projetar sobre este suas próprias vivências, mas que a figura materna está criando dentro de si a imagem vinculada deste bebê que um dia foi parte dela como bebê que um dia se constituirá como uma pessoa separada.

Como destacamos no tópico anterior, podemos considerar que desde sempre existem facetas próprias à cada elemento desta dupla. De um lado temos a subjetividade formada da mãe, e do outro a potencialidade própria ao bebê que fundará seu sentimento de si. Podemos pensar que a imaturidade do bebê humano e a dependência de um outro a satisfazer tanto suas necessidades egóicas quanto biológicas no começo da vida, sua forma de gestação intrauterina que se dá ao longo de nove meses e o estado de preocupação materna primária (Winnicott, 1956/2000) levam a mãe a manutenção da sensação de que o bebê ainda é parte dela. Este movimento se mostra fundamental na medida em que permite que a presença materna seja capaz de prever as necessidades de seu bebê. Tal ponto nos leva a considerar esta adaptação tão primordial entre presença materna e infante como uma forma de reconhecimento natural e necessária que impactará positivamente no amadurecimento do vir a ser.

Contudo, a partir do movimento interativo que se estabelece após o nascimento e as reações expressas diante da vitalidade do bebê, que emerge cada vez de forma mais premente, concedem à mãe o lugar de destaque que esta possui na vida deste que esteve dentro dela, foi parte dela e agora constitui uma existência própria (Benjamin, 1988/1996). É a partir da

responsividade do bebê que a presença materna começa a percebê-lo como algo separado de si instintivamente ao se adaptar à sua espontaneidade que já busca expressão. Desta forma, é a vitalidade espontânea do bebê que surge no seio da relação que se estabelece com a mãe que possibilita o movimento de reconhecimento mútuo em um sistema que se retroalimenta ao mesmo tempo em que cria ambas as partes do par.

Desta forma, a importância da vitalidade surge como norteador da relação. Vários autores (Alvarez, 1992/2020; Benjamin, 1995; 1988/1996; Winnicott, 1971/2019, Ferenczi, 1929/2011) apontam, cada um à sua maneira, a importância da vivacidade do outro com o qual o infante se relaciona como ponto central no amadurecimento psíquico. Benjamin (1995) traz à tona a vitalidade e responsividade do infante como forma possível de trazer apresentação, no seio da interação dual, de expressões vivas de um cuidador deprimido. Da mesma maneira, Alvarez (1992/2020) apresenta a vivacidade do cuidador enquanto meio de introduzir o sujeito em formação no registro de sua própria vida a partir do reconhecimento de seus movimentos particulares e inserção dos mesmos em um registro de estar vivo. Essa dinâmica se apresenta como se *a expressão de vitalidade por parte do cuidador fosse capaz de exercer uma influência atrativa sobre o infante e apresentá-lo à possibilidade de estar vivo*. Podemos considerar desta forma que essa atratividade cujo motor se encontra na própria vitalidade se configura como uma via de mão dupla e uma busca natural do humano pela possibilidade do estabelecimento de relações com outros objetos vivos. Pensando em termos de mutualidade, a possibilidade de se encontrar inserido em uma relação dual com uma figura viva torna possível a expressão e reconhecimento de nossa própria vitalidade e especificidade. Isso permite que a relação estabelecida surja como terreno fértil no qual a noção de um si mesmo possa se fundar e complexificar. Algo que se mostra fundamental principalmente ao tratarmos de uma relação que se inscreve no regime das semelhanças no qual buscam-se pontos de ancoragem norteadores ao si mesmo em formação. Encontrar no outro uma aproximação com a vida que pulsa dentro de si e construir um encontro seguro no qual essa vida pode vir à tona é no mínimo reconfortante.

Do mesmo modo, a questão da vitalidade nos coloca diante da necessidade de que o bebê seja reivindicado por seu cuidador na esfera desejante. A partir desta reivindicação, a relação se configura como algo desejado e desejável para que, ao ser convocado ao seu lugar de ser psicológico o infante possa carregar em si este investimento desejante e vivo. “(...) prefiro pensar na mãe reivindicando seu bebê como dela, reivindicando sua atenção, chamando-o para

ser um ser psicológico” (Alvarez, 1992/2020, p. 118). É diante da reivindicação do bebê que este é convocado à possibilidade de estabelecimento de uma relação com a figura materna.

Pensando nessa linha, a relação entre o infante e a figura materna passa ser vista como um jogo de *apresentação, descoberta e criação*. *Apresentação* entre um indivíduo e um ser em formação. *Descoberta* na medida em que a abertura desejante possibilita o reconhecimento das especificidades do outro e assim também dele próprio enquanto figura presente. *Criação* uma vez que, inseridos na mutualidade própria de uma relação dual que se estabelece na saúde, a dinâmica do reconhecimento se torna ainda mais categórica. “Ao ser reconhecido sou criado e posso criar a mim mesmo enquanto um ser próprio”, “na medida em que me crio posso reconhecer como semelhante aquele me reconhece e assim criá-lo objetivamente”. Este ponto nos coloca diante de uma faceta fundamental das relações intersubjetivas. A qual se refere ao movimento de mútua criação, amadurecimento e modificação constante ao qual estamos abertos em nossas relações.

Neste contexto, as relações deixam de se referir apenas ao registro interativo e passam a ocupar um lugar constitutivo. Segundo Benjamin (1995), “(...) o reconhecimento começa com a resposta de confirmação do outro, que nos diz que criamos significado, tivemos um impacto que revela uma intenção” (p. 33, tradução nossa). Essa afirmação nos coloca diante do reconhecimento não apenas como fruto da interação, mas como processo basal no que tange a criação de sentidos sobre nós mesmos. Dito de outra forma, somos apresentados a uma faceta paradoxal na qual o reconhecimento possibilita tanto a criação de si mesmo e do mundo quanto a interação de ambos, ao mesmo tempo em que estes surgem como fruto da capacidade de reconhecer.

Neste ponto, na medida em que o bebê estabelece um movimento comunicativo com a presença materna que passa a perceber suas especificidades e, começa a também reconhecer sensivelmente as particularidades desta relação torna-se possível a construção de um movimento identificatório com a presença materna. A identificação aqui ganha ares constitutivos na medida em que possibilita que o indivíduo em formação introjete aspectos próprios da mãe não enquanto objeto, mas enquanto ser semelhante. A mudança do movimento de introjeção sobre aspectos de um objeto em prol da introjeção de aspectos de um indivíduo vivo nos coloca diante de um movimento que se dá sobre um indivíduo que também se encontra em modificação e complexificação constantes. Esta perspectiva nos lança diante de um bebê que atua ativamente em seu próprio processo de constituição subjetiva. Da mesma forma, seu movimento de criação sobre o mundo com o qual interage vai além da ideia winnicottiana

segundo a qual o mundo é criado e passa a existir na medida em que é percebido (Winnicott, 1953/2019). Aqui, os outros de fato são criados e modificados na medida em que são afetados pelo reconhecimento que é lançado sobre eles. E, para além de pensarmos uma introjeção categórica e uma projeção maciça, estamos diante de um movimento introjetivo no qual os conteúdos que passam a compor o mundo interno não são recebidos ativamente, mas trabalhados ativamente e (re)criados como parte de si. A projeção não é apenas lançada sobre o outro que a recebe e passa a compor-se com seu conteúdo, ela é lançada sobre um receptor que a acolhe e (re)significa, atribuindo-lhe um sentido próprio.

Esta forma de olhar a relação primitiva e constitutiva que se estabelece abre as vias desta interação para uma vertente comunicativa não apenas em termos relacionais, mas também constitutivos. Nos possibilita reconhecer a importância e apresentação da especificidade de cada sujeito sobre as vinculações que estabelece e os reconhecimentos que recebe. É claro que devemos destacar que esta forma de relação segue uma linguagem que não pode ser posta em palavras. Aqui, seguimos os apontamentos de Stern (1985/1998) segundo os quais a experiência se inscreve nas linhas do afeto, não se referindo a nenhuma modalidade de percepção definida, sendo vivenciados diretamente como afetos. Esta forma de interação se refere a uma qualidade da experiência que se dá diretamente em decorrência do encontro de duas pessoas, envolvendo a vitalidade afetiva da relação. A interação sobre as linhas do reconhecimento acaba então por abrir campo para modos de sentir e assim se relacionar vinculados com os processos vitais de uma forma global, trazendo o campo da vinculação e da comunicação para um registro não restrito ao campo de linguagem (Stern, 1985/1998).

Stern (1985/1998) nos direciona a uma qualidade afetiva da experiência que norteia o encontro entre indivíduos. A isso o autor se refere a uma série de sentimentos de vitalidade que se expressão em meio à multidão de atos postos na relação parental de forma corriqueira e que não podem ser transpostos em palavras. Stern (1985/1998) propõe que estes afetos que se distinguem dos afetos categóricos⁸ seriam os afetos de vitalidade. Os afetos de vitalidade seriam referentes a formas de comunicação expressas tanto a partir de movimentações mais específicas e próprias a cada indivíduo quanto do encontro entre indivíduos. O autor ainda propõe que estas modalidades de expressão e comunicação afetiva podem se dar em comunhão ou não dos afetos categóricos. Nesse sentido, os afetos de vitalidade seriam formas de expressão não limitadas as expressões performáticas dos afetos categóricos, trazendo à tona a importância do movimento,

⁸ Os afetos categóricos seriam sinais propostos por Darwin enquanto formas de expressão reconhecidas pelos membros da espécie de forma mais geral, tal como raiva, fome, tristeza, alegria.

ritmicidade e sutileza própria a expressão e transmissão afetiva. Tal ponto coloca os afetos de vitalidade em um lugar fundamental no que tange a transmissão para o outro de sua especificidade. Afinal, a forma como cada movimento é realizado e cada afeto demonstrado enunciam por si só a espontaneidade do indivíduo.

Levando em conta estas afirmações, na díade mãe-bebê nos vemos diante de um primeiro ambiente no qual a espontaneidade de cada uma das figuras do par emerge e cria a própria relação, e neste movimento permite a cocriação, modificação e complexificação de ambas as figuras. Neste ponto devemos atentar para o fato de que, inicialmente, o outro é visto como semelhante, a partir do qual pode ser gradativamente reconhecido e decifrado, percebido em sua integralidade e capaz de apresentar ao infante uma dimensão coerciva e vital com a qual ele pode também se identificar, não apenas em termos de conteúdos, mas em termos dinâmicos. *“Isso que nos sentimos norteia nossa relação” “O que eu sou é igual a você e a partir desse registro consigo me deparar com quem você é”.*

Atingido certo grau de estabilidade e coesão, o *self* do infante já é capaz de se sustentar por conta própria. Aqui, a semelhança cede lugar para que as diferenças sejam percebidas e, com essas, o distanciamento gradual entre estas duas figuras e a entrada de um terceiro elemento que poderá então ser subjetiva e objetivamente reconhecido. Afinal,

No exato momento em que entendemos o significado de eu, eu mesmo, somos forçados a ver as limitações desse eu. No momento em que entendemos que mentes separadas podem compartilhar sentimentos semelhantes, começamos a aprender que essas mentes também podem discordar. ” (Benjamin, 1995, p. 37, tradução nossa).

Contudo, o afastamento e abertura da díade não se apresenta como algo facilmente aceitável nem para a figura responsável pela função materna nem para o infante. Por um lado, caso a afirmação da diferença e independência não se sobreponha a necessidade onipotente de se manterem mutuamente inseridos nesta dinâmica, o movimento de aproximação pode ser lançado em um lugar de responsabilidade sobre a crise do reconhecimento, confrontando a capacidade de independência das duas figuras (Benjamin, 1995). Por outro lado, o processo de reconhecimento de maneira natural, na saúde, se inicia com uma comunhão das duas figuras enquanto iguais, dotadas das mesmas necessidades e vontades e finda-se no reconhecimento de ambas enquanto unidades independentes, porém capazes de estabelecer proximidade e semelhança apesar das diferenças constitutivas de cada uma. Nesse sentido, nos direcionamos ao estudo de uma segunda relação dual com a qual pode ser desenvolvido justamente o registro das diferenças.

A importância do reconhecimento do ingresso do terreno das diferenças: o lugar da presença paterna

A psique não é unissexual, mas bissexual, e um *self* estará se utilizando de conjuntos de funções separadas, mas equivalentes. Ao nos referirmos à mãe interna ou à ordem materna, incluímos as funções psíquicas de recepção, gestação, parto e continência, bem como as formas de comunicação baseadas em recursos não-verbais. Ao nos referirmos ao pai interno ou à ordem paterna, incluímos as funções de penetração, inseminação, guarda, encontro, criação e aplicação das leis e, ao especificar este tipo de comunicação, estamos nos referindo à função mosaica. (Bollas, 2000, p. 110)

É a partir de diferenças que compõe o mosaico da vida e da subjetividade particular de cada indivíduo que consideramos de fundamental importância demarcar, dentro da dinâmica do reconhecimento, quais seriam as funções exercidas pela presença paterna. Por presença paterna⁹ aqui, nos referimos a um segundo adulto disponível e disposto ao cuidado da criança e disponível ao encontro e estabelecimento de uma interação comunicativa/constitutiva com esta a fim de atuar ativamente em seu processo de inserção no mundo. Sendo assim, esta forma de presença não se restringe apenas a figura do pai propriamente dito, mas podendo ser ocupado por ele ou quem quer que venha a substituí-lo nas diversas configurações familiares – discussão a qual não nos dedicaremos aqui. Ao longo do processo de amadurecimento do indivíduo a presença paterna apresenta facetas distintas, as quais nos dedicaremos agora. Para isso, adentraremos em um terreno no qual, mesmo diante do estabelecimento de relações diádicas, a presença de um segundo adulto se destaca por uma importância singular, tanto para o nascimento subjetivo do pai na função que irá desempenhar quanto no florescer do vir a ser. Deste modo, nos lançamos neste terreno a fim de discutir quais as implicações do adensamento da participação de um segundo adulto no processo de constituição subjetivo do indivíduo já em fases precoces de seu amadurecimento, afirmando a importância desta presença mesmo antes da entrada no complexo de Édipo.

Winnicott (1960/2007) aponta que um amadurecimento saudável depende de um ambiente suficientemente bom, o que também abrange o cuidado paterno. Seguindo em suas considerações sobre o alvorecer psíquico, Winnicott afirma que o cuidado paterno pode ser

⁹ Nos utilizados do termo presença ao invés de função uma vez que o termo “função paterna” se encontra deveras atrelado a uma ideia de simbólico na psicanálise laciana, foco distinto do que utilizamos em nossas considerações. Sendo assim, a escolha pelo termo presença se encontra alinhada com a importância do encontro entre duas subjetividades – ou uma subjetividade já mais constituída e uma subjetividade em construção – tanto no terreno intersubjetivo quanto em um caráter remetido ao cuidado e adaptação próprio à escola das relações objetais.

pensado em três estágios, que se dão de maneira sobreposta e interligada, variando de acordo com o estágio do amadurecimento emocional no qual o lactente se encontra. Estes estágios seriam, o *holding*, a presença da figura paterna no quando da relação dual entre mãe e lactante e a presença paterna em uma relação triangular entre este adulto, a mãe e a criança.

Como sabemos, inicialmente a criança ainda se encontra inserida no estágio de dependência absoluta, momento no qual a centralidade sobre seu amadurecimento envolve todo o conjunto de cuidados que lhe são dedicados, o que implica a formação de uma amálgama identitária entre ela e o ambiente responsável por seus cuidados. Winnicott (1988/1990) sinaliza que a figura mais propícia a desenvolver uma adaptação às necessidades do bebê é a mãe, que biologicamente não apenas a carrega como parte de si mesma ao longo da gestação, mas também é dotada dos atributos biológicos a fim de desempenhar a função de cuidado após o nascimento. Contudo, não se trata da presença efetiva da mãe biológica neste momento inicial. É muito mais da ordem de uma figura de cuidado capaz de acessar seu elemento feminino puro (Winnicott, 1971/2019), assumindo a função de cuidado adaptado com a qual o bebê poderá desenvolver uma relação dual de continuidade. Por “elemento feminino puro”, Winnicott (1971/2019) refere-se as experiências de *ser* do indivíduo. É justamente a partir da capacidade de acessar essas experiências de uma ordem tão primária quanto constitutiva, que o adulto poderá assumir o lugar de um cuidador capaz de propiciar o desenvolvimento de um *ser* no infante.

Desta forma, o autor da escola inglesa aponta que o pai poderá atuar, neste momento inicial, enquanto mãe substituta, na medida em que seja capaz de acessar seu elemento feminino puro em sua relação com o bebê. Por outro lado, teria também um importante papel na preparação do ambiente para que a mãe possa ingressar no estado de preocupação materna primária e se dedicar ao cuidado e construção do ambiente do lactente. Nesse sentido, a figura paterna representa um papel de mediação fundamental entre mundo e a díade mãe-bebê, o que implica consequentemente na construção do ambiente no qual o infante se insere e na manutenção deste.

É justamente na assunção pelo pai tanto do lugar de mãe substituta quanto de mantenedor do meio no qual a mãe poderá ingressar e permanecer no estado de preocupação materna primária que nos leva a afirmar a função de *holding*, assim como todo o conjunto de cuidados e a própria função de continência, como descentrados da presença materna e referidos também a presença paterna. Tal consideração passa a referir não apenas à mãe, mas também ao pai a faceta do que estamos habituados a chamar de maternagem suficientemente boa e a

dinâmica do reconhecimento que, como vimos se expressa desde os primórdios da relação dual estabelecida.

Claro que podemos nos questionar se tal pensamento influenciaria a manutenção de uma continuidade e constância fundamentais, assim como permitiria a adaptação necessária ao amadurecimento psíquico. Sobre isso, consideramos que o principal é a inscrição do pai na construção do ambiente inicial do lactante, o que de certa forma já é obtido em seu papel de mediação e rede de sustentação para a mãe. Sua presença já é sentida e percebida pelo infante, mesmo que apenas em termos ambientais e não separando este ambiente enquanto duas figuras de cuidado distintas, mas sentindo-o como um todo a partir da continuidade. Ao levarmos em conta este ponto central, nos deparamos com a presença da figura paterna e sua conseqüente importância mesmo quando só é possível para o infante estabelecer relações diádicas.

Desta forma, passado o estado de não percepção da diferença entre o Eu e o mundo, o infante começa a gradativamente reconhecer o ambiente enquanto algo diferente de si. O reconhecimento desta diferença se dá de maneira gradual a partir do registro do mundo enquanto semelhante à figura na qual eu me represento. O mundo, apesar de começar a ser percebido como separado ainda é reconhecido a partir do registro da semelhança. Podemos observar este momento do amadurecimento em crianças bem pequenas quando nos atribuem seus desejos, gostos, necessidades e vontades, por exemplo. Também podemos identificá-lo em pacientes adultos que em análise conseguem atravessar esta dinâmica regressiva com falas como “*eu pensava que todos se sentissem dessa forma*” ou mesmo “*É estranho perceber que aquelas pessoas famosas diferentes de mim existem de verdade, até pouco tempo atrás eu achava que elas não existiam, que todos que existiam eram como eu, falavam o mesmo idioma que eu, eram morenos como eu e tinham uma vida como a minha. Nossa, você tinha que ver a minha cara a primeira vez que vi uma pessoa loira de olhos azuis falando uma língua que eu não conhecia.*”.

Neste estágio no qual alguma diferenciação com o mundo já é possível, a partir da qual torna-se apreensível o reconhecimento da diferença entre as figuras parentais em cena, Benjamin (1995) propõe uma fase na qual a relação diádica não se estabelece apenas com a figura materna, mas também com o segundo cuidador referido a figura paterna. A autora sinaliza a existência de uma forma de amor identificatório anterior à capacidade de estabelecimento de uma relação com um objeto de amor. Este movimento de identificação se dá diadicamente de maneira simultânea com ambos os componentes do par parental. Uma abertura identificatória que possibilita ao indivíduo o reconhecimento de características no

outro a partir das quais não apenas passa a reagir, mas a partir das quais pode também tornar-se.

Gradativamente ao longo do amadurecimento, o infante começa a distinguir a presença da figura paterna e materna, continuando a elaborar suas características como funções que, a partir da identificação contribuirão como aspectos na formação de seu *self* e passarão a compor a própria realidade interna do indivíduo. Enquanto, tradicionalmente, a presença materna se apresenta como precursora de um objeto de amor externo composto a partir da complementaridade e da semelhança, a presença paterna se enuncia a partir de uma via identificatória pautada na diferença e no estabelecimento da separação da subjetividade.

Sobre isso, Winnicott (1969/1989) destaca a importância fundamental da saída da figura responsável pela ocupação da presença paterna de uma posição de substituto da presença materna para ser reconhecido pelo infante. Reconhecimento este que se dá já a partir da apreensão do pai enquanto figura total. “Desta maneira, pode-se ver que o pai pode ser o primeiro vislumbre que a criança tem da integração e da totalidade pessoal.” (Winnicott, 1969/1989, p. 188). Tendo isso em vista, Winnicott (1969/1989) aponta a importância da presença deste segundo adulto responsável e disponível ao cuidado do infante, mesmo diante da ausência do pai biológico. Caso o infante não possa contar com essa presença, sua jornada de amadurecimento passará por um caminho mais árduo. Desta maneira nos vemos diante da presença de um outro, com quem a criança poderá se identificar já a partir do registro das diferenças, mas ainda sob os moldes de uma relação dual. O estabelecimento de um relacionamento com uma figura que já pode ser reconhecida, ainda que a partir do regime das semelhanças, apresenta ao indivíduo em formação a possibilidade dele mesmo poder constituir-se enquanto um ser integral e dotados de especificidades que lhe serão próprias.

Nesse sentido, identificamos isso que chamamos de paternalidade enquanto forma de relação que apresenta ao infante a possibilidade de direcionamento ao mundo externo. “(...) o pai (ou outra representação masculina) desempenha um papel crucial na representação da separação, agência e desejo na fase de reaproximação.” (Benjamin, 1995, p. 56, tradução nossa). É válido destacar que, o importante aqui é a presença de um segundo sujeito, cuja capacidade de *ser* já fora alcançada e ao qual seja possível assumir o lugar deste com quem o infante poderá desenvolver uma segunda relação diádica, independente de se tratar do pai efetivamente ou não.

Outro ponto importante levantado por Benjamin (1995) é que, este segundo adulto se apresenta como uma figura aberta ao mundo externo, desejante de objetos e relações para além

da díade estabelecida com o *vir a ser*. A instauração de um rumo ao mundo externo que é percebido enquanto desejável através dos olhos de uma figura com a qual o infante é capaz de se identificar, auxilia no processo de constituição subjetiva e integração da personalidade. A importância da figura deste segundo adulto se inscreve na medida em que propõe ao infante um modelo diádico com o qual é possível se identificar a partir de uma dinâmica distinta da posta pela presença materna, que se inscreve através da complementaridade. Embora a complementaridade e semelhança possam se dar no regime de diferenciação entre o infante e o mundo, este ainda pode ser sentido neste momento do amadurecimento como distinto, porém, parte. A possibilidade de uma identificação que traga a inscrição da diferença torna possível que o mundo além de sentido como diferente seja reconhecido como estando para além dos limites do sujeito e fora de seu próprio controle, podendo, contudo, ser alcançado a fim de construir relações e vinculações. Nesse sentido, Cintra (2018) destaca a importância da presença e descoberta do outro em seu estatuto de ser separado e distinto, capaz de promover o estabelecimento da alteridade não como forma de negação de si, mas de modo afirmativo no processo de constituição subjetiva. *“Ao reconhecer o outro como um ser distinto de mim, mas ainda acessível à vinculação, me torno capaz de reconhecer também a mim a partir de minha singularidade e possibilidade de estabelecimento de relações com mundo.”* A autora ainda aponta que o reconhecimento mútuo – que ao mesmo tempo em que reconhece o outro possibilita a consolidação de seus limites e personalidade próprias – apresenta um papel fundamental na consolidação de uma autoafirmação de si. Esta última, por sua vez, é apresentada pela autora enquanto capaz de retirar o indivíduo de uma dinâmica infundável de dominação na qual o outro é dotado da potência capaz de atribuir significação, sentido e atividade sobre sua vida.

A importância desta capacidade do objeto de estabelecer uma vida própria que lhe permite reconhecer que sua existência independe de sua onipotência já havia sido trabalhada por Winnicott (1958/2007; 1963/2007; 1953/2019) diante da sobrevivência do objeto e constituição do círculo benigno. Afinal, seguindo o proposto por este autor, após um momento inicial no qual a experiência de mutualidade inserida na dependência absoluta cede lugar as falhas do objeto, este começa a, gradativamente, ser reconhecido como independente do mundo interno do bebê. Concomitante a este movimento, a coesão e integração internas começam a possibilitar a percepção de um objeto também integral, promovendo a percepção de que o mesmo objeto ao qual a voracidade é direcionada também é fonte de cuidado e foco de amor. A voracidade direcionada ao objeto se imputa justamente a sensação de onipotência, a qual a

própria existência do objeto se encontra referida. Deste modo, a existência interna do objeto se encontra relacionada a onipotência infantil, que é posta à prova diante das falhas que gradativamente começam a ocorrer em paralelo à sobrevivência do objeto. A voracidade própria ao sujeito neste período do amadurecimento se depara então com a destruição fantasmática do objeto ao mesmo tempo em que este, ao ser capaz de resistir aos ataques do infante, se mantém vivo no mundo.

Esta dinâmica possibilita a percepção de que a existência do objeto possui sua vitalidade própria com a qual é possível estabelecer relação e vinculações reais. Da mesma forma, quando o objeto é capaz de sobreviver externamente aos ataques do infante, mesmo após um movimento de ataque intenso ao objeto interno, além da culpa inerente à voracidade proferida contra o objeto que também é amado, surge o senso de potência e agencia sobre si mesmo. O indivíduo se torna gradativamente capaz de se reconhecer enquanto agente de suas próprias ações e intencionalidades.

O estabelecimento de uma relação objetal com uma figura capaz de proporcionar os limites à própria onipotência do infante, mesmo estando ainda inserido em uma dinâmica diádica permite a instauração de uma mutualidade escópica que abre precedente para o reconhecimento de *si mesmo* enquanto independente do outro no sentido de apropriar-se de si. Tal ponto retira o indivíduo de uma dinâmica na qual sua própria existência demandaria do outro um olhar constante capaz de afirmá-la, o qual Benjamin (1988/1996) reconhece como fonte de dominação narcísica nas relações. A possibilidade do estabelecimento gradual de um distanciamento promotor de diferenciação com o objeto possibilita que o indivíduo atribua valorização ao mesmo e a relação, não baseando a manutenção desta na continuidade de um regime de controle onipotente, mas, na possibilidade de construção de uma relação pautada na vinculação verdadeira com o outro (Brum, 2021). Esta por sua vez abre espaço para que a presença do objeto seja suportada e mesmo desejada apesar das frustrações e imperfeições inevitáveis em prol da manutenção da relação prazerosa estabelecida. Da mesma forma, a vinculação verdadeira, pautada na continuidade, que se estabelece com um outro que pode ser reconhecido enquanto diferente e separado de si acarreta uma sensação de conforto e segurança de que suas próprias imperfeições e falhas também serão acolhidas e suportadas pelo outro. Afinal, o sentimento de que o outro será capaz de permanecer apesar das falhas do indivíduo em formação desencadeia a segurança de que a vinculação e relação mútua é confiável, promovendo a seguridade de que sua própria existência se manterá reconhecida mesmo diante das assimetrias e desencontros próprios às relações. É justamente o sentimento de esperança

que esta dinâmica promove que apresenta ao indivíduo o modelo de uma relação capaz de sustentar a entrada e direcionamento a outros objetos e assim, uma abertura ao mundo.

É a partir de um processo identificatório com o segundo adulto que o lactente poderá dar início ao seu próprio processo de direcionamento ao mundo externo e construção de um tecido desejante próprio. Ao mesmo tempo, é a possibilidade de se identificar com a figura deste segundo adulto que torna possível suportar a gradual perda de controle que se estabelece sobre a figura materna.

O que desejo ressaltar é a importância de um segundo adulto, não necessariamente um homem ou um pai, com quem a criança possa formar uma segunda díade. A principal característica dessa pessoa, ou posição, ainda não é que ela ame a mãe e sele o triângulo, mas que ela crie o segundo vetor, que aponta para fora e sobre o qual o triângulo pode ser formado. A identificação com um segundo outro como um “sujeito semelhante” torna a criança imaginativamente capaz de representar o desejo pela palavra externa. (Benjamin, 1995, p. 57, tradução nossa)

Nesse sentido, a mudança de perspectiva que propomos com a construção de um olhar de importância sobre a figura paterna já no início do amadurecimento se baseia na possibilidade de que a criança, em sua abertura e contato com o mundo, possa realizar um movimento de criação dos próprios ideais que irá introjetar. Esse movimento se dá em decorrência da percepção das presenças materna e paterna e suas respectivas funções, inicialmente inseridas em relações diádicas. Deste modo, a presença paterna poderá ser entendida como aquela capaz não apenas de reconhecer o infante em uma relação diádica, mas reconhecer e compartilhar com este um olhar desejante que se direciona para fora da díade estabelecida com o infante. Este olhar, que conduz e apresenta o infante a possibilidade de apreensão do mundo externo faz com que a presença paterna se destaque pela atuação ativa que passa a desempenhar na construção de uma abertura do infante em relação ao mundo. Esta forma de díade que se estabelece com a presença paterna não apenas delimita e promove atribuições sobre o infante, mas reconhece em termos afetivos sua *necessidade de integração e diferenciação*, oferecendo-lhe um mundo desejável capaz de contribuir na complexificação de seu mundo interno em formação. É em decorrência desta presença capaz de cuidar e se adaptar sem se amalgamar como infante que se cria o intervalo necessário para a delimitação, nomeação e reconhecimento das particularidades próprias ao indivíduo. É uma relação que permite tanto que um olhar desejoso e onipotente seja lançado sobre a criança, quanto que essa possa receber um olhar de desejo e admiração a partir de uma figura que também se encontra aberta ao mundo. Nesse sentido, é justamente a partir da instauração do terreno das diferenças que o indivíduo poderá passar de

uma posição de objeto – ainda incapaz de estabelecer relações com outros e direcionamento em termos de desejo – para o lugar de sujeito – no qual relações com outros podem ser estabelecidas assim como vinculações pautadas em uma lógica desejante. A partir desta passagem o indivíduo pode começar a se delimitar e se reconhecer em sua própria existência singular.

Outro ponto é que, a díade com esta figura promove um sentimento de expectativa constitutivo sobre si mesmo, instaurado a partir de um movimento identificatório com algo a partir do qual o infante pode almejar *tornar-se*. Nesse processo, acreditamos que poderá começar a se estabelecer não apenas movimentos de colagem identificatória, mas recolhimento de atributos também do mundo externo que poderão ser trabalhados internamente a fim de compor a estética particular do *self*. A instauração do terreno das diferenças se dá nesta dinâmica em decorrência de um duplo movimento. Por um lado, a busca identificatória que permite ao infante ter este segundo adulto como objeto com o qual busca semelhança. Por outro, esta semelhança lhe apresenta à um mundo fora da díade, que também poderá ser desejado.

Pensamos ser importante neste processo que a presença materna se mantenha em seu lugar diádico de semelhança, a fim de proporcionar ao infante um refúgio seguro e contínuo ao qual pode retornar após se abrir aos objetos do mundo. Da mesma forma, a possibilidade de construção desta abertura e cuidado com o infante, vinculado a duas figuras e não apenas a uma, possibilita que o próprio contato diádico se torne suportável para o adulto. Afinal, para o adulto já integrado e dotado de uma personalidade própria, a relação diádica pode colocá-lo em um estado de adaptação ao outro no qual o si mesmo acaba sendo posto de lado, relação que pode lança-lo diante de uma angustiante perda dos contornos já alcançados de si mesmo.

A partir disso, se mostra cada vez mais importante para o adulto a presença de intervalos nos quais este poderá usufruir de si mesmo e alcançar novamente o sentimento de integração, fora da díade estabelecida com o infante. É a partir desta relação dual inicial com ambas as figuras parentais que o infante conseguirá em um momento posterior adentrar em uma dinâmica triangular. Neste contexto, abre-se a possibilidade de contato com o terceiro no campo da terceiridade - tal qual proposto por Benjamin (2012; 2018) e outros autores, ponto ao qual nos dedicaremos agora.

O lugar da terceiridade na dinâmica do reconhecimento

O estudo da função de reconhecimento desemboca no desenvolvimento da ideia de terceiridade. Como vimos, apesar do bebê humano vir ao mundo dotado de uma potencialidade

que lhe é particular, seu amadurecimento passa por uma série de etapas nas quais a presença de uma rede de cuidados – capaz de constituir o próprio ambiente no qual o infante poderá se desenvolver de maneira segura – é fundamental. A constituição de uma relação pautada na singularidade, que é própria à dependência absoluta, não é algo que se dá exclusivamente com a figura que ocupa o lugar da presença materna, mas algo que deverá ser constituído em termos ambientais de maneira integral com as figuras que irão compor o ambiente do infante. Levando em conta a ideia de uma relação dual que também poderá ser estabelecida com a figura paterna, entrelaçando a própria paternidade na rede de cuidado, acolhimento e reconhecimento do infante, nos questionamos, como se daria o ingresso do indivíduo em relações que comportam o lugar de terceiro? Vale destacar que, ao nos referirmos à terceiro estamos nos direcionando as considerações de Benjamin sobre a temática. Reconhecemos que outros autores trazem considerações interessantes sobre a temática, mas que fogem do objetivo que buscamos alcançar com sua discussão no contexto proposto, logo estas não serão apresentadas aqui. Nossa escolha por esta angulação se deve a uma tentativa de apresentar por meio da dinâmica do reconhecimento dois processos fundamentais ao amadurecimento do indivíduo. Estes seriam, a construção de um sentimento de si – a partir do qual o sujeito se torna capaz de se auto afirmar – e a inserção do indivíduo no mundo e reconhecimento dos objetos que o compõe e com os quais poderá se vincular.

Pois bem, vimos no segmento anterior deste capítulo que o direcionamento do indivíduo ao mundo se dá a partir de um movimento de apresentação do mesmo pelo outro, diante da saída da amálgama inicial que se estabelece entre o infante em formação e seu genitor. É nesse sentido que Benjamin e Atlas (2015) afirmam que a capacidade de reconhecer os objetos e sentidos do mundo se instaura a partir de padrões intersubjetivos de um movimento de cocriação deste. A autora continua traçando as delimitações para a ideia de terceiro. *O terceiro, para Benjamin, se refere à capacidade do indivíduo de manter a representação que foi criada do objeto mesmo diante das frustrações e falhas provenientes do encontro com estes.* Falhas estas que seriam capazes de contradizer o movimento criativo inicial. A importância desta instância se inscreve tanto no terreno analítico quanto na própria vida, ao manter a imagem segura do outro ambiental mesmo em sua ausência. Esta instância pode ser observada no discurso de nossos pacientes como, por exemplo: “Às vezes, eu converso, na minha cabeça, como se estivesse conversando com você. Isso me ajuda a organizar as coisas quando não estamos no dia das nossas sessões.”.

Todavia, Benjamin afirma que suas considerações sobre o terceiro se diferem de um ponto de vista clássico. Enquanto tradicionalmente pensar-se-ia o terceiro como uma forma de expressão de um conhecimento específico na mente do analista, que se traduziria como *insights* ou formas de ação no *setting*, Benjamin (2012) afirmam que seu ponto de vista sobre o terceiro parte de uma psicanálise relacional, na qual a relação com o terceiro não está apenas dentro da mente do analista. “Ao adaptar esses estudos das primeiras interações para a teorização clínica, geralmente uso a imagem de uma dança de dois parceiros orientada para uma coreografia compartilhada, mas improvisada, como uma metáfora para o Terceiro.” (Benjamin, 2018, p. 5, tradução nossa). Essa imagem desenhada por Benjamin nos direciona a afirmativa de que para que o indivíduo possa acessar o registro do terceiro, ambos os componentes do par devem estar presentes. É em decorrência desta presença real e verdadeira, que parte de um terreno de mutualidade, que será cocriado um padrão particular e próprio ao par na própria relação— que irá se referir ao registro das duas modalidades de terceiro que exploraremos mais adiante.

Neste campo, e tendo em vista a distinção da problemática do terceiro por estes dois vieses distintos, temos que, na vertente relacional a partir da qual fala a autora, os *insights* deixam de ser valiosos apenas como parte de um processo pessoal, apresentando sua importância também como parte de um ato analítico. Este por sua vez seria capaz de mudar os estados de *self* de ambos os membros do par que assim constituem um reconhecimento de responsabilidade e não simplesmente o ponto de partida para uma mudança da consciência de si.

Nesse sentido, a autora aponta que seria importante *mudar o outro por dentro através de uma mudança do outro por fora*. Conforme esta mudança se dá se torna possível o estabelecimento de reparações relacionais, inclusive de sentimentos muito fortes. Tal ponto lança o terceiro em um terreno no qual se encontra intrinsecamente vinculado à ideia de reconhecimento mútuo, na medida em que se refere à própria relação que se estabelece entre analista e analisando e não mais uma relação na esfera dos objetos internos e ideais. Nesse sentido, “(...) o insight não é simplesmente algo realizado por uma única pessoa, é um ato intersubjetivo. Torna-se ação por meio de sua expressão ao outro como um processo de sustentação do conhecimento e aceitação de responsabilidades; em outras palavras, como reconhecimento.” (Benjamin, 2015, p. 173, tradução nossa). A encenação do trauma que torna possível ao analisando reviver as intempéries vividas se apresenta como uma ferramenta extremamente potente no *setting* na medida em que torna possível o reconhecimento da dor do analisando, muitas vezes, pela primeira vez em sua trajetória.

Situada a partir de uma perspectiva própria, Benjamin (2012) propõe que a criação de modalidades distintas de terceiro, cada qual referida à uma fase também diferenciada da relação do infante com o mundo. A primeira modalidade de terceiro se inicia a partir do nível processual e não verbal, no qual, em decorrência de uma adaptação mútua traçada a partir do reconhecimento da ritmicidade de cada um dos componentes da unidade dual, que cria um sentimento de união e sintonia, desemboca na formação de um terceiro rítmico. É justamente a partir disso que a autora denomina de *princípio de acomodação* que o reconhecimento mútuo se dá, promovendo o movimento não de padrões estáveis que poderão ser encontrados no mundo interno mesmo quando estiverem ausentes no mundo externo.

É justamente sobre esta base rítmica que se desenvolve o que a autora denomina de terceiro moral ou simbólico. Este, se encontra referido à capacidade do indivíduo de expressar suas próprias intenções e reconhecer o outro como um indivíduo distinto e que, nas linhas do pensamento desta autora, merece respeito - sendo possível, na saúde, a manutenção de uma relação nas linhas de um reconhecimento mútuo (Honneth, 1992/2017). O terceiro simbólico carrega as marcas de inscrição do indivíduo nas linhas da diferenciação. Nesse sentido através de manifestações que se dão no nível simbólico, o indivíduo consegue usufruir de uma habilidade conquistada que lhe permitirá manter presente as diferenças, o que torna possível o reconhecimento da realidade do outro enquanto distinta de si.

Desta forma, temos que o terceiro rítmico possibilita que o indivíduo ingresse no registro da dualidade no qual poderá gradativamente se relacionar e reconhecer o outro a partir de um regime de semelhança. Este regime de semelhanças confere, a partir de um modelo identificatório, a matéria prima para que o indivíduo gradativamente dê início ao movimento de constituição de sua própria subjetividade que será então capaz de interagir ritmicamente como outro, influenciando ativamente a criação do mundo que habitará. Tendo este terreno sido criado e o indivíduo adquirindo certa segurança sobre sua própria existência a ponto de afirmá-la, dá-se o ingresso no terreno das diferenças. Neste, si mesmo e outro passam a coexistir não mais por meio das semelhanças, mas pelo reconhecimento das diferenças inerentes a cada um.

O terceiro simbólico se manifesta no sentido de manter presente o terreno das diferenças no qual o indivíduo já ingressou, possibilitando o reconhecimento da realidade enquanto separada do outro. Este movimento torna possível a criação de uma posição na qual mais de uma realidade e subjetividade possam coexistir e comunicar-se, influenciando cada uma os mundos interno e externo da outra. Nesse sentido, “O terceiro é isso ao qual recorreremos como alternativa a coesão (incluindo a retidão moral) ou submissão como resposta aos sentimentos

de impotência – em outras palavras, quando se produz uma ruptura em nossas expectativas ou na provisão de nossas necessidades. ” (Benjamin, 2012, p. 170, tradução nossa). Nesse sentido, o terceiro se apresenta como uma instância paradoxal, afinal, na medida em que permite o reconhecimento do outro em um regime de diferenças também possibilita a criação de intervalos nos quais ambos os componentes do par podem continuar existindo mesmo diante da ausência real de uma das partes. Nesse sentido, afirmamos o lugar do terceiro na manutenção da liberdade do indivíduo em seu viver espontâneo. “(...) o conceito de terceiro não remete à moralidade no sentido de julgamento, é a antítese da imposição coercitiva de uma realidade subjetiva ou de um conjunto de ideais sobre outra na medida em que denota a criação de um espaço para reconhecer e negociar as diferenças. ” (Benjamin, 2012, p. 175, tradução nossa)

A autora ainda afirma que, a sintonia e harmonia necessária para que a experiência se mantenha inscrita nas linhas da mutualidade é algo extremamente frágil e que passará por momentos de menor simetria. Apesar disso, Benjamin (2012) traz a ideia de que a retomada do estado de sintonia é possível através do acesso do indivíduo à terceiridade.

Para esta autora, a terceiridade seria não apenas a capacidade do indivíduo de manter os sentidos e padrões cocriados do mundo em que habita, mas em se relacionar com estes. Tal ponto nos leva a concordar com a autora na afirmação segundo a qual, a terceiridade se refere à capacidade de o indivíduo usufruir do reconhecimento e conciliação das diferenças existentes entre o si mesmo e o outro (Benjamin, 2018). Nesse sentido, *a terceiridade se encontra referida ao espaço no qual a relação com o terceiro pode se dar*. Este movimento, que se passa no vínculo, na relação entre objetos vivos, distintos e reais através do reconhecimento, nos apresenta um caráter interrelacional do terceiro que identificamos como próximo da ideia de espaço potencial proposta por Winnicott.

Seguindo por esta via nos deparamos justamente com a proposição da construção de um intervalo no qual a vertente criativa e comunicativa da relação se torna possível. Winnicott (1953/2019) propõe o espaço potencial como um espaço no qual conteúdos internos podem ser postos no mundo e apresentados ao outro a partir da utilização de ferramentas do mundo que tornem possível sua expressão. Seria um intervalo fora do tempo e espaço no qual a própria relação se constrói, a partir de um terreno de mutualidade e do reconhecimento das diferenças próprias a cada um dos componentes da relação. É justamente a capacidade de usufruir deste espaço que torna possível ao indivíduo o ingresso em relações outras para além do estado de dualidade inicial. Nesse sentido, nos vemos diante da proposição de Gomes e Coelho Junior (texto inédito) na qual em decorrência dos desdobramentos de uma vertente relacional da

triangulação edípica, poderíamos pensar a presença de um “terceiro transicional” a partir da entrada do pai no regime de dualidade mãe-bebê. Acreditamos poder trabalhar com essa assertiva em comunhão com o que foi discutido anteriormente com relação à maternidade e à paternalidade.

Afinal, pensar em um “pai transicional” que adentra a dualidade mãe bebê nos coloca diante de uma cena particular. Conforme vimos, a figura paterna em dado momento também desempenha um papel de dualidade em sua relação com a criança, uma dualidade pautada no campo das semelhanças. Este ponto vai de encontro com as considerações winnicottianas de que a paternidade se encontra referida tanto a promoção de um ambiente suficientemente bom – no qual a mãe poderá ingressar na preocupação materna primária – quanto na assunção de um lugar de mãe substituta na ausência da figura materna nos primórdios do amadurecimento emocional. Este papel já se encontra referido à instância da terceiridade na medida em que torna possível, mesmo nos primórdios, a continuidade de existência mesmo diante das ausências pontuais da figura com a qual o infante estabeleceu uma relação de dualidade. Contudo, em dado momento, as diferenças próprias à cada uma destas figuras começarão a ser percebidas pelo bebê, que dará início à um movimento não de formas de comunicação e apresentação de seu próprio existir no mundo que serão diferentes com cada um. A partir de um cuidado que, apesar de focalizado na figura materna não é exercido única e exclusivamente por esta, é apresentado ao infante a possibilidade de construção de diferenças mesmo no seio das dualidades que o compõe. Estas relações duais distintas possibilitam que o infante seja reconhecido de maneira diferenciada e criem com ele formas de comunicação também diferenciadas. Deste modo, temos que o movimento criativo do infante começa a se dar paradoxalmente na dualidade e para além desta. A constatação das diferenças abre o campo para pensarmos que, inicialmente, estas se dão a partir da apreensão e estabelecimento entre das diferenças entre as figuras que ocupam os lugares de presença materna e paterna, figuras com as quais a criança se encontra paradoxalmente em processo de diferenciação e identificação.

Esta apreensão nos coloca diante de uma díade mãe-bebê que se depara com a presença de um pai (ou um outro cuidador que o substitua) que difere desta mãe e com quem a criança também se encontra identificada pois também está inserida em uma realidade dual. Este segundo cuidador apresenta à criança um intervalo na relação dual na qual suas particularidades com relação ao objeto podem ser percebidas, sustentadas, comunicadas e, na saúde, reconhecidas. Assim, ressaltamos a importância de uma segunda figura que possa direcionar

desejo e cuidado ao infante, assim como uma abertura interessada ao estabelecimento de identificações e relações de mutualidade.

Afinal, assim como no longo processo de amadurecimento, no campo da terceiridade o papel do outro, sua função e a forma como a relação irá se estabelecer mudam de acordo com a forma de interação e acesso ao outro e ao mundo que o indivíduo é capaz de estabelecer. Nesse sentido, propomos que o terceiro rítmico, que se instaura no início do amadurecimento, se daria pelas nuances cocriadas na relação e interação referida a não verbalidade. O terceiro transicional viria em seguida como parte do processo de delimitação, reconhecimento mútuo entre indivíduo e mundo a partir do ingresso no regime das diferenças. Seria justamente a modalidade de terceiro que permitiria ao indivíduo usufruir e expressar sua diferenciação em relação ao mundo e aos objetos antes experienciados na dualidade sem perder-se neste processo. Já o terceiro moral se encontra referido à possibilidade de construir com o outro - agora já no regime de uma relação que se estabelece a partir do terreno das diferenças – símbolos e signos próprios à interação. “Dessa forma, conceituo o reconhecimento como uma ação prática que constrói o terceiro e a terceiridade quando são interrompidos.” (Benjamin, 2015, p. 170, tradução nossa).

Vale destacar que todas estas modalidades de terceiro se encontram assim referidas ao terreno da terceiridade e são costuradas de forma natural na saúde, inscrevendo-se assim sobre a base do reconhecimento. Esta base possibilita que o indivíduo comece a construir a si mesmo e ao mundo em meio a interação que estabelece com o outro, mesmo quando este estiver ausente. Afinal, esses padrões de interação, manejo e simbolização do mundo permanecem presentes visceralmente no indivíduo, compondo sua forma de ser, estar, fazer, criar e compartilhar no mundo e o próprio mundo.

Devemos ter em mente neste ponto que, seguindo a ideia de Stern (1985/1998) que o mundo interpessoal é o mundo afetivo. Nesse sentido, as interações promotoras do amadurecimento e enriquecimento da personalidade do bebê se dão na linha do afeto em um *afetar e ser afetado* capaz de produzir e transmitir conteúdos e sensações próprias neste movimento. A partir do reconhecimento, o sujeito se torna capaz não apenas de expressar sua espontaneidade, seja de forma direta ou por vias secundárias, mas também de identificar a mesma como parte de si, adotando uma linha narcísica constitutiva a partir da qual poderá se apropriar do registro do “*eu sou*”.

Capítulo 2: Trauma e reconhecimento

Ao nos dedicarmos ao estudo do reconhecimento nos deparamos também com falhas neste processo. Os efeitos contemplados por estas falhas apresentam grande proximidade com o modelo do trauma. O que queremos dizer com isso? Como vimos no capítulo anterior, o reconhecimento se caracteriza por um movimento de afirmação lançado sobre o indivíduo que, não apenas circunscreve um lugar e estatuto a partir do qual seu *self* poderá florescer, mas também um espaço no qual suas experiências, relações e afetações também poderão ser vivenciadas. Desta forma o reconhecimento segue uma via para além do ser visto abarcando o terreno da ritmicidade, mutualidade e afirmação. O oposto da dinâmica do reconhecimento seria a incidência traumática do desmentido, no qual ao invés de um movimento afirmativo é lançada sobre o indivíduo uma negativa de si mesmo. Ferenczi (1932/2011) afirma que o desmentido é o elemento chave de um trauma desestruturante justamente pelos impactos que a negativa e ocorrência do evento traumático trazem em termos de implicação ao próprio sujeito. Nesse sentido, trazemos, para fins de nossos estudos, o trauma como negativo de reconhecimento, nos apresentando um modelo a partir do qual poderemos lançar luz sobre os efeitos das falhas que podem incidir sobre o reconhecimento.

Testemunhar, da parte do analista, não implica apenas acolher ou conter. Implica, primordialmente, *reconhecer*. O reconhecimento pode ser entendido como a necessidade vital que possui todo indivíduo de ser visto, ouvido, aprovado e respeitado pelo seu entorno. Não é difícil percebermos que a situação vivenciada como traumática para alguém é justamente aquela em que esse reconhecimento é recusado ou, nos termos de Ferenczi (1931), a situação na qual um sujeito é *desmentido*. (Gondar, 2017, p. 193, grifos nossos e também da autora).

Seguindo esta linha, nos deparamos com o modelo do trauma ferencziano. Para Ferenczi o trauma possui um papel central tanto na constituição e complexificação do psiquismo, no que tange o próprio processo repetitivo e também na importância do corpo como via de expressão em alguns casos. Com isso podemos apreender que em Ferenczi o trauma adquire o lugar de motor do psiquismo, promovendo modificações tanto a partir do que o autor localiza como traumas estruturantes quanto traumas desestruturantes. Nesse sentido, nos vemos diante de uma via positiva para pensarmos tanto o traumático quanto a potencialidade de seus efeitos. A vertente estruturante do trauma se caracteriza justamente por rupturas necessárias ao processo

de complexificação do aparelho psíquico ao longo de sua maturação, estando assim referidos à saúde psíquica. Já os traumas desestruturantes dizem respeito a rupturas bruscas às quais o psiquismo não consegue alocar em sua cadeia de sentidos. Além da ideia de um psiquismo fundado a partir de traumatismos, a inovação ferencziana se enuncia a partir da forma através da qual o trauma incide sobre o sujeito.

O modelo ferencziano do trauma desestruturante (Ferenczi, 1932/2011) conta não apenas com a ocorrência de um evento que excede a capacidade do sujeito de suportar a tensão excitatória, tal qual proposto por Freud em momentos distintos de sua obra (Freud, 1895/2006; 1920/2010). O ponto chave para que a experiência ganhe ares de um trauma desestruturante se encontra referido justamente a relação do indivíduo com o outro e a incapacidade deste de reconhecer a experiência. Para Ferenczi (1932/2011), a faceta desestruturante do trauma se apresenta na medida em que, diante de um ocorrido, o qual a criança não consegue introjetar em sua cadeia representativa, ela busca um adulto de confiança. Este por sua vez, incapaz de se deparar com o horror sofrido pelo infante (Kuperman, 2019), nega-o e, com isso, desmente a própria experiência do sujeito. Dentre os efeitos deste vivido e as implicações que a negativa lançada sobre a experiência apresentam, se destaca não apenas a incapacidade do indivíduo de dar sentido ao evento e a criação de uma crise em sua cadeia de significações (Brum, 2019). Para além disso, ao negar o ocorrido, são postas em xeque todas as vivências e certezas já experienciadas; é posto em xeque o próprio senso de si.

Sem conseguir dar sentido ao que para ela não faz sentido, sem ter o seu relato, o seu sofrimento ou a sua própria percepção das coisas reconhecida, a criança passa a duvidar do que houve, do que sente, do que percebe do mundo. O desmentido não é apenas uma questão de palavra: são os afetos de um sujeito, o seu sofrimento, e ele próprio enquanto sujeito que está sendo desmentido. (Gondar, 2017, p. 91)

Aqui nos deparamos com toda a potência destrutiva desta modalidade de traumatismo. Afinal, sua incidência é capaz de desencadear defesas extremas na tentativa de manutenção da vida. Com essa finalidade, o traumático evoca o mecanismo de cisão a partir do qual o sujeito integrado que vivenciou o evento traumático se fragmenta a partir de uma *auto clivagem narcísica*. Deste movimento emerge uma nova forma de viver que se distingue em uma faceta de si que tudo sabe, mas nada sente, e uma que, ferida e sensível as diversas formas de acesso sensoriais ao evento ocorrido, é incapaz de saber. E aqui, nos deparamos com a faceta paradoxal desta proposta. Se por um lado somos apresentados à potência destrutiva que esta falha ambiental é capaz de suscitar, por outro nos deparamos com o direcionamento natural à vida

que o aparelho psíquico ferencziano possui. O traumático e o disruptivo em Ferenczi se caracterizam como a cartada final em direção à vida, seguindo o direcionamento natural do aparelho psíquico que, para este autor, é garantir a sobrevivência do sujeito.

Esta vertente do pensamento psicanalítico nos permite deparar com toda a positividade que as construções defensivas e sintomáticas apresentam através da construção de novas formas de ser, promovendo complexificações no aparelho e mesmo movimentos radicais de amputação de partes de si para que o psiquismo possa sobreviver ao inimaginável. A partir disso, nos deparamos com a faceta positiva do trauma presente em toda a obra ferencziana que se refere justamente a um direcionamento natural do organismo à vida, a partir do qual mesmo a fragmentação deixa de ser apreendida a partir do viés destrutivo e passa a ganhar ares de resistência. A sobrevivência, mesmo que as custas de parte de si, possibilita um movimento criativo no sentido de abrir caminho para que uma nova forma de vida possa emergir a partir da fragmentação psíquica (Brum, 2018).

Diante desta proposta, somos apresentados a um modelo do trauma a partir do qual não é mais a vertente intensiva e pulsional que se destaca, mas a vertente relacional e intersubjetiva. Com isso queremos dizer que, ao considerar o desmentido como o ponto central a partir do qual o traumático se torna capaz de promover a desestruturação do indivíduo nos referimos a uma incapacidade, uma falha, do ambiente em promover um olhar de reconhecimento, não apenas sobre o evento em si, mas sobre a vivência do sujeito sobre este. Este movimento capaz de captar a espontaneidade do indivíduo não se restringe apenas ao campo visual, mas a toda gama de movimentos, interações e adaptações que permitem a apreensão e afirmação tanto do que emerge de particular do indivíduo em formação quanto do que potencialmente ele poderá se tornar. Nesse sentido, entendemos o desmentido como o negativo do reconhecimento. Por negativo nos referimos tanto a falha na dinâmica do reconhecimento diante da incidência do desmentido quanto aos seus efeitos sendo também proporcionais a uma falha sofrida pelo indivíduo em sua necessidade de ser reconhecido. O resultado da falha do reconhecimento remete o indivíduo a um movimento de ruptura no próprio sentimento de si, promovendo angústias, sensação de irrealidade e mesmo não veracidade das experiências vividas.

A fim de promover um melhor entendimento sobre a relação que identificamos entre trauma e reconhecimento, engataremos no desenvolvimento desta temática a partir de frentes distintas. A primeira se propõe a pensar a relação negativa entre desmentido e reconhecimento pautando-se no conceito de reificação, circunscrito por Honneth. A segunda se direcionará a

momentos mais primitivos da vida nos quais a presença de um ambiente suficientemente disponível e adaptado às necessidades do bebê se mostra fundamental em sua jornada rumo ao ser. Nossa linha argumentativa passará então de um enlaçamento das perspectivas de Ferenczi e Honneth à um diálogo entre Winnicott e Bollas. A escolha por estes autores pauta-se não apenas nas ricas discussões teóricas proposta, mas também nos enlaces clínicos e/ou sociais que se desenvolvem a partir destas.

A falha do reconhecimento promovida por um desmentido reificante

A teoria do reconhecimento desenvolvida por Honneth foi construída a partir da interlocução entre as ideias de Winnicott, Hegel e Mead e baseia-se na ideia de que o reconhecimento se dá a partir da interação entre duas subjetividades distintas. Desta forma o reconhecimento se apresenta como algo natural e inscrito na dinâmica da mutualidade. Honneth (1992/2017) parte das considerações de Winnicott a fim de traçar as linhas de como o reconhecimento se inscreve ao longo da vida do indivíduo. Sobre isso Honneth (1992/2017) sinaliza que,

A essa dependência precária da mãe, que carece, segundo a suposição de Winnicott, do reconhecimento protetor de um terceiro, corresponde, por outro lado, o completo estado de desamparo do bebê, ainda incapaz de expressar por meios comunicativos suas carências físicas e emotivas. (Honneth, 1992/2017, p. 166)

Nesse ponto de sua obra Honneth aponta uma forma primordial de reconhecimento, que dará origem a própria constituição das subjetividades que passarão posteriormente a interagir também na esfera dos direitos e da eticidade. Neste ponto inicial do amadurecimento do indivíduo ele se refere à esfera dos afetos, pautada justamente no terreno da mutualidade própria de uma reação dual. É nesta esfera que surge a possibilidade de criar-se a partir de um “*ser si mesmo em outro*’ o qual pode ser concebido como padrão elementar de todas as formas maduras de amor.” (Honneth, 1992/2017, p. 168, grifos nossos). Nesta esfera, em paralelo com o *sentimento de si*, constitui-se também a autoconfiança e o amar a si mesmo que possibilitarão que o indivíduo possa começar a se localizar em suas expressões singulares até chegar no estágio em que será capaz de se auto afirmar sem depender da continência do outro.

Antes do alcance da capacidade de autoafirmação, o indivíduo em formação tem de lidar, na saúde, com a inevitável desadaptação do ambiente a suas necessidades e as falhas que passam a ocorrer. Diante da quebra da experiência de onipotência do bebê, o mesmo direciona sua agressividade ao objeto que não se mostrou disposto a manter-se completamente disponível. O direcionamento do potencial destrutivo do infante ao objeto testa sua existência independente da figura infantil em uma realidade objetiva. Neste ponto, o indivíduo ingressa na esfera dos direitos na qual começa a reconhecer o objeto em suas especificidades como um ser independente e dotado de direitos próprios. Estes, por sua vez, posteriormente apontarão para seus próprios direitos, a partir de um momento de reconhecimento identificatório, enquanto um indivíduo integral e também singular. “Ao reconhecer o outro como portador de direitos, torne-me capaz de reconhecer a mim mesmo como um indivíduo também dotado de direitos”. A sobrevivência da figura de cuidado sem a promoção de uma retaliação ao infante o leva a conceber a existência do cuidador. Afinal, “(...) se ela suporta seus atos destrutivos como pessoa capaz de resistência, chegando até mesmo a lhe dar, com negativas, ensejo a erupções de fúria, então ele se torna capaz, através da integração de seus impulsos agressivos, de amá-la sem fantasias narcisísticas de onipotência.” (Honneth, 1992/2017, p. 169). A partir disso, Honneth afirma o lugar de luta ao qual o reconhecimento deve estar remetido. É a partir deste movimento de luta e sobrevivência da figura de cuidado que o infante se torna capaz de apreender que necessita dela, abrindo seu campo para reconhecê-la como pessoa real e independente, sua principal figura de investimento e vinculação amorosa. Este movimento de luta que finda em um equilíbrio e aceitação mútua da existência particular das duas subjetividades culmina no reconhecimento da dependência do amor do outro por parte de ambas, sendo este um caminho a partir do qual poderão engatar no regime das relações enquanto indivíduos singulares e independentes. Aqui, os objetos e fenômenos transicionais recebem também grande importância. Afinal, são estas poses externas que representam objetos e relações internas que possibilitam que o indivíduo seja capaz de sustentar a ausência do objeto real, mantendo viva internamente a relação. A manutenção do objeto, aqui, nutre o terreno da confiança a partir do qual outras relações com objetos afins do mundo também poderão ser investidas sem o medo de que sua ausência signifique sua destruição. É a partir deste lugar concedido à vinculação, pautada na presença viva do outro e reconhecimento desta, que Honneth (1992/2017) destaca o amor como uma forma particular de reconhecimento.

A dinâmica apresentada acima nos coloca diante da construção do reconhecimento nas linhas da saúde. Na esfera do traumático ocorre a manutenção do armistício na luta natural pelo

reconhecimento através do desmentido e da reificação. Honneth aponta que o movimento de luta por reconhecimento se apresenta como um ponto fundamental na medida em que se expressa como a primeira forma de afirmação de uma singularidade sobre a outra. Neste movimento de auto afirmação de si traça-se a saída de uma dinâmica intersubjetiva dual para a intersubjetiva relacional¹⁰. Contudo, este movimento natural de autoafirmação também expressa um caráter violento.

Caso esta relação se dê fora de um regime de mutualidade, se expressa como uma ameaça a vida e singularidade do outro. É claro que devemos destacar que o próprio movimento de autoafirmação de um sobre o outro já se apresenta como ofensa a dinâmica de mutualidade. Honneth afirma que o movimento reificante deve encontrar seu fim diante da capacidade do indivíduo de se auto afirmar. Neste ponto, nos vemos diante da importância que Honneth lança em considerarmos o reconhecimento não apenas algo natural e equilibrado que incide sobre o indivíduo, mas algo a ser reclamado e cujo equilíbrio nas linhas da mutualidade deve ser constantemente construído. O reconhecimento para este autor é conquistado a partir de um movimento natural de luta e (re)equilíbrio, a *Luta pelo reconhecimento* (Honneth, 1992/2017).

Diante da impossibilidade do (re)balanceamento das forças em jogo, nos veremos diante da radicalização do confronto. Nesta, a espontaneidade e a dinâmica de reconhecimento são lançadas em uma forma de relação negativa cuja vida e particularidade do indivíduo se veem ameaçadas. A luta por reconhecimento a partir da qual dar-se-á a criação de uma subjetividade capaz de se auto afirmar cede lugar a uma disputa na qual uma individualidade se sobrepõe a outra, escravizando-a subjetivamente. Neste movimento Honneth aponta que nos vemos diante de uma dinâmica de vida e de morte, na qual, a vertente construtiva de si nos direciona à vida e a sobreposição de uma singularidade sobre a outra à morte.

A “morte” se associa à “escravidão”; a “vida” é apanágio da consciência que se afirma como consciência absoluta para si mesma, que vai ao combate até a morte, provando-se no enfrentamento. E se o movimento do reconhecimento recíproco se transformou nessa luta de vida ou morte, a decorrência é a dominação e a existência de senhores – os donos da “vida”, as consciências “absolutas” para si mesmas, os que lesam a posse

¹⁰ Afirmamos a diferença de duas formas de intersubjetividade pois, mesmo antes do estabelecimento de relações e delimitação de cada uma das subjetividades em registros de integração distintos uma já é capaz de impactar as outras no terreno das potencialidades de ser de cada qual.

do outro – e de escravos, os que se perderam na perda de toda posse e aparecem para o outro como não-totalidades singulares. (Albornoz, 2011, 133)

Nesse contexto, o reconhecimento deixa de existir, abrindo lugar para a dinâmica reificante na qual, *“ao sobrepor minha subjetividade a outra atribuo-lhe minhas próprias referências e referenciais, valores adjetivações e percepções; deixo de reconhecê-la e torno-me apto apenas a reconhecer a parte de mim que lhe é projetada”*. Aqui, adentramos em um paradigma essencial da questão do reconhecimento a partir de um viés que contempla também as implicações do traumatismo. Sem o reconhecimento, o indivíduo deixa de existir, da mesma forma, o reconhecimento só é possível a partir de uma dinâmica de mutualidade na qual, *ao sermos incapazes de nos reconhecer uns aos outros destruímos-nos uns aos outros enquanto consciências singulares*. O ato de reconhecimento se encontra referido a capacidade de apreensão da singularidade do objeto e a apreensão de suas características enquanto produto do indivíduo, que carregam em si um caráter espontâneo e criativo.

A partir de seu estudo sobre a problemática do reconhecimento, Honneth (2006/2018) propõe uma atualização da temática da reificação. O desenvolvimento deste conceito se baseia na apreensão da lógica capitalista e a valoração que os objetos recebem diante dessa modalidade de trocas comerciais. Apreendendo os impactos que a dinâmica econômica lança sobre as relações sociais, Honneth afirma que a reificação também estaria referida às diversas formas que as relações podem tomar. O autor constrói sua argumentação propondo a reificação como uma forma de anulação da individualidade, humanidade e características pessoais em prol de uma relação que passa a ser pautada em uma lógica capitalista de “coisificação”. Tal consideração não desconsidera a influência de uma lógica de mercado, mas amplia suas implicações para uma vertente intersubjetiva que se mostra extremamente frutífera na discussão de nossa temática. Afinal, mesmo não estando inseridos em relações de troca de mercadorias, os indivíduos circunscritos por uma dinâmica social capitalista carregam esta postura diante de si e do mundo para suas outras relações. O movimento reificante seria proveniente de um não reconhecimento da individualidade dos sujeitos, utilizando-se de suas vidas e seus corpos de maneira objetificada, atribuindo-lhes valorações externas sem considerar os movimentos auto afirmativos que constituem sua noção de si mesmo particular. Tal ponto torna a discussão desta temática algo extremamente atual na psicanálise, uma vez que a ideia de relações que se estabelecem entre indivíduos subjetivamente singulares é algo que vem sendo discutido amplamente no campo.

Neste ponto nos deparamos com a aproximação que nos propomos traçar entre reificação e trauma. Ao desconsiderar a singularidade do indivíduo é projetado sobre ele um olhar que, ao mesmo tempo em que lhe atravessa lhe impõe adjetivos, sentidos, valorações e desejos (externos). Estas atribuições e afirmativas sobre o indivíduo que não levam em conta sua espontaneidade e movimentos próprios cedem espaço ao lugar que ele ocupa para o outro. Este movimento implica tanto uma *negativa de si* quanto uma *afirmativa sobre si*, culminando na introjeção dos valores projetados que assim passam a ser vivenciados como próprios.

Tal ponto nos leva a afirmar o lugar da reificação enquanto um movimento traumático, em decorrência não apenas da negação de reconhecimento, mas da atribuição de uma valoração externa segundo uma lógica imposta ao indivíduo. Este ato afirmativo-impositivo sobre o indivíduo que não reconhece sua espontaneidade, põe a expressão de sua singularidade, o que desencadeia uma mudança de postura de si. Em primeiro lugar, temos uma mudança da postura de atividade - própria ao indivíduo que é agente criador de uma vida significativa singular - por uma postura de passividade - referida a posição de mero observador dos eventos de sua própria vida. Essa mudança leva o sujeito à perda de sua capacidade auto afirmativa. Suas experiências passam a ser consideradas parte de todo um sistema que lhe é estranho, o que o leva à adoção de uma postura passiva em relação ao mundo e seus objetos. Esta passividade expressa de diversas formas e através de múltiplas dinâmicas faz com que o indivíduo não seja capaz de se apropriar de suas relações e atuar de forma ativa no mundo. Seguindo esta linha de pensamento, nos encontramos diante de uma quebra de espontaneidade e da adoção de uma postura de passividade contemplativa própria aos efeitos do traumático.

Afirmamos assim que o trauma se dá em suas múltiplas vertentes - que serão discutidas mais adiante - em decorrência de um movimento reificante proveniente, em termos gerais, de falhas ambientais sofridas. O que nos coloca diante de um meio que, em sua inadaptação se torna também inábil em reconhecer e responder as expressões do indivíduo, seja em termos de sua espontaneidade ou experiências vividas. É justamente diante desta desatenção lançada sobre as necessidades, vulnerabilidades e limites de um indivíduo que se encontra em constante processo de constituição de si, que a negativa, o atravessamento e a desconsideração se apresentam como traumáticos. Tanto os efeitos da reificação quanto a importância fundamental do outro em sua consolidação nos levam a uma aproximação entre este conceito, trabalhado a partir do olhar do sociólogo alemão, com a ideia de desmentido, apresentada no modelo de trauma proposto por Ferenczi.

O modelo do trauma ferenciano concede um lugar de destaque aos fatores ambientais uma vez que estes surgem como potenciais modificadores do aparelho psíquico (Pinheiro, 1995). Vale destacar que o fator externo na obra deste autor se refere à relação que se estabelece com o outro desde os primórdios da vida. Esta, por sua vez, expressa em um primeiro momento a presença e inserção no próprio ambiente. Em um momento posterior, o outro se destaca pela manutenção de sua importância fundamental a partir de seu lugar de mediador. Tal ponto nos lança na introdução de um panorama que não se refere mais apenas ao intrapsíquico, mas também ao campo relacional e intersubjetivo. Nesse sentido, temos que o sujeito ferenciano possui um direcionamento natural para o mundo desde sempre, o que confere um lugar de protagonismo à figura responsável pelo cuidado. O adulto para Ferenczi além de um representante do meio externo o qual impacta diretamente na formação do infante adquire neste contexto a função de mediador entre os objetos e estímulos do mundo e o indivíduo em formação. A partir desta dinâmica primordial entre o vir a ser e o mundo que ainda não é reconhecido por ele, Ferenczi (1909/2011) propõe dois movimentos formadores do psiquismo ao longo da vida do indivíduo, introjeção e projeção.

Nos primórdios do amadurecimento, o sujeito se relacionaria com o mundo de forma *monista*, não reconhecendo diferenças entre estímulos externos e internos. Neste momento, nos vemos diante da formação de um Eu-prazer original, a partir do qual o sujeito atribui as sensações prazerosas a seu próprio Eu e as desprazerosas a massa amorfa que compõe o mundo externo. Essa dinâmica se desenrola bem, até o ponto em que não é possível se desfazer de certa cota de desprazer, o qual deverá então ser introjetado pelo sujeito que a tomará como pertencente a si e a afirmará, dando conta do desconforto suscitado por esta em seu mundo interno. Este movimento de afirmação do desprazer provoca uma quebra e reorganização própria a um trauma estruturante, a partir do qual dar-se-á a *introjeção primitiva* (1909/2011) e o início do acesso gradual do indivíduo à realidade compartilhada. Além disso, é em decorrência deste movimento de comunicação inaugural entre interno e externo a partir do qual o conteúdo externo passa a afetar a internalidade do psiquismo que decorre posteriormente o movimento de *projeção primitiva*. Neste, o sujeito passa a opor seu Eu aos objetos que começam a ser percebidos gradativamente como parte do mundo externo, diferenciando o percebido objetivamente do vivenciado subjetivamente. Vale ressaltar que os movimentos de introjeção e projeção, além de se encontrarem presentes ao longo de toda a vida do indivíduo o constituindo e tornando possível o estabelecimento de relações com o mundo externo, não visam acoplar ou expulsar o objeto em bloco, mas apenas os sentidos a estes atribuídos. A comunhão dos vários

sentidos, conferidos aos objetos e relações, se apresentarão como material fundamental na composição da cadeia representacional do psiquismo a partir da qual as (re)significações e (re)elaborações serão possíveis (Brum, 2019).

No que tange a problemática do trauma, Ferenczi apresenta esta - tanto em sua faceta estruturante quanto desestruturante - como uma falha nos processos de introjeção ou projeção. Diante da impossibilidade destes processos, o indivíduo se verá impulsionado a promover uma reorganização de um modo de funcionamento já estabelecido. Seguindo a linha da vertente desestruturante do trauma, nos deparamos com a proposição do conceito de desmentido. Este nos coloca diante das consequências que uma negação da experiência do sujeito pode adquirir, ganhando o estatuto de *negação do próprio indivíduo*.

O outro, que na teoria do trauma é representado pela figura do adulto, possui uma função de mediação do sujeito com o mundo, sendo responsável por auxiliar na construção da relação que este vai estabelecer consigo e com o mundo a sua volta. Nesse movimento, aquele que é buscado a fim de testemunhar a vivência devastadora ao afirmar a experiência do sujeito, acaba por negá-la. Diante da negação de sua vivência, a criança se vê desacreditada e descrente de sua própria capacidade de apreender o mundo. Por outro lado, o movimento de negação da vivência infantil impede que o indivíduo seja capaz de introjetar o traumatismo vivido, conferindo-o lugar em sua própria história. É justamente neste ponto que a vertente traumática se instaura, diante de uma experiência que não pôde ser significada e simbolizada. Por outro lado, mais um ponto se apresenta enquanto propulsor de uma complexificação potencial da dinâmica psíquica para o indivíduo. Afinal, diante da negação do evento traumático desencadeado pela confusão de línguas, a culpa sentida pelo agressor torna-se uma grande incógnita para a criança. Na tentativa de suprir as falhas na cadeia de sentidos da experiência provocada pela impossibilidade de introjeção, a criança incorpora a figura do agressor em bloco

- e, junto a sua figura, a culpa suscitada pela experiência - e não apenas os sentidos a ele atribuídos. Deste modo, identificando ao adulto que lhe feriu, a criança se vê inundada pela culpa de uma experiência que seu próprio psiquismo não foi capaz de apreender, tornando-se assim inocente e culpada de uma vivência que lhe foi negada. Esta dinâmica nos coloca diante de um impulso à mudança do qual não nos parece ser possível esquivar diante do trauma. Frente à sua incidência, duas saídas mostram-se possíveis: a modificação do mundo (*aloplastia*) ou mudança de si (*autoplastia*). Tal consideração nos apresenta o desmentido como um exemplo específico de movimento capaz de disparar uma defesa autoplástica.

O desmentido se configura então como uma não confirmação, negação ou mesmo não percepção de um evento traumático por parte de uma figura de confiança, denunciando a inadaptação desta em sua função ambiental de mediação. Sendo assim, no trauma desestruturante, a figura do outro se apresenta como,

... um mentiroso que nega a verdade do vivido da criança; (...) o adulto possui uma linguagem da paixão que irá invadir a linguagem da ternura, própria da criança (...) alguém que não tem tato na relação com a criança, um adulto pouco cuidadoso, incapaz de ajudar a criança na sua relação consigo mesma (Pinheiro, 1995, p. 37).

Apesar dos múltiplos elementos do trauma desestruturante proposto por Ferenczi, o desmentido se apresenta como o golpe final que impede o movimento de significação, elaboração e ressignificação que o indivíduo possa construir. Da mesma forma, é no desmentido do trauma que localizamos a principal falha no processo de reconhecimento, que nos leva a afirmar o trauma como negativo do reconhecimento. Afinal, o desmentido se apresenta como um mecanismo intersubjetivo (Kupermann, 2019) uma vez que a negativa do adulto sobre o ocorrido ao ser lançada sobre a criança promove uma modificação de seu psiquismo e põe em xeque a certeza sobre si mesma que já havia sido adquirida. Desta forma, o desmentido nos apresenta aos impactos que a presença de uma subjetividade é capaz de exercer sobre a outra em termos de modificações. “(...) a expressão do trauma esbarra não apenas em seu núcleo irrepresentável e indizível – (...) – mas, também, naquilo que porta de *inaudível*, e que tende a tornar o outro insensível à voz daquele que deseja testemunhar sua dor.” (Kupermann, 2019, p. 67). Afinal, no desmentido nos vemos diante de uma incapacidade do adulto de, deparando-se com o horror do trauma, afirmar a veracidade do ocorrido à criança. O não reconhecimento da experiência vivida se enuncia como uma falha no processo de apreensão das necessidades do indivíduo e um movimento de anulação de sua espontaneidade, representada pela negativa lançada pela expressão do ocorrido. A negativa sobre a experiência e impossibilidade de simbolização da mesma põe em xeque não apenas o vivido, mas a capacidade do indivíduo de dar crédito as suas experiências; derruba a confiança que possuía sobre suas próprias vivências. Deparamo-nos aqui não apenas com uma negação do ocorrido, mas com uma dinâmica que atravessa o sujeito com um olhar incapaz de capturar sua dor. Um olhar que parece não dar conta de todo o horror que a experiência traumática traz à tona, negando-o a fim de também se proteger de todo esse horror (Pinheiro, 1995; Kupermann, 2019). A força devastadora do desmentido se encontra não na negativa lançada sobre a experiência, mas sobre o próprio sujeito. Tal consideração nos leva a depreender o *não lugar* no qual a voz de uma testemunha

que desmente o próprio indivíduo pode lançá-lo. O evento traumático coloca o sujeito em uma verdadeira *crise dos sentidos* (Brum, 2019), na qual a cadeia de significações, que se forma a partir da afirmação de suas experiências vividas e da aquisição de significados e construções tanto fantasmáticas quanto afetiva sobre as mesmas, é destruída.

Um ponto levantado por Gondar (2012) é o fato de que o desmentido – e aqui acrescentamos que a própria confusão de línguas também assume esse lugar – desconsidera a vulnerabilidade do sujeito mesmo antes do evento traumático. Para que a violência se dê o reconhecimento do próprio sujeito e de sua vulnerabilidade tem que ser negados a priori. Em 1929, Ferenczi se dedica ao estudo dos indivíduos não desejados. Neste trabalho, o autor afirma a possibilidade de uma sensação de que *a vida não valeria a pena ser vivida* em sujeitos cujo ambiente não foi capaz de promover a sustentação adequada na mais tenra infância. É a partir da importância lançada sobre o acolhimento, o amor e o desejo, necessários para que o sujeito constitua um sentimento de valia sobre a própria vida e direcionamento à mesma, que Ferenczi introduz neste trabalho a temática ambiental. Para este autor, o meio deve estar pronto para assumir a função de cuidado que lhe é cabida. Consideramos que o não reconhecimento desta necessidade infantil já se constitui por si só enquanto uma falha capaz de transformar o processo de amadurecimento e a sequência de traumas a ele inerente em algo desestruturante para o indivíduo. “A criança deve ser levada, por um prodigioso dispêndio de amor, de ternura e de cuidados a perdoar aos pais por terem-na posto no mundo sem lhe perguntar qual era a sua intenção, pois, caso contrário, as pulsões de destruição logo entram em ação.” (Ferenczi, 1929/2011, p. 58). Nesse contexto, afirmamos o desestruturante do traumático como o atravessamento do sujeito pelo olhar do outro que, ao não se fixar em sua figura, é incapaz de testemunhar seu viver. Este ponto é algo que o desmentido e a reificação compartilham, cada qual no modelo de trauma ao qual se encontram referidos.

Aqui, somos remetidos à imagem da mãe morta (Green, 1980/1988) que é incapaz de depositar o olhar em seu bebê, acolher e responder a sua espontaneidade, dando contorno a sua existência e afirmando seu lugar enquanto indivíduo. Green (1980/1988) aponta que “A transformação na vida psíquica, no momento do luto súbito da mãe que desinveste brutalmente seu filho, é vivida por ele como uma catástrofe” (p. 248), e ainda que o “trauma narcisista que esta mudança representa (...) constitui uma desilusão antecipada e que provoca, além da perda de amor, uma perda de *sentido* (...)” (p. 248).

Tanto no caso do desmentido traumático quanto da presença ausente da mãe morta, a consequência psíquica para o sujeito é a identificação completa com o objeto. Não sabendo como lidar com o outro e desprovido de sentido, diante de tentativas fracassadas de obter uma resposta a si, o mimetismo se torna a única saída possível. Além disso, o indivíduo se depara não apenas com a negativa de si mesmo, mas com a consequência de uma introjeção que o torna o próprio outro do qual não é capaz de abrir mão na tentativa de revestir as cicatrizes traumáticas. Diante do trauma desestruturante, as falhas sofridas na função de reconhecimento – que aqui englobam o amparo, adaptabilidade do meio, expressão de si e identificação da vulnerabilidade do sujeito – lançam o indivíduo em um terreno no qual sua própria existência e expressão espontânea são negadas.

A construção de um paralelo através do qual podemos construir um diálogo entre a proposta de reificação de Honneth e da proposição ferencziana de desmentido apresenta-se como ponto frutífero a partir do qual podemos afirmar a falha no reconhecimento enquanto traumática em si. O traumatismo aqui se encontra referido à uma quebra na capacidade auto afirmativa do indivíduo proveniente do estabelecimento de uma falha na coesão e integração egóicas, que impactará na forma das relações que serão estabelecidas com o mundo. Através tanto da reificação quanto do desmentido, o evento traumático transforma todo o psiquismo em um *país das maravilhas*, do qual nunca se sai e ao mesmo tempo nunca se tem a certeza de ter permanecido. Tudo que foi vivido antes e tudo vivenciado depois precisa de uma confirmação do mundo diante da perda da capacidade de autoafirmação sobre a veracidade de suas próprias experiências. Ocorre uma perda de si diante da qual a espontaneidade é encapsulada e podada, a atividade sobre a própria vida cede lugar a reatividade e o viver transmuta-se em um existir desprovido das lentes de um colorido pessoal a partir do qual sente-se que a vida vale a pena ser vivida.

O traumatismo como fruto da falha ambiental

(...) em geral ocupamo-nos unicamente da adaptação da criança à família, *não da família à criança*. Mas justamente as nossas investigações psicanalíticas mostram-nos que o primeiro passo no sentido da adaptação devia partir de nós, e damos sem dúvida nenhuma esse primeiro passo quando compreendemos a criança. (Ferenczi, 1927/2011, p. 01)

O modelo de trauma proposto por Ferenczi (1932/2011) nos apresenta ao ápice de uma série de elaborações teórico-clínicas que vinham sendo produzidas ao longo de todo seu percurso psicanalítico. Estas por sua vez, promovem uma modificação da etiologia do trauma para a disciplina psicanalítica. De um acúmulo de tensão ao qual o aparelho não consegue se esquivar ou dar conta, somos direcionados às interações iniciais e relações disruptivas com o cuidador responsável por sustentar e mediar o contato com o ambiente no qual este aumento excitatório e impossibilidade de simbolização da experiência se dão. Ao nos depararmos com esta faceta ambiental e relacional, somos postos diante dos impactos que falhas ocorrentes neste âmbito podem acarretar no próprio processo de constituição egóica e amadurecimento psíquico do indivíduo (Ferenczi, 1929/2011; 1932/2011; Winnicott, 1945/2000; 1963/1989; 1965/1989).

Como vimos anteriormente, o caráter traumático proveniente da interação do indivíduo com o mundo a partir da mediação de um cuidador adaptado se deve justamente ao fato de que, nesta interação ocorre uma falha no reconhecimento das necessidades do indivíduo ou de sua potencialidade de ser. Tal ponto nos apresenta à necessidade de abarcar em nossas considerações quatro dinâmicas traumatogênicas que, embora distintas, se interligam e complementam o que vem sendo apresentado. Partiremos da apresentação da ideia de Orpha desenvolvida por Ferenczi ao longo de seus diários clínicos; em seguida nos direcionaremos as agonias impensáveis apresentada por D. W. Winnicott; em um terceiro momento nosso foco irá rumo ao conceito de trauma cumulativo, proposto por M. Khan; por fim nos direcionaremos à ideia de dominação construída por J. Benjamin.

Orpha: o anjo da guarda ferenciano

A retirada do amor conduz inegavelmente a sentimentos de abandono. A consequência é a clivagem da própria personalidade em duas metades, uma das quais desempenha o papel maternal. (...) Antes que essa clivagem se produza, existe provavelmente uma tendência traumática para a autodestruição, mas que pode ainda ser inibida pelo caminho, por assim dizer: a partir do caos é criada uma espécie de nova ordem, a qual se adapta às condições exteriores precárias. (Ferenczi, 1930/2011, p. 271)

É notória em Ferenczi a magnitude implacável que o traumatismo é capaz de lançar sobre o psiquismo, ao mesmo tempo em que se sobressai a potência criativa que poderá emergir em decorrência deste (Brum, 2018). Neste ponto nos remetemos à faceta transformacional da qual o trauma estruturante é dotado, reconhecendo a mesma abertura para algo novo também

na faceta desestruturante do traumatismo. Esta última por sua vez só se torna possível em decorrência da emergência de uma inteligência pura, capaz de calcular as nuances próprias da vida, do viver, do existir e do sobreviver e possibilitar que o sujeito, diante do choque inevitável, realize o único movimento afirmativo de si possível, direcionar-se ativamente à morte iminente. E aqui, nos vemos diante de um paradoxo fundamental na teoria ferenciana. *A quebra de uma parte de si emerge como única saída possível a fim de promover a sobrevivência total do organismo.* Um movimento agonizante, que carrega um grito de dor silenciado, calado, mudo, que entala a garganta e trava o corpo, mas o qual não é possível referir aos eventos traumáticos vividos, lembrados e sabidos.

Diante da incidência do choque a fragmentação psíquica, promotora da amputação ativa de uma parte de si, se apresenta como a única saída possível em um movimento drástico de afirmação do desprazer¹¹. Neste movimento, diante do comprometimento da integridade do eu, a parte ferida de si é tirada de cena na tentativa de possibilitar a sobrevivência. Graças ao fator ambiental subjacente, o traumatismo ganha um caráter de *abandono*, seja por parte do abusador que deveria ter preservado a criança de seu apaixonamento, ou pelo adulto de confiança que desacredita a experiência infantil. Este abandono ressalta a impossibilidade do meio de dar conta do cuidado da criança, entendendo que este se aplica ao reconhecimento das necessidades dos limites aos quais nos encontramos referidos tanto particularmente quanto em cada momento do processo de amadurecimento.

Ferenczi aponta a existência de uma força interna no psiquismo que expressa uma tendência do organismo à reunião dos fragmentos, a fim de promover uma reorganização após a incidência do choque traumático. O que Ferenczi chama de *instintos vitais*, refere-se a um movimento no qual “(...) a parte que ficou intata vela sobre a parte “morta” da pessoa e protege-a como uma criança.” (Ferenczi, 1930b/2011 – reflexões sobre o prazer da passividade, p. 278). Esta tendência do próprio psiquismo a sobrevivência e promoção de interação entre as partes cindidas, mesmo que mínima, nos direciona a um esforço do aparelho em direção a vida. Esforço este que deve se dar em conjunto com as forças externas pautadas no cuidado, presença e reconhecimento por parte do ambiente, mas que, mesmo em sua ausência geram uma força atrativa na personalidade estilhaçada.

¹¹ Não nos dedicaremos a discussão sobre a questão da afirmação do desprazer, a mesma pode ser encontrada no artigo “Do desprazer da realidade ao encontro com o trauma: pensando em uma afirmação do desprazer” (Brum, Câmara, Sanzana, 2020)

Neste ponto, nos vemos diante de mais um marco importante da obra ferencziana. A centralidade fálica e a importância conferida a função paterna tanto em termos de constituição psíquica quanto da própria dinâmica do aparelho cedem lugar à função materna. Nessa perspectiva, o movimento regressivo ganha um caráter não apenas dinâmico e pulsional, mas também e principalmente em termos de afeto e conteúdo. Como exemplo disso temos o desejo de retorno ao útero materno proposto por Ferenczi em *Thalassa* (1924/2011) como uma tentativa de retorno ao ambiente de cuidado adaptado e disponível, capaz de suprir as necessidades e sustentar as falhas. Esse anseio surge como possibilidade de reviver as falhas sofridas, recebendo o cuidado e amparo que faltaram anteriormente. Essa perspectiva nos lança diante da importância crucial de uma figura de cuidado capaz de expressar a afetividade própria à benevolência materna à qual o sujeito ferido ainda se mostra sensível (Ferenczi, 1932/2011). A necessidade e importância desta é tal que, diante da impossibilidade desta função ser exercida pelo meio no caso do choque traumático, uma parte do próprio indivíduo se direciona ao cuidado desta parte ferida de si. A presença do teratoma, enquanto cicatriz que marca a ocorrência de uma cisão psíquica assim como uma parte da personalidade que passa a ser albergada às custas da espontaneidade e atividade, nos lança diante da existência de uma força organizadora denominada de *Orpha*.

A *Orpha* denomina a capacidade da parte que se mantém saudável no psiquismo diante do evento traumático não apenas de sobreviver ao ocorrido, mas de se apropriar do acolhimento e cuidado na tentativa de restaurar as funções vitais da parte ferida. Em outras palavras, *a Orpha se refere a uma parte de si que, na ausência do dispêndio de amor, cuidado e benevolência por parte do meio, se encarrega de cuidar e manter viva a parte ferida do indivíduo*. Essa força interna, segundo o autor húngaro, atua como um verdadeiro anjo da guarda, seguindo incansavelmente na tentativa de manter vivo o Eu em todas as suas partes, mesmo que feridas ou destruídas. “(...) *Orpha*, que em seu desespero também se tornara amiga da morte, e conseguiu, como que por milagre, reconstruir esse ser, embora desmembrado até aos átomos, ou seja, criar uma espécie de psique artificial para o corpo obrigado a viver.” (Ferenczi, 1985/1990, p. 41).

O conceito de *Orpha* surge a partir de uma leitura do mito grego de Orfeu. Segundo a mitologia, Orfeu, filho da musa Calíope e do deus Apolo se destacava por sua beleza e talento com as artes, em especial a música. Quando Orfeu tocava a lira que ganhara de presente do pai, os pássaros se aquietavam para escutar, o curso dos rios mudava para que as águas pudessem se aproximar da melodia, as árvores se curvavam para melhor captar a música que

vinha com o vento e os animais selvagens se tranquilizavam. Orpheu se apaixonou pela ninfa Eurídice, com quem através da reciprocidade do amor vem a se casar. Certo dia, Eurídice, ao caminhar pela floresta é mordida por uma cobra, vindo a falecer e assim habitar o mundo dos mortos. Tomado pela dor e desespero Orpheu com sua lira segue até o mundo dos mortos, passando por obstáculos como o Cérbero e mesmo Hades a quem comove com sua música. Perséfone, a rainha do reino dos mortos, esposa de Hades, convence seu marido a liberar os amantes, sob a condição de que Orpheu seguirá na frente e Eurídice logo atrás dele e que o jovem só poderia olhar para sua amada quando ambos estivessem no reino dos vivos e os raios de sol os tocassem por completo, dos cabelos aos dedos dos pés. Orpheu aceita, mas desconfiado de que poderia ter sido enganado e estar retornando ao reino dos vivos sem sua amada, vira-se para ela antes que o sol a toque por completo. Neste instante Eurídice desaparece diante de seus olhos retornando ao mundo dos mortos. O mito de Orpheu inspira Ferenczi nos contornos concedidos a esta função psíquica inata de autopreservação diante da incidência do trauma por representar mitologicamente a esperança e o amor capazes de levar aos confins do mundo dos mortos um jovem vivo e vivaz na tentativa de resgatar sua esposa falecida. A medida desesperada tomada por Orpheu que, ao longo de todo o mito transmite o brilho e vitalidade próprio a um filho de Apolo, enuncia o trabalho da *Orpha* ferencziana que seria justamente uma tentativa incansável de resgatar e cuidar da parte traumáticamente ferida na esperança de que, um dia, esta possa voltar a vida. Da mesma forma, a proposição de uma versão feminina para a interpretação do mito nos direciona ao caráter maternal que esta instância adquire, ao mesmo tempo em que ressalta a saída proposta por este autor de uma psicanálise cuja centralidade se encontrava ancorada na lei paterna, e direcionamento a uma psicanálise embasada no cuidado e adaptação próprios de uma função materna.

Desta forma, as forças orphicas seriam forças de autopreservação inatas próprias ao psiquismo, responsáveis por um movimento coesivo interno que, a partir de um movimento de auto agregação busca reunir e (re)organizar o aparelho psíquico. O grande destaque desta força agregadora surge ao nos dedicarmos a temática do trauma. Afinal, apesar da existência de uma força aglutinadora inerente ao aparelho, na saúde, somos direcionados a um movimento construtivo deste. Ao nos direcionarmos ao contexto traumático, as forças orphicas se convertem em um importante mecanismo em prol da sobrevivência do indivíduo. Seguindo este objetivo, as forças orphicas promovem uma série de medidas protetivas ao indivíduo a fim de tornar o trauma suportável, elaborável e não algo capaz de aniquilar de maneira atual o indivíduo. Assim, as formações oníricas podem surgir como uma forma de acessar o ocorrido

na tentativa de alcançar uma cura ao sujeito ferido a partir da elaboração do evento. Do mesmo modo, o surgimento de alucinações e fantasias se torna uma via através da qual determinados eventos ou recordações podem emergir de maneira suportável, e, mesmo que a partir do enlouquecimento, ganhar lugar no mundo interno do indivíduo criando uma saída na qual a loucura mostra-se uma solução possível à morte. Outra defesa promovida pelas forças orphicas pode vir de uma sensação de anestesia da consciência diante da incidência de sensações que venham a se mostrar intoleráveis. A *Orpha* atua no sentido protetivo, defendendo o indivíduo do que percebe poder ser fonte de um novo choque traumático. É a partir do trabalho interno necessário à sobrevivência proporcionado pelas forças orphicas, que estas promovem um movimento de sobrevivência do sujeito, “custe o que custar”.

A ansiedade referida à aniquilação e morte psíquica que são despertadas, clamam para que *Orpha* surja das profundezas do desespero e desamparo e, como num passe de mágica, reacenda as brasas queimadas da alma, reunindo os fragmentos dissociados e até mesmo “permitindo que a insanidade intervenha (Ferenczi, 1932, 12 de janeiro, pp. 8-10) por uma questão de sobrevivência. (Gurevich, 2016, p. 328)

Orpha é então sinônimo de uma força inata ao psiquismo no sentido do autocuidado e mesmo tentativa de auto cura. Esta força interna e seu trabalho de cuidado com aquele que, até então se encontrava abandonado à própria sorte, mantém aberta a centelha potencial para que uma vida possa ser alcançada.

Se até aqui esteve privado de amor, inclusive martirizado, desprende agora um fragmento de si mesmo que, sob a forma de pessoa dispensadora de cuidados, prestimosa, cheia de solicitude e amor, na maioria das vezes maternal, sem piedade da parte restante e atormentada da pessoa, cuida dela, decide por ela, e tudo isso com extrema sabedoria e uma inteligência penetrante. Ela é a própria bondade e inteligência, um anjo da guarda, por assim dizer. (Ferenczi, 1985/1990, p. 134)

Vale destacar que, embora as forças orphicas sejam uma ferramenta fundamental no sentido da sobrevivência do indivíduo, em caso de reincidência do trauma ou mesmo uma intensidade muito grande em sua vivência primária, elas podem não dar conta por completo da manutenção da vida do indivíduo. Neste caso atuam apenas no sentido da sobrevivência, terreno no qual também se mostram fundamentais. Nestes casos, mostra-se necessária a adaptação, reconhecimento e cuidado do meio. Esta presença e implicação, mesmo que em um momento posterior, tornam possível à parte ferida receber o cuidado do qual necessita. A tenção dedicada as feridas, carregadas como marcas de uma vida, possibilita a cicatrização de algo que não

poderá voltar a face intacta de antes, mas compõe cicatrizes que já não sangram e a partir das quais o sujeito pode construir novas formas criativas para presentificar-se, responsabilizar-se e agir ativamente em sua própria vida.

Nesse ponto nos deparamos com o que Gurevich (2016) aponta como ocorrência de uma transformação. Esta estaria referida justamente a construção, em análise de um ambiente de confiança no qual *Orpha* consegue abrir mão do controle e cuidado da psique dissociada, permitindo que o analista se junte a ela em seu propósito, entregando seu papel protetivo às mãos do analista. Este, por sua vez, é capaz de assumir as funções orphicas sem o custo emocional sob o qual o paciente as experiencia a partir da cisão. Para tal, se mostra fundamental a construção de um terreno de mutualidade sob o qual a confiança poderá germinar, o que se dá a partir do reconhecimento de suas próprias falhas e possível papel (re)traumatizante por parte do analista. “(...) Orpha precisa do analista para restaurar a fé nela, a fé em um analista que acredita plenamente que as partes perdidas existem e está disposto a se dedicar a seu resgate, para ouvir seu chamado dos mortos: um analista órfico.” (Gurevich, 2016, p. 329)

As falhas ambientais na teoria winnicottiana

Após nos dedicarmos ao estudo dos choques traumáticos que desencadeiam o surgimento de uma força vitalizadora e cuidadora do psiquismo, nos direcionamos ao texto winnicottiano a fim de estudar o impacto das falhas ambientais precoces. Além de tentar seguir um desencadeamento temporal das temáticas abordadas, a sequência e vinculação que propomos entre este tópico e o anterior se deve a proximidade, em termos dos conteúdos, entre as propostas dos dois autores (Gurevich, 2016). Em ambos os casos, o traumático se relaciona a uma desadaptação do meio em reconhecer e prover as necessidades do infante. Essa falha desencadeia – para cada autor a seu modo – a proposição de um mecanismo interno inato ao indivíduo a fim de se auto proteger e cuidar diante da impossibilidade do meio de proporcionar tal segurança. Ferenczi propõe a ascensão de *Orpha*, como vimos acima. Winnicott por sua vez introduz a ideia de um falso *self* que, diante das falhas ambientais que marcam a constituição psíquica, formaria um contorno defensivo do *self* verdadeiro, protegendo-o do mundo e intermediando seu contato com este.

Pediatra de formação, Winnicott dedicou seus estudos especialmente ao contínuo processo de constituição psíquica do indivíduo ao longo da vida, buscando entender as

consequências que as falhas e mesmo a ausência delas teriam em cada ponto do amadurecimento individual. Mais do que uma teorização sobre os impactos patológicos do traumatismo, a proposta winnicottiana se dedica aos desdobramentos de uma constituição psíquica pautada na ideia de saúde. No caso das falhas graves que podem vir a ocorrer no processo de amadurecimento emocional o autor propõe mecanismos através dos quais a sobrevivência pode ser alcançada na esperança de que o indivíduo possa constituir, algum dia, o sentimento de que a *vida vale a pena ser vivida*.

Iniciando nossas considerações pelo trabalho de D. W. Winnicott, nos deparamos com um bebê que, nos primórdios da vida apesar de não ser uma tábula rasa, ainda não é, se encontrando referido à uma potencialidade de ser. Este *vir a ser*, como o autor se refere, inicial ainda não é capaz de reconhecer seus limites e, com isso, sua diferenciação em relação ao mundo que habita – como foi trabalhado no capítulo anterior. Da mesma forma, ainda dependendo cuidado e reconhecimento ambiental de suas necessidades a fim de construir os contornos próprios de seu corpo e de seu Eu. Devido a isso, a presença viva de um ambiente adaptado e disponível apresenta-se como fundamental. Afinal, ao funcionar como continente para o Eu em formação do infante esta presença viva possibilita que este se constitua. Por outro lado, uma falha nesta função de sustentação e manejo adaptado ao infante no início da vida desencadeia uma falha na adaptação justamente em um momento no qual as fronteiras entre o Eu e o mundo ainda estão sendo constituídas e delimitadas. Com isso, o sentimento de não confiabilidade em relação ao meio é criado. *É como ser amparado por um colo que a qualquer momento pode vir a nos deixar cair no vazio*. Essa sensação de queda livre referida ao desamparo da incerteza de um cuidado que já falhou em algum momento (Winnicott, 1963/2007), desencadeia uma modalidade de angústia distinta da angústia de castração, a angústia de cair para sempre. Aqui, Winnicott nos apresenta uma modalidade de angústia que não mais se refere à um indivíduo já constituído diante das limitações postas sobre seu desejo. A angústia aqui ganha ares de perda de referências próprias, se encontra remetida a uma falha no cuidado ocasionada pela quebra na dinâmica de reconhecimento das necessidades egóicas do infante a fim de poder vir a constituir-se. O caráter traumático desta ruptura se deve justamente à lacuna na adaptação e reconhecimento que o ambiente é capaz de promover ao infante, algo que é fundamental para que o curso natural de seu amadurecimento possa ser mantido. Por mais que essa falha seja pontual, seus reflexos dependerão da forma e intensidade com a qual foi sentida pelo indivíduo. Afinal, em se tratando de dependência absoluta, a adaptação ambiental às necessidades do infante é algo crucial para que este possa começar a reconhecer a si mesmo a partir do terreno

das necessidades, dando contorno e significado a elas e a si.

Apesar de Winnicott referir seus estudos principalmente aos casos de pacientes borderline e psicóticos, cujo sofrimento se encontra referido principalmente as falhas que se dão ao longo da dependência absoluta (Winnicott, 1945/2000), o autor também aponta as consequências de falhas no processo de dependência relativa. A mudança principal aqui se baseia no fato de que, enquanto na dependência absoluta as falhas se remetem a uma quebra na continuidade de um cuidado adaptado quando este ainda era necessário, na dependência relativa esta ruptura se refere a um cuidado excessivamente presente e disponível quando o intervalo entre indivíduo e mundo se torna necessário. Afinal, na dependência absoluta as falhas ambientais se apresentam como fundamentais para que o indivíduo comece a estabelecer uma diferenciação em relação a si mesmo e o mundo a sua volta. Da mesma forma, denunciam sua importância também para o acesso aos afetos de amor e ódio e, posteriormente, ao processo de integração, ambivalência sobre o objeto que culminará na entrada no estado de concernimento (Winnicott, 1954/2000).

Afirmamos que, em ambos os casos, o traumatismo para Winnicott se encontra referido a uma falha no reconhecimento inerente à função de cuidado, ora por uma falta, ora por um excesso. Desta forma, o traumático para este autor se atrela a uma falha na função ambiental na medida em que o cuidador adaptado sobrepõe suas próprias necessidades ao infante. “O trauma é um fracasso relativo à dependência. O trauma é aquilo que rompe a idealização de um objeto pelo ódio do indivíduo, reativo ao fracasso desse objeto em desempenhar sua função.” (Winnicott, 1965, p. 113). É justamente neste contexto, que Winnicott propõe a ideia de uma mãe suficientemente boa. Esta, seria a representante da figura adaptada ao cuidado do indivíduo e sua disponibilidade se expressa de forma suficiente, nem de mais, e nem de menos. A ideia de uma mãe suficientemente boa carrega em si a inevitabilidade da ocorrência de falhas no cuidado que se dão no encontro entre o vir a ser e esta outra figura que já é. O termo *suficiente* carrega a entonação de que estas falhas não devem ultrapassar a capacidade do infante de tolerá-las e não a ideia de que elas não irão acontecer. O principal aqui é que o cuidador se encontre vitalizado e disponível ao infante, tanto para reconhecê-lo e tornar estas falhas inevitáveis as menores possíveis quanto para repará-las quando as mesmas venham a ocorrer.

Nestes termos, Winnicott desenvolve a ideia de colapso. Para este autor, o colapso estaria sempre referido a algo que já aconteceu e que, no quando do ocorrido, foi capaz de interromper a continuidade de existência que vinha sendo gradativamente adquirida.

Experienciado em um momento primitivo do amadurecimento, o colapso é capaz de desencadear organizações defensivas que passam então a atuar como meio de sustentação do *self* do paciente, protegendo-o de investidas intrusivas por meio do ambiente. A personalidade passa a ser construída sobre a expressão reativa de um falso *self* uma vez que o verdadeiro *self* se viu podado e impossibilitado de se expressar e ser reconhecido em sua expressão.

A tese winnicottiana é de que, em um amadurecimento normal, na saúde, o indivíduo depende, em graus e formas variadas ao longo do tempo, de um outro sujeito, que já tenha alcançado um estágio de integração maior, a fim de constituir-se enquanto tal. Este outro cuidador adaptado será capaz de reconhecer as expressões espontâneas do infante e dar-lhes sentido, lugar e contorno, através de todo o cuidado direcionado ao corpo do infante. Este processo, na saúde, acarretará o desenvolvimento de um verdadeiro *self* a partir do qual o indivíduo poderá alcançar o sentimento de integração e continência, além de se comunicar com o mundo a partir de um intercâmbio entre conteúdos internos e externos. Estas aquisições desencadearão o sentimento de que a vida vale a pena ser vivida. Essa perspectiva nos coloca diante de um amadurecimento emocional que se inscreve nas linhas do reconhecimento mútuo e das trocas enquanto meios através dos quais o indivíduo poderá florescer de forma verdadeira.

Seguindo esta linha, o *setting* analítico passa a ser dotado de um aspecto ambiental. Este por sua vez não visa apenas a análise dos conteúdos intrapsíquicos conflituais do paciente, mas a possibilidade de reviver as falhas sofridas ao longo do processo de amadurecimento emocional. Esse movimento carrega uma faceta repetitiva da experiência regressiva que, se manifesta de modo natural nas relações do indivíduo na tentativa de reeditar os pontos de amadurecimento que se constituíram sob um terreno de fragilidade. Nesse sentido, o encontro do paciente com o analista – enquanto figura presente e disposta no contexto de um *setting* clínico – catalisa os processos regressivos naturais, o que torna possível que os pontos do amadurecimento atualizados possam ser vivenciados agora em um outro contexto, a partir do qual novas dinâmicas e construções em termos de *self* tornam-se possíveis. Vale destacar que o movimento regressivo aqui se refere a questões constitutivas do próprio *self* do indivíduo.

A partir deste panorama, Gurevich (2016) propõe que, em Winnicott, as falhas podem desencadear formações defensivas e formas de adoecimento que podem ser divididas em três grupos, cada um demandando um nível de regressão distinto em análise. O primeiro grupo seria referido aos neuróticos, que chegaram a certo estágio de amadurecimento emocional, tendo alcançado a possibilidade de experienciar o mundo e construir representações simbólicas, assim

como usufruir de defesas organizadas. A este grupo o autor afirma não ter muito a acrescentar, uma vez que o tratamento analítico clássico apresenta bons resultados. O segundo grupo se refere a indivíduos que teriam sofrido privações no estágio de dependência relativa, experimentando a incapacidade de adaptação do ambiente no momento da privação, o que confere o caráter traumático a experiência. Winnicott (1959-1964/2007) destaca que neste terceiro grupo de pacientes, o adoecimento é primeiramente ambiental e apenas secundariamente referido ao indivíduo. Nestes casos nos veríamos diante de uma fragmentação psíquica em termos de verdadeiro e falso *self* na tentativa de manter a vinculação ambiental. O terceiro grupo proposto seria referido aos pacientes psicóticos e borderlines, e aqui, as falhas ambientais se dariam em estágios primitivos da vida atrelados à dependência absoluta, não sendo possível ao indivíduo o reconhecimento da privação sofrida uma vez que a diferenciação entre Eu X mundo ainda não foi alcançada. “A continuidade de ser se rompe e desintegra, existe ansiedade de aniquilação, o medo caótico do colapso infiltra qualquer sensação de ser, e as agonias primárias insuportáveis assombram o *self*. ” (Gurevich, 2016, p. 324). A proposta de duas formas de ser na qual o traumático não se refere à um conteúdo conflitual intrapsíquico, mas a uma incapacidade de adaptação do meio nos colocam diante das consequências que as falhas no reconhecimento podem desencadear.

Trauma cumulativo: quando o escudo protetor não se mantém erguido

Auto denominado herdeiro teórico de Winnicott, Masud Khan, psicanalista de origem paquistanesa também apresentou suas contribuições à teoria de trauma com seu conceito de trauma cumulativo. Diferente de Winnicott, Khan se interessava não pelas relações com os objetos objetivamente percebidos propriamente ditos, mas pelos objetos internos enquanto representações intrapsíquicas do ambiente. Para Kahn, o fator ambiental apresentava sua relevância na medida em que denunciava a forma como o indivíduo experienciava os objetos e suas relações e construía internamente uma representação dos mesmos, com a qual passava também a estabelecer relações. As falhas componentes da personalidade do indivíduo levariam a repetir o trauma a fim de aprender a manejá-lo através de formações defensivas. Ressalta-se a faceta a partir da qual a importância recai não sobre os eventos em si, mas sobre a forma como o indivíduo será capaz de experienciá-los. Desta forma, Khan lança seu interesseno na relação mãe-bebê propriamente dita, mas na função que a figura de cuidado tem enquanto escudo protetor para o infante cuja falha deixa marcas na personalidade do infante.

A ideia da figura de cuidado enquanto escudo protetor construída por Khan surge a partir da retomada do modelo da vesícula proposto por Freud em 1920, no qual o *self* seria um organismo vivo exposto diretamente à estímulos ambientais. Aqui, nos vemos diante de uma concepção de cuidador que podemos pensar enquanto próxima da ideia da função de mediação do adulto ante a incidência dos estímulos ambientais. Ambos os autores se mantêm atrelados a imagem freudiana de um organismo sobre o qual incidem excitações internas e externas que precisam, em um primeiro momento, de uma atitude de cuidado a fim de amenizá-las.

Pois bem, Khan se propõe a realizar um diálogo interessante entre o amadurecimento emocional primitivo proposto por Winnicott e a faceta libidinal da metapsicologia freudiana, o que confere à sua tese uma identidade ímpar no que tange o entendimento dos processos tópicos e dinâmicos sem tirar de cena a valoração atribuída ao fator ambiental. A importância do lugar de escudo protetor concedido à figura materna se baseia em um lugar ativo de adaptação do cuidador ante a criança. Com isso, é preciso destacar que não basta pensarmos a adaptação que o cuidador é capaz de exercer diante da criança, mas também como este é capaz de administrar o ambiente no qual o bebê se encontra inserido. O autor se mantém atrelado ao pensamento winnicottiano afirmando que a execução do papel fundamental de escudo protetor se torna possível graças a inserção da figura de cuidado no estado de preocupação materna primária. Além disso, as falhas na função de escudo protetor são inevitáveis e não necessariamente traumáticas. A assunção suficientemente boa do papel de escudo protetor preserva o bebê dos investimentos amorosos excessivos e também hostis por parte do ambiente, possibilitando que o infante possa amadurecer sem precisar criar estratégias para autodefender-se da incidência destes afetos. Desta forma a partir da função de escudo protetor, a mãe se torna capaz de receber as projeções infantis garantindo assim a manutenção do estado de onipotência pelo tempo necessário. Em suma, a função exercida de maneira satisfatória favorece a constituição da personalidade e os processos de maturação, promovendo experiências primárias vitalizadas a partir das quais posteriormente o infante poderá estabelecer também suas relações e dinâmicas singulares com o mundo. Por outro lado, quando o cuidador responsável falha em seu papel de escudo protetor de maneira recorrente, nos vemos diante do trauma cumulativo.

(...) essas fendas, repetidas no correr do tempo e entremeadas no processo de desenvolvimento, se acumulam de forma silenciosa e invisível. Daí a dificuldade de detectá-las clinicamente na infância. (Pouco a pouco vão-se fixando até formarem os traços específicos de determinada estrutura de caráter). (Khan, 1963/1984, p. 63)

Embora o trauma cumulativo se apresente como consequência de falhas referidas à uma

adaptação inadequada do ambiente e não reconhecimento da especificidade e necessidades do infante, expressa sua especificidade por ser tanto qualitativamente quanto quantitativamente distinto dos grandes eventos traumáticos já destacados pela psicanálise. O trauma cumulativo se daria pela incidência prolongada (muitas vezes se propagando da infância à adolescência) de falhas ambientais que por si só não apresentariam um caráter traumático. Em outras palavras, não seria necessário um grande trauma para que os efeitos do traumatismo adviessem. Ao invés disso, uma série de micro traumas possuiriam um efeito semelhante, denunciando a inadaptabilidade do ambiente diante das necessidades do indivíduo. Este movimento de denúncia nos direciona para a consideração de que o indivíduo, em momentos muito primitivos de seu amadurecimento, se encontra inserido em interações e posteriormente relações com um ambiente de cuidado que não reconhece suficientemente suas necessidades egóicas, tampouco suas expressões espontâneas. Deste modo, podemos conceber que o trauma cumulativo nos coloca diante não apenas de uma patologia referida a um amadurecimento prematuro e falho do *self* que retira o indivíduo de um lugar de cuidado e o lança em uma atitude de preocupação constante com a figura que deveria lhe cuidar, tomado pelo anseio de ser amado por ela. A falha ambiental aqui, lança o indivíduo em um investimento precoce tanto em seu mundo interno quanto no mundo externo, o que desencadeia fragilidade ou mesmo uma quebra em seu sentimento de si. Por outro lado, as consequências e formas desta modalidade de trauma dependem diretamente tanto do prolongamento de sua incidência quanto de sua intensidade sentida pelo indivíduo. O trauma cumulativo pode desencadear tanto formas e estados de ser referidos às mais diversas patologias quanto sobre a formação do caráter do indivíduo.

No trauma cumulativo nos vemos diante de uma série de rachaduras que também podem incidir sobre a formação da personalidade do indivíduo. A reunião destas intempéries sofridas se constrói como marcas que serão expressas no caráter do indivíduo. Esse ponto nos lança diante da importância de atentarmos ao fator criativo que emerge dessa falha no reconhecimento das necessidades e potencialidades do indivíduo pelo meio.

Os mecanismos que surgem a partir dos eventos traumáticos e as diversas saídas criativas em direção à vida nos apontam uma forma restaurativa nas linhas de um *kintsugi*, a arte japonesa de reparar objetos danificados com ouro a fim de mantê-los vivos. A reparação com ouro se propõe a enaltecer a beleza das marcas do tempo e das intempéries sofridas, considerando sua quebra a representação de uma *história vivida*. A reparação com ouro traz beleza ao que antes foi símbolo de tristeza, e força ao que sofrera pela fragilidade. Tal consideração implica em levar em conta os pontos de fragilidade tanto da constituição psíquica

do indivíduo quanto das marcas de sua história como uma forma de um alvorecer psíquico específica, nem mais nem menos adoecido ou faltoso do que os demais, apenas dotado de singularidade.

A dinâmica da dominação: uma falha anulante do reconhecimento

O traumático apresenta várias formas, no entanto, todas elas se encontram referidas a um movimento de anulação do indivíduo por um outro que deveria assumir uma função protetora e cuidadosa no sentido de promover a manutenção de uma dinâmica de reconhecimento que se dá em dupla via. Por que então seguir explorando formas distintas a partir das quais a dinâmica do reconhecimento encontra seu fracasso? Veja bem caro leitor, cada uma das formas de traumatismo nos apresenta tanto um momento distinto da jornada de amadurecimento, na qual os impactos traumáticos da falha de reconhecimento podem se apresentar, quanto as implicações que as variações de intensidade e frequência podem adquirir na dinâmica psíquica do indivíduo.

Neste sentido, o último ponto escolhido a fim de explorar esta parte de nossa argumentação se baseia na proposta de uma dinâmica de dominação, apontada por Jessica Benjamin, como consequência da não instauração e manutenção satisfatória do reconhecimento pautado na mutualidade. A mutualidade é um ponto que se torna fundamental ao pensarmos na clínica psicanalítica após as considerações de Sándor Ferenczi. Em sua ampla experiência clínica com pacientes ditos *difíceis* ou *não analisáveis*, Ferenczi se aventurou no campo da experimentação a fim de estudar formas distintas de manejo a partir das quais poderia cuidar também do sofrimento apresentado por estes pacientes. Neste campo, Ferenczi (1928/2011) afirma a importância da presença viva do analista em sessão, tanto no sentido de oferecer uma relação de vitalidade ao analisando quanto à possibilidade de testemunhar o sofrimento anunciado em seu discurso e denunciado através de seu corpo. Com isso surge a ideia de mutualidade, a partir da qual o *setting* analítico passa a ser visto como o lugar no qual o encontro entre duas figuras vivas poderá se dar, de maneira a promover impactos e modificações em ambas. Isso se dá a partir de uma disponibilidade por parte do analista que assim, abre o campo para o reconhecimento das necessidades do indivíduo que busca o tratamento e se apresenta em sua particularidade, enquanto indivíduo também presente e singular, ao cuidado.

Esta configuração do *setting* possibilita que se dê o movimento regressivo necessário

para que as feridas ainda não cicatrizadas possam ser trazidas à tona e cuidadas. Com isso, estamos nos referindo à possibilidade de reviver o traumático não apenas no sentido de uma rememoração, mas de se afetar e experienciar – muitas vezes de forma inédita – um trauma já vivido. Contudo, esta mesma configuração também modifica a importância concedida até então ao papel da censura e da moralidade que ao se interpor sobre a natureza do homem desencadeia o conflito causador do sofrimento a ser analisado. Aqui, nos vemos diante de uma importância que já passa a ser concedida pelo psicanalista húngaro às relações primárias e a influência de uma subjetividade sobre a outra que culminará no campo intersubjetivo.

A influência de Ferenczi e outros autores que suscitaram questionamentos e afirmações potentes que culminaram nos desdobramentos sofridos pela teoria psicanalítica promoveram uma mudança de perspectiva sobre o próprio indivíduo. Antes, este era visto a partir de um panorama solipsista e que privilegiava seus processos e formações intrapsíquicos. A partir do advento das relações de objeto, a teoria psicanalítica passa a considerar não apenas a constituição de uma instância psíquica egóica, mas também o desenvolvimento de um *self* que se constrói e se mantém atrelado ao corpo do indivíduo. Este *self* por sua vez se desenvolve a partir das interações precoces estabelecidas com o ambiente de cuidado. Diante desta mudança de perspectiva, Santos (2020) afirma que não seria graças a limitação da civilização à natureza humana que se inscreveriam as relações de dominação que culminam na perda de liberdade tal qual proposto por Freud (1930/2010). Nesse ponto a autora segue até os escritos de Jessica Benjamin, a partir dos quais a dominação teria uma raiz que não se fixa apenas na agressividade e repressão, mas na vinculação e constituição de um laço afetivo de amor.

Benjamin (1988/1996) traça as linhas da constituição psíquica a partir da dinâmica do reconhecimento. Nesta perspectiva, o amadurecimento psíquico pode alcançar por um lado a relação comunicativa de reconhecimento mútuo a partir da qual o indivíduo será capaz de afirmar-se e afirmar o outro na relação que ambos estabelecem. Aqui se dá início a uma dinâmica de espelhamento duplo, como vimos no capítulo anterior. Por outro lado, quando este duplo espelhamento falha, e o cuidador – figura que inicialmente insere o indivíduo no regime de atributos e atribuições – não se mostra capaz de acolher, dar contorno e lugar ao indivíduo que gradativamente emerge, instaura-se a dinâmica de dominação. Tendo isso em vista temos que, seguindo esta perspectiva as relações podem se estabelecer a partir de duas égides distintas, o reconhecimento pautado no amor ou a dominação, que pressupõe a negativa do indivíduo e um movimento agressivo.

Ao sair de um estágio de dependência inicial tanto dos cuidados quanto do reconhecimento do outro, o indivíduo, na saúde consegue construir as bases a partir das quais poderá se reconhecer em sua singularidade. Por outro lado, essa delimitação de si o leva a perceber que seus cuidados dependem de uma outra pessoa, que os realiza de acordo com sua implicação na relação e sua capacidade de reconhecer as necessidades do indivíduo. Estamos nos referindo aqui à saída do estado de onipotência, no qual a criança acredita poder controlar magicamente o ambiente a sua volta e o outro que dele cuida. Neste ponto do processo de amadurecimento, torna-se necessário que o indivíduo seja capaz de reconhecer-se não apenas enquanto distinto do meio, mas também capaz de afirmar sua independência. Benjamin (1988/1996) aponta que, aqui, nos encontramos diante de uma faceta paradoxal. Afinal, ao mesmo tempo em que o indivíduo deverá ser capaz de afirmar sua independência, é necessário que este também seja reconhecido enquanto independente justamente pelas pessoas com quem construiu uma relação de dependência. Aqui, nos encontramos no terreno da dependência relativa, no qual o reconhecimento de si e do outro enquanto, figuras distintas, deve ser construído para que, na saúde, o indivíduo continue seu processo de amadurecimento. Afinal, para que o indivíduo possa existir enquanto tal é preciso que seja capaz de existir também para o outro. Visto isso, o processo de afirmação e delimitação do si mesmo necessita da possibilidade de atuar e influenciar a subjetividade do outro, promovendo modificações e recebendo um olhar de afirmação de si. Caso, a dinâmica estabelecida entre o par mãe-bebê não culmine na sensação de que o ambiente é incapaz de promover esta independência, o indivíduo não alcança a segurança de que seu si mesmo independente será afirmado e com isso, o nega. “Meu exame da infância tem demonstrado que o equilíbrio *dentro* do si mesmo depende do reconhecimento mútuo *entre* o si mesmo e o outro. E o reconhecimento mútuo é possivelmente o ponto mais vulnerável do processo de diferenciação. ” (Benjamin, 1988/1996, p. 73). Benjamin ainda defende que em uma dinâmica de reconhecimento mútuo o sujeito aceita sua separação em relação ao outro ao mesmo tempo em que ambos são capazes de compartilhar sentimentos e intenções. A autora destaca que *a perda de soberania sobre o outro é sobreposta pelo prazer presente na possibilidade de compartilhar algo próprio com o outro*¹².

Diante da impossibilidade de estabelecimento de um equilíbrio entre autoafirmação e reconhecimento, ante a negativa do outro em reconhecer os aspectos singulares e potenciais do

¹² Esta modalidade de prazer, própria dos estados de tranquilidade, a partir do qual torna-se possível o intercâmbio entre conteúdos internos e externos foi amplamente trabalhada em *De Freud a Winnicott: mais além de uma economia do prazer*. (Brum, 2021)

indivíduo, estes não recebem lugar e significado. Benjamin (1988/1996) afirma que, ante a quebra da mutualidade na relação de reconhecimento o acesso ao intercâmbio constitutivo no qual uma subjetividade pode promover modificações sobre a outra se cessa. A não promoção de uma dinâmica de mútua influência e sobreposição de uma subjetividade sobre a outra leva ao movimento de submissão e obediência. Este movimento, por sua vez, promove uma dinâmica a partir da qual os desejos e potencialidades de um se rendem e anulam o outro, uma vez que não encontram uma saída na qual consigam existir no seio da relação e da realidade compartilhada. Este movimento se assemelha ao proposto por Ferenczi (1932/2011) enquanto movimento defensivo diante do trauma. Afinal, em decorrência da incidência do evento traumático, como vimos, uma parte de si é massacrada, ferida e, em frangalhos, posta de lado a fim de promover tanto sua sobrevivência quanto a do indivíduo como um todo. A quebra promovida sobre o próprio *self* afeta diretamente a espontaneidade do indivíduo e sua capacidade de expressão uma vez que a confiança de que o ambiente seria capaz de reconhecer, cuidar e acolher foi perdida. A dinâmica da dominação que se inscreve a partir da falha do reconhecimento mútuo apresenta assim toda a devastação potencial própria ao terreno do traumático.

O psicanalista húngaro aponta que, com a incidência do traumático, o sujeito se vê diante de duas saídas possíveis. A primeira referida a uma defesa *aloplástica* – a partir da qual se daria a modificação do ambiente – e a segunda à defesa *autoplástica* – a partir da qual se daria a modificação de si. Tanto no apresentado por Ferenczi quanto no defendido por Benjamin, não se trata apenas de uma impossibilidade do indivíduo de modificar o ambiente. Nos referimos aqui também a um olhar de reconhecimento que não consegue afirmar a vivência individual, sendo este lançado por uma figura com quem o sujeito possui laços amorosos dos quais ainda depende. Seguindo as considerações sobre a afirmação do desprazer (Ferenczi, 1926/2011; Brum, Câmara, Sanzana, 2020), temos que, a perda completa da vinculação estabelecida com o objeto de amor é algo que não seria possível ao indivíduo, pois tiraria de cena o objeto com o qual ainda se estabelece uma relação basal de sua subjetividade. No trauma nos vemos diante de uma modificação na qual o viver espontâneo, verdadeiro e criativo cede lugar a um existir cinzento. No qual, devido ao movimento defensivo da cisão, ainda pode haver vida nas partes do psiquismo que não foram atingidas pela ocorrência do trauma. Por outro lado, a ruptura completa da dinâmica de reconhecimento põe fim ao próprio existir, uma vez que é o reconhecimento que possibilita, em termos constitutivos, a existência. Visto isso, a perda de amor surge como algo capaz de aniquilar por completo o próprio indivíduo, o que torna a

dinâmica de dominação pautada na submissão e uma existência refém do olhar atributivo e significativo do outro, uma saída possível.

Poderíamos chamar isso de a dialética do controle: se controlo totalmente o outro, o outro deixa de existir, e se o outro me controla totalmente, sou eu quem deixa de existir. O reconhecimento do outro é uma condição de nossa própria existência independente. A verdadeira independência supõe manter a tensão essencial desses impulsos contraditórios; quer dizer, tanto afirmar a si mesmo, como reconhecer o outro. A dominação é a consequência de rejeitar esta condição. (Benjamin, 1988/1996,p. 73)

Nesta linha, Benjamin (1988/1996) afirma que a saída de um estado de onipotência para um estado de reconhecimento apresenta ao indivíduo não apenas o outro enquanto um ser paradoxalmente semelhante e diferente, mas coloca o sujeito diante da inevitável dependência que um possui em relação ao outro. Esta, por sua vez, ao referir-se a alguém que não se encontra referenciado ao estado de onipotência do indivíduo, seria sentida como rendição. Instaura-se o desequilíbrio da dinâmica e o ímpeto de sobrepor-se a subjetividade do outro e, na tentativa de aderir a fantasia de retorno ao estado de onipotência, instaura-se uma dinâmica de subjulgamento e escravização do outro a partir do qual busca-se alcançar deste o reconhecimento próprio da relação sem oferecer o mesmo em retribuição. A relação ganha ares de uma invasão traumática, na qual a singularidade não é percebida e, ao invés do estabelecimento de trocas pautadas em uma comunicação verdadeira, imputa-se no outro algo de si que não lhe pertence, seja em termos de expectativas, características ou mesmo lugares a serem ocupados. A dinâmica da dominação se alinha com o trauma justamente em decorrência da quebra da espontaneidade do indivíduo.

O início de uma dinâmica de dominação pode se dar pelas duas vertentes da relação. Pensando na relação inicial entre mãe-bebê por exemplo, por um lado temos a mãe inserida na dinâmica onipotente do infante enquanto parte natural de seu amadurecimento na saúde. Por outro, temos o infante que também é englobado pela fantasia de onipotência materna uma vez que também faz parte deste processo a construção materna de que o infante, que um dia foi parte dela agora se encontra fora e no caminho rumo a construção de uma vida própria.

Saindo de uma dinâmica de reconhecimento para uma de dominação, a atenção concedida as necessidades do outro, cede lugar a utilização do outro na tentativa de satisfazer suas próprias necessidades ou mesmo dar conta de demandas fantasmáticas que acabam por atravessar o indivíduo com quem a relação seria estabelecida. Neste sentido, a relação passa a

se desenvolver de maneira assimétrica em uma dinâmica na qual um indivíduo se vê assujeitado ao movimento afirmativo que o outro será capaz de lançar sobre si. Disso, resulta o que identificamos como a vivência traumática da relação. Essa se configura a partir do movimento de objetificação de um dos componentes do par, resultando na impossibilidade de estabelecer relações verdadeiras pautadas na mutualidade e no envolvimento a partir do qual a dinâmica do reconhecimento poderá se manter. Assim, para Benjamin (1988/1996) a dominação não se trata de um movimento agressivo unilateral – tal qual havia sido proposto por Freud. Ao invés disso, a dominação se inscreve nas linhas da intersubjetividade a partir de uma quebra ou não estabelecimento traumático de um equilíbrio entre a autoafirmação e o reconhecimento do outro. A dominação – assim como o reconhecimento – se expressa a partir de um panorama intersubjetivo, o que mais uma vez nos coloca diante da ideia aqui defendida, segundo a qual podemos afirmar o lugar do traumático enquanto negativo do reconhecimento.

(...) os laços de amor, como reconstruímos até aqui, são constituídos pela dependência do reconhecimento do outro que sobrevive ao ataque agressivo de destruição. Esse laço é constituído nuclearmente por destruição e reconhecimento. Isso é, o amor é o ato de liberar o outro de si, destruir suas projeções do outro, e com isso poder respeitar e reconhecer a externalidade do outro, reconhecê-lo como sujeito de seus próprios direitos e desejos e com isso, em reflexo, passar a reconhecer-se também como tal. (Santos, 2020, p. 64)

O sentimento de certeza de si

A certeza de si e questionamentos referidos à existência humana vem sendo foco de interesse e discussões no campo da filosofia e mesmo das artes a séculos, assim como o que tange o que poderíamos chamar de certa “essência” do humano. No campo psicanalítico podemos identificar uma ênfase maior concedida a esta questão a partir das ampliações sofridas pela dinâmica do trauma. A ideia de uma fragmentação traumática da integridade do Eu nos coloca diante de um paradigma fundamental sobre como se dá o processo de integração subjetiva. O sentimento de certeza de si se apresenta como uma conquista que se dá

paradoxalmente como consequência e também meio através do qual a personalidade pode ser constantemente afirmada.

Ao pensarmos na problemática da constituição subjetiva nos referimos a uma conquista que data dos primórdios da vida, iniciando-se a partir de vivências corporais que possibilitarão a constituição posterior da capacidade de experienciamento de um “dentro” e um “fora”. Vigarello (2014/2016) aponta que a criação de um si mesmo, capaz de reconhecer-se enquanto tal, de forma particular se encontra atrelada a ordem dos afetos e das sensações. A partir da afirmativa de Bernardin de Saint Pierre em 1786 “*Sinto, logo existo*” se daria uma inversão do cogito cartesiano “Penso, logo existo” a partir do qual somos apresentados a uma transformação da existência humana. “(...) existir seria em primeiro lugar viver um “estado” orgânico, com suas “impressões”, confusões e efeitos imaginários, onde se inscreveria e viveria a identidade.” (Vigarello, 2014/2016, p. 31). A ideia de uma existência que se inscreve a partir do sentir algo como pertencente, próprio, Eu, desloca o centro de referência para a interioridade do indivíduo uma fronteira que só pode ser definida a partir de uma delimitação corporal constatável.

O corpo não é mais espetáculo, mas “estado”. Ele torna-se “maneira de ser”, lugar de sensação imediata, e menos lugar de imagens que ilustram transbordamento ou fluxo, como outrora podia sê-lo. Ele é evocado como a existência o é: testemunha contínua daquilo que cada indivíduo percebe de si mesmo, instância presente ao menor esboço de perturbação ou desconforto. (Vigarello, 2014/2016, p. 72)

A valorização de um direcionamento do olhar para si a partir da prática dos confessionários promove uma mudança de perspectiva importante à criação de um sentimento de interioridade. Afinal, não são mais apenas os eventos e implicações que devem ser destacados, mas *a vivência particular dos mesmos*. Esta prática promove a criação também de um ambiente interno no qual os sentimentos e pensamentos podem ser experienciados e assim ganham o estatuto de uma realidade interna que impulsiona o indivíduo mesmo quando ainda não são reconhecidos por este. Desta forma, a criação tanto social quanto subjetiva de um sentimento de si, para Vigarello (2014/2016), apesar de ter início a partir da esfera corporal, toma esta e o corpo orgânico como matriz a partir da qual as afetações e a experiência podem ser reconhecidas. O autor destaca a importância da criação desta essência própria ao indivíduo como um ponto fundamental da capacidade de criar-se. Neste ponto, Vigarello (2014/2016) destaca que a fundação de uma instância reflexiva se destaca em um primeiro momento a partir de um existir que não se dá a partir dos sentidos, mas sim como fruto do estabelecimento de uma consciência e espírito próprios. A noção de interioridade possibilita a afirmação e

reconhecimento, por parte do próprio indivíduo, não apenas de seus limites e formas físicas, mas de sua capacidade de afetar, ser afetado, modificar e ser modificado pelo meio.

Diante disso, os desdobramentos da construção de uma interioridade e essência próprias referidas em um primeiro momento a ideia de “alma” - graças a suas raízes pautadas na prática cristã da experiência dos confessionários e da instauração de um pensamento reflexivo sobre as próprias ações – culminam na transição desta para a ideia de “si”.

Este “si” torna-se instância que define o indivíduo, sua interioridade, seu princípio de reconhecimento íntimo também, seu universo pessoal feito tanto de instância sensível quanto de instância refletida. (...) ele abre uma maneira totalmente nova de falar do indivíduo: não mais definido pela moral ou pelo “espírito”, mas por um enraizamento corporal ao qual o modo de pensar, a expressão pessoal e o reconhecimento de si mesmo seriam indissolavelmente vinculados. Este “si” instalar-se-ia num “centro comum de todas as sensações”, ao ponto de ali fixar-se inteiramente, de ali existir. (Vigarello, 2014/2016, p. 100)

A instauração de um si mesmo individual a partir do qual o indivíduo pode manter tanto a experiência de interioridade quanto o reconhecimento de suas expressões orgânicas e corporais promove a integração individual em uma linha de afetação e formas de expressão mútuas. Em paralelo com a criação da ideia de um si mesmo dotado de uma interioridade e identidade próprias, emerge a construção do sentimento de existência de si. Este sentimento de existência por sua vez confere ao indivíduo a sensação de continuidade do si mesmo através da capacidade de experienciar a vida e do reconhecimento de um pertencimento e apropriação de sua própria história e vivências. Vigarello (2014/2016) aponta o sentimento de existência como algo basal equivalente a uma experiência originária do si mesmo, que comanda o sentimento de pertencimento individual, o que será reconhecido como nosso próprio ser. Essa modalidade de experiência deve se dar de modo contínuo uma vez que se mantém em uma importante função de sustentáculo da vida subjetiva.

Vigarello (2014/16) ainda afirma o lugar de destaque que o corpo passa a receber no panorama de uma interioridade que, pela primeira vez passa a não partir de uma visão que privilegie uma vivência a partir da ideia de “alma”. Essa mudança de perspectiva se enuncia no significado buscado a partir da ideia de “sentimento”. A ideia de um sentimento expresso a partir da interioridade marca uma importante mudança no desenvolvimento da ideia de um sentimento de si. “Não mais o pensamento, mas o corpo situando o indivíduo: não mais a ideia, mas a impressão orgânica, tanto difusa quanto secretamente ressentida. ” (Vigarello,

2014/2016, p. 102). Com isso, somos lançados em um panorama a partir do qual o interior do corpo poderá constituir-se enquanto objeto de apropriação pessoal. A capacidade de apropriar-se e reconhecer não apenas a imagem que se enuncia diante do espelho, mas seu fórum íntimo mais particular, aquele que não pode ser visto ou sentido objetivamente, mas pode ser vivido e experienciado subjetivamente possibilita que o indivíduo dê cargo do contínuo movimento vital a partir do qual poderá *tornar-se*.

Desta forma, afirmamos que é em decorrência do sentimento de existência que o si mesmo ganha o substrato necessário para a instauração da continuidade a partir da qual o sentimento de si poderá ser alcançado. Tal ponto nos leva a referir o sentimento de si a um movimento auto afirmativo do si mesmo que se expressa em paralelo à manutenção do sentimento de existência capaz de promover a sensação particular de pertencimento e presença. Estas, alcançadas em conjunto com o reconhecimento promovem a capacidade de o indivíduo apropriar-se de si mesmo, de suas particularidades e da influência destas nas relações que irá estabelecer com os objetos. Nesse sentido, o sentimento de si passa a ser construído como algo que provem da gama de experiências internas e da construção de uma interioridade potente que poderá ser expressa no mundo (Winnicott, 1971/2019). Esse caráter refere o sentimento de si ao terreno da integração e da continuidade psíquica, capaz de sustentar o próprio *self*.

Em paralelo ao estabelecimento da certeza de si ao nos dedicarmos ao estudo do traumatismo e suas consequências para o psiquismo, nos vemos diante da eminência de sua perda e das defesas as quais o psiquismo recorre a fim de dar conta e sustentar a vida psíquica apesar das intempéries sofridas. *A perda da certeza de si mesmo e das próprias experiências vividas se apresentam como marco fundamental da incidência do traumático*. Juntamente com a perda da capacidade de reconhecer a si mesmo e assim afirmar-se para si, para o mundo e para os outros com os quais relações poderiam vir a ser estabelecidas. Mas o que sustenta uma vida ameaçada? De quais mecanismos de defesa o psiquismo poderá se utilizar a fim de promover a manutenção da vida? A que paradigma nos referimos ao lidar com uma clínica do cuidado cujo mecanismo de defesa principal não se encontra referido à esfera do recalque?

A clivagem psíquica

O estudo da dinâmica do trauma ao longo da obra psicanalítica promoveu uma série de ampliações e mudança de paradigmas sobre este. A clínica de pacientes difíceis, cujos sintomas não se encontravam referidos ao terreno dos conflitos psíquicos e o manejo por um viés interpretativo não se mostrava suficiente, levando Ferenczi a um movimento de retorno. Este por sua vez faz com que o psicanalista húngaro se questione sobre os impactos da esfera ambiental e do terreno intersubjetivo nas dores relatadas por seus pacientes. Dores, expressas muitas vezes através de um corpo que denuncia o que o psiquismo não foi capaz de dar conta, desatrelada ou frouxamente atadas a traumas vividos. Ferenczi se depara com uma faceta paradoxal do traumático, por um lado expressa um campo desmatado, desnudo, em ruínas e por outro o esforço para a sobrevivência e criação de novas formas através das quais a vida pode ser mantida apesar das intempéries sofridas (Brum, 2018). A dinâmica do trauma proposta por Ferenczi nos apresenta outra modalidade de defesa não referida ao recalque que nos apresenta um novo modo de funcionamento do aparelho psíquico e de resposta possível diante dos eventos experienciados pelo sujeito.

“(...) em consequência de um trauma, o sujeito entra em choque. Há realidade demais. A violência física invade o corpo e o psiquismo, obriga o sujeito a uma cisão, uma clivagem, mecanismo defensivo bem diferente do recalque.” (Gondar, 2017, p. 95). A *clivagem narcísica* é postulada como forma de defesa a partir da qual, diante da incidência do trauma, sua magnitude e impacto se mostram superiores à capacidade do indivíduo de suportá-lo. Com isso, o processo de simbolização não se vê possível, o que impede a inscrição psíquica do evento. O choque promovido pelo evento traumático, assim como o impacto do desmentido proferido por uma figura na qual antes se confiava (como foi visto anteriormente) fazem com que a defesa *aloplástica* não seja uma via possível para o sujeito, abrindo caminho para a formação defensiva *autoplástica*. Nas palavras de Ferenczi:

O desprazer cresce e exige uma válvula de escape. Tal possibilidade é oferecida pela *autodestruição*, a qual, enquanto fator *que liberta da angustia*, será preferida ao sofrimento mudo. O mais fácil de destruir em nós é a consciência, a coesão das formações psíquicas numa entidade (Ferenczi, 1932/2011, p. 127)

E ainda:

Uma parte da personalidade deles, o seu próprio núcleo, permaneceu fixado num certo momento e num certo nível, onde as reações aloplásticas ainda eram impossíveis e onde, por uma espécie de mimetismo, reage-se de maneira autoplástica. Chega-se assim a uma forma de personalidade feita unicamente de id e superego, e que, por conseguinte, é incapaz de afirmar-se em caso de desprazer. (Ferenczi, 1932/2011, p. 118)

Desta forma, temos que a modificação de si, necessária a fim de dar conta do excesso traumático, promove um movimento de apassivamento a partir do qual o indivíduo adota uma postura reativa sobre a vida e suas relações, não se reconhecendo como criador de suas vivências. Essa postura reativa postulada pela ruptura promovida em sua capacidade de legitimar suas vivências lança o indivíduo diante de uma desapropriação de si. Essa consequência do traumático se inscreve justamente na medida em que a confiança sobre o sentimento de si já alcançado é posta em xeque, juntamente com a confiança em sua própria capacidade de apreensão das experiências vividas.

A clivagem narcísica, diferente do recalque – que promove um movimento de retirada de uma parte de um conteúdo conflituoso da consciência – promove uma cisão no próprio *eu* do sujeito. O *eu* se divide em duas¹³ partes distintas e que não mantém contato entre si. *Um eu que tudo sabe, mas nada sente e um eu que nada sabe, mas tudo sente*. Não havendo conflito ou troca entre ambos. O *eu* que mantém contato com o mundo se conserva anestesiado, e o *eu* que sente permanece afastado e protegido do mundo, resguardando a criança sofrida e ferida que já se foi integralmente. “(...) não existe choque, nem pavor, sem um anúncio de clivagem da personalidade. A personalidade regride para uma beatude pré-traumática, procura tornar o choque inexistente, o que não surpreenderá nenhum analista.” (Ferenczi, 1932/2011, p. 119). Desse movimento surge uma personalidade prematuramente desenvolvida, como um fruto bicado. Esta adquire uma sabedoria superior à que lhe seria equivalente, a fim de dar conta de sua parte ferida, em um movimento denominado de *progressão traumática*.

A partir do amadurecimento precoce promovido pela incidência do trauma nos deparamos com as consequências deste para o psiquismo, assim como a progressão traumática nos direciona à uma série de defesas que são desencadeadas pelo movimento de cisão. Pensando nisso nos vemos as voltas com a dinâmica de *identificação com o agressor*, na qual a negativa sobre si se dá na medida em que o agressor ao ser introjetado passa a ocupar um lugar no

¹³ Vale destacar que em caso de vários eventos traumáticos em momentos distintos da vida do indivíduo, podemos pensar em um eu não apenas cindido, mas fragmentado em vários pontos.

psiquismo do indivíduo que antes seria referente à criança, sua vivência sobre o evento e seus próprios afetos. Ferenczi (1932/2011) aponta também um movimento de *ausência de si*, no qual “A criança, para se proteger, sai de si mesma, toma distância de si própria e de seu entorno, como se observasse tudo o que acontece de muito longe, “lá de cima”, “como num filme”. ” (Gondar, 2017, p. 95). Gondar ainda afirma que diante disso, defesas mais radicais entram em cena, como a *alucinação negativa*.

Na alucinação negativa o evento traumático e a dor por ele experienciada é negada, tornando o evento fonte de vitória ou mesmo um obstáculo que foi ultrapassado pelo indivíduo. Na alucinação negativa também pode ocorrer de elementos, eventos ou afins que remetam ao evento traumático e a dor vivenciada serem rechaçados e não apreendidos no nível da percepção. O preço da negativa posta à mesa na alucinação negativa é a perda da parte de si que sofreu com o ocorrido, que foi usada, negada e ainda se encontra ferida.

Em todos estes movimentos defensivos desencadeados pela cisão vemos uma mudança da perspectiva do conflito psíquico (própria ao recalque) e adensamento de uma perspectiva pautada na negativa de si. “(...) o choque corresponde à aniquilação do sentimento de si, da capacidade de resistir, de agir, de pensar. O sujeito desmorona, perde a estrutura, perde sua forma, passa a aceitar de uma maneira fácil e sem resistência a forma que lhe dão. ” (Gondar, 2017, p. 96). Em contrapartida, a fragmentação psíquica não deve ser vista como um *aquém*, tendo como referência outras dinâmicas. Trata-se de mais uma forma distinta de dinâmica na qual a vida e constituição de si apresentam-se como possíveis. O projeto para estes pacientes não deve pautar-se em reconstruir um eu, colando os fragmentos, mas permitir a interação, comunicação e vitalização dos mesmos. A fragmentação, ao mesmo tempo em que nos apresenta um eu em frangalhos, também abre caminho para que novas organizações possam ser criadas promovendo assim dinâmicas psíquicas e formas de ser até então inéditas.

Desta forma, a capacidade de sobreviver aos piores acontecimentos, reconstruindo uma forma de organização psíquica a partir da fragmentação nos coloca diante de um direcionamento do próprio aparelho psíquico à vida (Brum, 2018). Tanto a cisão quanto os mecanismos defensivos a ela subjacentes apontam um esforço interno em direção à sobrevivência do indivíduo e manutenção da vida. Uma tentativa de formação de uma nova organização psíquica fortalecida – mesmo que através da anestesia ou complacência somática

– sob a qual jaz um ser cuja única saída possível foi a *autoplastia*. A construção de um espaço de testemunho e reconhecimento no qual possamos reconhecer esta formação enquanto um

mosaico que denuncia um cenário bélico ao qual a duras penas foi possível sobreviver, pode promover o retorno a um estado no qual esta parte fragilizada também possa ser cuidada, e, gradativamente, revitalizada.

As agonias do perder-se de si

Como seguimos trabalhando ao longo deste capítulo, as falhas na função de reconhecimento nos direcionam ao terreno traumático. Isso porque o não reconhecimento de si põe em xeque o já alcançado (ou em processo de) sentimento de si do indivíduo. As falhas referidas a este contexto lançam o indivíduo em agonias nas quais seu próprio *self* é sentido como fadado ao desmoronamento. A isso dedicaremos nossa atenção agora.

Afinal, apesar do longo e árduo percurso até o estabelecimento de um sentimento de si capaz de ser experienciado na continuidade da vida, este não está livre de sofrer os impactos das intempéries da história do indivíduo, e nem de ser posto à prova. Como bem sabemos, a fluidez da vida psíquica embora se mostre algo extremamente complexo de ser atingido, não é tão difícil de ser posta em xeque. O advento do traumático, principalmente a partir da traumatogênese ferencziana, nos apresenta uma dinâmica a partir da qual o longo processo de aquisição e afirmação de si é posto à prova como fruto de um movimento defensivo cuja principal finalidade é a manutenção da vida do indivíduo. Diante do trauma, como vimos, a perda torna-se inevitável. Ante a impossibilidade de rompimento com o mundo e as figuras, que antes eram tidas como fonte de amor e confiança, a parte ferida é tirada de cena, em um movimento de auto amputação de si que não ocorre sem perdas. Junto com este fragmento de si que é mantido resguardado e protegido, perde-se também a confiança que havia sido estabelecida com o mundo e também consigo mesmo. A partir do trauma, o sentimento de si cede lugar a incerteza sobre si mesmo, suas experiências, desejos e afetos e a agonia inerente a estes estados nos quais a dimensão particular de si não pode ser afirmada.

Perde-se um certo senso de localização e regulação de si mesmo no mundo e nas relações, que antes podiam ser estabelecidas de forma verdadeira. Surge o sentimento de *agonia*, que grita como denúncia tanto do traumático quanto de suas consequências, diariamente experienciadas e revividas a partir da vertente defensiva e afetiva. Nos vemos diante então de

uma completa modificação do *self* e uma reorganização da personalidade a fim de dar conta do ocorrido, criando assim uma nova forma de ser, menos ativa e espontânea e mais reativa em sua presença no mundo. “O “choque” é equivalente à aniquilação do sentimento de si, da capacidade de resistir, agir e pensar com vistas à defesa do Si mesmo.” (Ferenczi, 1932/2011,p. 125).

O primeiro ponto importante ao discutirmos as agonias próprias a uma existência posta à prova se baseia na distinção entre estas e as ditas angústias, já a muito trabalhadas pela psicanálise clássica. As angústias, em suas múltiplas vertentes, apontam para um perigo iminente, relacionado também a ideia de conflito psíquico e referidas as questões edípicas. Por outro lado, as agonias, retratadas por Winnicott a partir da ideia de agonias impensáveis, remetem a um sofrimento de uma ordem não conflitual, mas existencial. Com isso, as agonias são justamente uma forma de sofrimento referida a perda, ou possibilidade desta, da constituição psíquica, integridade e continuidade do *self* e todos os demais elementos que corroboram para o reconhecimento de si mesmo enquanto ser singular e sua capacidade de agirativamente no mundo. As agonias colocam o indivíduo diante de uma experiência de terror antea possibilidade de não existência ao denunciarem as fragilidades do *self* ou mesmo do próprio psiquismo, trazendo à tona cicatrizes de colapsos que, mesmo (re)vividos na vida adulta, atualizam quebras já experienciadas (Winnicott, 1963/1986; Bollas e Bollas 2013). Estas rupturas e fragmentações referidas à instância do si mesmo por sua vez refletem o caráter traumático da experiência justamente na medida em que as bases que sustentam a personalidade e certeza alcançada nas experiências são postas a prova.

É nesse sentido que as agonias se apresentam como um ponto que merece nossa atenção particular ao nos dedicarmos a vertente traumática das falhas inerentes ao reconhecimento e suas consequências potenciais na clínica psicanalítica. Afinal, se pensamos o reconhecimento como referido ao terreno intersubjetivo, se dando a partir da interação entre o indivíduo e o ambiente a ele adaptado, sua constituição psíquica e em termos de *self* se veem atreladas a capacidade de adaptação ambiental capaz de sustentar o amadurecimento até o ponto em que este possa assegurar a existência do indivíduo por si próprio. Neste contexto, as agonias se referem justamente a falhas ocorridas em momentos primitivos e constitutivos. Mesmo que as rupturas não tenham se dado efetivamente elas denunciam os pontos de fragilidade que, ao serem tocados podem desencadear o próprio desmoronamento de si. As agonias revelam o medo de um colapso já vivido (Winnicott, 1963/1986). Afinal, mesmo que a quebra da organização egóica não se apresente como um ponto central, o processo de amadurecimento conta com uma

série de fatores ambientais que tornam as falhas neste processo não apenas inevitáveis mais necessárias¹⁴.

Winnicott (1963/1986) destaca que só podemos pensar nas agonias diante do estabelecimento de um *self* distinto do mundo, logo, não seria algo experienciado na dependência absoluta. Afinal, as agonias se configuram justamente como uma perda das aquisições já alcançadas em termos de constituição de si. Este caráter de perda referido às aquisições subjetivas alcançadas nos direciona ao caráter traumático ao qual as agonias se encontram referidas. O autor lista as principais agonias primitivas experienciadas:

1. Retorno a um estado não-integrado (Defesa: desintegração).
2. Cair para sempre (Defesa: sustentar-se/*self-holding*).
3. Perda do conluio psicossomático, fracasso da despersonalização (Defesa: despersonalização).
4. Perda do senso do real (Defesa: exploração do narcisismo primário, etc.).
5. Perda da capacidade de relacionar-se com objetos (Defesa: estados autistas, relacionados apenas a fenômenos do *self*). (Winnicott, 1963/1986, p. 72)

Nesse contexto Winnicott ainda destaca o lugar do adoecimento psíquico não enquanto algo agonizante, mas como forma de defesa (até certo ponto bem-sucedidas) diante das agonias já sofridas que se configuram como a base do adoecimento. Dar-se conta do colapso não como algo que ameaça o indivíduo, mas como um já ocorrido, possibilita que a partir do movimento regressivo este possa ser vivenciado na transferência e integrado à experiência do sujeito. Desta forma, “(...) a experiência original da agonia primitiva não pode cair no passado a menos que o ego possa primeiro reuni-la dentro de sua própria e atual experiência temporal e do controle onipotente agora (presumindo a função de apoio de ego auxiliar da mãe, ou analista).” (Winnicott, 1963/1986, p. 73).

Seguindo esta linha argumentativa, Bollas e Bollas (2013) se propõe a apresentar sua definição de *selves* quebrados. A estes, o autor se refere não como uma nova modalidade diagnóstica, uma vez que pode ser observado em uma extensa gama de indivíduos, inclusive os denominados normais. A ideia dos *self* quebrado faz referência a uma experiência de colapso traumático vivida na vida adulta. Desta forma, o autor sinaliza que independente das

¹⁴ Aqui, percebemos uma interseção entre as ideias de Ferenczi e Winnicott. O psicanalista húngaro nos apresenta a faceta estruturante e constitutiva dos traumatismos no contínuo processo de organização e reorganização do psiquismo e a importância da afirmação do desprazer no ingresso do indivíduo à realidade compartilhada (Ferenczi, 1909/2011). Já o psicanalista inglês nos apresenta as falhas ambientais da dependência relativa enquanto necessárias para o estabelecimento da diferenciação Eu X outro e da capacidade de se relacionar com o mundo (Winnicott, 1945/2000).

fragilidades egóicas do indivíduo, de suas estruturas mentais ou mesmo das angústias vividas ao longo de sua infância, seria algum evento da vida adulta que desencadearia o colapso, deixando uma cicatriz na vida do indivíduo. Tendo isso em vista, Bollas e Bollas (2013) faz alusão a ideia de caráter proposta por Wilhelm Reich, destacando que embora o caráter atue como uma forma de estabilização do indivíduo diante das experiências vividas, sua análise pode fazer “descongelar” e “reanimar” conteúdos que devido a formação caracterológica se encontravam estabilizados. Bollas e Bollas (2013) afirma que estes pacientes se destacam por desencadear uma contratransferência desesperadora no analista, além de muitas vezes não responderem bem a terapia por terem desistido da vida. Essas características seriam devidas a um certo padrão entre esta modalidade de pacientes, referido à vivência anterior de um colapso traumático não psicótico. Também no caso deste colapso que ocorre na vida adulta, destaca-se a ausência de alguém capaz de reconhecer as necessidades do indivíduo e sustenta-las a fim de evitar a desestruturação promovida pelo colapso. Neste caso, o colapso promove uma reestruturação da personalidade ao redor de si a fim de sobreviver. Este movimento em prol da sobrevivência por sua vez surge como prelúdio de uma vida miserável.

Acreditamos que a experiência de colapso na vida adulta promove a quebra de confiança no mundo e na capacidade dos objetos de cuidar e sustentar. Bollas e Bollas (2013) afirma que os *selves* quebrados se caracterizam por uma indiferença, passividade e incapacidade de investir em suas vidas, características que, apesar de se apresentarem em um momento mais tardio da vida, vão de encontro com as consequências traumáticas. Estes pacientes apresentam planos e expectativas elevadas em relação a si mesmo, os quais não promovem movimentos que possam possibilitar que sejam alcançados. Essa alta expectativa carrega as marcas de quem o indivíduo esperava conseguir ser antes do colapso e que, após ele, não sente poderá se tornar.

É neste sentido que a figura do terapeuta ganha um caráter potencialmente acolhedor e integrativo. Afinal, apesar da desvinculação com o terapeuta e a própria vida em vários aspectos, estes pacientes costumam aderir a análise como uma forma de promover a manutenção de uma relação que possa assegurá-los de que novos colapsos não venham a ocorrer. Apesar de certa superficialidade, aparente indiferença e desconfiança inicial, a transferência se desenha com ares de esperança, a partir dos quais a figura do analista parece ser dotada também de uma confiança não usual para estes sujeitos. Esta, acreditamos que estejareferida justamente ao reconhecimento da figura do analista a partir de sua disponibilidade, presença e atenção capazes de suscitar a segurança de que, a iminência de novas rupturas não

necessariamente promove um desmoronamento completo de si. Esses apontamentos nos levam a lembrar de um paciente.

Certo paciente, em início de vida adulta, atendido em consultório é encaminhado a análise por seu psiquiatra. A busca por atendimentos psiquiátricos e posteriormente análise se dá a partir de uma demanda da família. As brigas e discussões marcantes entre o jovem e os pais, e a falta de limites diante dessas levam o terapeuta a receber o caso com uma imagem preliminar do paciente completamente diferente da que o próprio lhe apresenta. O paciente que é anunciado como resistente aos atendimentos e exalando um caráter revoltado e agressivo, surge, aos olhos da analista, como uma criança, em um primeiro momento tímida e até mesmomeiga, mostrando-se demandante e disponível à construção dos atendimentos, reconhecendo a magnitude das brigas em casa, não abrindo mão de sua razão, mas buscando cuidado. Em pouco tempo começa a buscar a terapeuta diante de ocorridos que o desestabilizam, confiando na capacidade do par analista-analisando de sustentar e assegurar que novos colapsos não ocorrerão. A partir disso, o paciente que antes apresentava expectativas surreais sobre a própria vida (tornar-se repórter de fofoca sem ao menos sair de casa e fazer rede para inserir-se no meio, casar-se com uma modelo famosa a quem não conhecia e mora em outro país, etc.) começa a refletir em análise sobre as possibilidades que pode vir a construir para si, em que lugares consegue se visualizar, que funções acha que seriam condizentes consigo e tem desejo de experimentar e até mesmo sutilmente começar a realizar pequenos passos teste em direção a algumas dessas opções mais realísticas. O paciente ainda mantém seu esforço de desafetação em relação ao mundo, afirmando que “se não pensar é como se as coisas não estivessem ali (dentro de si)”, mas recorre a terapeuta nas ocasiões em que as mesmas aumentam de proporção, começando a reconhecer a presença de seus afetos sendo pensados e experienciados ou não. Ao mesmo tempo, vale destacar que o pai do paciente – assim como o próprio – relata que o rapaz se mostrou pacato, até início da vida adulta quando começou a namorar. O jovem por sua vez localiza a mudança em si em decorrência de uma briga com a figura materna na qual foi agredido sem entender o porquê.

Ao longo deste capítulo conseguimos destrinchar os impactos do traumatismo na psique do indivíduo, desencadeando um tipo de dor agonizante referida não a conteúdos psíquicos, mas à própria existência. Da mesma forma, ressaltamos o traumatismo, em suas múltiplas facetas, como uma falha na capacidade do ambiente de reconhecer o indivíduo, seja em suas potencialidades de ser, em suas necessidades ou mesmo em seus limites. A interrupção do

regime de reciprocidade e mutualidade delinea contornos defensivos a partir dos quais a espontaneidade cede lugar a passividade e desafetação.

É neste lugar que a análise recebe uma importância potencial no que tange a possibilidade de reedição da vida do indivíduo, possibilitando o surgimento do sentimento de esperança a partir do qual duas vias podem ser atingidas. A primeira, referente a atualização de colapsos vividos de maneira que possam ser de fato experienciados e sustentados. A segunda a partir da (re)apresentação da possibilidade de ser visto e reconhecido por um meio com o qual pode voltar a gradativamente estabelecer vinculações nas quais a espontaneidade pode ter lugar e as trocas afetivas emergem como marco singular de algo que se constrói na via intermediária e potente da transicionalidade. Em outras palavras, pode-se (re)criar não apenas o sentimento de si, mas de, juntamente com este, a confiança de que coisas boas podem surgir do estabelecimento de relações com o mundo. Nesse contexto, nos dedicaremos agora ao estudo da importância do lugar do analista enquanto testemunha.

A importância do analista como testemunha na dinâmica do reconhecimento

Ao nos dedicarmos a clínica do traumático entendendo esta como a expressão negativa do reconhecimento que se constrói a partir da mutualidade e cujos reflexos e consequências se expressão no próprio si mesmo e dinâmica psíquica do indivíduo, somos levados a pensar a modalidade de trabalho que se expressa enquanto necessária a estes sujeitos em termos de manejo e da própria construção de uma relação terapêutica. O caminho traçado até aqui, nos leva a entender como a falha na dinâmica do reconhecimento se expressa enquanto algo traumático em suas múltiplas vertentes, como atinge polos basais para a sustentação da instância de si e sua capacidade auto afirmativa capaz de sustentar a própria vida. Nesse contexto, destaca-se não apenas a potência da qual o testemunho do paciente é dotada, mas a importância dos impactos da presença do analista enquanto testemunha destes relatos, que se dão tanto pela via verbal quanto através de expressões não verbais. Essa presença, que muitas vezes se expressa pela primeira vez, tendo estado ausente no quando do ocorrido, abre caminho para a (re)edição do vivido, em uma tentativa de (re)construção de si após o trauma experienciado. Este movimento criativo surge como via possível através da qual os efeitos do trauma – que

foram trabalhados ao longo deste capítulo - possam adquirir um novo lugar, tornando possível novamente a expressão da espontaneidade.

A importância do testemunho já vem sendo destacada há anos, seja através do atendimento de pacientes que carregam as marcas de uma perda de si, ou mesmo dos sobreviventes de grandes guerras, desastres e, mais especificamente no cenário atual, da pandemia global iniciada em 2019. A importância destes relatos destaca a potência que a expressão das dores vividas para si e para um interlocutor atento e implicado adquirem no reconhecimento do ocorrido, e também do experienciado. Desta forma, o testemunho surge como uma ferramenta fundamental no que tange a criação de uma situação a partir da qual o sofrimento do sujeito pode ser reconhecido, adquirindo um lugar. Como destacado por Gondar e Antonello (2016) *para que um testemunho tenha sentido, é necessário alguém que testemunhe o testemunho*. Testemunhar o testemunho se refere ao reconhecimento da dor da experiência do indivíduo a partir da presença de um outro com quem poderá se estabelecer um terceiro, o qual não pôde ser criado internamente porque já foi faltoso no momento do ocorrido.

É neste ponto que a presença do analista em sua função de testemunha traz à tona a possibilidade do estabelecimento de um contraste entre o presente apaziguador e um passado catastrófico. Nesse ponto Ferenczi e Winnicott concordam ao afirmar a importância da presença do analista e sua capacidade de tornar possível ao paciente reviver o evento traumático, ou o colapso no caso dos traumas precoces propostos por Winnicott, em análise. No ambiente analítico, agora, estes podem ser (re)experienciados na presença de uma figura disponível a atuar como um terceiro, capaz de testemunhar a vivência e afirmá-la. Deste modo, ao nos depararmos com a divisão proposta por Kupermann (2019) do trauma em três tempos, podemos afirmar o trabalho analítico nestas linhas como promotor da possibilidade de retorno ao *tempo do testemunho*. Neste, o sujeito produz um endereçamento de sua dor ao outro, sob a forma de um “(...) apelo ao *reconhecimento* da própria dor, de uma tentativa de testemunhar perante a presença sensível do outro o ultraje sofrido” (Kupermann, 2019, p. 58). A presença do terceiro aqui permite não apenas a significação do colapso ou do evento traumático, mas um estender de mãos que ofertam a saída de uma experiência de abandono. Um movimento de esperança que traz à tona novas saídas possíveis além da amputação de uma parte de si, aderência a defesas psicóticas ou encapsulamento da parte verdadeira do *self*. Essa dinâmica é justamente o que permite que o trauma possa ser revivido e não apenas reproduzido, em um movimento que possibilita a emergência de algo novo. “Ao participar desse lugar, o analista ultrapassa tanto a função interpretativa quanto a função de continente para as quais a situação clínica o convoca,

criando uma memória que vai ser experimentada pela primeira vez.” (Gondar, Antonello, 2016, p. 19). A modificação se dá a partir da capacidade de o indivíduo narrar sua história através de seu corpo e palavras, na presença de alguém que seja capaz de reconhecer e até mesmo lhe traduzir os afetos experienciados naquilo que faz parte do inarrável, possibilitando a inscrição psíquica do ocorrido e a sobrevivência diante dos afetos suscitados.

Nesse sentido o espaço analítico se destaca como o ambiente no qual o encontro do par poderá se dar de modo a ganhar ares de transicionalidade nos melhores moldes winnicottianos (Winnicott, 1953/2019). Isso se deve a própria construção do *setting*, enquanto o lugar – psiquicamente não restrito ao espaço físico do consultório e cuja temporalidade é particular – do encontro. Como vimos no capítulo anterior, o encontro de duas subjetividades dispostas a afetar-se, reconhecendo e modificando uma à outra, promove a criação de um idioma particular ao par. Este, por sua vez, atua de maneira transformacional, promovendo mudanças diretas no próprio *self* dos indivíduos de maneira mútua. O espaço analítico marca sua potencialidade ambiental, no encontro, e na potencialidade de transformação de uma história calada que grita – muitas vezes através do corpo – em uma história narrada, que foi vivida no passado, não sendo revivida e atualizada diariamente.

Testemunhar, da parte do analista, não implica apenas acolher ou conter. Implica, primordialmente, reconhecer. O reconhecimento pode ser entendido como a necessidade vital que possui todo indivíduo de ser visto, ouvido, aprovado e respeitado pelo seu entorno. Não é difícil percebermos que a situação vivenciada como traumática para alguém é justamente aquela em que esse reconhecimento é recusado ou, nos termos de Ferenczi (1931), a situação na qual um sujeito é *desmentido*. (Gondar, 2017, p. 193)

Nos encontramos na esfera do incomunicável, que paradoxalmente tenta se comunicar a todo o momento. Para que uma via comunicativa possa ser criada mostra-se fundamental que o analista seja capaz de deixar-se tocar e afetar pelo incomunicável que se expressa. A dinâmica do reconhecimento só se tornará possível quando esta acessibilidade se apresentar. A partir desta cria-se o terreno da intimidade, a partir da qual Gondar (2017) afirma que não é preciso se contar tudo para construir a segurança de que não se estará sozinho. A importância do lugar do analista como testemunha se inscreve justamente a partir da possibilidade de usufruir clinicamente da função de reconhecimento e das modificações que esta é capaz de promover no indivíduo, trazendo à tona suas potencialidades e preparando o terreno para que estas possam vir a se expressar. Afinal, reconhecer é lançar um olhar não apenas sobre as dores do indivíduo,

mas também sobre sua potencialidade de escrever novas linhas em sua história, não apenas sobre quem se foi e quem se perdeu, mas sobre quem poderá tornar-se. Pensando nisso, somos remetidos a uma vinheta clínica.

Um paciente certa vez, diante da iminência de concretização de planos aos quais havia se dedicado por anos e investido muito desejo e energia afirma como as coisas poderiam desmoronar e não dar certo no fim das contas, diante disso a analista lhe pergunta “Você está com medo das coisas darem errado ou de darem certo?” O paciente leva um susto com o questionamento, que se dissipa em um segundo. Logo em seguiu afirma: “De darem certo! As coisas nunca deram certo para mim.” Eu construo todo o investimento feito na direção de seus planos e digo, “Mas até agora, estão dando, como um processo, fruto do seu investimento”, ao que o paciente responde: “É eu sei que estão, mas é muito difícil, eu não estou acostumado as coisas poderem dar certo comigo. Fica uma briga dentro de mim, de um lado um Pedrinho¹⁵ que foi criado ao longo dos anos pela minha mãe gritando que eu não mereço nada daquilo e que tudo vai desmoronar, e do outro um outro Pedrinho que eu venho construindo em análise com você, que confia que as coisas podem dar certo para mim. Acho que aos poucos o Pedrinho que estamos construindo aqui está ficando maior do que o outro.”

(...) deve-se deixar, durante algum tempo, o paciente agir como uma criança (...) Por esse *laissez-faire* permite-se a tais pacientes desfrutar pela primeira vez a irresponsabilidade da infância, o que equivale a introduzir impulsos *positivos* de vida e razões para se continuar existindo. (Ferenczi, 1929/2011, p. 59, grifos do autor)

Nesse sentido, o autor destaca mais uma vez a importância do analista em sua função de testemunho de forma ampliada, não apenas testemunhando a história, angústia e dores de seu analisando, mas também suas necessidades não acolhidas e satisfeitas. O reconhecimento aqui promove uma dupla função. Por um lado, apresenta a possibilidade de que vivências afetivas sejam apresentadas ao paciente e assim possam ser experienciadas pela primeira vez. Por outro, este movimento promove a inscrição da experiência de si na cadeia representacional, vinculada aos afetos por ela suscitados, o que torna possível a significação da experiência e um movimento construtivo sobre ela e sobre si a partir dela. Este ponto é justamente o que desencadeia a chance de construção de um *novo começo*, no melhor sentido balintiano do termo. A reedição

¹⁵ Os dados oficiais do paciente em questão foram omitidos a fim de preservar sua identidade. O uso do apelido no diminutivo, próprio de uma vivência infantil foi feito pelo paciente.

possibilitada pelo encontro analítico a partir do reconhecimento testemunhal atua enquanto luz vitalizadora, iluminando as potencialidades do indivíduo no sentido de tornar-se.

Um exemplo disso que falamos pode ser visto em uma das cenas finais do filme *Gênio indomável*, no qual os dois protagonistas, terapeuta e paciente, se encontram e o terapeuta repete para o paciente “não foi culpa sua”, insistentemente. Estas palavras fazem com que o paciente desmorone, desta vez na presença de um ambiente que literalmente o ampara em sua queda. A sustentação aqui – que se constrói ao longo de toda a relação mútua – possibilita que o paciente se erga da queda que vinha sendo experienciada a anos, e se direcione à construção da sua vida.

A trajetória traçada neste capítulo nos permitiu partir de um entendimento da relação que propomos entre trauma e reconhecimento, seguindo por algumas das formas que o traumático pode ganhar a partir do proposto por alguns autores chaves e terminar em uma discussão sobre as formas de manejo e a importância da presença do analista neste contexto. Esta jornada nos possibilita seguir para o próximo ponto alvo de nossas discussões sobre a temática do reconhecimento, o qual se refere a clínica dos casos de pacientes *borderline*. O estudo destes pacientes, especificamente na temática a qual nos dedicamos, se mostra extremamente frutífero uma vez que eles nos apresentam as marcas das agonias estudadas ao longo deste capítulo. Da mesma forma, cada um a seu modo, esses sujeitos nos narram as consequências do trauma expresso pela falha do reconhecimento nos moldes que aqui também foram trabalhados a partir das contribuições de Ferenczi, Winnicott, Khan e Benjamin.

Capítulo 3: A importância do reconhecimento na clínica dos casos-limite

Uma questão de limites

Na clínica contemporânea somos apresentados frequentemente à pacientes que, através de sintomas diversos como estados de pânico, adições, depressões, anorexias, dentre outros, nos colocam diante de toda a fragilidade e não continuidade à qual seu sentimento de si se encontra referido. São sujeitos que apresentam grande incerteza sobre si mesmos, muitas vezes

não sabendo o que pensam, sentem, gostam ou não gostam. Estamos diante de indivíduos que apresentam uma ruptura constitutiva em seu narcisismo, o que os lança em um constante sentimento de interrogação sobre si e sobre os lugares e formas das relações nas quais se inserem. O outro, aqui, muitas vezes se apresenta como um enigma constante que denuncia o desconhecimento de si em várias esferas. Esses indivíduos apresentam ao analista uma gama impressionante de formações defensivas marcadas por múltiplas vias, mas cuja principal função se encontra referida a um movimento de sustentação da própria experiência de si. Esses pacientes trazem ao *setting* analítico “(...) quadros marcados por uma frágil constituição psíquica – narcísica e dos processos de simbolização – o sofrimento se expressa, sobretudo, por constantes ameaças de desintegração e aniquilamento do eu, que podem se manifestar por intensas sensações de despedaçamento e despersonalização.” (Medeiros, Peixoto Junior, 2016). São sujeitos que, na relação analítica, parecem demandar que o analista os ajude a construir uma imagem de sua própria relação com o outro para que assim possam encontrar a si mesmos. Ou ainda, que o analista lhes lance um olhar norteador capaz de promover a construção de um Eu disperso em partes que possuem uma comunicação frouxa ou falha.

Seguindo esta linha, consideramos que a mudança de uma vertente subjetiva pautada na interioridade - própria ao cenário da modernidade - para uma *sociedade do espetáculo* (Debord, 1967), confere à temática do reconhecimento um lugar de destaque na dinâmica intrapsíquica e intersubjetiva de nossos pacientes, o que se reflete na clínica psicanalítica como um todo. Essa configuração nos leva a seguir com os desdobramentos da temática do reconhecimento a partir de um enfoque nos casos-limite. A própria nomenclatura dos casos aos quais direcionaremos nossa atenção a fim de ilustrar e referir a questão do reconhecimento à clínica psicanalítica nos remete à inserção destes sujeitos em um panorama no qual a questão central refere-se a *limites*. Limites internos, limites entre o interno e o externo, limites entre uma dinâmica psíquica e outra, limites entre o excesso e o vazio, limites entre o ser e o não ser, limites entre expressões corporais e psiquismo, limite de uma existência que se esforça por tentar manter seu estatuto de *ser* no regime da continuidade.

Como sabemos, a psicanálise enquanto dispositivo clínico inicialmente se direcionava ao atendimento de pacientes cuja dinâmica de funcionamento psíquico se encontrava referida à neurose clássica. Afinal, estes pacientes se encontram inseridos em uma dinâmica pulsional conflitual de realização de desejo e acesso ao princípio do prazer a partir da qual o acesso e apresentação dos conteúdos inconscientes do paciente pelo analista através da interpretação se

mostravam extremamente frutíferos. É claro que – pensando nos casos de neurose clássica que deram início à psicanálise – o desvendamento das forças por detrás da sintomatologia neurótica inicialmente emerge como uma metodologia viável a fim de tornar possível a um jovem neurologista vienense a promoção do cuidado de pacientes que lhe buscam apresentando sintomas não explicáveis pela fisiologia da época. Contudo, com a extensão da disciplina psicanalítica e da aplicação de seu método, surge a ideia de que alguns pacientes seriam “não analisáveis”. Com este grupo de pacientes o tratamento analítico não surtiria efeitos consideráveis no sentido de uma resolução da dinâmica psíquica expressa e abrandamento dos sintomas cuja configuração também expressava raízes distintas do que vinha sendo observado nos casos de neurose. Ao longo dos anos, a psicanálise contou com as mais diversas contribuições daqueles que, unindo-se a Freud em seus estudos e trabalho clínico ampliaram o campo desta disciplina. Dentre seus vários interlocutores destaca-se Sándor Ferenczi, jovem médico húngaro a quem Freud confiava a exploração e experimentação da técnica psicanalítica. Apesar da visível lealdade à Freud e suas ideias, Ferenczi apresenta desde seus primeiros textos um pensamento original. Voltado para a defesa dos direitos das mulheres e uma inegável veia política revolucionária, o que, com o desenvolvimento de suas ideias, culmina em um descentramento da figura paterna e uma dinâmica psíquica baseada na apreensão do limite (castração) a partir da proibição do incesto para uma dinâmica referida à importância primordial da figura materna e sua função de cuidado enquanto forma de vinculação constitutiva. Esse ponto, apesar de não ter levado o psicanalista húngaro a propor uma ruptura com o modelo já existente – uma vez que este nunca foi negado – tornou possível a ampliação do panorama psicanalítico. Esta ampliação se deu através da apresentação da importância da vida primitiva do sujeito no sentido tanto da relação que será estabelecida entre ele e o adulto que dele cuida (Ferenczi, 1927/2011; 1932/2011), a importância deste adulto em sua própria constituição psíquica (Ferenczi, 1913/2011), os impactos de um ambiente não desejoso ou inadaptado a receber a criança (1929/2011) e mesmo o estabelecimento de uma relação entre a vida e dinâmica psíquica e a filogênese da espécie atrelada a um desejo insciente de retorno ao útero materno (1929/2011).

Conhecido como o “analista dos casos difíceis” Ferenczi destacou em alguns momentos de sua obra o quanto as falhas precoces que culminavam na dinâmica destes pacientes ditos difíceis provinham de uma discrepância entre suas necessidades e cuidado e afeto que lhes eram direcionados. As falhas traumáticas eram tidas como provenientes de uma desadaptação ambiental em termos de cuidado e proteção que, em maior ou menor grau eram capazes de

produzir efeitos constitutivos no psiquismo do paciente. A criação de uma perspectiva teórica capaz de conciliar, por um lado, o que já vinha sendo construído pela disciplina psicanalítica e, por outro, sua visão inovadora e dedicada à clínica, torna Ferenczi uma referência no trabalho com os ditos “casos difíceis” dentre os quais reconhecemos os casos-limite. Após esse breve resumo histórico que apresenta a importância de Ferenczi não apenas para a psicanálise, mas particularmente para a clínica destes pacientes, nos deparamos com os limites que a própria técnica clássica possui para o trabalho com estes pacientes.

Ferenczi traz à tona a concepção de que a resistência na clínica é sempre do analista. Afinal, parte de sua função se refere justamente à sua capacidade elástica de se adaptar as necessidades do paciente, muitas vezes referidas à criança ferida que não foi cuidada, acolhida ou assistida da forma devida pelos adultos a sua volta (Ferenczi, 1931/2011). A ideia de uma elasticidade aqui (Ferenczi, 1928/2011) diz respeito a uma atuação do analista tal qual uma tira elástica, aproximando-se e afastando-se nos momentos devidos, a fim de construir uma presença cuidadora distinta da qual o paciente tinha até então. Trata-se da possibilidade de criar uma relação terapêutica que por um lado não seja invasiva¹⁶ e, por outro, também não se apresente através de uma postura fria e distante¹⁷. Em decorrência destes pontos afirmamos que a clínica destes pacientes demanda de nós analistas uma sutileza e delicadeza no manejo que por diversas vezes se assemelha a uma dosagem à conta gotas e um manejo a ponta de pinça. São justamente essas características que nos lançam diante de uma clínica também reconhecida como clínica dos limites. Esta, demanda dos analistas que se dedicam ao cuidado destes pacientes um trabalho que não se restrinja à interpretação das formações inconscientes, mas que utilizem seu corpo, ato, reconhecimento, presença e vivacidade como ferramentas na construção de um caminho não tão voltado ao passado, mas ao presente e ao futuro. Afinal, os traumas sofridos nos primórdios da vida, diferente dos conteúdos conflituais, não se encontram recalcados. São conteúdos presentificados diariamente na vida dos sujeitos, seja por meio de uma dinâmica psíquica construída na tentativa de dar conta das falhas vividas, ou mesmo de

¹⁶ Invasiva no sentido de projetar desejos e vivências internas do analista de forma maciça no paciente de modo a impedir o desenvolvimento de seu próprio potencial espontâneo.

¹⁷ Este ponto foi muito problematizado por Ferenczi. O psicanalista defendia que a neutralidade pregada pela psicanálise clássica acabava por lançar alguns pacientes em um sentimento de abandono que, ao invés de ganhar ares terapêuticos atualizava a vivência traumática anterior.

um corpo que narra em si os ferimentos ainda não cicatrizados na expectativa de alguém que ouça sua dor e venha em seu cuidado.

Tendo em vista estas particularidades Balint, desenvolvendo as ideias que já vinham sendo trabalhadas por Ferenczi. Balint propõe que alguns pacientes que chegavam à clínica em um estágio extremamente regredido apresentavam uma falha constituinte em um nível basal do amadurecimento, que se contrapunha a ideia de um complexo edípico. Esta “falha” ou “falta” se daria em decorrência de uma desadaptação do ambiente em relação as necessidades básicas do sujeito em formação, tanto no que tange as necessidades físicas quanto ao cuidado referido à esfera do amor primário (Balint, 1968/2019). A experiência clínica com estes pacientes o levou a conceber uma teoria da mente na qual este desencontro no campo das experiências bi pessoais das relações de objeto precoces marca a etiologia dos casos-limite, estando estes então referidos ao que o autor vem a chamar de área da falha básica (Pondé, Peixoto Junior, 2019). As quebras e rachaduras ocorridas na área da falha básica impactarão diretamente na constituição subjetiva do indivíduo e a forma como suas relações de objeto serão estabelecidas. São pacientes que chegam ao consultório apresentando ao analista, a partir de vivências na transferência, uma história afetiva muitas vezes ainda não simbolizada ou alocada em sua cadeia representacional. Sua dor encontra como via de expressão a angústia existencial cujas marcas se apresentam a partir do sentimento de vazio e morte, além de um intenso medo da perda do objeto que culmina em um movimento de aceitação passiva. Nesse contexto, Pondé e Peixoto Junior (2019) afirmam que “Esta área não apresenta a estrutura de um conflito, mas sim de uma falha provocada por alguém que se descuidou e que, agora, busca uma nova oportunidade para que esta possa ser preenchida.” (p. 104). Nesse sentido, consideramos que os pontos de fixação e rupturas sofridas na área da falha básica marcam a constituição psíquica do indivíduo. Apesar destas quebras não se mostrarem necessariamente patológicas, constituem-se como formas específicas de relação com os objetos e sofrimentos a serem experienciados ao longo da vida, assim como um acesso a formações defensivas vinculadas a este estágio. Toda esta organização em conjunto, assim como em todas as dinâmicas e organizações psíquicas, pode vir a abrir campo para o desenvolvimento de patologias.

Em seus escritos, Winnicott segue de encontro as ideias propostas por Balint. O psicanalista inglês afirma o lugar fundamental do ambiente em um amadurecimento saudável e, os impactos que as falhas precoces – referidas à dependência absoluta e aos processos a ela inerentes – na adaptação poderão ter sobre a dinâmica psíquica dos pacientes. Nesse contexto,

a ideia de uma intersubjetividade e seus impactos trazem percepções distintas para um panorama que antes se via sob o domínio e influência das pulsões de vida e de morte.

A partir de Ferenczi a desvitalização passa a ser vista também como fruto de um não acolhimento ou desejo no quando do ingresso da criança à família. Em Balint (1968/2019), o sofrimento ganha um caráter definitivamente não mais centrado no conflito edípico, mas fruto de um amor primário não adaptado as necessidades de cuidado e investimento do sujeito em formação, mas ainda fortemente atrelado a uma perspectiva metapsicológica. Em Winnicott, a expressão verdadeira de si no mundo que se formula a partir de um movimento criativo de si que culminará no sentimento de que a vida vale a pena ser vivida torna-se um problema central, que afetará todo o amadurecimento, e uma conquista a ser construída a partir de uma vertente relacional. Tendo isso em vista, Pondé (2021) afirma que os casos-limite convocam o analista a uma experiência de fusão, referida as primeiras vinculações estabelecidas. Isso se dá na medida em que “(...) é nesse contexto relacional de uma unidade dual, no qual as falhas básicas foram vividas, que o paciente busca reeditar na situação de transferência com a esperança de cicatriza-las. (...) O que está em jogo no paradoxo unidade/dualidade é a questão da existência versus ameaça de aniquilação.” (Pondé, 2021, p. 86).

Como vimos no capítulo anterior, o não reconhecimento da espontaneidade potencial do indivíduo marcado pela desadaptação ambiental em momentos precoces do amadurecimento, ou ocorrentes de forma contínua culminam em uma vertente traumática da experiência. Esta por sua vez demanda do indivíduo em formação uma reorganização de si em prol da manutenção de um movimento de sobrevivência próprio ao aparelho psíquico (Ferenczi, 1930a/2011). É justamente nesse ponto que Ferenczi destaca a primazia de uma saída ativa diante do trauma, que ganha ares de formação criativa, seja diante de um direcionamento do indivíduo a um movimento autodestrutivo, ou mesmo a criação de novas formas de organização de si após estas. Em suma, o movimento de negativa de si promovido pela quebra da dinâmica do reconhecimento em suas múltiplas formas de apresentação e a (re)organização necessária afim da manutenção da vida e possibilidade de alguma saída espontânea possível confere um caráter positivo à fragmentação de si. Nesse contexto o movimento de cisão e a organização que se forma a partir desta surge como uma saída possível para a manutenção da existência (Ferenczi, 1932/2011), o que tornará possível a emergência de movimentos posteriores de tentativa de uma expressão espontânea.

Tendo isso em vista, consideramos a delimitação ferencziana entre trauma estruturante e trauma desestruturante não um contraponto, mas um paradoxo. Afinal, na medida em que o trauma desestruturante promove a organização de uma nova forma possível de existência, torna-se a porta de entrada para que uma nova organização psíquica seja instaurada no aparelho. Esta, que apesar de sua origem traumática apresenta uma via positiva do ser a partir da fragmentação (Brum, 2018), transforma o trauma desestruturante em uma ruptura que possibilita o ingresso em uma nova forma de estruturação de si para além do modelo neurótico. Com isso, propomos que *as novas organizações que advém da ruptura traumática em suas múltiplas vertentes*, incluindo aqui as quebras observadas na dinâmica dos casos-limite, *apresentam a faceta positiva de uma nova forma de organização própria a um organismo que possui mecanismos internos de manutenção da vida*, mesmo a partir das cisões. Tal ponto retira o caráter necessariamente patológico de formas outras de organização que não a neurótica, entendendo-as enquanto formas de funcionamento e construção de si singulares, mas também dotadas da capacidade potencial de expressão espontânea e construção criativa de si.

Tendo isso em vista a que nos referimos ao tentar circunscrever a terminologia casos-limite? Quando nos remetemos à pacientes limites, nos vemos diante de casos nos quais a própria delimitação, contorno e sentimento de si se encontram constantemente em xeque. Com isso, por um lado temos que as aquisições dos processos próprios ao amadurecimento psíquico (personalização, realização e integração) podem regredir a estágios nos quais suas qualidades ainda não tenham sido prontamente alcançadas, e por outro temos que os estados regressivos possibilitam ao indivíduo acessar modalidades de defesas primitivas. Nesse sentido nos referimos a,

(...) sujeitos que “sofrem” de sentimentos de vazio e de futilidade, cujo trabalho psíquico parece estar voltado para questões relativas às possibilidades de existência psíquica. Sujeitos que estão ocupados primordialmente com a sobrevivência e com a necessidade de manterem-se coesos. São os chamados casos-limite, onde a intensidade e a frequência de processos projetivos e das cisões de partes do *self* determinarão a especificidade da relação analítica que irão estabelecer. (Pondé, Peixoto Junior, 2019, p. 99)

Essa configuração psíquica que se constitui a partir de movimentos defensivos próprios de uma ambiência inicial desadaptada as necessidades do indivíduo nos coloca diante de

sujeitos que, de certo modo, se encontram no limite entre a neurose¹⁸ e a psicose¹⁹. Essa concepção nos apresenta a ideia de indivíduos cujo funcionamento se dá a partir de núcleos distintos que se encontram frouxamente integrados e com uma comunicação também não tão bem constituída entre si. Tais núcleos são provenientes de uma personalidade cindida em decorrência dos traumas vividos. Afinal, é a partir do movimento de cisão que – como vimos no capítulo anterior – se apresenta como cicatriz de uma quebra de si que cada fragmento ou núcleo ganha vida própria. Isso consiste em cada um construir de forma independente, ou se comunicando de maneira singular com os demais, novas formas de realização de desejo nos moldes do princípio do prazer. Da mesma forma, o sofrimento passa a não se referir ao sujeito integral, mas aquele núcleo específico atingindo os demais apenas em caso de algum tipo de comunicação ainda ser possível entre eles (Ferenczi, 1934/2011).

A apresentação de uma dinâmica psíquica distinta do proposto até então nos casos de neurose e também do observado nos casos de psicose nos coloca diante de indivíduos que, ao longo de sua jornada clínica, nos apresentam uma constituição psíquica singular assim como possibilidade de acesso à mecanismos de defesa também referidos à esfera pré-edípica, culminando em algumas características singulares em seus atendimentos. Nesses casos a questão da transferência e contratransferência surge como algo fundamental no manejo clínico, nos apresentando uma forma de trabalho que ao se dar a partir da relação transferencial nos coloca diante de uma clínica do reconhecimento. Reconhecimento aqui se refere a capacidade do analista de reconhecer as necessidades do paciente, e não apenas suas demandas onipotentes em relação ao trabalho analítico, mas o que ele necessita trabalhar a partir da relação analítica. Da mesma forma, também abrange a capacidade do analista de reconhecer em si os impactos que a singularidade do paciente é capaz de produzir para que, a partir disso, possa retribuir-lhe o reflexo de sua imagem a partir de um ato analítico. Esse movimento, que como vimos funciona a partir de uma dupla hélice, transforma o ato analítico em um ato de reconhecimento do sujeito que busca atendimento e de suas necessidades primitivas não ouvidas. As implicações que esta postura pode adquirir na clínica partem do princípio de uma desativação dos conteúdos e vivências traumáticas a partir dos quais a dinâmica subjetiva e formas de relações e vinculações podem ser (re)significadas. O objetivo aqui não é um (re)orquestramento do psiquismo do indivíduo no sentido de fazer sentir como se os traumas não tivessem ocorrido.

¹⁸ Possuem núcleos psíquicos que funcionam a partir do modelo do recalque e do princípio do prazer, normalmente tendendo mais a uma das neuroses de transferência, porém não se fixando a ela.

¹⁹ Nos quais as defesas que não partem de uma matriz simbólica e sim projetiva de conteúdos internos sobre o objeto vêm à tona, assim como o mecanismo da cisão.

Antes disso, é a possibilidade de construção de uma história futura, na qual outras formas de relação e dinâmica possam ser construídas a fim de não perpetuar o sofrimento experienciado.

Tendo isso em vista, nos deparamos com as considerações de Junqueira (2016/2020), que afirma que os traumas precoces sofridos por estes pacientes impactam em sua constituição no que tange a delimitação de si mesmo e de suas fronteiras psíquicas, ressaltando a problemática dos limites a partir de ângulos variados. Nestes casos, entende-se por problemática dos limites questões que abrangem a noção *eu X não-eu, dentro X fora, realidade interna X realidade externa*. Em suma, aquisições e processos de si que são conquistados ao longo da contínua jornada de amadurecimento psíquico que, segundo Winnicott (1945/2000) inicia-se na dependência absoluta. Nos casos de pacientes *limite* a aquisição de limites e forma como estes se constituirão será um ponto fundamental a partir do qual a dinâmica psíquica se constituirá de maneira singular. No panorama destacado ao longo de todo o presente trabalho no qual propomos uma reunião do campo intrapsíquico e do intersubjetivo, a ideia de limites abarca também a forma como as relações primitivas são experienciadas por estes indivíduos, constituindo-se enquanto situações traumáticas e impactando o modo como vinculações posteriores a outros objetos serão estabelecidas. Estamos diante de pacientes que carregam como marca paradoxal de sua existência um sentimento agonizante de invasão/abandono.

A dinâmica do reconhecimento a partir da importância da presença de um ambiente adaptado nos casos-limite

Como vimos nos capítulos anteriores, ao nos depararmos com o processo de amadurecimento e constituição psíquica mostra-se fundamental a presença de um ambiente com o qual uma relação de empatia e confiança poderá ser construída. Isso porque é em decorrência desta relação que o infante poderá se expressar verdadeiramente e constituir sua experiência de si a partir de uma vivência pautada na espontaneidade. A confiança passa a ser um tema central nesta temática e é entendida como fruto da presença uma vez que se instaura em decorrência do contato adaptado com o ambiente que se mostra capaz de acolher, dar espaço e lugar ao si mesmo em formação. Em outras palavras, a confiança surge a partir do reflexo de si a partir da vinculação estabelecida com um outro disponível a exercer adaptativamente sua função ambiental. Esta interação apresenta ao indivíduo o reflexo de sua própria imagem, reconhecida por este outro específico (Winnicott, 1967/2019). É a partir deste movimento de confiança –

confiar a descoberta e criação de si a um ambiente que, ao reconhecer dá contorno e cria – que o indivíduo poderá vivenciar sua espontaneidade dando início a construção de seu sentimento de si. Nesse processo os primeiros raios do alvorecer de si começam a se enunciar em meio a penumbra noturna do não reconhecimento de uma diferenciação entre o indivíduo e o mundo. Nas palavras de Safra (2005/2016), “As coisas banham-se em sentidos e significados outorgados por uma relação de criação pessoal do mundo.” (p. 41). Afinal, como completa o autor, “Criar é existir, não só como ser biológico, mas como ser acontecendo em gestos e símbolos que articulem, de forma singular, as questões existenciais daquele sujeito.” (p. 43).

Para que esta sensação de confiança no ambiente – que posteriormente será convertida em uma sensação de confiança em si mesmo – possa ser conquistada, é necessário que o ambiente consiga atuar enquanto meio presente, seguro e encorajador de sua espontaneidade em ascensão. Com isso queremos dizer que, a presença de um meio vivo em sua presença e singular no estabelecimento da vinculação se mostra fundamental. Afinal, é a partir de uma presença viva que o vir a ser poderá identificar os impactos e efeitos de seu si mesmo em ascensão no outro, constituindo-se como fruto de uma complexificação deste encontro e adquirindo uma forma de ser no mundo que parta justamente das expressões de sua espontaneidade potencial (Winnicott, 1971/2019 A criatividade e suas origens).

É neste ponto que o reconhecimento se mostra fundamental. Afinal, o reconhecimento expressa sua faceta formadora de si na medida em que se apresenta como o reflexo ao indivíduo da forma como ele é capaz de impactar aqueles com os quais se relaciona. Essa imagem, desenhada em termos relacionais pelo outro, carrega ao mesmo tempo tanto a presença ativa do outro quanto sua apreensão criativa do indivíduo – uma vez que sua forma de perceber o indivíduo acaba por constituí-lo. Da mesma forma, ao mesmo tempo em que a imagem de si refletida pelo olhar do outro apresenta um caráter constitutivo, a presença deste outro mais bem constituído também é fundamental para a abertura de todo um campo criativo sobre si mesmo e o mundo. Nesse sentido, *o reconhecimento emerge como uma importante ferramenta de adaptação ambiental uma vez que é a partir dele que se dá a criação de si.* Afinal, é em decorrência da disponibilidade e adaptação do ambiente que a espontaneidade pode ganhar ares de especificidade e singularidade.

Benjamin (1988/1996) afirma que a tensão necessária entre autoafirmação e reconhecimento é fundamental para que o indivíduo e o outro consigam estabelecer uma relação de soberania mútua, na qual um não se sobrepõe ao outro. Esse movimento se expressa enquanto

constitutivo uma vez que, é a partir de um reconhecimento inicial e uma potência de si que insiste em se afirmar que o processo de diferenciação poderá se dar e, com isso, a formação de um si mesmo capaz de se auto afirmar. É a partir da capacidade de autoafirmação que o indivíduo poderá manter seu sentimento de integridade e certeza sobre si em suas relações com o outro, não se sentindo a todo instante invadido por este. Isso posto, temos que o equilíbrio entre essas tensões é fundamentalmente necessário para que a relação não se modifique em uma relação de dominação além de ser o responsável por dar início ao processo de diferenciação. Benjamin ainda afirma que este equilíbrio é algo difícil de ser mantido pois traz à tona um paradoxo próprio das relações de reconhecimento. Por um lado, o reconhecimento é a resposta do outro as diversas formas de expressão do si mesmo em ascensão, o que torna possível ao vir a ser a realização de seus movimentos criativos de forma tangível. Por outro lado, este reconhecimento deve ser proveniente de um outro o qual seja reconhecido como uma pessoa distinta, o que confere à dinâmica *reconhecer X ser reconhecido* o caráter de uma luta em prol da sobrevivência/criação de si enquanto ser singular e criativo.

Tendo isso em vista, entendemos que a manutenção da mutualidade na esfera do reconhecimento ao mesmo tempo que se apresenta como algo difícil de ser mantido, se mostra fundamental. O equilíbrio delicado ao qual esta equação se encontra referida lança o reconhecimento em um jogo de forças constante ou, como diria Honneth (1992/2017), em uma *Luta por reconhecimento*. Com isso, apesar dos desequilíbrios serem inevitáveis, entendemos que a manutenção de uma dinâmica de reconhecimento pautada na mutualidade não seapresenta como algo utópico uma vez que não se baseia em momentos isolados da relação a ser estabelecida, mas na forma como essa se dará dentro de uma cadeia de *continuidade*. Dito de outro modo, *o equilíbrio das relações de reconhecimento mútuo se inscreve a partir da continuidade das relações estabelecidas*. Da mesma forma, os momentos de assimetria inevitáveis nesta dinâmica se evidenciam como rupturas fundamentais ao processo de diferenciação, assim como os de mutualidade garantem sua importância em uma constituição psíquica pautada na identificação. Na saúde essa dinâmica se justifica em decorrência não apenas da capacidade de o ambiente reconhecer o indivíduo, mas também da capacidade de o indivíduo se apropriar de maneira ativa e criativa do reconhecimento que lhe é lançado.

Nos primórdios do amadurecimento ou diante de graves falhas, o outro ainda não é reconhecido enquanto um ser de direitos próprios e distinto do indivíduo, ele é apreendido como parte de todo um ambiente com o qual ainda não se construiu barreiras e que se expressa através

do cuidado adaptado. Este por sua vez é pautado no reconhecimento que o ambiente – enquanto indivíduo já mais bem constituído – é capaz de direcionar ao infante no sentido de acolher seus gestos, expressões e afetos emergentes, dando-lhe contorno e lugar. A adaptação à essas necessidades imanentes de um *self* em formação se apresentam como a base fundamental ao reconhecimento e também abertura de porta para a percepção, por parte do outro, do indivíduo em formação enquanto ser diferenciado. Essa apreensão de que o infante do qual se cuida não é mais parte da mãe que o abrigou – tem um ritmo próprio, gradativamente cria gostos e preferências particulares e formas de expressão únicas – possibilita que o potencial espontâneo do vir a ser que busca expressão se encontre com um ambiente capaz de reconhecer e espelhar²⁰ seus movimentos. Essa iniciativa é o ponto fundamental que permite que a diferenciação passe a ser apresentada também ao indivíduo em ascensão, conferindo ao seu si mesmo corpo, contorno e delimitação.

Seguindo esta linha, Benjamin (1998) afirma que é a partir da teoria da identificação freudiana que apreendemos as fronteiras do Eu enquanto uma membrana comunicativa e altamente permeável. Essa forma de delimitação do Eu enquanto membrana permite que o indivíduo assimile os objetos que estão fora de si e também apresente ao mundo os que se encontram internalizados. Safra (2005/2016) por sua vez, defende uma tendência própria ao indivíduo de manutenção da vida e estabelecimento de relações com os objetos – quando se torna possível ao ser em formação alcançar os objetos que surgem em seu horizonte. Nesse sentido, o autor segue as linhas winnicottianas defendendo que o objeto deve se construir primeiro subjetivamente para que depois seja percebido objetivamente. O objeto subjetivo é fruto da experiência de ilusão em um panorama de onipotência, no qual as diferenças entre *Eu e não Eu ainda não* foram apreendidas. O objeto subjetivo nasce a partir de um movimento criativo que, a partir do ambiente, passa a criar a noção de si mesmo. Safra ainda afirma que, mesmo em condições adversas, o indivíduo mantém algo de próprio, que se expressa de forma criativa mesmo que em sutilezas naturais como sua forma específica de respirar. O movimento criativo aqui surge justamente da capacidade do indivíduo de criar o mundo, que será descoberto ao mesmo tempo em que é criado para que relações possam ser estabelecidas com este.

Assim como apresentado por Winnicott (1958/2007) este movimento criativo de si deve vir acompanhado do reconhecimento próprio de um ambiente que é capaz de encontrar o

²⁰ Aqui nos referimos ao espelhamento no sentido winnicottiano da expressão (Winnicott, 1967/2019)

indivíduo em criação ao longo de seu processo criativo e assim afirma-lo. Desta forma, o indivíduo recebe o contorno afirmativo de validação de sua própria existência, o que lhe fornece o sentimento de continuidade necessário para que seu sentimento de existir efetivamente no mundo – que começa a ser criado – possa ser propagado. Assim, engatamos em mais um paradoxo. Ao criar o mundo o indivíduo é criado por este. “O reflexo especular (Winnicott, 1967) fornecido pelo outro abre a possibilidade de o paciente encontrar a si mesmo e, ao mesmo tempo, ao outro.” (Safra, 2005/2016, p. 41).

Seguindo esta linha, Benjamin (1998) afirma que é a partir da criação do mundo que passamos a entender que o Eu não depende apenas de uma força interna a fim de se autofundar. O Eu passa a ser visto como um composto dos objetos com os quais se relaciona, se constituindo a partir de movimentos de identificação com o outro que, ao ser introjetado, passa a compor o mundo interno do indivíduo. Ao mesmo tempo, o indivíduo também depende do reconhecimento do outro a fim de formar-se(r). A autora ainda defende que, nesta dinâmica, *o reconhecimento inevitavelmente modifica o indivíduo e o torna distinto do outro* em um movimento constitutivo que se inscreve nas linhas da intersubjetividade. Este por sua vez leva em conta ambos os sujeitos da relação enquanto *autores ativos em sua mútua constituição e modificação, inevitável ao encontro*. Da mesma forma, esse processo que tira o alvorecer humano de um lugar de autocriação também se mostra presente nas diversas modificações que irão ocorrer ao longo de toda a vida do indivíduo. Benjamin (1998) ainda apresenta a ideia de uma subjetividade inclusiva, capaz de assumir múltiplas posições no contato com o outro, reconhecido a partir de sua presença específica, movimento este que também abarca a alteridade.

Seguindo esta linha, a autora afirma o lugar da onipotência enquanto um problema central para o *self*. Afinal, uma vez que o outro ao ser percebido pelo indivíduo não se torna uma interrogação para este, o indivíduo é mantido em um lugar absoluto, no qual ou é assimilado pelo outro ou se encontra separado deste. Onipotência aqui se refere a um estado de indiferenciação inicial. Este estado pode ganhar ares de violência e uma postura invasiva diante da não apreensão das diferenças – na medida em que força o outro a fazer e desejar o mesmo que si. A esta violência, própria a negação de uma diferenciação existente e inevitável, Benjamin localiza em seu trabalho como a virada do reconhecimento para a dominação a partir da quebra de uma postura de mutualidade. Nós aqui, identificamos este movimento em suas mais variadas formas enquanto traumático uma vez que coloca em xeque toda a dinâmica do

reconhecimento a partir do qual o contínuo movimento criativo poderá se dar contemplando o *self* de maneira integral.

O não reconhecimento do indivíduo em termos das necessidades primordiais de seu *self* em ascensão dificulta a constituição do mesmo em termos de contorno, delimitação, apropriação da esfera corporal e inserção na realidade compartilhada. Essas esferas se mostram primordiais tanto na constituição psíquica do indivíduo quanto no contato e as relações que o mesmo será capaz de estabelecer com os objetos a sua volta. A ausência de um ambiente inicial capaz de promover uma dinâmica de reconhecimento suficientemente boa desencadeia, por parte do indivíduo incapaz de ser reconhecido em sua espontaneidade em ascensão, a assunção precoce de modelos defensivos os quais levam o *self* em formação a atuar a partir da reatividade. O não reconhecimento neste momento precoce do amadurecimento se deve a uma desadaptação ambiental.

Como vimos, os efeitos de uma falha na dinâmica de reconhecimento constitutiva adquirem o caráter traumático em suas múltiplas facetas. Afinal, a partir da inserção do vir a ser em um meio invasivo, a espontaneidade do indivíduo é podada assim como seu viver passa a se expressar a partir da reatividade, encapsulando e protegendo o potencial espontâneo dos avanços de um meio que, ao não o reconhecer, impede sua expressão (Winnicott, 1960/2007). Da mesma forma, um meio ausente – seja fisicamente ou em termos de desejo – não se mostra capaz de lançar um olhar que se fixa no sujeito em formação e assim reconhece sua singularidade, direcionando a ele o investimento sob a forma de um desejo constitutivo (Green, 1980/1988). Neste último caso, a ausência de um cuidador suficientemente disponível, capaz de reconhecer e investir o sujeito em formação lança-o em um sentimento de vazio. A ausência deste objeto primeiro, cuja externalidade ainda não é reconhecida uma vez que os limites entre interno e externo ainda estão em processo de constituição, torna árdua a tarefa de introjeção a partir da qual o próprio mundo interno da criança poderá se formar (Ferenczi, 1909/2011). Nesse sentido, nos deparamos com um paralelo fundamental entre os pacientes *limite* e os traumas sofridos, em maior ou menor grau, que os atingem no âmbito narcísico. O que nos leva a conceber os sintomas e formações defensivas aqui enunciadas como atuantes através de duas vias. Por um lado, a que possui a centralidade deste capítulo, entendemos os sintomas como formas de expressão possíveis de um potencial espontâneo que de outra forma não poderia vir à tona. Por outro, tanto os sintomas quanto as formações defensivas apresentam uma faceta coerciva do *self* fundamental nestes casos, se apresentando como uma via através da qual algum

contorno, integridade e sustentação narcísica poderá ser encontrada e mantida uma vez que sua continuidade por si só ainda não foi alcançada. A falha do cuidado que atinge o narcisismo destes pacientes culmina na evocação de alguns pontos em comum, que se destacam como marcas da dinâmica psíquica destes sujeitos, apesar de suas especificidades. Aqui, nos referimos a dinâmica subjetiva, formas de relação com o objeto e a utilização de algumas formações defensivas específicas que são observadas de maneira recorrente nos casos-limite.

Dentre estas características específicas, o vazio interno ganha destaque no discurso e afetos apresentados por estes pacientes, cujas relações e vinculações se tornam extremamente frágeis e ameaçadoras. Essa dificuldade no estabelecimento de vinculações seguras se dá uma vez que as vivências das falhas sofridas ainda se encontram presentificadas afetivamente para o indivíduo. Desta forma, os objetos com quem este vem a se vincular também se apresentam na eminência de repetir as falhas experienciadas como traumáticas. As vivências oscilantes e atualizadas de um objeto que, ora invade ora abandona promovem nestes pacientes um movimento de ataque ao novo vínculo que tenta se estabelecer. Diante da construção e novas vinculações, uma nascente ganha volume com sua fonte traumática, inundando as vivências atuais com o sangue das feridas internas ainda não cicatrizadas. Essa vivência se dá principalmente pela via afetiva e experiências ainda não simbolizadas pelo indivíduo. A partir destas, a possibilidade de abandono emerge como uma quase certeza que transforma o trauma vivido em um passado longínquo em algo pertencente a relação presente, e na profecia de um futuro do qual não se pode escapar. Diante disso, movimentos de *ataque ao vínculo* surgem, trazendo à tona a agressividade de um indivíduo que, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que busca proteger-se do abandono também possui a esperança de que o objeto agora seja capaz de resistir e permanecer. Este panorama nos coloca diante de indivíduos que revivem a ausência de um ambiente capaz de reconhecê-los, e com isso precisam atuar na construção de seus próprios contornos diariamente, buscando o cuidado e reparação capazes de promover a integração de si mesmo por conta própria.

Diante disso, a capacidade de o ambiente de resistir aos ataques promovidos pelo sujeito referido aos estados limites além de contribuir na formação das delimitações internas ainda não adquiridas, também promove a segurança de que as expressões de si, mesmo que agressivas, podem ser vividas em sua relação ambiental como uma experiência em conjunto. Este ponto se mostra fundamental, pois permite a ascensão de um movimento terapêutico regressivo no qual

a agressividade primária pode ser revivida, agora em um ambiente de fato capaz de acolher e dar lugar a expressão espontânea do indivíduo (Winnicott, 1950-55/2000).

O trabalho terapêutico aqui possibilita a (re)significação do caráter agressivo que fora atribuído ao indivíduo em formação e seu agir no mundo, possibilitando a criação de sentidos outros da expressividade do si mesmo no mundo, assim como formas distintas de expressão deste. Além disso, é a partir deste movimento de resistência e insistência do analista, que se mantém vivo mesmo diante dos ferozes ataques, que se torna possível percebê-lo enquanto um objeto externo, fora do controle onipotente do indivíduo. Outro ponto importante é a função de contenção que a figura do analista adquire na dinâmica de reconhecimento. Afinal, limite aqui não se refere apenas à circunscrição, mas à contenção e separação dos conteúdos internos de conteúdos externos.

A apreensão da externalidade da figura do analista promove um afastamento fundamental para o amadurecimento, que possibilitará ao paciente, por um lado o acesso ao sentimento de culpa necessário para que movimentos reparatórios sejam realizados, constituindo assim o círculo benigno. Por outro lado, é a partir deste intervalo entre um e outro que uma área intermediária da experiência começa a se constituir. Aqui nos referimos ao espaço potencial no qual experiências próprias à transicionalidade podem ser vividas (Winnicott, 1953/2019). A construção do espaço potencial permite o acesso ao mundo, seus objetos e símbolos como formas de expressão do mundo interno do paciente ao outro, que pode também endereçar-lhe uma resposta em uma linguagem comum que ao ser construída pelo par confere ares comunicativos a vinculação que se estabelece, possibilitando o desenvolvimento de uma *relação verdadeira*. Nesse sentido temos que o desenvolvimento do reconhecimento afetivo e da corporeidade do indivíduo culminam em um reconhecimento pautado na capacidade de apresentação de si mesmo ao outro a partir da utilização de símbolos representáveis. Na dinâmica do reconhecimento nos vemos diante de um movimento que parte do afeto à palavra.

O não equilíbrio entre vinculações que se estabelecem ou pelo medo de invasão ou do abandono é capaz de promover feridas tão profundas, ou mesmo rupturas na constituição narcísica do indivíduo, o que torna as questões referidas a sexualidade e a angústia de castração secundárias. Afinal até para que o conflito psíquico possa se estabelecer e ser trabalhado em análise, é necessário que o *estatuto do ser* tenha sido alcançado pelo indivíduo que, ao se tornar capaz de se auto afirmar passa a não se ver mais assolado pela angústia de existência que ganhava protagonismo. Com isso, estamos destacando o fato de que, os pacientes-limite não se

encontram fixados em seu amadurecimento psíquico, há um grande esforço interno promovido por uma força cuidadora vital – denominada por Ferenczi em seus diários clínicos de Orpha (Ferenczi, 1985/1990) – que possibilita que os cuidados mínimos sejam garantidos ao indivíduo por si mesmo, mesmo na ausência de um ambiente adaptado. A partir disso, o psiquismo continua seu processo de amadurecimento mesmo diante das falhas sofridas, constituindo-se a partir de uma forma de organização particular e uma dinâmica psíquica própria a fim de dar conta dos movimentos de cisão provenientes dos traumatismos experienciados. O amadurecimento psíquico segue seu curso, acessando problemáticas referidas à sexualidade e ao conflito psíquico, mas essas são vivenciadas a partir de um psiquismo erguido sobre um si mesmo incapaz de se auto afirmar e se delimitar continuamente.

Um psiquismo constituído em rede: uma forma de ser a partir dos abismos do traumáticos

Ao organizarmos nosso pensamento no que tange a constituição psíquica e formas de ser, no modelo neurótico somos apresentados à diversos núcleos da personalidade. Estes núcleos se dão a partir de pequenas rupturas inevitáveis ao longo da continuidade psíquica que ganham o caráter de falhas constitutivas ou traumas estruturantes. Apesar de sua ocorrência, o psiquismo se reorganiza a fim de dar conta das quebras ocorridas a fim de manter a comunicação entre os núcleos e as demais partes. Nesse modelo, os diversos núcleos da personalidade se interligam a um núcleo do *self*, do qual emerge o potencial espontâneo que dará margem à expressão criativa. Esta conjunção dos diversos núcleos integrados entre si e referidos à um núcleo verdadeiro, constitui uma personalidade histórica com uma dimensão de passado, presente e projeção no futuro. Esta organização faz com que as vivências e expressões do indivíduo no mundo se deem enquanto fruto da integração de todos estes núcleos de si constituídos. Com isso, temos que a ideia de uma dinâmica psíquica composta com base em núcleos distintos na neurose se dá justamente a partir de um princípio de integração e comunicação entre eles. A comunicação integrativa aqui ocorre como fruto de uma maior aderência a formações defensivas ímpares (recalque) constituídas em períodos singulares da historicidade do indivíduo (dinâmica conflitual introduzida pela triangulação edípica).

Ao seguirmos este pensamento, temos que, em momentos específicos, núcleos referidos a vivências mais primitivas podem ser acessados e ativados, assim como formações defensivas relacionadas a estas. Essa dinâmica se dá sem que os núcleos da personalidade do sujeito

percam sua coesão integrativa e capacidade de se inserir e se expressar a partir deste si mesmo integral na realidade na qual se reconhece enquanto pertencente. Nesta forma de organização, o modelo dominante é o modelo do recalque, no qual a personalidade se mantém integral e conectada apesar do desprazer provocado pelo conflito psíquico entre um desejo inconsciente e uma restrição moral introjetada. Aqui, o afeto ligado a representação conflitual é desvinculado desta e tirado de cena, recalcado no inconsciente que também se mantém – assim como as demais instâncias psíquicas – interligado a personalidade integral. Seus conteúdos afetivos interferem na vida do sujeito e podem ser acessados através das formações do inconsciente que trazem os conteúdos recalcados à tona, porém modificados pelo trabalho da censura.

No caso das neuroses, mesmo ao aderirmos à ideia de núcleos de personalidade provenientes de cisões constitutivas da vida do indivíduo, estes se encontram integrados e se influenciam mutuamente através de uma comunicação própria. A palavra que impera aqui é *integração*. A partir disso ergue-se uma personalidade coesa no sentido comunicativo o que lhe confere a capacidade de (re)criar-se de maneira integrada em vários momentos da vida do indivíduo levando em conta as vivências de todos os núcleos de si e o núcleo do *self*. Esse movimento se expressa, em maior ou menor grau, enquanto movimento criativo da personalidade, uma vez que todos os núcleos se encontram interligados comunicativamente ao núcleo do *self* do qual emana a potencialidade de ser própria ao indivíduo. A partir desta imagem podemos entender que a continuidade de ser e constituição narcísica a qual nos referimos enquanto alcançada nos pacientes neuróticos se refere a uma vertente comunicativa de si a qual tem o núcleo do *self* como ponto central. Ou seja, nos casos de neurose, nos vemos diante de uma comunicação entre os diversos núcleos que se torna possível graças a construção de uma linguagem em comum entre todos e também o núcleo do *self*. Essa vertente comunicativa possibilita que o indivíduo usufrua do sentimento de si de forma contínua.

Por outro lado, nos pacientes limite, como vimos, as rupturas de continuidade ambientais além de desencadear um fator traumático, também acessam a cisão enquanto mecanismo defensivo para além das cisões estruturantes ao longo do processo de amadurecimento psíquico. Isso ocorre uma vez que as quebras de continuidade adaptação ambiental promovem rupturas do *self* em formação criando núcleos distintos que, de acordo com seus conteúdos e configurações específicas, são afastados de outros núcleos da personalidade, com os quais passam a não interagir ou interagir de maneira frouxa. Com isso, cada um desses núcleos cindidos apresenta uma dinâmica de funcionamento particular, assim

como formações defensivas específicas a estas. Com isso, cada um destes núcleos pode se aproximar de uma dinâmica interna referida a um funcionamento neurótico, psicótico, perverso ou mesmo produzindo respostas diante do sentimento de privação emergente. Aqui, as vivências, afetos e organizações tanto constitutivas quanto defensivas se encontram presentes e acessíveis ao indivíduo, mas não a todos os fragmentos de sua personalidade. As vias comunicativas entre os fragmentos se encontram frouxamente estabelecidas ou não abarcando todos os fragmentos. Da mesma forma, pensamos aqui em pedaços de si que se desprendem totalmente do núcleo do *self*, se comunicando com este apenas de maneira indireta a partir de outros fragmentos. E ainda, nos vemos diante de fragmentos que se encontram completamente desconectados tanto do núcleo do *self* quanto de outros fragmentos, conseguindo acessar apenas a esfera corporal. O modelo que propomos aos casos-limite apresenta uma complexidade e singularidade em sua formação comunicativa sem igual. Afinal, a linguagem que cada um dos fragmentos será capaz de acessar, a forma como essa tentará ser transmitida aos demais e mesmo quais fragmentos serão capazes de estabelecer vias comunicativas ou não e acessar ou não o núcleo do *self* traz variáveis infinitas à equação. Da mesma forma, as relações que serão estabelecidas com o ambiente e as formações sintomáticas as quais cada fragmento irá recorrer também poderão ser estabelecidas das formas mais diversas e, muitas vezes só poderão ser simbolizadas a posteriori.

Desta forma, ao invés de pensarmos em uma esfera integral do *self* na qual todos estes núcleos se encontram interligados ao redor de um núcleo do *self* referido a um potencial espontâneo próprio ao indivíduo desde os primórdios de sua existência, nos casos-limite, dinamicamente, o modelo de uma *rede* ilustra melhor a organização que propomos. Afinal, esta culmina em uma não delimitação clara de uma historicidade, justificando a atemporalidade a qual as rupturas experienciadas se encontram referidas. Em cada momento da vida as experiências vividas ativariam núcleos específicos que se comunicam com os demais de maneira singular a partir da rede que os conecta, desencadeando uma resposta referida a essa ativação que seria então expressa pelo indivíduo, seja através de ato, afeto ou linguagem. Aqui, nos vemos diante da ideia de um *self* formado a partir das batalhas traçadas e de um proeminente esforço e direcionamento à vida, próprio ao psiquismo. O sujeito limite nos apresenta uma forma de organização e constituição de si a partir do impulso natural a expressão da espontaneidade em decorrência da assunção de uma postura de atividade, mesmo diante da morte eminente, levando-o a (re)tecer, a partir de sua própria força coerciva e cuidadora interna (Ferenczi, 1985/1990), as linhas rompidas de si mesmo de modo a promover a comunicação

entre suas partes cindidas e o (re)orquestramento de uma formação distinta da que vinha se dando até então. É devido a esta dinâmica constitutiva que se singulariza a partir da história de cada sujeito que estes contam com formações defensivas das mais variadas, para além do recalque, que podem ser ativadas por núcleos distintos de si reagindo de maneira independente a um mesmo evento e experiência.

Tendo em vista as organizações propostas, temos a cisão como um movimento natural e ao qual o aparelho psíquico não consegue se furtar ao longo de sua constituição. Concomitante a isso, nos deparamos com uma potência, própria ao aparelho psíquico, que o direciona a vida e a novos arranjos de suas partes fragmentadas que, mesmo diante das mais bruscas falhas sofridas encontra formas de (re)criar-se. “(...) o mecanismo desintegra-se, ao ponto (provavelmente ao longo de linhas de desenvolvimento históricas anteriores) em que a maior simplicidade e, por esse fato, a maior plasticidade dos elementos tornam possível a nova adaptação.” (Ferenczi, 1930a/2011, pp. 271-272).

Seguindo a ideia proposta por Ferenczi em 07 de abril de 1932 em seus diários clínicos, antes da concepção, o sujeito estaria em estado de dissolução no universo, separado em ao menos duas partes – uma referida ao elemento constitutivo da mãe e uma referida ao elemento constitutivo do pai. O autor húngaro coloca em questão se essa dissolução inicial poderia representar a prefiguração dos movimentos de clivagem posteriores. Seguindo este pensamento e a imagem fantástica de ao menos dois elementos que virão a compor o vir a ser, acreditamos que, mesmo antes da concepção já é possível pensar em uma potencialidade à reunião e formação de novas organizações, representada nesta imagem pelo encontro entre os fragmentos constitutivos de si que darão início à existência. Desta forma, nos mantendo atrelados à imagem proposta por Ferenczi, temos que, com a concepção embrionária e consequente reunião dos gametas, novos movimentos de multiplicação e separação dão corpo e forma ao indivíduo de maneira única. Esse movimento, espalhado nas próprias interações do aparelho psíquico nos levam a considerar as cisões enquanto potencialmente formadoras de novos elementos que se comunicarão com os demais de maneira particular. Do mesmo modo, os contatos e relações que se estabelecem ao longo da vida, sejam estes desencadeadores de traumas ou não, impactam de modo constitutivo no sujeito, a partir dos conhecidos movimentos de projeção e introjeção (Ferenczi, 1909/2011) que se encontrariam referidos também a partes de si que são ofertadas e adquiridas em cada relação que se estabelece.

Toda essa dinâmica que propomos, a partir da concepção humana tomando como partes fundamentais os gametas que irão compor o embrião, desfoca nossa atenção de uma dinâmica na qual entendemos o originário e a existência enquanto necessariamente unitária – devendo necessariamente se direcionar a uma integralidade a fim de ser. Com isso somos direcionados ao entendimento da própria potencialidade de existência enquanto fruto de novos arranjos decorrentes de rupturas iniciais. Com essa mudança de perspectiva a noção de integralidade passa a ser relativizada, pois passamos a entender a mesma enquanto não contínua e ao mesmo tempo fruto de uma sensação que se dá, paradoxalmente, a partir da continuidade da existência que, em decorrência das rupturas e rearranjos, constrói sua própria forma de ser singular. Essa imagem nos leva a conceber a integração total como algo ilusório, uma vez que os vários núcleos que compõe a personalidade seriam provenientes tanto de traumas inevitáveis ao longo do amadurecimento, quanto das interações e vinculações que se desdobram ao longo da existência. Então, a grande questão que parece diferenciar a dita dinâmica neurótica da que observamos nos casos limite, se refere a forma como se dará a comunicação entre os núcleos da personalidade. É justamente a partir dessa vertente comunicativa que se estabelece a continuidade de si que, diante da ativação de núcleos específicos, pode ser sinalizada e sentida pelos demais. É em decorrência do estabelecimento de uma rede comunicativa que os núcleos, em conjunto poderão construir uma resposta comum. É claro, que, diante desta imagem, seria utópico pensar que os vários conteúdos nucleares recebidos ao longo da vida conseguiriam construir uma linguagem comunicativa comum, o que nos leva novamente a ideia de que uma integração completa, seria algo ilusório. O que podemos apreender a partir dos casos-limite é justamente a forma de funcionamento de uma dinâmica psíquica que, mesmo diante de núcleos cindidos e não comunicantes entre si, consegue promover um movimento em direção a vida. Isso que chamamos de movimento em direção a vida se dá através da conexão que passa a ser estabelecida entre os diversos núcleos, em maior ou menor grau, formando uma organização constitutiva da personalidade do indivíduo de modo que este consiga alcançar uma vivência a partir da qual a existência possa ser sustentada. A partir de uma existência que se sustenta e auto afirma, torna-se possível o estabelecimento de relações e interações com o meio e o espaço comum através da criação de uma linguagem própria ao par comunicativo através da qual poderão ser expressados conteúdos internos através da realidade externa, sendo estes recebidos e reconhecidos pelo outro.

Nesse sentido, mesmo pensando os casos-limite como referidos a falhas ocorridas em momentos precoces do amadurecimento que fazem com que a questão central destes pacientes

se encontre referida ao âmbito da existência, afirmamos sua dinâmica não enquanto necessariamente patológica ou falha. Ao invés disso, reconhecemos nesses sujeitos uma dinâmica que funciona a partir de mecanismos distintos e cujos vários pontos de fixação frouxamente comunicantes tornam a própria expressão e reconhecimento de si por um outro e por si mesmo um desafio. Afinal, ao apresentar vários núcleos em rede, a noção de um si mesmo integral se torna difícil de ser apreendida. Desta forma, se pensarmos aqui em sujeitos cujo modelo de organização não se refere a uma dinâmica na qual o sentimento de continuidade de si impera, formações defensivas primitivas se encontram ainda disponíveis. Por disponíveis não nos referimos apenas a acessíveis, visto que modelos de defesas primitivas podem ser requisitados por todos os indivíduos em momentos distintos. Estamos antes destacando aqui as defesas que são trazidas a tona e requisitadas em um movimento duplo, por um lado defender o psiquismo de conteúdos que possam ameaçar-lhe interna ou externamente e, por outro, tentar resgatar os mecanismos necessários a consolidação e afirmação de si.

Ao pensarmos nestes indivíduos, nos deparamos com conteúdos e formas de apresentação de si que muitas vezes se dão através de uma linguagem não pautada em uma cadeia representacional. Este ponto nos coloca diante tanto de uma dificuldade de simbolização de alguns conteúdos e eventos quanto de uma comunicação que se dá através da esfera corporal e projeção de conteúdos internos no outro. Aqui nos referimos a identificação projetiva, destacando-a não apenas como uma formação defensiva, mas também como uma forma de construção de uma via comunicativa possível. Ao projetar no outro conteúdos internos referidos à uma vertente afetiva, este último recebe uma informação dos afetos que permeiam o indivíduo, mesmo quando estes não podem ser postos em palavras por não se encontrarem inseridos em uma cadeia representacional na qual é possível o movimento de simbolização. Ao mesmo tempo, se falamos de conteúdos psíquicos que não passam pela via da simbolização, inevitavelmente estamos diante de um indivíduo cuja gama de seus conteúdos psíquicos se encontra em grande parte frouxamente vinculados ao terreno fantasmático. Nos referimos aqui a uma gama de conteúdos que, mesmo não simbolizados, são projetados no outro e assim informados a este através da formação defensiva conhecida como *identificação projetiva*. Assim como a cisão, a identificação projetiva é amplamente usada pelos pacientes-limite. Essa dinâmica defensiva também abre caminho para uma via comunicativa importante, o ato. Uma vez que o material psíquico sofre a incidência da cisão – se encontrando fora de uma cadeia de simbolização – sua presença permanece na cena analítica, agora, porém, em ato (Klautau; Damous; Kislánov, 2016/2020). O ato na cena analítica ganha o espaço de uma forma de

expressão que visa reconhecimento de si pelo outro que é convocado a testemunhá-lo, possibilitando assim que os conteúdos internos sejam compartilhados com o outro. Klautau, Damous e Kislánov (2016/2020) ainda afirmam que é a partir do reconhecimento destes conteúdos pelo ambiente que se torna possível que este ganhe o caráter de endereçamento comunicativo.

Um paciente, cujo primeiro processo analítico durou cerca de três anos e se direcionou aos sofrimentos experienciados nos estágios iniciais de seu amadurecimento, fruto do falecimento precoce de um dos genitores retorna a análise cerca de um ano depois de sua interrupção. As costuras, significações e construções promovidas no primeiro processo analítico sobre uma história que embora lhe pertencesse lhe era desconhecida, possibilitaram construir uma maior delimitação de si e a manutenção do sentimento de existência mesmo na ausência de outras pessoas – ponto que era trazido como agonizante. No segundo momento de sua análise, a demanda de trabalho volta-se inicialmente para questões mais atuais referidas as relações, principalmente com o genitor ainda vivo. O paciente havia se sentido um peixe fora d’água ao longo de toda a vida no seio familiar, gradativamente começa a sinalizar que tal sentimento parece proveniente de uma sensação de que não poderia mostrar-se verdadeiramente à família e ao genitor remanescente e a um medo constante de que sua verdadeira face – e não o que era esperado dele – fosse descoberta e assim, abandonado. O paciente passa a deixar pistas a serem encontradas deste si mesmo que construiu a duras penas ao longo dos anos, como forma de testar a capacidade do meio familiar em acolhe-lo. Em dado momento, em uma conversa com a família, conta mais sobre si, mesmo sabendo que isso o levaria a ir contra as expectativas criadas sobre o que deveria ser o único filho daquele braço da família. Apesar do choque entre fantasia e realidade sobre a própria existência do paciente, os laços se mantêm e junto a eles uma sensação de alívio em “agora poder ser livre sem medo ali”. Em dada sessão o paciente fica pensativo após falar sobre a temporada que passará na casa da família em outra cidade, quando a analista pergunta no que ele pensa o paciente responde, “É como se, em todo esse tempo de análise a gente estivesse juntando um monte de pedacinhos que sou eu, não sei se estou explicando direito ... é como se estivéssemos conseguindo costurar várias partes da minha vida que eu pensei que não existissem mais ou que não pudessem mais fazer parte dela como um todo. Hoje eu vejo uma família que eu tenho, que acolhe e que por anos eu não conseguia ver que existia, que estava ali. Eu vejo possibilidades de construção de uma relação com meu genitor ainda vivo [o termo foi utilizado a fim de manter o sigilo do caso], claro que talvez nunca da forma que eu gostaria que fosse,

porque eu não tenho como controlar quem meu genitor ainda vivo é, mas alguma relação boa, possível. É como se as várias pecinhas dentro de mim estivessem se comunicando e ganhando novas formas.”. Vale destacar que apesar de não se tratar de um paciente classicamente neurótico, se configura como um paciente para o qual a análise pode continuar a trazer uma série de benefícios. No momento atual, mesmo diante de núcleos cindidos de si, muitos deles que receberam voz e puderam assim ressoar na analista e de volta para os demais, estabelecendo novos enredamentos comunicativos, o paciente conseguiu construir a ideia de uma vidasaudável (Winnicott, 1967/2021), com objetivos próprios, movimentos criativos e sentimento de pertencimento.

Ao aderirmos à ideia de um funcionamento em núcleos interligados por uma rede dinâmica, através de fios de comunicação que se ativam e desativam de acordo com as experiências vividas pelo indivíduo, e tendo em vista uma expressão comunicativa que não passa pela cadeia simbólica e pelo registro das representações, podemos pensar em diferentes formas de comunicação através dos núcleos distintos. Com isso queremos dizer que, as vias pelas quais a comunicação interna entre os núcleos irá se dar, assim como a comunicação entre si, apresenta ferramentas e mecanismos particulares. O mesmo ocorre no caso de uma comunicação intersubjetiva, na qual o conteúdo de cada núcleo será apresentado ao outro, se utilizando de mecanismos e formações particulares. Essa vertente comunicativa singular e que traz à tona uma riqueza própria do movimento de forjar a si mesmo emerge na clínica a partir tanto da transferência quanto da contratransferência. Acreditamos que vias comunicativas particulares se expressam nestes indivíduos – tanto entre seus núcleos quanto em seu contato com outros indivíduos – o idioma utilizado que precisará ser aprendido tanto pelos demais fragmentos e núcleo do *self* quanto pelo outro com quem estabelecerá comunicações.

A partir desta via comunicativa que se estabelece para além do registro simbólico, estes pacientes colocam o analista diante não apenas de uma difícil tarefa em relação aprendizagem de seu idioma pessoal (Bollas, 1987/2015), mas também da tradução deste para o próprio paciente em uma linguagem que permita a integração a partir da construção de um dialeto compartilhado entre os diversos núcleos da personalidade. Nesse ponto, o trabalho de aprendizado do idioma pessoal do paciente, tradução e representação deste dentro de si e apresentação do que foi apreendido ao paciente sobre ele próprio se configura como um ato clínico de reconhecimento que, por sua vez irá possibilitar, através de um movimento regressivo, a reparação das falhas sofridas. A partir disso, abre-se caminho para o processo de

constituição de si e configuração de uma *estética do ser* – seguindo os moldes de uma constituição psíquica a partir da dinâmica do reconhecimento tal qual apresentada no capítulo 1 – na qual a angústia da existência poderá dar lugar a uma jornada vital de experiências vividas. É justamente neste sentido que afirmamos o lugar dos casos-limite não como uma configuração patológica em si, mas uma forma distinta de ser. Afinal, o trabalho aqui, não busca a integração dos vários núcleos em uma cadeia histórica unificada, tal qual nas neuroses. Ao invés disso, visa a constituição de vias de comunicação possíveis entre eles e construção de um idioma pessoal comum a todos, a partir do qual poderá criar-se uma referência integral de *ser* possível em uma estética pessoal construída em rede.

Tendo em vista essa organização clínica e dinâmica que propomos a partir dos casos-limite, acreditamos que a expressividade destes pacientes nos leva a atentar para uma potencialidade própria a formação sintomática que está para além de movimentos econômicos de um psiquismo que busca a descarga e também não se restringe a um movimento de auto cura próprio a um psiquismo cindido. Nos referimos aqui a capacidade comunicativa que as formações sintomáticas apresentam em termos de expressão de um potencial espontâneo próprio ao indivíduo. Seguindo esta linha, nos dedicaremos agora ao estudo do sintoma como forma positiva de tentativa de estabelecimento de uma vertente comunicativa a partir da dinâmica do reconhecimento.

Sintoma, espontaneidade e reconhecimento: uma forma de comunicação constitutiva

A clínica dos casos-limite nos coloca diante de uma enorme gama de mecanismos de defesa que podem ser utilizados pelo paciente em momentos específicos de formas distintas. Apesar dessa complexa rede defensiva, que culmina na expressão de sintomatologias também variadas, os pacientes-limite apresentam como marca de seu sofrimento a agonia de intrusão e de abandono, o que, todavia, não restringe sua expressão sintomática a essas. Com isso, queremos dizer que, em termos de relação e da vinculação que será estabelecida com os objetos, nos veremos diante de um movimento regressivo que denuncia as faltas sofridas no âmbito narcísico e constitutivo de si. A regressão aqui, ao mesmo tempo em que o medo tanto da invasão quanto do abandono é vivenciado, também nos coloca diante de um movimento *vital*

interno que tenta, a todo custo, promover a reparação das falhas sofridas. É diante deste movimento que ao tentar reparar, denuncia, que as feridas que marcam o psiquismo como cicatrizes de si são postas à mostra. Essa dinâmica fica evidente a partir principalmente das relações estabelecidas pelo indivíduo, seja com o analista ou os outros objetos que compõem sua vida. São vínculos a partir dos quais o conteúdo fantasmático que os rodeia transveste o objeto de uma onipotência de cuidado capaz de suprir todas as falhas experienciadas. A partir de uma psicanálise relacional nos vemos diante da possibilidade de, através das vinculações buscadas pelo indivíduo, conseguirmos nos aproximar da falha básica (Balint, 1968/2019) que incidiu sobre este. Nesse contexto, formações inconscientes ainda podem emergir no *setting*, não se apropriando, contudo, do protagonismo da cena analítica.

É comum nos pacientes-limite, mesmo nos casos mais graves e com uma teia fantasmática menos densa, a presença de uma grande fantasia norteadora, que guia o indivíduo e sustenta sua busca pelo tratamento, podendo até mesmo promover uma melhora do quadro. Quase como um pote de ouro sustentador ao fim do arco-íris, o qual o paciente constrói de acordo com sua história, e no qual deposita sua esperança de *ser*. A isso, nos referimos como *fantasias estruturantes*. Estas fantasias diem respeito as faltas vivenciadas de maneira impactante em seu psiquismo, apontando para uma falha narcísica constitutiva do psiquismo daquele indivíduo em particular. Da mesma forma, são formações fantasmáticas que surgem a partir de um movimento em prol da vida psíquica, o qual se dá em decorrência de uma tentativa de representação de uma vivência que não se refere eminentemente à ordem do representável. Seguindo a lógica deste pensamento que propomos, as *fantasias estruturantes* carregam duas modalidades de olhares distintos que o indivíduo acredita poder torná-lo passível de ser amado, investido e cuidado, nas melhores linhas do amor primário balintiano.

Primeiramente, as expectativas que são apreendidas de sua relação com o meio e projetadas neste, “*o que eu devo conquistar; como devo agir, quem devo me tornar de acordo com o que percebo que o ambiente sinaliza enquanto faltoso ou para ele ou em mim*”. E aqui, nos vemos diante da saída de um paradigma da espontaneidade sob o qual o amadurecimento é pautado na saúde para o da reatividade. “*Torno-me o que é desejado pelo ambiente para que assim possa ser visto e cuidado por ele, mesmo que para isso coloque em risco minha própria espontaneidade*”.

O segundo modelo que observamos, se refere a apreensão, por parte do indivíduo, de como o ambiente no qual ele se insere conseguiu alcançar o cuidado e reconhecimento que o

indivíduo necessita. Aqui, nos vemos diante de uma vertente identificatória. “*Vivencio sua história, os percalços passados e as escolhas conscientes e inconscientes feitas. Vejo que apesar de tudo hoje se encontra com a vida que me foi transmitida por ti que devo ter, a vida que apreendi enquanto possível de me dar o que você não foi capaz quando necessitei.*” Nessescasos somos apresentados a pacientes que mesmo afirmando sua tentativa de quebra de vínculos com sua história genealógica familiar, acabam por repetir, sabotar e reconstruir o ambiente atual de modo que ele represente o passado conhecido.

Essas duas *fantasias estruturantes* carregam a marca de uma grande ferida constitutiva, que grita pelo cuidado não ofertado na tentativa de que, de algum modo, sua ascensão possa dar conta do enorme vazio que se inscreve. Um vazio de não investimento. Um vazio de não reconhecimento. Um vazio no qual a espontaneidade, apesar de presente, não encontrou terreno fértil a partir do qual pudesse ser reconhecida e respondida para que fosse capaz de florescer e nutrir o indivíduo internamente. Contudo, apesar do vazio ao qual as *fantasias estruturais* não põem fim, as mesmas apresentam um lugar basal na formação do indivíduo, não apenas no sentido de guiar narcisicamente sua constituição, mas no sentido de nortear a formação do indivíduo de modo a promover algum contorno psíquico, estruturação e sustentação de si. Este movimento coesivo torna os sintomas imaneses formações positivas no sentido de impedir o desmoronamento do *self*. Da mesma forma, apesar da via sintomática que se cria em decorrência desta base fantasmática seguir as diretrizes do fantasma, apresenta sua faceta verdadeira de maneira concomitante.

Juntamente com a sustentação expressa-se também o vazio e a dor que marcam as falhas vividas. Estas *fantasias estruturais* são engolfadas pelo indivíduo como algo que lhe pertence. Por outro lado, quando alcançadas, a esperança cai por terra, dando lugar a agonia. A queda neste abismo agonizante se deve a impossibilidade de apropriação daquilo que, em termos fantasmáticos, era tido como o *El dorado* da possibilidade de vida almejada. Afinal, como se apropriar de algo que não surgiu como fruto de um movimento criativo? Nesse contexto, o sentimento de abandono se alastra, tornando-se um medo mortífero de perder aquilo que, embora não traga a tão almejada vida, mantém acesa a esperança de que a mesma ainda seja possível.

Apesar de movimentadas pelo desejo, o que chamamos de *fantasias estruturais* se destacam por comunicar ao interlocutor as falhas constitutivas e o vazio referido a momentos anteriores do amadurecimento. Esses sim apontando mais para um conteúdo referido ao

potencial espontâneo que busca sua expressão e satisfação de suas necessidades, do que uma dinâmica do desejo referida à pulsionalidade. Nos casos-limite, acreditamos que as questões centrais do adoecimento se referem justamente a falhas sofridas ao longo do amadurecimento das formas mais variadas, com isso, as formações sintomáticas em sua magnitude passam a ser vistas como a narrativa de uma história faltosa, de quebras e rupturas na continuidade de um si mesmo ainda em formação. Nesse sentido os sintomas construídos por estes pacientes, sejam expressos através do corpo, afetos ou mesmo *fantasias estruturais*, nos direcionam à um movimento regressivo que almeja ser reconhecido e tratado enquanto tal.

Ao nos referirmos a esse movimento regressivo, falamos automaticamente de um retorno a um estado anterior, no quando da ocorrência das falhas de adaptação. Neste ponto precoce do amadurecimento, a expressão espontânea emerge como forma de expressão no mundo de um si mesmo em ascensão que busca reconhecimento a fim de tornar-se. Ao nos voltarmos a questão da constituição psíquica temos que essa se inicia a partir da delimitação envelopar e viva de uma superfície corporal capaz de promover e reconhecer as primeiras trocas com o meio (Anzie, 1985/1988). Essa arquitetura promove gradativamente a sustentação e contenção do *self* em formação, mantendo seu senso de integração. A partir dos cuidados e da comunicação que a cada dia se complexificam e afinam com o ambiente disponível e seguro, corpo e psiquismo expandem sua comunhão psicossomática a partir da qual a sensação de pertencimento de si se solidifica.

Antes de a fala tornar-se uma via possível para a comunicação, os afetos e expressões através desta presentificação concreta e comunicativa de si, se apresentam como a via possível para a expressão da espontaneidade potencial inata ao indivíduo. Uma espontaneidade que luta por se expressar almejando ser reconhecida em cada detalhe que, em sua sutileza, carrega uma faísca vital do indivíduo e sua singularidade. Esse movimento tão primordial, concede à longa jornada rumo ao ser um colorido e movimento particular e belo à cada indivíduo e seu processo, como um conjunto de movimentos ritmados e distintos que se expressam diante de um interlocutor na expectativa de serem reconhecidos como uma dança singular. Mas é nestes momentos iniciais da vida também, nos quais a vitalidade se revela a partir de uma linguagem não falada, que movimentos defensivos se tornam acessíveis como forma de evitar ou amenizar os impactos das falhas inevitáveis que se darão no processo de amadurecimento.

Ao atentarmos às considerações de Winnicott (1960/2007), diante de um meio desadaptado, incapaz de acolher a espontaneidade e movimento criativo do vir a ser dando-lhe

espaço para se complexificar, o indivíduo em formação se vê ameaçado em sua própria existência. Desta sensação de ver-se em risco e, na tentativa de se proteger das invasões de um ambiente hostil, uma parte de si encapsula o núcleo do *self*, protegendo-o das investidas ambientais. Esse *self* casca assume o caráter de um falso *self* e passa a se relacionar com o mundo de maneira reativa, ao mesmo tempo em que protege o *self* verdadeiro do ambiente desadaptado. O falso *self* apresenta ao mundo não o si mesmo em formação através de seu potencial espontâneo, mas movimentos articulados com as demandas do ambiente a fim de sobreviver a suas investidas. A dinâmica do reconhecimento, em casos mais graves, cai por terra. Contudo, é pensando nesta dinâmica, e em indivíduos que, mesmo atrelados a ela continuam a apresentar formações sintomáticas – muitas vezes através de uma via corporal – que nos propomos a pensar no sintoma como uma forma de expressão desta espontaneidade, que escapa através de formações defensivas. Nesse sentido, vamos de encontro as palavras de Fédida (2009) ao se debruçar sobre a potência criativa que podemos apreender dos quadros depressivos, dentre eles os que encontram saída pela via das toxicomanias.

O sintoma é indesejável: de qualquer forma, é aquilo através da qual se efetuou uma individuação durante o desenvolvimento. Não somente ele é regulador, mas inclui para o sujeito a capacidade de sua identidade pessoal, e é apenas graças a uma interiorização dos meios de conhecimento de si que lhe são inerentes que o progresso na vida psíquica é possível. (Fédida, 2009, pp. 139-140).

No trecho acima, o autor confere ao sintoma um caráter constitutivo, além de carregar a marca da particularidade da história do indivíduo como uma impressão digital de si. O sintoma não é ocasional. Desde os primórdios do campo psicanalítico, nos debruçamos sobre a formação sintomática enquanto dotada de sentido. Aqui, propomos que esta consideração se mantenha. Contudo, agora, propomos que este sentido não se remete apenas a uma cadeia de representações e significantes, mas justamente ao que escapa a ela. Entendemos o sintoma como algo escrito e apresentado ao outro tal como Braille, ou seja, os espaços constituídos como vazios também compõem as marcas que ressaltam mesmo aos olhos dos que conseguem enxergar sua grafia, mas para que esta linguagem possa ser lida, não basta ser vista, precisa ser sentida e experienciada pelo analista. É nesse sentido que Fédida ainda afirma a importância da presença de dois. Somente a partir das experiências vividas em conjunto com um outro – que são possíveis das mais amplas formas ao longo do amadurecimento, como vimos – que a dinâmica do reconhecimento poderá se instaurar promovendo a abertura do sintoma não apenas

para seu desvendamento, mas principalmente para o reconhecimento do indivíduo que se expressa através da formação sintomática.

A psicoterapia exige, portanto, *ser dois* e o processo de cura não pode ser obtido se o terapeuta não dispuser dessa intuição sobre a vida psíquica de seu doente (e de sua oposição à cura), assim como *da intuição correspondente dos recursos psíquicos de que é capaz para agir sobre ele – essa capacidade de agir pelo psíquico sobre o psíquico*. (Fédida, 2009, p. 118, grifos do autor)

Seguindo esta linha e retornando a ideia de um movimento regressivo próprio ao atendimento dos casos-limite, somos levados a considerar que nestes casos, não apenas a relação transferencial e contratransferencial se inscreve como via através da qual a dinâmica do reconhecimento poderá se (re)estabelecer. Aqui, as próprias formações sintomáticas apresentadas por estes pacientes também se configuram como uma via de expressão desta e acesso comunicativo ao outro.

Essas considerações nos colocam diante de uma rica arquitetura psíquica a partir da qual a vida busca vias de expressão mesmo diante das mais graves patologias e sofrimentos (Ferenczi, 1930a/2011). O caráter espontâneo que atribuímos a formação sintomática não se restringe ao que emerge dos casos-limite uma vez que nos referimos aqui a capacidade que, tanto o sintoma quanto os movimentos transferenciais, possuem de tirar o indivíduo de uma dinâmica reativa abrindo caminho para a expressão de seu potencial espontâneo. Nesse sentido, identificamos no sintoma uma forma que, apesar de defensiva, ao se propor a expressão da espontaneidade do indivíduo, caminha em congruência de sua constituição subjetiva através de uma via comunicativa. *O acesso ao intercâmbio comunicativo pela via sintomática só se torna possível por meio de uma dinâmica do reconhecimento*. Diante da ausência de um outro que, em sua presença apresenta também ao indivíduo seu olhar sobre este último, a instauração de uma dinâmica de dupla via sobre a qual se pauta o reconhecimento não se mostra possível, mantendo o sintoma em seu movimento de tentativa de auto cura e busca pela possibilidade de existir de maneira ativa.

Neste sentido, afirmamos que *o sintoma sempre carrega um caráter referido a espontaneidade primordial*. Entretanto, assim como nos primórdios do amadurecimento, para que este possa se expressar e complexificar ao ponto de adentrar na possibilidade de uma via criativa de si, é fundamental a instauração de uma dinâmica de reconhecimento pautada na presença, tato e empatia do analista. Desta forma, seguindo a ideia de Winnicott (1966/2021)

“Ser, antes de Fazer. O Ser tem que se desenvolver antes do Fazer.” (p. 46). É a partir de um movimento de reconhecimento na transferência que a vivência comunicativa de si através da formação sintomática pode ser reconhecida em seu ímpeto em prol da salvaguarda e expressão de algo próprio que poderá, gradativamente, através do trabalho analítico, circunscrever os contornos de uma experiência de si. Esta, por sua vez, abre as portas para que um movimento criativo possa emergir como fruto da potencialidade que se expressa e recebe lugar no mundo. “(...) a criatividade é o fazer que, gerado com base no ser, indica que aquele que é, *está vivo*.” (Winnicott, 1966/2021, p. 43).

O movimento criativo, aqui, emerge paradoxalmente como uma expressão deste ser em ascensão e como uma potente ferramenta no sentido de (re)criar-se a partir da narrativa de sua história, seja pela via defensiva expressa na relação²¹, das formações inconscientes ou mesmo de adoecimentos psicossomáticos. Nesse sentido, entender o sintoma como uma forma de expressão espontânea não desconsidera sua origem a partir de uma formação defensiva, mas identifica nessa uma via possível da expressão de si que visa o reconhecimento do outro para que possa ganhar ares de expressão, impactando na constituição do indivíduo. Seguindo esta linha, identificamos o sintoma enquanto dotado de um caráter comunicativo. E é justamente nesse ponto que essa potencialidade da formação sintomática ganha ares terapêuticos vinculada ao reconhecimento.

Benjamin (2018) afirma que no início de nossas vidas, nos encontramos diante de uma dependência assimétrica de nossos cuidadores. Essa assimetria, apesar de natural, precisa ser superada para que o indivíduo seja capaz de sair gradativamente do estado de dependência inicial, se direcionando para o mundo de modo a poder estabelecer relações saudáveis com este. A autora ainda afirma que, muitos dos pacientes que chegam ao consultório em busca de análise não conseguiram construir uma saída viável desta assimetria inicial, sendo levados ao tratamento analítico na tentativa de superá-la. Como vimos, para Benjamin o reconhecimento não se inscreve como via de mão única, mas como uma dinâmica de dupla via. Neste sentido, dar conta da assimetria inicial e sair do estado de dependência primordial se refere não apenas a possibilidade de que o indivíduo receba reconhecimento enquanto um ser separado, distinto, dotado de afetos e intenções particulares, mas que seja também capaz de ofertar este ao outro.

²¹ Um bom exemplo aqui é a identificação projetiva que, ao lançar sobre o outro conteúdos afetivos faz com que a própria vivência do sujeito seja transmitida ativamente a este. Do mesmo modo que, ao acessar e se conectar transferencialmente com núcleos específicos do outro, o indivíduo se comunica com esses, muitas vezes em uma linguagem comum ativando conteúdos que permitem a construção de uma via comunicativa a partir de uma atividade não intencional.

É a partir do reconhecimento do outro que, como vimos, identificatoriamente o indivíduo poderá reconhecer a si próprio a partir do registro das diferenças e afirmar-se em sua própria singularidade. Este movimento estabelece uma via comunicativa à relação a partir da qual conteúdos particulares podem ser apresentados ao outro e reconhecidos por este.

A psicanálise deve se basear na compreensão do processo de desenvolvimento - pelo qual os seres humanos se tornam mais capazes de mutualidade, mais capazes de reconhecer o outro. Este desenvolvimento idealmente está associado a mais vitalidade, agência e capacidade de equilibrar dependência com independência. (Benjamin, 2018, p. 73, tradução nossa)

Ao saímos da esfera da saúde psíquica, somos postos diante de conteúdos que se encontram apartados do *self*. Enquanto tais a própria apreensão dos mesmos pelo indivíduo passa a se encontrar velada. Nos referimos aqui as partes cindidas do paciente, dentre as quais os afetos desencadeados se encontram deixados de lado juntamente com a criança sofrida que precisa ser protegida pela formação precoce de uma criança sábia, capaz de dar conta do ambiente desadaptado. Como consequência, a expressão dos conteúdos afetivos referentes a esta esfera segue também cindida dos demais núcleos da personalidade, expressando-se nas entrelinhas da esfera sintomática, muitas vezes pela via corporal. Nestes casos, acreditamos que estas formações sintomáticas se apresentam como formas possíveis de expressão destes afetos a muito cindidos, referindo-se assim a personalidade verdadeira imanente ao núcleo cindido. O trabalho analítico aqui não se propõe apenas a traçar uma linha comunicativa a partir da qual o espelhamento mútuo poderá ser estabelecido entre paciente e terapeuta, mas entre paciente e a expressão do fragmento de si amputado em meio as batalhas travadas. Seguindo esta vertente, temos que *o sintoma clama por reconhecimento não apenas de um interlocutor, mas por um interlocutor capaz de apresentar ao indivíduo a vida ainda existente em uma parte de si que, a muito teve de ser deixada de lado a fim de sobreviver*. Neste movimento a dinâmica do reconhecimento ganha um caráter distinto, a partir da qual a parte cindida reclama reconhecimento enquanto fragmento da história do indivíduo em seus afetos e experiências. O interlocutor atento reconhece este apelo e o apresenta ao indivíduo que, agora, move um esforço de olhar para si mesmo e restabelece vias comunicativas com essa parte de si que pensara ter perdido ao longo das batalhas da vida.

Deste modo, o sintoma passa a ser visto, através da angulação que propomos, como um movimento em prol da saúde psíquica, que poderá ser alcançada se associado a uma dinâmica

de reconhecimento. Ou seja, a ideia é que possamos sair de uma vertente do pensamento na qual associamos as formações sintomáticas a patologias e passamos a entendê-las como formas de expressão de si que buscam a construção de novas dinâmicas de *ser* a partir das quais o si mesmo poderá, a partir da relação e interação com o outro, construir novas maneiras de habitar e se expressar no mundo. Essa modificação de si a partir de uma dinâmica relacional segue as linhas não apenas de uma análise pautada em conteúdos do Id, mas das necessidades do Eu a fim de construir um panorama de continuidade e segurança de si.

A vida de um indivíduo saudável é caracterizada tanto por medos, sentimentos conflituosos, dúvidas e frustrações como por características positivas. O principal é que o homem ou a mulher sintam que *estão vivendo a própria vida*, assumindo responsabilidade pela ação ou pela inatividade, e sejam capazes de assumir o crédito pelo sucesso e a culpa pelas falhas. Em outras palavras, pode-se dizer que o indivíduo passou da dependência para a independência, ou para a autonomia. (Winnicott, 1967/2021, p. 29)

Ao levarmos em conta a ideia de saúde apresentada acima em paralelo à concepção do sintoma como forma de expressão de uma espontaneidade inerente ao indivíduo que defendemos ao longo deste texto, saímos de um pensamento a partir do qual determinado modelo de organização psíquica ou mesmo as mais diversas formações sintomáticas são referidas a esfera patológica. Adentramos aqui em um terreno no qual a patologia não se encontra tão atrelada a expressão das defesas em prol da sobrevivência do indivíduo pela via sintomática, mas à capacidade de se constituir uma continuidade de ser capaz de viver e se expressar espontaneamente apesar delas. Tal ponto, em congruência com nossas considerações, nos leva a afirmar *o lugar do sintoma, enquanto forma de expressão de um potencial espontâneo calado, como uma abertura de portas a partir das quais o trabalho analítico pode contribuir com a possibilidade de criação de vias de ser pautadas na saúde do indivíduo.*

o que é que cura na psicoterapia? ”, não poderíamos mais afirmar simplesmente que é a “relação”, pois é a “transferência”. As *modificações* trazidas ao “psíquico”, no terapeuta, pela fala do paciente, as transformações acarretadas pelos poderosos efeitos do recalque, assim como pelos *insights*, que são verdadeiras intrusões alucinatórias, e pelo material da interpretação, são decisivos no processo psicoterapêutico. (Fédida, 2009, p. 140, grifos do autor)

Criatividade e reconhecimento, dos movimentos para a criação de um ser

Ao focarmos nosso estudo nos casos-limite, estamos diante de sujeitos que nos desafiam em nosso manejo, em nossa presença, em nossos estudos e no movimento constante de nossa criatividade clínica e construção de um *setting* que tal como um elástico possa se adaptar as demandas e necessidades do paciente a cada sessão. Esses pontos fazem com que a sensação de impotência do analista se torne algo a ser trabalhado em sua supervisão e análise pessoal a fim de não deixar que os movimentos contratransferenciais sejam guiados por ela. Esse último ponto se mostra fundamental, principalmente se trazido em paralelo com a necessidade de presença do analista. Apesar desta última ser fundamental para a construção da relação transferencial e da confiança, ela deve se apresentar como uma presença disponível ao encontro capaz de promover a construção e descoberta mútua de maneira não invasiva.

O que a clínica nos mostra é que o movimento regressivo ao qual estes sujeitos podem vir a adentrar em momentos de crise são de uma intensidade tão potente quanto seus sintomas e *fantasias estruturantes*, sendo capazes de produzir arranjos que sustentam a noção de um si mesmo constantemente em risco. Os pacientes-limite demandam de nós analistas uma grande capacidade interna de suportar, no psiquismo, corpo e afetos os avanços de mecanismos defensivos que, em sua relação com o outro, atravessam as fronteiras de um psiquismo constituído e organizado de forma mais coesa, integral e estável. A especificidade destes casos, que se apoia sobre a própria relação transferencial, nos coloca constantemente diante do desafio de a partir, da atenção e disponibilidade, poder promover novos arranjos e falas em um *setting* constantemente adaptado. Uma vez que nos referimos à pacientes cujas barreiras, delimitação e constituição de si apresentam uma formação singular – como vimos anteriormente – a noção de limite e delimitação entre o *self* e o outro também se enuncia como algo elástico, o que abre caminho para pensarmos esses indivíduos a partir de um panorama de maior percepção, sensibilidade e acesso às palavras e preocupação vazias do analista, assim como a entonação emocional que este adquire. A delicadeza clínica que esses sujeitos demandam se refere a um cuidado capaz de dar conta da dor vivenciada de modo a não deixar ruir a organização sobre a qual o próprio psiquismo se constituiu e garantiu a vida do indivíduo. Aqui, nos vemos diante de um psiquismo que, a duras penas, manteve seu direcionamento natural à manutenção da vida. Nesse sentido, o próprio manejo demandado por estes pacientes deve ser pensado a partir de vias que levem em conta tanto seu potencial vital, espontâneo e criativo quanto as cicatrizes e feridas ainda abertas que ressoam em sua história. Os conflitos inconscientes que a interpretação é capaz de desvelar nos pacientes neuróticos podem causar um grande emaranhado de

significados não sentidos caso se refira a um núcleo cindido dos pacientes-limite. Graças a isso, o manejo interpretativo nestes casos ao invés de aplacar a dor e promover a possibilidade de novos contornos a esta, pode vir a ampliá-la, ao referir o indivíduo à uma sensação agonizante de vazio interno.

É comum vermos, em momentos de crise, esses pacientes queixando-se de falhas ambientais sofridas na mais tenra infância e que, de maneira desconexa podem parecer ao observador de sua narrativa – que muitas vezes é proferida aos berros –, eventos pequenos demais para todas as queixas profanadas. Contudo, para estes sujeitos, acreditamos que estes eventos, muito mais do que sua ocorrência em si, possuem um lugar escópico e comunicativo ao outro. Afinal, ao serem berrados e milimetricamente descritos, de novo e de novo, transmitem ao interlocutor não apenas a vivência afetiva que domina os sujeitos – muitas vezes referida justamente a falha no cuidado ou sensação de abandono –, mas cria uma cena que pode ser observada mentalmente pelo outro em seu próprio aparelho psíquico. Um movimento invasivo de descrição em termos do afeto, não restrito à identificação projetiva, mas que se amplia para algo como, *“veja como eu sofro através dos meus olhos”*, ou *“entre comigo nesta cena que, apesar dos anos já passados, ainda me dói”*, ou ainda *“veja minha dor que só uma cena pode mostrar e me ajude a dar algum sentido a ela para que eu finalmente possa sair desse looping regressivo-repetitivo”*. É através deste grito que denuncia, capaz não apenas de transmitir o afeto experienciado, mas também fornecer a cena ao interlocutor como um filme a ser assistido internamente, que as experiências das quais o indivíduo se queixa podem ser então vividas e reconhecidas pelo outro a partir de uma cena que retrata uma história duramente experienciada e sobrevivida. É a presença capaz de promover a instauração de uma dinâmica de reconhecimento mútuo que promove a alocação da experiência na cadeia representacional do indivíduo, o que possibilita a construção de um sentido para esta. Nos casos limites é usual nos deparamos com um movimento ambivalente em que, ao mesmo tempo em que ocorre o ataque ao vínculo também há um apelo de que este seja sustentado. O movimento de ataque se dá a partir do temor de que as experiências pregressas de abandono sejam repetidas. O apelo se deve à esperança de que desta vez o ambiente possa dar conta das necessidades do indivíduo. Nesse sentido, a relação que se estabelece entre analista e analisando ganha a potência de atuar como catalizador de processos internos que possibilitam que as feridas que infecionam a alma se curem, abrindo caminho para a criação de novas formas de ser e estar no mundo. É no seio da relação que finalmente estes sujeitos poderão aprender o que necessitam e anseiam com

esperança em seu sofrimento, *que é possível confiar-se ao outro e que a vida pode ser boa e finalmente, digna de ser vivida e não apenas sobrevivida.*

O trabalho do analista com esses pacientes, vai muito além de sobreviver aos ataques proferidos. Aqui, seu trabalho alcança sucesso a partir de sua fé nas construções de novas vias de *ser* a partir das quais as cicatrizes poderão finalmente emergir como marcas de uma história vivida e não como expressão de dor constante dos eventos experienciados. A dita fé do analista aqui se refere à sua capacidade de reconhecer o potencial espontâneo em seu paciente, tornando-se por vezes a única pessoa capaz de afirmar verdadeiramente, com crédito, que outras vias são possíveis. Afinal, é a partir do olhar do analista, capaz de ver algo potencialmente bom, que merece ser cuidado e pode construir caminhos outros que o paciente se torna capaz de reconhecer essa potência não de sobrevivência, mas de vida, em si. Nestes casos, o trabalho analítico deve se desprender um pouco do usual movimento regressivo e atuar no sentido da possibilidade de construção projetiva, em direção a uma vida ainda a ser construída e vivida.

Neste panorama, nos deparamos com a criatividade em seu paralelo com a própria vida. Viver e estar no mundo por si só já carrega uma faceta criativa. Afinal, seguindo as palavras do próprio Winnicott (1971/2019) “A criatividade que estamos estudando pertence ao modo como o indivíduo aborda a realidade externa.” (p. 113). O autor da escola inglesa de Psicanálise associa a criatividade à saúde psíquica e afirma que o viver criativo sempre estará disponível ao indivíduo, mesmo que em graus e formas distintas ou mesmo enquanto experiência particulare oculta do *self*. Winnicott afirma ainda que a apercepção criativa se encontra diretamente relacionada à capacidade de sentir que a vida vale a pena ser vivida, o que, encontra seu contraponto na submissão. Por submissão aqui o autor se refere justamente a ambientes desadaptados em reconhecer a espontaneidade e expressão criativa do indivíduo, demandando que o mundo apesar de ser reconhecido por este não seja criado, mas aceito como algo ao qual deve se adaptar de maneira reativa. A submissão desencadeia o sentimento de futilidade em relação a vida e incapacidade de se apropriar dos eventos em termos de experiência. Apesar do contraponto com a dinâmica da submissão Winnicott (1971/2019) afirma que,

(...) é preciso aceitar a possibilidade de que não haja uma destruição completa da capacidade individual de viver criativamente e que, mesmo nos casos mais extremos de submissão e de estabelecimento de uma personalidade falsa, existe, oculta em algum lugar uma vida secreta que é satisfatória, uma vez que é criativa ou original para aquele ser humano específico. (pp. 113-114)

Tendo em vista a criatividade enquanto uma forma de expressão viva do potencial espontâneo inato aos indivíduos em diferentes momentos do amadurecimento emocional, nos vemos diante da potência que este movimento adquire sobre o próprio ser do indivíduo. Com isso queremos afirmar o movimento criativo enquanto algo que não se restringe apenas ao fazer no mundo, mas que se refere ao próprio ser, à capacidade de (re)criar-se no constante contato com a realidade e com os outros. Afirmamos que a criatividade em termos de *ser* se encontra diretamente relacionada à capacidade de manutenção da vida do indivíduo enquanto forma de resguardar o potencial espontâneo do indivíduo mesmo diante de um ambiente promotor do sentimento de submissão.

A partir disso, vamos de encontro às ideias de Safra (2004/2017) que localiza a criatividade como uma postura ética de liberdade que se torna disponível a partir relação estabelecida com o outro. Desta forma, a liberdade de ser e de se expressar seria uma conquista alcançada a partir do contato e relação que se estabelece com os outros capazes de reconhecer o indivíduo em sua faceta criativa singular. Essa perspectiva nos coloca diante de um posicionamento ético nas próprias relações – principalmente na situação clínica –, que passam a ser vistas como fonte e fruto da liberdade individual de ser criativamente no mundo.

O ser humano acontece pelo gesto, experiência de liberdade posicionada entre o ser e o não ser. Para o homem como ser criativo, a questão fundamental não é a morte, mas o fato de não vir a alcançar a possibilidade de ser o que se é, o que só acontece pela hospitalidade ofertada ao singular de si mesmo pelos outros homens. (Safra, 2004/2017, p. 59)

Nesse sentido, criatividade e ser estariam em paralelo. Uma vez que a criatividade se encontra disponível ao indivíduo, mesmo que de forma oculta, ao longo de toda a vida e apesar dos adoecimentos e, sendo o ser humano iniciado em sua essência de ser a partir do gesto que se dá no contato com o outro no quando da agressividade primária, identificamos a criatividade como fundadora e mantenedora da vida do *ser* individual. É a partir desta vida criativa proveniente de um potencial espontâneo próprio que o indivíduo cria e recria o mundo no qual virá a se inserir e também a si próprio, em um constante movimento constitutivo de si que implica necessariamente em um movimento da mesma via de atuação no mundo. É neste ponto que a importância ética do outro vem à tona. Afinal, é graça à presença deste outro que reconhece o movimento criativo e posteriormente o gesto criativo do indivíduo que esta potência própria da vida poderá ganhar ares de experiência compartilhada tanto no campo da

transicionalidade quanto da experiência cultural. Tal ponto culmina no sentimento de que a vida vale a pena ser vivida próprio a saúde psíquica.

Abordar a questão a partir desta perspectiva nos coloca diante de um fato considerável, tanto em termos de clínica quanto de constituição psíquica do indivíduo. É possível pensarmos o alvorecer psíquico não enquanto decorrência de quebras, rupturas e cisões traumáticas, mas enquanto fruto de um constante movimento criativo de arranjo-rearranjo, modificação-ampliação de si. Essa perspectiva nos lança em um panorama diante do qual a criatividade se expressa como a forma de experienciar e expressar a vitalidade psíquica, o que promove uma considerável mudança de perspectiva.

Assim como sinalizado por Safra (2004/2017), em um panorama no qual o homem é visto e reconhecido pelos outros a partir da criatividade, o grande temor se encontra referido ao Nada. Afinal, o Nada remete o indivíduo ao não ser, que aterroriza o humano com a possibilidade de *não vir a ser* em seus gestos ou *não vir a ser* reconhecido criativamente nestes, o que culminaria na ausência de sentido sobre si mesmo. A esfera do ser aqui é posta em paralelo à criatividade, trazendo à tona a centralidade que o reconhecimento adquire no panorama psicanalítico a partir de uma perspectiva pautada na vida psíquica e na criação de um ser capaz de viver criativamente. Afinal, é a partir da espontaneidade do indivíduo que somos postos diante de uma vinculação que se estabelece primordialmente e que se torna capaz da construção da vertente criativa sobre si mesmo e posteriormente sobre o mundo.

Nos encontramos em um panorama no qual partimos da ideia segundo a qual as diversas formas de adoecimento psíquico se encontram referidas muito mais a uma incapacidade de viver criativamente a partir da construção de um estatuto de ser do que da expressão sintomática de ativação defensivas. A partir desta perspectiva, a centralidade fundamental que atribuímos ao reconhecimento se deve a sua função enquanto catalizador de uma expressão natural do psiquismo própria a vitalidade e que não se estingue mesmo diante dos cenários mais inóspitos. Dito de outra forma, *o reconhecimento emerge como força motriz da constituição subjetiva, mas não da criatividade ou da expressão espontânea*. “(...) o criativo não é feito para o outro, mas na expectativa de comunicar-se e de ser reconhecido com e pelo Outro.” (Safra, 2004/2017, p. 72). É o reconhecimento que dá contorno, lugar e corpo para um movimento natural do *vir a ser*. Neste ponto, nos remetemos ao texto de Winnicott (1967/2019) *O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento individual*.

Neste texto, trazido como parte do livro *O brincar e a realidade*, no qual o autor se propõe a destrinchar os processos através dos quais, na saúde, o indivíduo passará de um movimento criativo de si e do mundo a sua volta, entendendo-os enquanto separados, até a inserção deste na cultura e na vida criativa, as diversas formas de comunicação de si são postas sobre os holofotes. É neste contexto que o psicanalista inglês apresenta a importância singular da figura materna, em sua função ambiental de adaptação ao infante, que, em sua vida, forma de ser mais bem constituída e particular, apresenta seu próprio rosto ao infante enquanto espelho frente a suas expressões de ser em formação. O ponto fundamental deste texto se encontra na possibilidade de entendermos a espontaneidade, que culminará na criatividade, enquanto algo distinto, porém caminhando em paralelo com os impactos da presença do outro na longa jornada de constituição do indivíduo.

Quando olho, sou visto. Portanto existo.

Agora me permito olhar e ver.

Agora olho criativamente e também percebo o que apercebo.

Na verdade, tomo cuidado para não ver o que não está lá para ser visto

(a menos que eu esteja cansado) (Winnicott, 1967/2019, p. 182)

Afirmamos assim, o reconhecimento como uma função referida à saúde psíquica, capaz de nutrir o movimento criativo natural do indivíduo e mesmo fazer vir à tona a criatividade a muito tempo encapsulada na segurança dos confins de um si mesmo ameaçado em sua expressão própria pelo meio. Este ponto se apresenta como um posicionamento fundamental namedida em que nos coloca diante de uma forma particular de ser e fazer na clínica psicanalítica. Esta postura ética a qual uma clínica pautada no reconhecimento se propõe, tem como base fundamental não a cura a partir de uma delimitação estrutural do indivíduo ou necessária (re)construção de uma integralidade para seu *self*. Ao invés disso, ela implica em uma presença pautada na empatia e vitalidade por parte do analista, entendendo estas posturas como capazes reconhecer o indivíduo como parte de sua história e não apesar desta, em um movimento que acreditamos ser capaz de acessar o potencial espontâneo e a criatividade do ser em suas múltiplas vertentes. É a partir disso que em nosso próximo capítulo, nos dedicaremos ao estudo da clínica e do manejo a partir da ideia de reconhecimento que construímos até aqui, levando em consideração os impactos que esta possui na vida do indivíduo. Finalizamos este capítulo e nos direcionamos ao seguinte com a afirmação de Safra (2004/2017) sobre a clínica contemporânea.

É muito frequente, na atualidade, o aparecimento de pessoas que perderam ou jamais encontraram a experiência pessoal. Com elas o fundamental será, na situação clínica, poder encontrar o reconhecimento do que lhes é singular. A criatividade originária jamais se perde, o que ocorre é que, às vezes, ela se encontra em um registro que nos é surpreendente. (p. 73)

Capítulo 4: O papel do analista e a função de reconhecimento

Ao longo de nossas discussões, construções e apontamentos somos apresentados a imagem de um indivíduo que é fruto do encontro de uma potencialidade que lhe é própria com o mundo no qual se insere. Suas necessidades, que irão gradativamente constituir seu si mesmo, são apresentadas a um mundo que também deve ser capaz de, ao mesmo tempo, se apresentar a ele e o reconhecer em um movimento de troca tão sutil e constante quanto basal e original. Viemos ao mundo, desde a reunião dos gametas proporcionada pelo encontro de nossos pais dotados de uma potencialidade própria que, ao se encontrar com o ambiente, começa seu contínuo movimento de *vir a ser e tornar-se(r)*, o que faz com que sejamos menos acaso e mais fruto. Fruto de nossas características genéticas, fruto de toda uma corrente e ancestralidade historicamente transmitida de geração em geração através das relações as quais nos encontraremos expostos, fruto de nossa própria percepção a este meio no qual tanto nos inserimos quanto somos parte, fruto de um contínuo processo interativo e constitutivo.

A dinâmica do reconhecimento se enuncia a partir do constante movimento de percepção e adaptação das necessidades e respostas do infante ao cuidado que lhe é oferecido. *Um cuidado que sempre carrega a impressão digital de quem lhe oferta.* Neste quadro, por variados motivos, algumas falhas desencadeiam um movimento de adaptação demasiada de si, ou mesmo ruptura de uma parte fundamental que, como vimos, promove a saída traumática de uma dinâmica natural de reconhecimento. Nesse sentido, o ambiente analítico surge enquanto potencialmente dotado de transicionalidade e transformacionalidade. Transicionalidade na medida em que pode vir a ocupar o lugar de um espaço potencial nas linhas winnicottianas (Winnicott, 1923/2019), apresentando-se enquanto um ambiente adaptado a partir do qual o indivíduo poderá expressar conteúdos internos que lhe são próprios em um ambiente capaz de

reconhece-los, dar-lhes lugar e acolhe-los também na realidade compartilhada. Transformacionalidade, seguindo as linhas propostas por Bollas (1987/2015), destacando os impactos que o objeto/ambiente é capaz de ter sobre o indivíduo na medida que seu encontro e contato poderão vir a transformá-lo em seu próprio ser. A necessidade de que o trabalho analítico se dedique também a construção de um ambiente adaptado as necessidades do paciente, tal qual uma tira elástica (Ferenczi, 1928/2011), nos direciona para o papel do analista referido a um lugar de cuidado e adaptação. É um movimento de construção de particularidade e singularidade em formas de expressão já vistas, estudadas e trabalhadas, em uma postura de reconhecimento que, ao captar a singularidade da história e da potência do próprio indivíduo se tornam capazes de promover a cicatrização de feridas ainda abertas a partir da construção de novas possibilidades para falhas vividas.

É pensando nisso que, o último capítulo desta tese segue um caminho orgânico que nos leva a discutir a função do analista tanto em uma clínica pautada no reconhecimento quanto diante do manejo de falhas ocorridas neste sentido. Discutiremos questões referentes à contratransferência, à empatia em paralelo ao reconhecimento e à adaptação analítica enquanto forma de reconhecimento. Esses pontos nos permitirão entender a importância da confiança e da comunicação verdadeira nesta dinâmica assim como o papel transformacional que o analista é capaz de ocupar a partir de uma dinâmica pautada no reconhecimento mútuo na clínica. A partir da trajetória proposta, buscaremos afirmar a importância de um manejo atravessado pela dinâmica do reconhecimento na clínica psicanalítica como meio através do qual se torna possível a construção de novos começos.

O analista, o paciente e o setting clínico

A mudança de foco conferida por alguns autores aos momentos pré-edípicos do amadurecimento nos leva a novas concepções sobre as formações sintomáticas, expressões do caráter e personalidade, além da possibilidade da construção de novos olhares sobre as diversas formas de sofrimento, dores psíquicas e feridas traumáticas. O paradigma deixa de se pautar na centralidade da lei paterna diante da triangulação edípica formada por uma criança (já inscrita na linguagem), uma mãe (que se enuncia enquanto primeiro objeto de amor) e um pai (que é

introduzido na relação entre mãe e criança, limitando-a e instaurando um novo direcionamento do desejo da criança diante da castração) e passa a se referir a imagem de um bebê no colo de sua mãe, olhando para esta e também sendo visto por esta. Essa imagem nos coloca diante de uma troca de olhares fundamental, referida a uma relação pautada no não reconhecimento inicial por parte do bebê de sua separação em relação a figura materna e uma adaptação presente e sensível por parte da mãe que permite que essa reconheça seu bebê antes mesmo que este venha a *ser*, ou melhor, *para que* ele venha a *ser*. Benjamin (1988/1996) afirma que é fundamental que a mãe também se sinta reconhecida por seu bebê para que esta possa construir e apresentar a ele sua própria pré-história (vvida dentro dela) e seu futuro vivenciado fora enquanto uma pessoa separada. Assim, a relação que se estabelece não se resume apenas a um movimento projetivo constitutivo, mas aponta também para um movimento histórico que demanda apreensão do vivido e afirmação deste por um outro até que este possa ser auto afirmado e apropriado. O mesmo movimento observado nesta cena, se dá também no *setting* analítico e é nele que identificamos a importância das discussões que aqui serão apresentadas.

Benjamin (1988/1996) afirma que a mudança de foco de uma dinâmica patriarcal para uma dinâmica matriarcal promoveu toda uma recontextualização do campo psicanalítico, que antes se baseava em um jogo de forças pautado em pulsões e defesas e que passa então a se dedicar a uma dinâmica interior do Eu e dos objetos que compõe o mundo interno. A autora aponta que, de maneira inevitável, o foco no Eu e em suas relações objetivas internas culminaram em um aumento de interesse pelo si mesmo, sua formação, e, para além disso, nas relações estabelecidas entre o si mesmo e a mãe. A atenção lançada sobre estes momentos iniciais da vida abre campo também para que questões referentes à clínica e ao *setting* sejam repensadas levando em conta não apenas uma dinâmica conflitual de um psiquismo que funciona a partir de um registro simbólico para uma dinâmica existencial de psiquismos ou partes do psiquismo que não podem ser acessadas por este registro. Aqui, se destaca a importância particular do reconhecimento na clínica atual. Afinal, a relação analítica se constrói a partir de uma interação na qual o lugar adaptativo – exercido primeiramente pela figura materna no sentido de apreender as necessidades do indivíduo e supri-las em um movimento ativo de cuidado e formação egóica que impacta narcisicamente ambas as figuras – pode ser revivido promovendo o cuidado necessário às partes de si que sofreram falhas constitutivas neste sentido.

Trabalhar a clínica a partir da dinâmica do reconhecimento abre caminho para a exploração e criação de formas específicas de manejo. Isso se deve ao direcionamento que o

reconhecimento promove ao entendimento do movimento adaptativo por parte do analista – tanto na relação que será estabelecida com o paciente quanto na construção do *setting* – enquanto possibilitador do trabalho clínico. Bollas (2021) destaca o importante papel do grupo independente da Sociedade Psicanalítica Britânica na saída de um modelo cujo objetivo da análise centrava-se na interpretação dos conflitos inconscientes em conteúdos conscientes para uma vertente do trabalho analítico cuja potência se inscreve na possibilidade de experiências psíquicas fundamentalmente novas através da situação analítica. Nesse panorama a questão da transferência e da contratransferência acabam ganhando lugar de destaque, não apenas por se expressarem como vias através das quais conteúdos não simbólicos poderão ser acessados, mas por nos convocar a pensar e trabalhar o ambiente clínico também a partir da presença da figura do analista, nos debruçando sobre os impactos que esta é capaz de provocar. Afinal, a transferência já vinha sendo foco de estudo desde os primórdios da psicanálise. Neste quando, a clínica parecia ser composta de um que trazia e apresentava a si mesmo seus conteúdos internos projetados sobre um espelho ascético – o analista – e um que recebia estes conteúdos projetados sobre si e traduzia a linguagem inconsciente para o paciente. Considerar a contratransferência na clínica é mudar toda a perspectiva do trabalho, é trazer à cena o analista enquanto figura que deverá estar presente na equação a partir de sua singularidade, linguagem própria e vida. Essa mudança de perspectiva confere ao trabalho clínico o caráter de *encontro*.

A contratransferência ganha destaque nas discussões psicanalíticas a partir das ponderações propostas por Ferenczi (1928/2011) referentes ao lugar do analista, sua resistência e impactos de sua figura no trabalho com seus pacientes. A contratransferência foi trabalhada por algum tempo como um embaraço a situação analítica, por expressar “(...) o que insuficientemente ou mal analisado no analista, levando-o a compreender de forma incompleta e não imparcial – em suma, a enganar-se – aquilo que o analisando busca transmitir.” (Green, 1927/2002, p. 75). Green (1927/2002) sinaliza que foi a partir das contribuições revolucionárias de Ferenczi à clínica moderna que a noção de contratransferência se alargou. Esta expansão trouxe à tona, por um lado, a importância da contratransferência no atendimento e manejo de pacientes cuja dinâmica psíquica não se restringe à neurose e, por outro, levou os analistas a atentarem aos perigos inerentes a uma presença demasiadamente ativa do analista – visíveis em alguns experimentos clínicos ferenczianos. O caminho traçado por Ferenczi abre a possibilidade de que outros analistas possam seguir trabalhando as questões referentes ao manejo, dessa vez com um olhar mais atento a inevitabilidade da contratransferência. Dentre estes autores, temos Paula Heimann (1950), que questiona também o lugar de afastamento observado em alguns

analistas devido ao medo inerente aos afetos suscitados pelos pacientes. Heimann (1950) define contratransferência como “(...) a totalidade dos sentimentos que o analista vivencia para com seu paciente. ” (p. 2). Sua definição parte do princípio de que a contratransferência não se resume a transferência que se dá por parte do analista, mas que o termo *contra* traz à tona conteúdos adicionais. Da mesma forma, a autora também destaca que nem tudo que o paciente sente por seu analista na relação transferencial se deve à transferência. Com o decorrer da análise, a própria relação terapêutica passa a ser dotada de sentimentos de realidade os quais lhe conferem um caráter próprio, que acreditamos se dar a partir da apreensão e encontro das duas singularidades no *setting* clínico. Nesse contexto, Heimann (1950) afirma que a contratransferência enquanto resposta emocional do analista a seu paciente é por si só uma ferramenta importante no desenvolvimento do trabalho clínico que poderá abrir o campo de trabalho para conteúdos psíquicos do paciente que por mais que não possam ser postos em palavras são expressos na situação analítica pela via comunicativa do afeto.

A situação analítica tem sido investigada e descrita de muitos pontos de vista, e há um acordo geral sobre sua singularidade. Mas minha impressão é que não foi posta ênfase suficiente no fato de que *é uma relação entre duas pessoas*. O que distingue essa relação das outras não é a presença de sentimentos em um dos participantes, o paciente, e sua ausência no outro, o analista, mas, sobretudo, o grau dos sentimentos que são experimentados e o uso que é feito deles, dependendo esses fatores um do outro. (Heimann, 1950, p. 2, grifos nossos)

A autora ainda segue suas potentes e revolucionárias afirmações defendendo que, caso o analista não leve em conta os afetos suscitados em seu encontro com o paciente, seu manejo do caso se dará de forma pobre e incompleta. À essa afirmativa acrescentamos também que a construção do manejo clínico se dará de forma desvitalizada. Afinal, uma vez que ao ignorar a si mesmo como parte da situação analítica o analista está tirando de cena a própria vida presente em si e capaz de promover o caráter de encontro. Desta forma, Heimann (1950) afirma que a resposta emocional imediata do analista a seu paciente carrega uma apreensão da dinâmica inconsciente do paciente, atuando assim como um guia que tornará possível um entendimento mais complexo do psiquismo do paciente. Desta forma, a contratransferência passa a ser entendida não apenas como uma via comunicativa própria a relação analítica, mas como uma criação por parte do paciente e a expressão de uma parte de sua personalidade. Desta forma, a autora afirma que a utilização da contratransferência como meio de acesso ao inconsciente do

paciente se apresenta como forma de evitar que o analista entre na cena transferencial a qual o paciente lhe convoca como um coautor, entregando-se aos papéis que lhe são atribuídos.

As considerações apresentadas por Heimann (1950) nos direcionam para o lugar que deverá ser ocupado pelo analista concebendo o *setting* como o lugar do encontro analítico pautado no reconhecimento. Afirmar este lugar não significa defender a presença de um analista desnudo em sua singularidade apresentando-a ao paciente. Significa defender a *impossibilidade de deixar de fora a si mesmo, enquanto indivíduo, sem desprover-se da vitalidade necessária para que o trabalho analítico possa se dar*. Significa, *estar presente a ponto de conseguir reconhecer o outro em suas faltas e sofrimentos expostos à sua frente, sabendo distinguir – a partir de sua própria análise – os conteúdos do paciente, as afetações e sentimentos suscitados por estes dos seus próprios*. Além, é claro, de ser capaz de distinguir, no momento necessário, limites próprios que sejam capazes de atravessar no desenrolar dos casos ou mesmo aqueles que possam impedir o prosseguimento do trabalho. É a adoção de uma postura honesta para com o paciente e para consigo mesmo enquanto analista responsável pelo cuidado daquele comquem estabelece o vínculo terapêutico. É a construção de uma disponibilidade e abertura a reconhecer não apenas o paciente em seu divã, mas o analista que surge em si mesmo diante da presença de cada paciente. Esse movimento demanda uma postura acolhedora do analista para consigo mesmo, em sua análise pessoal e na observação de seu próprio trabalho clínico. É somente diante deste acolhimento de si que será possível deixar de lado o lugar de onipotência que nos assola por diversas vezes, de modo a aceitar que de alguns pacientes nossa elasticidade é capaz de dar conta, de outros, em momentos específicos de nossas vidas ou análises pessoais, não. E que, diante dos primeiros casos estaremos disponíveis a construir o melhor manejo possível para o caso, mas diante do segundo caso o melhor manejo possível e reconhecer nossa impossibilidade pessoal e, de maneira cuidadosa e preocupada, auxiliar nossos pacientes a encontrar em outros analistas o cuidado do qual necessitam.

Esse ponto nos direciona à memória de um caso. *Um paciente cuja dinâmica psíquica se configurava a partir da denominação de um paciente limite que, quando estável apresentava um discurso, dinâmica e sintomatologia majoritariamente histéricos, quando em crise sua forma de ser se atrelava à dinâmicas majoritariamente paranoides. O paciente foi acompanhado pela mesma analista por cerca de quatro anos, dentro dos quais passou por alguns psiquiatras, com os quais não conseguia construir uma vinculação mínima à aderência da medicação e continuidade do trabalho. No último ano de atendimento foi encaminhada à*

uma psiquiatra com quem conseguiu se vincular e ingressar em um tratamento medicamentoso contínuo. Ao longo dos anos de trabalho o paciente passou por diversos momentos de crise, diante das quais atacava veementemente todos os vínculos que possuía, inclusive com a analista. Ao mesmo tempo que o vínculo terapêutico era atacado era destacado como um espaço de segurança e confiança, algo que se mantinha estável e presente em sua vida apesar de todas as mudanças pelas quais vinha passando. Após cerca de dez meses em crise, o paciente aos poucos começou a reagir e conseguir se direcionar a movimentos de construção e criação em relação a própria vida. Conseguiu um emprego e engatou uma relação que parecia potencialmente saudável. Em tempo, a tranquilidade da vida que levava retomou ares tortuosos, e com isso, a parceira com quem já morava começou a presenciar um estado mais depressivo e demandante de cuidado que lhe era característico em suas relações. Em cerca de seis meses a relação já não ia bem, o paciente parou de ir ao psiquiatra e começou a fracionar a medicação o que inevitavelmente desencadeou um estado de instabilidade. A analista seguiu na tentativa de manter o paciente atrelado aos vínculos que sustentavam seu equilíbrio próprio, enquanto o paciente se negava. O relacionamento do paciente encontrou seu fim, e com isso mais uma crise já anunciada se abriu. A analista solicitou a presença mais assídua do paciente, que começou a faltar aos atendimentos, já não efetuava os pagamentos e se negava a ir ao psiquiatra. A paciente entrou em um quadro de piora que tanto a analista quanto a psiquiatra recomendaram a internação, visto a recusa do paciente diante das recomendações e manejos propostos. De mãos atadas e já em contato com a família, o paciente afirmou que não iria seguir as recomendações e que a analista iria vê-lo definhando. Diante desta afirmativa e da negativa de toda amarração proposta ao caso, a analista sinalizou que não iria continuar no caso, seu limite havia sido alcançado e suas mãos estavam atadas. O paciente, com uma frase já ouvida pela analista diante do fim de uma relação que havia se dado meses antes e da qual o paciente nada sabia, acusou a analista de o estar abandonando. Esse movimento de ataque ao vínculo foi capaz de acessar um núcleo da analista que ainda estava em processo de cura, em especial partindo-se da frase ressoada. O limite da relação se deu tanto pela impossibilidade de manejar o caso, visto as recusas do paciente em aceitar as intervenções propostas no tempo necessário, quanto pela impossibilidade de, naquele momento, diante de uma crise tão intensa de seu paciente, ter de sustentar também seu próprio núcleo ferido. A analista costurou com a família os encaminhamentos possíveis ao caso e acionou colegas que poderiam receber o paciente em seus consultórios. Da mesma forma, se manteve em contato com a família e a paciente, assim como disponível em caso de emergência mesmo não estando

mais no caso, por cerca de um mês quando o paciente disse que marcaria com um dos analistas recomendados – com o qual a analista já havia conversado e passado o caso.

Apesar do exemplo acima relatar de forma extremamente resumida um caso de fracasso terapêutico, nos apresenta o quão intensa pode se tornar a relação terapêutica com pacientes limite. A forma que se utilizam da identificação projetiva é capaz de colocar o analista em uma situação de vulnerabilidade ante o acesso a seus próprios conteúdos internos, que se interpõe enquanto limites do próprio trabalho. O importante nestas horas, é o analista reconhecer seu próprio lugar de impotência, entender o que o impede de continuar no caso, e se de fato não for algo manejável antes de suceder danos ao paciente ou a si mesmo, lidar com a dor inevitável de perder o paciente. O reconhecimento deste limite torna possível que a passagem do caso seja realizada da forma mais ética e sensível possível, que possa se dar de maneira gradual e construtiva. Quando um caso é passado sem que o vínculo seja destruído, mas entendendo que ele encontrou seu limite, o objeto bom remetido a um cuidado que foi recebido e introjetado ao longo da análise que se deu poderá se manter vivo e assim também a esperança do paciente de que relações boas serão possíveis. Quando o analista some, abandona o paciente ou atua a favor da resistência no sentido da saída do paciente cria-se um ambiente no qual o objeto do cuidado – mais uma vez – se transforma no objeto que desampara, repetindo assim a incidência do trauma.

Os casos dos pacientes que somos capazes de receber e acolher em nosso consultório e mundo interno, respeitando nossos limites, são justamente aqueles com os quais torna-se possível a construção gradual de uma dinâmica de reconhecimento mútua, sem que se deem invasões, de nenhuma das partes, ou amálgamas provenientes de regressões negativas. É somente nesses casos, nos quais o analista é capaz de estar presente, atento e disponível para o encontro diante de um paciente também capaz de reconhecê-lo enquanto figura de cuidado, que o trabalho analítico poderá construir novas possibilidades de vida para ambos. Aqui nos referimos à construção de novas possibilidade de ser e estar para o paciente, assim como também de uma ampliação do fazer clínico para o analista. Não à toa, a partir de uma postura suscetível ao estabelecimento de uma dinâmica de reconhecimento mútuo ouvimos de nossos pacientes frases como *“Nossa, mas é bem isso que estava sentido. É engraçado como você consegue ouvir como eu me sinto mesmo eu não conseguindo colocar em palavras, eu gosto disso.”*, ou mesmo, *“Eu sei que tenho dificuldade para falar sobre o que está aqui dentro, mas de alguma forma, quando eu falo, mesmo sem dizer, você entende, e me responde de uma forma*

que eu consiga suportar continuar falando sem falar ... no meu tempo”. Afirmamos assim que a contratransferência é dotada de um caráter empático fundamental, nas linhas de um *sentir com*.

A capacidade de *sentir com*, destacada por Ferenczi (1931/2011), se refere justamente a capacidade do analista de acessar conteúdos inconscientes do paciente através de uma via afetiva, construindo a partir daí o manejo clínico levando em conta as necessidades do paciente. Estes conteúdos, que não podem ser postos em palavras – pois não se encontram referidos a este registro – se expressam, podendo ser acessados e trabalhados pela via do afeto. O *tato* como qual o analista acessa a relação e os conteúdos do paciente promove o desenvolvimento de uma relação de confiança fundamental ao trabalho clínico. Confiança e reconhecimento caminham aqui lado a lado na construção da relação terapêutica que se dará a partir da presença das duas figuras, analista e analisando e da interação que será construída entre ambos. Ou seja, é a construção deste sentimento que irá tornar possível o reconhecimento das falhas de diferentes magnitudes ocorridas ao longo da vida do indivíduo, assim como a construção das demandas específicas por análise em cada caso. Somente a partir deste olhar, capaz de apreender tanto os conteúdos inconscientes narrados, quanto os expressos e também construir historicamente aqueles que marcam o indivíduo mesmo que não possam ainda ser apreendidos, que o trabalho analítico poderá promover um cuidado reparatório capaz de possibilitar a construção criativa de novas possibilidades de vida para o indivíduo. Essa forma de manejo – que leva em conta a transferência e se utiliza da contratransferência enquanto ferramenta clínica – se dá não apenas tal qual destacado por Heimann (1950) como forma de apreensão do analista destes conteúdos inconscientes a fim de promover as melhores interpretações ao paciente. Na clínica de pacientes limite, na qual os movimentos regressivos ganham protagonismo em momentos chave dos atendimentos nos quais núcleos específicos são ativados, o manejo através dos afetos suscitados se dá a partir da própria construção de uma relação capaz de (re)significar as falhas vividas e reparar os rasgos e rupturas possíveis, dentro dos limites de uma relação analítica.

Seguindo esta linha, o trabalho analítico se dá a partir da capacidade do analista de reconhecer os conteúdos afetivos do paciente em paralelo com uma disponibilidade pessoal para aprender o idioma do paciente e construir um idioma em comum a partir do qual seja possível traçar uma linha comunicativa própria à relação. A comunicação analítica pautada na presença e implicação permite o reconhecimento de parcelas de si a muito tiradas de cena. A

dedicação do analista ao cuidado também destes núcleos possibilitará, a partir do desenvolvimento do trabalho, que estes sejam capazes de expressar-se a partir de uma afirmação de sua espontaneidade promovida pelo cuidado. O analista assume aqui um papel fundamental na construção de novas possibilidades a partir das quais o indivíduo poderá se expressar no mundo e assim, (re)construir, nos melhores moldes regressivos, formas de acessar e expressar seu si mesmo. O trabalho aqui, se baseia na construção de linhas a partir das quais uma via de mão dupla possa se estabelecer através da dinâmica do reconhecimento. Isso se torna possível a partir da criação de uma comunicação verdadeira, entendendo essa como um intercâmbio promovido pela possibilidade de expressão de um potencial próprio ao indivíduo na presença de um outro capaz de reconhecê-lo, testemunhá-lo e se afetar com este. “É a partir desse movimento, que ao mesmo tempo em que *reconhece-cria* e *é reconhecido-(co)cria*, que o indivíduo poderá se constituir, dando contorno a seus próprios corpo e afetos e assim torna-se capaz de significar e ressignificar seu sofrimento. ” (Brum, 2022, p. 05).

O que defendemos aqui é a adoção de uma forma de reconhecimento que não se restrinja a apreensão do discurso do paciente. Esta tem por base a construção de uma forma de presença pautada no afeto e na capacidade de reconhecer o paciente para além do simbólico e da história que pode ser narrada, dedicando-se também à uma historicidade de si que não pode ser dita nem pensada, mas pode ser sentida e transmitida ao outro por esta via. Da mesma forma, o analista, em sua função ambiental, oferece ao paciente – assim como a figura materna em momentos anteriores – um cuidado inscrito em sua própria *estética do ser* que não tem como ser tirada da equação e que se expressa através da forma como o ambiente será construído e oferecido ao paciente e nas expressões próprias à presença daquele analista em particular. A postura que destacamos nos coloca diante da capacidade do analista de enxergar seu paciente em suas profundezas e potencialidades, o que faz com que o analista seja *um e único* para cada paciente que se aproxima de seu divã.

Este movimento adaptativo e individualizante só se torna possível a partir do supracitado reconhecimento do analista sobre si mesmo e dos núcleos de si ativados por cada paciente. Em contrapartida, ele é fundamental para que a adaptação e regressão natural do trabalho terapêutico possam ocorrer sem que um movimento de simbiose entre analista e analisando se dê, caso no qual o terapeuta pecaria não por seu distanciamento e desafetação, mas por uma presença demasiada e invasiva. Mesmo afirmando o lugar de um analista presente, *o foco do trabalho não deve jamais deixar de se referir ao analisando*. Tendo isso em vista, o

trabalho analítico segue as mesmas linhas destacadas por Winnicott (1965/2013) no que tange a importância da presença e cuidado na jornada de amadurecimento. “Isso significa que todo aquele que cuida de uma criança deve conhecê-la e trabalhar com base numa relação viva e pessoal com o objeto de seus cuidados, e não aplicando mecanicamente um conhecimento teórico.” (Winnicott, 1965/2013, p. 45). Com isso, o lugar do encontro ganha destaque na cena analítica, como aquele capaz de promover a percepção necessária para que ambas as figuras possam estar inscritas em uma dinâmica de cuidado a partir da qual o conteúdo não representável pode vir à tona e ser trabalhado. Aqui, nos vemos diante de um movimento adaptativo fundamental.

Por adaptação aqui entendemos a capacidade do analista em apreender as necessidades do paciente em termos de cuidado clínico e a construção do *setting*. Como vimos no capítulo 1, é em decorrência de um movimento adaptativo que a constituição psíquica se dá nas linhas de um verdadeiro *self*. Bollas (2021) afirma que a vitalidade do verdadeiro *self* é encontrada a partir da experiência do indivíduo em sua experienciação do mundo e de seus objetos. Da mesma forma, nosso idioma pessoal encontra expressão a partir das escolhas objetivas disponíveis no ambiente e realizadas ao longo da vida.

Somos complexidades distintas do ser humano – tão diferentes na composição de nossos caracteres quanto em nossas fisionomias; o *design* de nossa pessoa encontra sua expressão nas discretas estratégias vivenciais (compostas de todos aqueles objetos que selecionamos para cultivar nossas necessidades, desejos e interesses), as quais criamos ao longo de nossas vidas. Como um conjunto de disposições geneticamente condicionadas, o verdadeiro *self* precede a relação objetal. (Bollas, 2021, p. 35)

A expressão verdadeira de si emerge de um sentimento de confiança a partir do qual o indivíduo se torna capaz de experimentar a si mesmo inserido em um ambiente capaz de acolher suas potencialidades. Esse movimento que, na saúde, se dá a partir da dependência absoluta, segundo Winnicott (1945/2021), também pode ser resgatado em análise como forma de acessar e reparar núcleos traumatizados ao longo do amadurecimento, possibilitando sua expressão. O reconhecimento capaz de afirmar e testemunhar a história do paciente, recebe um lugar referido à uma quebra de correntes e possibilidade de construir uma vida na qual a criatividade poderá ser acessada de forma mais livre e espontânea, colorindo a história passada de novas cores e tonalidades que poderão compor também o caminho de tijolos sobre o qual se inscreverá a vida vivida e as expectativas de futuro. Nestas linhas, o trabalho analítico emerge como o lugar no qual tornar-se-á possível ao paciente encontrar a sustentação necessária para que, na companhia

segura do outro em quem se confia, se possa reconhecer a si mesmo e sua história, acolhendo-a como parte de si que não precisa ser repetida, mas precisa ser reconhecida para que novos caminhos possam ser traçados. “As crianças veem na segurança uma espécie de desafio, que as convida a provar que podem ser livres. ” (Winnicott, 1965/2013, p. 43). Essa sensação de liberdade em relação à própria vida e aos caminhos traçados juntamente ao sentimento de constância e certeza sobre si mesmo e o que é capaz de desejar, emergem como um ponto central presente nas diversas formas de trabalho clínico, tornando a adaptação não apenas um movimento constitutivo do *setting*, mas também expressão de uma postura apresentada pelo próprio paciente. Identificamos a adoção de uma postura elástica por parte do analista como a responsável pela possibilidade de modificação de partes engessadas de si que, a partir do trabalho clínico podem ser acessadas e devidamente cuidadas, ganhando a elasticidade necessária para que possam assumir novos lugares internos. Com isso, feridas psíquicas estancadas finalmente podem voltar a respirar para que, recebendo agora a atenção e cuidados necessários, possam vir a cicatrizar. Nesse contexto, a presença verdadeira do analista disposta a se relacionar com o paciente a partir das linhas de seu próprio verdadeiro *self* faz emergir a possibilidade da inscrição de novas formas de ser e se relacionar através de modificações internas que muitas vezes não passam pela via da palavra, mas da inscrição de um novo idioma de cuidado. Essa transformação segue as linhas do que Bollas (1987/2015; 2021) destaca como *conhecido não pensado*. O conhecido não pensado se configura como toda uma parcela idiomática da experiência que é transmitida ao indivíduo e passa a fazer parte dele, compondo assim seu si mesmo, mas não passando pela via da linguagem. É o,

(...) conjunto de disposições herdadas, que constituem o verdadeiro *self*, é uma forma de conhecimento que obviamente não foi pensada, embora já esteja presente, “lá”, em ação na vida do neonato, que traz esse conhecimento consigo, à medida que ele percebe, organiza, lembra e usa seu mundo objetal. (Bollas, 2021, p. 36)

Todos esses movimentos apontam para a importância da presença do analista em um sentido transformacional, o que lança o trabalho analítico em um lugar no qual falhas já ocorridas na história do indivíduo podem acessar uma vertente criativa a partir da qual o próprio *self*, em suas modificações vividas em relações posteriores, se mostra suscetível a movimentos de reparação. Isso implica pensarmos o trabalho analítico como direcionado não apenas aos conteúdos que compõe o psiquismo ou mesmo aos objetos internos que o habitam, mas enquanto um trabalho voltado às dinâmicas referentes ao próprio *self* do indivíduo. É claro que ao apontarmos a possibilidade de movimentos reparativos ao *self* como consequência do

trabalho analítico precisamos destacar que não estamos nos referindo a um modelo no qual o *self* se encontra integrado. Ao invés disso, nos direcionamos à construção de uma vida que, mesmo a partir dos fragmentos constitutivos do psiquismo em questão possa tornar a vida psíquica menos agonizante e dotada de sensações de vazio ou queda iminente. Estamos nos aludindo aqui ao acesso ao potencial próprio e a criatividade do indivíduo de modo a possibilitar o alcance da vitalidade e da construção de uma vida que vale a pena ser vivida.

Embora estejamos nos dedicando com especial afinco ao trabalho analítico diante de casos nos quais a questão central que leva o paciente ao consultório se inscreve a partir de uma base constitutiva de si, que remete à estágios primitivos do amadurecimento, o papel do analista a partir do prisma do reconhecimento também se mostra fundamental em casos ditos clássicos, nos quais o conflito psíquico ganha protagonismo. Isso se deve ao fato de que o reconhecimento abre o campo para a apreensão de uma postura adaptada do analista em prol do verdadeiro *self* do paciente. Esse movimento se dá seja a partir das expressões criativas fundantes de si a fim de se consolidar (Winnicott, 1960/2007), ou mesmo diante da posterior expressão de desejos que buscam sua realização mesmo através de vias indiretas (Freud, 1900/2006). O que impera em nossa proposta é a capacidade do analista de, a partir de sua presença que poderá ser sentida pelo paciente pela via do cuidado que lhe é investido, reconhecer e acolher dentro de si as expressões espontâneas e verdadeiras do indivíduo, assim como suas necessidades. Nesse sentido, abre-se o campo para pensarmos este encontro experienciado nas linhas do reconhecimento enquanto um movimento que permeia a clínica psicanalítica como um todo. Ao levarmos em consideração tudo que foi dito, nos vemos diante da abertura de campo para pensarmos as múltiplas facetas que precisam ser consideradas, sentidas e trabalhadas a fim de construir terapêuticamente o cuidado de nossos pacientes levando em conta suas necessidades, limites e demandas e também até onde vai nossa capacidade de atendê-los. Todos estes fatores só podem permear de forma produtiva o trabalho clínico a partir de uma postura de reconhecimento e presença.

Entender o *setting* analítico como o lugar do encontro no qual o reconhecimento constrói um campo de trabalho afirmativo que poderá levar o indivíduo a assumir um trabalho criativo sobre si mesmo e também o analista em sua constante formação terapêutica²², nos lança em um lugar a partir do qual podemos entender a clínica em decorrência de um paralelo com o espaço

²² Aqui, somos remetidos ao célebre agradecimento de Winnicott em seu livro *O brincar e a realidade* que diz: “Aos meus pacientes, que me pagam para me ensinar.”

potencial. O espaço potencial configura-se como um lugar, fora do tempo e do espaço, no qual a criança em seu processo de amadurecimento pode experimentar conteúdos de seu mundo interno na realidade compartilhada, se utilizando de ferramentas desta para tal (Winnicott, 1953/2019). Logo, o espaço potencial se configura como uma interseção fundamental que possibilita que o mundo interno de um possa ser apresentado e reconhecido pelo outro a partir da utilização de ferramentas comuns. Esta forma de expressão se mostra possível para ambas as figuras componentes da dinâmica, cujo papel é muito mais de afirmar e acolher o esforço criativo que se dá a partir do estabelecimento de uma via comunicativa. Por comunicação aqui, seguimos o apontado por Winnicott (1968/2019) no referente ao brincar – que ocorre no espaço potencial. A importância deste movimento se pauta na construção criativa de si que se dá na presença do outro muito mais do que uma expressão simbólica de conteúdos internos. Isso se deve ao fato de que as trocas possíveis no espaço potencial a partir do brincar possuem uma função formativa e de consolidação do *self* que decorre do reconhecimento promovido pela presença do outro.

É a partir da assunção da supracitada postura de reconhecimento e presença que se torna possível a construção do espaço terapêutico como um lugar, também fora do tempo e do espaço nas melhores linhas de um espaço potencial, no qual analista e analisando poderão se encontrar e vivenciar juntos os movimentos criativos particulares suscitados pela presença um do outro. Em outras palavras, a postura de reconhecimento abre o campo analítico para que a criatividade possa emergir, ganhar corpo e permear a vida do indivíduo que busca o tratamento analítico a partir da construção da possibilidade de brincar (Winnicott, 1968/2019). “(...) o brincar promove o crescimento e, portanto, a saúde; (...) brincar pode ser uma forma de comunicação na psicoterapia; e, por fim, a psicanálise foi desenvolvida como uma forma altamente especializada de brincar, em prol da comunicação consigo mesmo e com os outros.” (Winnicott, 1968/2019, p. 74). Tendo isso em vista, nos direcionaremos agora para a discussão sobre o papel do analista diante do panorama que propomos.

O papel transformacional do analista na clínica do reconhecimento

Como percebemos ao longo de nossas considerações aqui expressas, o papel fundamental do analista a partir da perspectiva que propomos se baseia em movimentos criativos-constitutivos. A isso, nos referimos tanto no que tange a personalidade e os diversos

formatos que esta pode ganhar, como também ao mundo interno do indivíduo no melhor sentido de (re)significar e (re)simbolizar conteúdos, traçando novas perspectivas. A partir da teoria formulada por Winnicott, somos apresentados a um indivíduo em formação que é apresentado ao mundo por um cuidador adaptado às suas necessidades. Neste momento do amadurecimento, o mundo é percebido a partir de sua faceta ambiental, de modo a não serem apreendidas ainda as distinções e separações entre o *vir a ser* e o ambiente que o cuida. É a partir desta amálgama inicial – em decorrência da qual o infante experiencia sua própria vitalidade e permite que a mesma se amplie e complexifique através dos processos pelos quais passa ao longo de seu amadurecimento, e que se iniciam já nos primórdios da vida – que o mundo externo e os objetos a ele pertencentes são apresentados ao infante. Mesmo a integralidade dos objetos não sendo apreendida desde os primórdios, a singularidade e ritmidade próprias ao cuidado inscrevem uma dimensão constitutiva do mundo interno do *vir a ser* e, a partir da continuidade da presença do cuidador adaptado, uma linguagem particular a partir da qual se dará a relação que posteriormente será construída com os objetos. Com isso, o contato inicial do bebê com o mundo promovido pelo direcionamento deste à sua boca alcança mais do que a satisfação da pulsão referida a esta zona erógena. É a partir deste contato com o mundo a partir da boca que Winnicott (1953/2019) destaca que poderão ser estudadas, a natureza do objeto, a construção da capacidade do infante reconhecer o objeto como não eu; a construção da ideia de limite; a capacidade do bebê de criar o objeto, o imaginar e o inventar; o início de uma relação efetiva a ser estabelecida com o objeto. Nesse sentido, o ambiente winnicottiano carrega uma faceta constitutiva e formadora do *vir a ser* mesmo antes de ser apreendido enquanto algo distinto.

Com o passar do tempo e o caminhar pelo amadurecimento, a constituição de si, cujas bases se inscrevem na experiência corporal e na posterior integração entre uma unidade psicossomática, desemboca em um terreno de delimitação de si e uma noção de *dentro X fora* fundamental para o estabelecimento das relações. Nesse panorama, Winnicott (1953/2019) propõe que pensemos não em duas áreas da experiência – interna e externa –, mas que nos dediquemos também ao estudo de uma terceira área. O espaço potencial surge como em lugar fora do tempo e do espaço que “(...) deve existir como local de repouso para o indivíduo engajado na infundável tarefa humana de manter as realidades interna e externa separadas, mesmo que inter-relacionadas.” (Winnicott, 1953/2019, p. 16). E ainda. “Busco aqui afirmar a existência de um estado intermediário entre a incapacidade e a crescente capacidade do bebê de reconhecer e aceitar a realidade.” (Winnicott, 1953/2019, p. 16). O objeto com o qual o infante irá se relacionar no espaço potencial é denominada por Winnicott de objeto transicional. O

objeto transicional não se refere ao primeiro objeto das relações de objeto, mas a primeira posse do infante. Este objeto apresenta um papel singular de criador do mundo interno da criança na medida em que representa a relação e o cuidado ambiental mesmo diante da ausência da figura responsável por ele. O objeto transicional possui assim um caráter singular, é um representante externo de uma relação que até então existia apenas no mundo interno do infante e que, agora, pode ser experienciada também na realidade compartilhada. Da mesma forma, é a partir do espaço potencial que objetos externos podem ser utilizados para representar o mundo interno do indivíduo, *transformando-o*. Trata-se de um espaço no qual torna-se possível a construção de um movimento comunicativo transformador e criador de si.

O espaço potencial se destaca também por ser o lugar do brincar. Na teoria winnicottiana, o brincar adquire um lugar de destaque por se enunciar como meio de alcançar o crescimento e amadurecimento, inscrevendo-se assim nas linhas da saúde psíquica. As diversas formas do brincar são acessíveis ao indivíduo ao longo de toda a vida, atuando como uma ferramenta fundamental no engajamento do indivíduo em grupos, no estabelecimento de uma comunicação tanto consigo mesmo quanto com outros além da construção do espaço psicoterapêutico como uma forma complexa do brincar (Winnicott, 1968/2019).

Como vimos, o brincar expressa um modelo importante a partir do qual podemos começar a pensar o papel do analista e as formas através das quais ele exercerá sua função, tendo a clínica como a representação terapêutica do espaço potencial. É a partir do brincar que uma via criativa pode se expressar enquanto decorrente da interseção entre mundo interno e externo, abrindo campo para que a realidade interna possa ser apresentada através de um jogo de intimidade e confiança capaz de sustentar o interjogo da vida intrapsíquica do indivíduo com o mundo. A instauração de uma dinâmica própria ao brincar possibilita assim que o reconhecimento possa se instaurar, contribuindo de maneira constitutiva no processo terapêutico. É nesse sentido que Winnicott, (1968/2019) afirma que “Quando um paciente é incapaz de brincar, o terapeuta deve se concentrar nesse sintoma principal, antes de interpretar fragmentos de comportamentos. ” (p. 83). O brincar abre uma via comunicativa para que a criatividade infantil possa vir à tona se utilizando de todos os elementos da personalidade do indivíduo. É a partir deste movimento que o indivíduo poderá construir/descobrir seu *self* (Winnicott, 1971/2019).

A somatória ou reverberação depende do que o terapeuta (ou amigo) de confiança – que recebeu a comunicação (indireta) – devolve ao indivíduo. Nessas condições

altamente especializadas, o indivíduo consegue se formar e existir como unidade, e não como uma defesa contra a ansiedade, mas como uma expressão do EU SOU, eu estou vivo, eu sou eu mesmo (Winnicott, 1962). A partir dessa posição, tudo é criativo. (Winnicott, 1971/2019, p. 96)

Nesse sentido, entendemos o *setting* analítico como o lugar do encontro. Neste, analista e analisando poderão construir formas particulares de brincar, levando em consideração os limites de cada um – construídos ou que o estão sendo –, assim como diferentes modalidades de presença de maneira criativa na própria relação. Em outras palavras, o *setting* analítico se configura no campo do espaço potencial, no qual a interseção entre conteúdos internos e representados no mundo tanto do analisando quanto do analista interagem e influenciam-se mutuamente. Como afirmamos anteriormente, a dinâmica do reconhecimento a presença e interlocução entre analista e analisando nas linhas da intersubjetividade carrega em si uma potência transformadora. Tendo isso em vista, nos direcionamos a ideia de objeto transformacional apresentada por Christopher Bollas (1987/2015).

Bollas (1987/2015) afirma que o objeto transformacional possui um papel fundamental na constituição psíquica, que abre caminho para que o indivíduo possa acessar o objeto transicional. Sendo assim, o objeto transformacional se apresenta através de sua faceta ambiental e não por meio de seu reconhecimento enquanto um objeto específico. Tal ponto o leva a adquirir um caráter muito mais de processo, relacionado à movimentos cumulativos de transformação, tanto internos quanto externos. Afinal, a faceta ambiental do cuidado inicial conferido ao indivíduo em formação possui um papel fundamental no processo de integração. “Antes de a mãe ser personalizada para o bebê como um objeto total, ela funciona como uma região ou como uma fonte de transformação. ” (Bollas, 1987/2015, p. 63). Através da ritmicidade própria a este processo, que se dá a partir da continuidade dos cuidados e oscilação entre momentos de maior e menor integração, o *vir a ser* é apresentado a mais informações referentes a natureza desta relação objetal, do que às qualidades do objeto propriamente ditas.

Um objeto transformacional é identificado pelo bebê quando ele vivencia os processos que modificam a experiência de *self*. É uma identificação que surge da relação simbiótica, na qual o primeiro objeto é “conhecido”, não como uma representação deobjeto, mas como uma experiência recorrente do ser. (Bollas, 1987/2015, p. 50)

Seguindo esta linha, a figura de cuidado primária, em sua função ambiental é vivenciada pelo *vir a ser* como um processo de transformação de seu *self* em formação. Essa forma de

relação, segundo Bollas (1987/2015) se mantém presente na vida adulta, na qual os objetos podem ser buscados não a partir do desejo de possuí-los ou estabelecer relações com eles, mas em decorrência do caráter transformador através do qual se tornam uma via de modificações do *self*. Ou seja, o cuidado buscado, é aquele capaz de *constituir e transformar*. Esse tipo de vinculação se fixa a partir de uma identificação psicossomática decorrente do contato estabelecido com o ambiente e o que o indivíduo é capaz de apreender de seu caráter transformador. Desta forma, a instauração de um objeto transformacional se dá a partir das constantes e necessárias modificações ambientais que a figura de cuidado exerce em seu movimento adaptativo a fim de dar conta das necessidades do infante. A partir destas modificações o infante também se modifica e passa a impactar o mundo com sua singularidade, se abre para novas possibilidades em termos simbólicos e relacionais. Essas conquistas fundamentais se anunciam através do suporte e atenção conferidos pela figura de cuidado adaptada, que promoverá uma abertura do mundo à novas possibilidades em termos de vida.

Uma vez que esta é uma identificação que começa antes de a mãe ser representada mentalmente como o outro, é uma relação objetual que não emerge do desejo, mas de uma identificação perceptual do objeto com sua função: o objeto como um transformador ambiente-somático do sujeito. A memória desta relação objetual precoce se manifesta na busca da pessoa por um objeto (uma pessoa, lugar, evento, ideologia) que promete transformar o *self*. (Bollas, 1987/2015, p. 50)

Bollas (1987/2015) segue suas considerações afirmando que o objeto transformacional também pode ser buscado na vida adulta. Nesse contexto, o autor aponta como, em alguns casos, a busca pelo novo pode referir-se à tentativa de alcançar no presente os moldes de uma experiência transformacional vivenciada no passado. Essa busca remete a uma modalidade pré-verbal da experiência a partir da qual, o momento estético vivido pode ser (re)experienciado, trazendo à tona uma vivência de fusão psicossomática que, segundo Bollas (1987/2015) é a lembrança do objeto transformacional do indivíduo. A proposta de Bollas nos apresenta a um objeto transformacional que se inscreve nas linhas das experiências constitutivas e existenciais da ordem do experiencial. Ou seja, a busca por este objeto na vida adulta se refere a busca de uma experiência objetual primitiva capaz de evocar de maneira existencial, através da experiência afetiva, uma relação identificada com experiências transformacionais que se deram de maneira cumulativa no *self*. Desta forma, a potência da qual esta relação objetual é dotada provém não de um objeto a ser desejado, mas de o objeto ser identificado às metamorfoses do *self*. Vale destacar que esse movimento pode se dar tanto em indivíduos que se constituíram nas

linhas da saúde psíquica quanto em pacientes cuja constituição conta com rupturas traumáticas. Essas últimas são vivenciadas especialmente no caso dos pacientes limites e psicóticos, que sofreram graves falhas no cuidado no início de seu amadurecimento. Nesses casos, a busca por um objeto transformacional se anuncia paradoxalmente por uma tentativa de destraumatização que os acaba levando a objetos que os fazem repetir situações traumáticas, estes por sua vez os fazem reviver suas próprias origens. Bollas (1987/2015) afirma que, devido a este movimento que remete a uma tentativa de reparar falhas sofridas, a busca por um objeto transformacional se enuncia como o reconhecimento interno de uma necessidade de reparação do ego que leva a uma busca “maníaca” pela saúde.

Estamos falando então de indivíduos que apresentam certa indisponibilidade para se relacionar com o outro enquanto objeto real e distinto de si. Afinal, a questão regressiva a qual sua própria constituição psíquica os remete os leva a uma relação com o outro muito mais referida ao caráter ambiental e processual que a relação é capaz de assumir. Em análise, o analista, em seu lugar de ambiência natural e demandado por estes pacientes, assume o lugar a partir do qual será possível revisitar as falhas sofridas no sentido existencial, dotado da capacidade potencial de modifica-las. Nesse sentido, o manejo psicanalítico através de interpretações sobre os conteúdos trazidos pode se apresentar como uma invasão violenta do idioma do analista ao psiquismo regredido do paciente, cujas vivências trazidas à tona se referem ao momento pré-verbal da experiência.

Independente das especificidades do manejo adotadas pelo terapeuta – assunto que hoje se configura como pauta de inúmeras propostas e discussões, abrindo o campo analítico para um grande leque de possibilidades neste sentido –, o fundamental em todo o caso é a adoção de uma postura empática e adaptativa por parte do terapeuta. Esta, será a responsável por permitir que, mesmo quando não enunciada em palavras, a demanda do paciente seja posta no *setting* e, sendo reconhecida pelo analista, possam juntos construir as linhas necessárias ao cuidado. Desta forma, afirmamos que a linguagem adotada pelo paciente sempre buscará comunicar ao analista sua falta em termos existenciais a partir de uma narrativa complexa das falhas sofridas. Ao analista, cabe a paciência e destreza necessária para aprender o idioma do paciente, que muitas vezes apela para um registro pré-verbal que o demandará sentir em si mesmo, em sua própria carne, o que de outra forma não pode ser comunicado, mesmo que se trate de um paciente que muito fala em sessão. Cabe também ao analista ser capaz de destituir-se de um lugar de onipotência e assumir que nada sabe do caso e das dores de seu paciente, isso terá de aprender

com o mesmo. O saber do analista se refere à técnica analítica e ao entendimento do funcionamento do psiquismo a fim de proteger o paciente da possibilidade de que seu cuidado engate as vias transferenciais e leve o próprio paciente a um lugar já conhecido referido a faltas vividas.

Afirmarmos o lugar do analista como objeto transformacional na clínica demanda justamente sua capacidade de reconhecer tanto as faltas e expressões de um sofrimento vivido por parte do indivíduo quanto suas necessidades. É a comunhão entre o reconhecimento do que se passou em termos afetivos e existenciais na história pregressa do indivíduo com as necessidades deste que tornará possível a assunção de um movimento (co)criativo em termos de manejo que seja capaz de trabalhar com a vertente regressiva da experiência sem que esta assuma o caráter de uma regressão maligna. A regressão maligna se configura pela construção de uma postura de dependência exacerbada ao analista, que confere a este um lugar de onipotência em termos de presença e cuidado, assim como uma obediência cega por parte do analisando. Essa configuração terapêutica além de se mostrar perigosa devido a fantasia – quase impossível de ser mantida por muito tempo – de uma infalibilidade do analista, também lança o paciente em um lugar de passividade diante do que acredita ser o desejo ou expectativa do analista sobre si. Tal postura poda o movimento criativo e a construção de uma vida nas linhas de um verdadeiro *self* capaz de se delimitar, localizar, ser e agir ativamente no mundo.

O que é necessário é uma experiência inicial de sucessivas transformações de ego que sejam identificadas com o analista e com o processo analítico. Nesses momentos, o paciente vivencia as interpretações principalmente por sua capacidade de combinar humor, sentimento ou pensamento interno e esses momentos de concordância levam o paciente a “revivenciar” a relação de objeto transformacional. Ele aprecia a não intrusividade fundamental do analista (principalmente o analista que não exige concordância), não porque isso leva à livre associação, mas porque sente que é o tipo de relação necessária para que ele fique bem. (Bollas, 1987/2015, p. 58-59)

Seguindo as considerações de Bollas, na medida em que o encontro analítico se dá este carrega consigo signos de uma escuta atenta, do reconhecimento das necessidades e demandas imprimindo no paciente, pela via do cuidado, o alfabeto particular do idioma próprio do analista. A inscrição destes fatores na relação com o paciente possibilita que este comece a, gradativamente, aprender um novo idioma do qual passará a também se utilizar. Este idioma que, embora se expresse em palavras alcança também o registro pré-verbal da experiência, é dotado de um efeito transformacional, capaz de promover potentes metamorfoses no *self* do

analisando. Nesse sentido, os efeitos do impacto do analista sobre o analisando apresentam novas formas de ser e estar nas relações, inscrevendo estas em dinâmicas até então inéditas. A partir da dinâmica que se estabelece entre o par, tanto a nível simbólico quanto no que se refere à conteúdos não inscritos nesta linguagem, o próprio psiquismo do paciente também sofre modificações fundamentais, a partir das quais novas redes comunicativas podem ser traçadas e/ou rearranjadas entre as diversas partes de si. Desta forma, afirmamos que, a partir da inscrição de um novo idioma não apenas novas formas de comunicação e dinâmicas intersubjetivas se tornam possíveis como também novos arranjos intrapsíquicos poderão ser criados. Somos postos diante então de como a presença do analista inserida em uma dinâmica de reconhecimento se mostra fundamental na medida em que nesta se identifica a função de objeto transformacional. Essa aproximação possibilita a inscrição de novas formas de acesso a presença do outro, a partir da instauração de um espaço potencial e da capacidade de brincar em análise. Só então o indivíduo poderá se inscrever em uma dinâmica na qual o ser, delimitado e capaz de se auto afirmar, conseguirá se voltar para o mundo enquanto algo distinto de si, mas com o qual é capaz de fantasiar e desejar. Nesse ponto, e somente nele de fato, o campo psíquico se expande para uma dinâmica capaz de sustentar o conflito psíquico.

No que tange a transferência, Bollas (1987/2015) afirma que esta “(...) apoia-se no paradigma da primeira relação de objeto transformacional.” (p. 61). O autor afirma que o processo psicanalítico se baseia em uma memória da relação primária, e a prática em si é afirmada como uma forma de contratransferência ao remeter-se através da representação a situação do objeto transformacional. Para Bollas (1987/2015) se mostra fundamental ao analista – a fim de não aderir a pontos cegos fruto de um processo terapêutico falho – reconhecer que está lidando em análise com a representação do paradigma de uma relação precoce. A busca pelo objeto transformacional se configura assim através de uma ordem extremamente penetrante, que não pauta no desejo pelo objeto, mas que emerge como fruto da certeza, e mesmo esperança, de que o objeto seja capaz de promover transformações no *self*. Este anseio esperançoso leva o indivíduo às memórias afetivas dos cuidados precoces e sua presença constitutiva e transformativa no início da vida do indivíduo.

Vale destacar que, devido a dependência inicial do bebê humano, o ambiente no qual este se encontra inserido sempre assume o lugar de um objeto transformacional, por mais adocido que seja. Isso se deve à posição deste ambiente na constituição primária do bebê, que transforma sua potencialidade espontânea em uma forma de existência particular, mesmo que

inscrita em um terreno de graves faltas. Estamos aqui diante de um movimento regressivo intenso, ao qual toda a formação do *setting* analítico se mostra propício. É a partir desta que o analisando poderá se identificar ao analista enquanto objeto transformacional, tal qual um bebê é capaz de se identificar a mãe em momentos precoces do amadurecimento. Bollas (1987/2015) ainda destaca que a busca por este objeto e o momento estético que é capaz de promover, seja em análise ou na própria vida do indivíduo, se configuram como a busca por uma experiência impessoal. Isso se deve ao fato de o objeto ser buscado não enquanto um objeto ou traços específicos que este possa apresentar, mas por sua capacidade de promover uma experiência transformadora nas linhas do *self* que remete o indivíduo as faltas sofridas que anseiam por reparação enquanto um movimento em prol da saúde psíquica. É um movimento que direciona o indivíduo a um reconhecimento afetivo das próprias demandas constitutivas de si, assim como as barreiras as quais seu *self* se vê remetido, possibilitando, a partir de uma nova experiência, a criação de novas formas de ser. Neste ponto, vamos de encontro as considerações do autor segundo as quais,

Transformação não significa gratificação. O crescimento é apenas parcialmente promovido pela gratificação e uma das funções transformadoras da mãe deve ser frustrar o bebê. Da mesma forma, momentos estéticos não são sempre ocasiões bonitas ou maravilhosas – muitas são feias e aterrorizantes, mas mesmo assim profundamente comoventes por causa da memória existencial que tocou. (Bollas, 1987/2015, p. 64)

Afirmamos o lugar do analista enquanto aquele que é capaz de assumir um papel transformacional para o paciente, dotado da ambiência e adaptação possibilitadas por uma disponibilidade técnica e afetiva em reconhecer e estar presente para seu analisando. Esta postura abre caminho para que o espaço analítico possa se constituir como o lugar do encontro, da transicionalidade e do brincar. Esse movimento nos afasta da análise como necessariamente o lugar no qual interpretações devem ser lançadas para que o trabalho analítico esteja sendo feito. Nos direcionamos para o entendimento do espaço analítico enquanto o lugar – fora do tempo e do espaço – do encontro, no qual as singularidades referentes ao manejo poderão ser criadas e a técnica pensada em paralelo. A dinâmica que propomos se lança na construção do ambiente analítico como aquele no qual, muitas vezes de forma inédita, conteúdos poderão ser apresentados e reconhecidos, recebendo um lugar na história do indivíduo. Esse movimento nos leva a proposição do ambiente analítico inscrito em uma clínica do reconhecimento enquanto o lugar capaz de proporcionar a criação de novos começos.

Reconhecimento, regressão e gratidão

A partir da escola das relações objetais em psicanálise somos apresentados a um panorama no qual a dinâmica do trabalho analítico não se refere apenas a movimentos intrapsíquicos, mas também as dinâmicas intersubjetivas próprias a relação que o paciente irá estabelecer com os objetos ao seu redor. Nesse contexto, a temática da regressão surge não mais como um movimento específico da dinâmica libidinal, mas enquanto regressão a estágios anteriores, que se expressam na própria relação.

Nesta linha, seguimos os apontamentos de Winnicott (1954/2021) que destaca o conceito de regressão enquanto remetido à uma *regressão a dependência e não uma regressão em termos de zonas* erógenas. Desta forma, a regressão assume o caráter de organização defensiva capaz de proteger o *self* de um ambiente inábil em sua tarefa adaptativa. “É preciso incluir na teoria do desenvolvimento de um ser humano a ideia de que é normal e saudável a capacidade do indivíduo de defender o *self* contra falhas ambientais específicas através do *congelamento da situação da falha*. ” (Winnicott, 1954/2021, p. 466). Os estados patológicos surgem a partir de uma não satisfação das necessidades egóicas do indivíduo em formação que impedem que o curso de seu amadurecimento e as aquisições a ele remetidas se deem. Esse ponto, lança o trabalho analítico pautado em uma perspectiva do cuidado diante da figura de um analista que se apresenta a partir de sua capacidade de sustentar os estados regressivos aos quais o paciente irá adentrar naturalmente em análise. Tal ponto destaca uma faceta *esperançosa* dos estados regressivos, que atuam não apenas como movimento defensivo, mas expectativa de reparação das falhas sofridas em um outro contexto. “A vantagem da *regressão* é que ela traz consigo a possibilidade de corrigir uma adaptação à necessidade inadequada no histórico anterior do paciente. ” (Winnicott, 1954/2021, p. 436, grifos do autor).

A perspectiva traçada por Winnicott a partir de sua rica experiência clínica como pediatra e psicanalista propõe o direcionamento da clínica psicanalítica para a construção de novas perspectivas de trabalho. O manejo, que segundo a proposta de Winnicott, deve considerar as questões referentes ao amadurecimento emocional e as especificidades dos indivíduos que sofreram falhas traumáticas primordiais, propõe a clínica analítica não apenas como aquela que promove uma *talking cure* – como já muito bem instituída pela clínica das neuroses –, mas o ambiente capaz de promover uma cura pelo cuidado. Nesse contexto, a

regressão emerge não apenas como movimento defensivo, mas também como possibilidade de trabalho que dependerá da capacidade do analista de sustentar um lugar de ambiência que possa suprir as necessidades egóicas do paciente.

A organização que torna a regressão produtiva tem esta característica que a distingue das outras – trazer dentro de si a esperança por uma nova oportunidade de descongelar a situação congelada – e uma oportunidade também para o ambiente, no caso o ambiente atual, de realizar uma adaptação adequada, ainda que tardia. (Winnicott, 1954/2021, p. 470)

A entrada do paciente em um movimento regressivo que poderá ser utilizado como ferramenta clínica de trabalho depende da construção do *setting* analítico como dotado de uma atmosfera de confiança. É a partir desta relação bi pessoal entre analista e analisando que o paciente poderá acessar estados regressivos a partir dos quais experiências vivenciadas na vida pregressa que marcaram e fixaram seu processo de constituição psíquica poderão ser revividos, agora na relação analítica. O ponto da regressão vai depender justamente das marcas promovidas pela história de cada paciente, não se configurando necessariamente como um retorno maciço a um estágio anterior do amadurecimento. Com isso queremos dizer que o movimento regressivo pode emergir de núcleos específicos – segundo vimos no capítulo 3 – ou enredamentos entre vários núcleos que englobam um ou vários pontos específicos do processo de amadurecimento. Em um movimento regressivo, o indivíduo pode fazer uso de mecanismos de defesa primitivos assim como de formas de se relacionar com o analista referentes ao período ao qual sua regressão se encontra referida. É fundamental termos em mente que, apesar da regressão nestes moldes ser um movimento natural da cena analítica, para que ela se dê é fundamental que a relação que será estabelecida carregue as marcas de um encontro sincero e seguro a partir do qual o paciente poderá vivenciar seu estado regressivo. Peixoto Junior (2013) aponta que para que a criação desta atmosfera seja possível, o analista deve aceitar representar o papel de um objeto primário pelo tempo que for necessário e assim presentificar-se no *setting* sem apresentar resistência ao paciente. É a partir daí que um novo sentimento de si poderá ser construído e, com isso, o verdadeiro *self* – que se encontrava oculto, resguardado e protegido das investidas do mundo externo – pode vir à tona e compor-se com o *self* total. A partir disso ocorre um movimento de progressão nos pontos do *self* que se encontravam paralisados em seu processo de amadurecimento. A saída da regressão neste contexto proporciona um movimento organizado de direcionamento do indivíduo a independência, no qual suas necessidades, seus desejos e instintos podem ser realizados a partir de uma postura de vitalidade e apropriação de

si próprias a partir de um verdadeiro *self* que agora consegue se expressar. Vale destacar que, “O perigo não tem origem na própria regressão, mas no fato de o analista não estar pronto para encarar nem ela nem a dependência que dela faz parte.” (Winnicott, 1954/2021, p. 436).

A clínica que se dedica ao estudo e tratamento de pacientes que acessam estados regressivos nos coloca diante do campo das relações bi pessoais no qual a presença de ambas as figuras é marcada pela sua mútua constituição na medida em que são reconhecidas uma pela outra e estabelecem uma via comunicativa pautada no reconhecimento de dupla hélice que vimos no capítulo 1. Ou seja, o estabelecimento de um movimento regressivo no *setting* analítico se encontra atrelado ao estabelecimento de uma dinâmica do reconhecimento a partir da qual o paciente poderá se expressar de maneira verdadeira. Essa forma de ser que se apresenta ao outro, deverá encontrar no ambiente analítico um meio capaz de reconhecê-la, e assim receber a afirmativa sobre si a partir da qual seu movimento criativo particular poderá se expressar e se complexificar. O movimento regressivo realizado pelo paciente o leva a experienciar a si mesmo a partir de vivência apreendidas anteriormente, referidas a um estágio pré-verbal da experiência. Neste ponto, Peixoto Junior (2013) aponta que entramos no que Balint (1968/2019) reconhece como a área da falha básica.

Balint (1968/2019) propõe que o trabalho analítico ocorre em dois níveis distintos, o nível edípico e o nível pré-edípico. O nível edípico se refere as relações que se estabelecem a partir de uma triangulação na qual subjaz a ideia de um conflito psíquico, fruto dos afetos ambivalentes que emergem das relações objetais. Neste nível, o conflito psíquico é o responsável pelo surgimento das diversas formações do inconsciente que se encontram referidas ao campo simbólico, próprio à linguagem adulta. Já o nível pré-edípico se refere ao nível da *falha básica*. Neste, nos deparamos com problemáticas mais primitivas provenientes de uma falta que impacta o indivíduo quando este ainda se encontra inserido no campo das relações bi pessoais, pré-verbais e não conflituais. Balint ainda afirma que, no nível da falha básica, as situações de satisfação e frustração ganham um caráter distinto do visto até então. Por um lado, temos as satisfações ocorrendo a partir da adaptação ambiental. O alcance de satisfação por essa via se dá por meio do cuidado oferecido ao indivíduo em formação a partir do terreno da tranquilidade como fruto da continuidade e desencadeando sensação de bem-estar, enquanto as frustrações são sentidas de forma intensa e turbulenta.

Balint (1968/2019) afirma que os pacientes remetidos a questões da ordem da falha básica apresentam uma forma de comunicação referida ao terreno pré-verbal a partir do qual

conseguem acessar conteúdos pessoais do analista como se pudessem enxergar dentro dele. O conteúdo encontrado sempre se refere de alguma forma – seja direta ou através de associações próprias ao psiquismo do analista – ao paciente, e normalmente estão corretas. O autor ainda aponta que, caso o analista não responda da maneira esperada em termos de adaptação – diferente dos pacientes referidos ao nível edípico nos quais a emergência do ódio e raiva seriam reações naturais – o paciente é tomado pela sensação de vazio, que se apresenta como sentimento central nestes casos. As defesas que daí emergem se expressam na relação terapêutica pela via do afeto. O analista sente as necessidades, limitações, demandas e faltas do paciente a partir do que se expressa na relação estabelecida entre ambos. Seja a dedicação cega de uma postura de passividade, as invasões da projeção de conteúdos internos, a confusão emergente de um psiquismo fragmentado, a dificuldade de ligação própria de defesas paranoicas, dentre outras, denunciam as falhas do cuidado ocorridas.

O paciente diz que sente que existe uma falha dentro de si, uma falha que precisa ser corrigida. É sentida como uma falha, não um complexo, conflito ou situação. Em segundo lugar, há um sentimento de que essa falha foi provocada porque alguém falhou ou descuidou-se dele. Em terceiro, essa área é invariavelmente cercada de uma grande angústia, geralmente expressa como uma demanda desesperada de que agora o analista não pode – de fato não lhe deve – falhar. (Balint, 1968/2019, pp. 44-45)

A falha básica remete então a uma falta, de algo que deveria ter acontecido em termos de cuidado, e adaptação. Balint (1968/2019) segue suas considerações afirmando que, diferente do conflito que pode ser resolvido e de uma tensão pulsional que poderá ser descarregada, a falha básica pode apenas ser preenchida, isso caso o ambiente atual seja capaz de encontrar a fórmula correta e necessária para tal. Afinal, a falha básica ao se referir a uma falha no cuidado e afetividade primários aponta para toda uma dimensão tanto do corpo quanto do psiquismo que são afetadas. A ativação do nível da falha básica remete o indivíduo a um movimento regressivo a partir do qual as questões referentes a esta podem emergir.

Dessa forma, é importante destacar que o cuidado lançado sobre a falha básica não tem por objetivo extirpá-la da história do indivíduo – um movimento nesta direção se mostra tão traumático quanto a própria falha –, mas dotá-la de um cuidado atualizado capaz de aquecer afetivamente o vazio gélido que assola corpo e psiquismo do indivíduo. É a partir deste movimento, que se propõe que o trabalho analítico se dê a partir de uma presença não invasiva, mas adaptada. A inscrição de um cuidado por esta via tornará possível a (re)significação das falhas vividas e inscrição de um *novo começo*.

Como a área da falha básica se encontra referida a um conjunto de vivências e experiências primitivas, ao adentrarmos em estados regressivos referidos à área da falha básica, a adesão à movimentos interpretativos por parte do analista acaba por não promover os efeitos esperados no paciente. Isso se deve justamente a uma falha na comunicação que é estabelecida a partir de linguagens distintas, o que por si só pode se apresentar como uma postura (re)traumatizante ao paciente. O trabalho analítico aqui demanda do terapeuta uma postura de disponibilidade e abertura a partir da qual poderá sustentar o movimento regressivo do paciente e manter o estabelecimento de uma via comunicativa capaz de acessá-lo. O distanciamento existente entre o adulto do analista e a criança remetida a falha básica no paciente regredido, deve ser atravessado. Com isso, as formas de expressão adotadas pelo paciente e não remetidas a linguagem verbal devem ser reconhecidas pelo terapeuta, que se coloca disponível ao estabelecimento de uma via comunicativa em uma linguagem acessível ao paciente regredido. Para tal, a presença, o afeto, a construção e o manejo da própria relação se apresentam enquanto ferramentas fundamentais no trabalho clínico. A construção do *setting* com cada uma das nuances que ele engloba, assim como o afrouxar e arrojear da tira elástica que representa a relação (Ferenczi, 1928/2011), destaca a disponibilidade do analista em reconhecer as necessidades do paciente e adaptar-se a elas.

Como na área da falha básica as expressões não verbais (comportamentos, repetições ou *acting outs*) adquirem a mesma importância das comunicações verbalizadas, uma das principais tarefas do analista é a de traduzir para o paciente seus comportamentos primitivos que ainda prescindiam da linguagem, não apenas como um intérprete, mas como o que Balint chama de “informante”, ajudando o paciente a se dar conta do que vinha fazendo na situação analítica. (Peixoto Junior, 2013, p. 65)

Tendo isso em vista, o lugar da interpretação é posto em xeque enquanto forma de manejo fundamental da prática psicanalítica o que nos leva a aderir a concepção de que a clínica psicanalítica demanda do terapeuta não apenas o entendimento das dinâmicas intrapsíquicas do paciente, mas também do campo intersubjetivo. Afinal, ao nos aproximarmos de pacientes em estado regressivo nos deparamos com o intersubjetivo enquanto forma de expressão e apresentação ao outro tanto dos conteúdos intrapsíquicos quanto da dimensão de *quem se é*. Tal formulação nos coloca diante do entendimento da clínica enquanto um ecossistema vivo. Este é composto pelas especificidades de ambas as figuras, analista e analisando, o que faz com que, em um modelo adaptativo seguindo os moldes de um cuidado primitivo, tanto o trabalho analítico quanto o próprio analista se tornem únicos para cada paciente. Essa construção se

pauta justamente na capacidade do analista em reconhecer as necessidades de cada paciente e suas faltas que buscam cuidado, se adaptando a elas e concebendo a análise como o lugar do cuidado. E assim, saímos da clínica da interpretação e adentramos na clínica do reconhecimento. Nesta última, a ideia não é deletar o manejo interpretativo, mas construir um ambiente no qual a interpretação possa ser apresentada ao paciente em uma linguagem e tempos quais ele seja capaz de acessá-la.

Ao seguir esta linha, Balint sinaliza não apenas os ganhos possíveis com a assunção deste tipo de postura, mas também os possíveis problemas referentes ao manejo e a técnica com pacientes em estados regredidos. Neste sentido, o psicanalista húngaro distingue duas formas de regressão, a *regressão maligna* e a *regressão benigna*. Na *regressão maligna*, ao adentrar em um estado regredido em análise diante de um analista capaz de se adaptar as demandas do paciente, estas se tornam infundáveis e sempre precedendo novas demandas. O paciente passa a se relacionar com o analista como um bebê faminto, que se direciona ao seio na tentativa de saciar uma fome já sentida e que nunca se esgota, mesmo agora ele estando alimentado. Peixoto Junior (2013) aponta que nestes casos, a regressão tem como objetivo a gratificação a partir de uma ação no mundo externo representado pela figura do analista. Uma vez que a gratificação buscada através de eventos ou ações pressupõe a existência de objetos totais ou parciais bem desenvolvidos e reconhecidos pelo paciente, nos vemos diante de um movimento regressivo que não conseguiu alcançar o nível da falha básica. Nesta forma de regressão é como se o trabalho analítico começasse a caminhar no sentido de adentrar um estado regressivo benigno, mas por algum motivo, se fixasse em um ponto do amadurecimento no qual, as falhas vividas engatam um movimento repetitivo. Logo, o que é apresentado ao analista já se configura enquanto formações defensivas e respostas reativas a fim de dar conta de um já ocorrido. Vale destacar que, apesar da regressão maligna se apresentar como um desafio ao trabalho clínico, ela nos mostra que o movimento regressivo em um panorama intersubjetivo é algo natural, que irá ocorrer em diferentes graus. A ideia é que possamos construir um ambiente no qual a regressão maligna possa se configurar como uma porta de entrada para um estado regredido ao nível da falha básica, no qual poderemos acessar o infante faltoso, não nos restringindo ao adulto que teve de dar conta de suas próprias falhas a fim de sobreviver. Afinal, o objetivo principal do trabalho com pacientes regredidos não pode ser alcançado sem que consigamos adentrar ao nível da falha básica.

Para que a clínica com pacientes regredidos se mostre frutífera, é necessário que se construa um ambiente no qual o paciente possa adentrar um estado de regressão benigna. Peixoto Junior (2013) destaca que, na regressão benigna “(...) estamos diante de pacientes regredidos, que esperam do analista apenas um consentimento explícito para recorrer ao mundo externo, de modo a entrar em contato com seus próprios problemas internos. ” (p. 70). A Regressão benigna necessita de um ambiente que acolha o paciente e seja capaz de sustentar sua existência e experiências de forma natural e orgânica (Balint, 1968/2019). Ou seja, diferente da regressão maligna na qual o objetivo se torna a satisfação das necessidades, na regressão benigna o foco do trabalho recai sobre a presença fluida do analista, disposto a ser usado sem oferecer grandes resistências. Afinal, aqui se nos referimos a uma postura de abertura, envolvimento, sustentação, tolerância e compreensão, e não necessariamente de ação. É nesse sentido que Peixoto Junior (2013) aponta a regressão benigna enquanto a favor do reconhecimento, pois, é a partir de uma presença adaptada e não invasiva que o ambiente se constitui de modo a sustentar o acesso às falhas básicas. Afinal, é através da promoção de sustentação e da capacidade de sobreviver do terapeuta que se torna possível ao paciente permitir a entrada do par em uma forma de funcionamento marcada por Balint como “mistura interpenetrante” referida ao modelo vivido em uma relação dual primitiva aos moldes da amálgama inicial mãe-bebê.

A experiência da regressão que visa ao reconhecimento nunca apresenta as qualidades de desespero e paixão que caracterizam a forma maligna da regressão, cuja finalidade é a gratificação, comumente encontrada em casos de histeria grave. As formas desesperadas de adesividade, frequentemente presentes no tratamento desses casos, mostra que uma angústia intensa parece boquear o caminho para o desenvolvimento de uma atmosfera sincera e franca, mutuamente confiante, que é fundamental para um verdadeiro novo começo. (Peixoto, Junior, 2013, p. 71)

É importante notarmos que, apesar de didaticamente apresentarmos a regressão maligna e benigna enquanto modelos distintos, é comum encontrarmos na clínica uma mistura de ambas, com a prevalência de um dos modelos. Fato é que, mesmo diante de regressões malignas nos deparamos com tentativas de novos começos, que se dão diante da intensidade angustiante de demandas que nunca podem ser satisfeitas pois elas não se referem às necessidades na ordem da falha básica. Ao adentrarmos em casos nos quais prevalece a regressão benigna, estamos diante de um campo de confiança no qual a atualização de experiências vividas poderá encontrar um objeto capaz de apresentar novas possibilidades através das quais as experiências poderão

ser vividas. É justamente aqui que nos vemos então próximos da construção do que Balint (1968/2019) denomina por *novo começo*.

Balint (1968/2019) apresenta os efeitos de uma maior proximidade e disponibilidade do analista diante de alguns pacientes – com os quais estabeleceu uma atmosfera de confiança e sinceridade – como algo que, a posteriori, marca a abertura da possibilidade de construção de novas formas de amar e odiar os objetos com os quais se relaciona, de maneira mais livres, realista e verdadeira. A essas formas inéditas de ser, estar e se relacionar no mundo, Balint (1968/2019) denomina de *novo começo*. O novo começo não é apenas a possibilidade de retornar a um estado anterior, mas de experienciá-lo na presença de alguém disposto a reconhecer o indivíduo e construir com ele formas de relação distintas da desadaptação que primitivamente constituiu suas falhas. O novo começo apresenta sua potência na medida em que é capaz de tirar o indivíduo de um modelo rígido constituído anteriormente que, apesar de sua eficácia em possibilitar a sobrevivência do indivíduo, na atualidade também é causa de agonia. Sendo assim, o novo começo se apresenta como promotor da ampliação da capacidade de ser em uma vertente criativa e verdadeira. É claro que, não basta apenas que um novo começo se dê, em alguns casos o processo de análise não se finda com ele pois trata-se de falhas tão insistentes e profundas que levarão o paciente a passar por alguns novos começos ao longo de seu processo analítico, o que demanda do analista um esforço em manter-se implicado e desejoso pelo paciente a fim de promover a continuidade do trabalho. “Desta forma, o analista realizaria uma das mais importantes tarefas necessárias ao tratamento, que é criar condições nas quais a falha básica possa cicatrizar, até torná-la, quando possível, inativa.” (Peixoto Junior, 2013, pp. 72-73).

Quando se torna possível alcançar o novo começo em uma análise de certo o paciente será tomado por um verdadeiro sentimento de *gratidão* por seu analista. O acesso a este sentimento possibilita que o paciente seja capaz de reconhecer não apenas o terapeuta no lugar de um objeto bom – o qual, em estados de regressão negativa poderá invejar enquanto aquele capaz de gratificar infindavelmente, mas que o gratifica apenas pontualmente²³ –, mas de

²³ Parafraseamos aqui o exemplo citado por Klein (1957) na imagem primordial de um bebê que inveja o seio por seu potencial de proporcionar uma satisfação instintiva e própria a relação. A ideia posta por Klein é que, o bebê projeta no objeto a imagem de todos os objetos bons, colocando o seio – um objeto parcial – no lugar daquele que tem potencial infinito de proporcionar satisfação, mas que só o direciona ao bebê em momentos específicos. Com isso, o bebê responde direcionando sua voracidade ao seio. Nesse contexto, Klein define a inveja como um sentimento que emerge a partir de algo que se reconhece que o objeto tem ou é e que o indivíduo não reconhece em si mesmo. A ideia é que o indivíduo seria capaz de expressar tanto inveja quanto gratidão por um mesmo objeto, mas em uma relação remetida à saúde, o sentimento de gratidão torna possível ao infante suportar os

reconhecer em seu próprio mundo interno objetos bons que emergem como marca de um cuidado recebido. É desta ética do cuidado – que possibilita que falhas sejam reparadas – que provém a capacidade de acessar formas de amor até então não disponíveis ao indivíduo. Nesse sentido, para Klein (1957), a gratidão se configura como um dos principais derivados da capacidade de amar.

O bebê só pode sentir satisfação completa se a capacidade de amar é suficientemente desenvolvida; e é a satisfação que forma a base da gratidão. Freud descreveu o êxtase do bebê na amamentação como o protótipo da gratificação sexual. A meu ver, essas experiências constituem não apenas a base da gratificação sexual mas também de toda felicidade subsequente, e tornam possível o sentimento de unidade com outra pessoa; tal unidade significa ser plenamente compreendido, o que é essencial para toda relação amorosa ou amizade felizes. Em condições as mais favoráveis, tal compreensão não necessita de palavras para expressá-la, o que demonstra sua derivação da intimidade mais inicial com a mãe, no estágio pré-verbal. (Klein, 1957, pp 219-220)

A possibilidade de desfrutar do sentimento de gratidão se refere a um movimento introjetivo/constitutivo próprio da dinâmica do reconhecimento. O objeto bom não é apenas percebido em sua potência de gratificar o indivíduo, mas enquanto dotado de qualidades que podem ser introjetadas, complexificando o mundo interno do paciente e reparando falhas sofridas em termos de cuidado. Esse movimento permite que o próprio indivíduo se aproprie dos traços do objeto bom, expressando-os em suas relações com outros objetos ao longo da vida. Dito de outra forma, a gratidão torna possível que o paciente saia de um esquema repetitivo em prol do traumatismo vivido e experiencie em suas relações sua reparação, e mesmo capacidade de suportar a cisão entre objetos bons e maus a fim de promover a sobrevivência dos objetos bons e posteriormente integrá-los – seja em termos de objetos externos ou do próprio *self*. “Aqueles que sentem que tiveram sua parcela da experiência e dos prazeres da vida são muito mais capazes de acreditar na continuidade da vida” (Klein, 1957, p.235).

Tendo isso em vista, a adoção de uma postura ética cujas bases se debruçam sobre o reconhecimento possibilita a construção de uma relação terapêutica pautada na presença e no cuidado. A partir desta, as falhas traumáticas que se apresentam como marcas que influem na instância de *ser* do indivíduo podem então ser reparadas, não como um não ocorrido, mas

momentos de inveja. Afinal, quando os momentos de inveja são transitórios assim como o ódio dele derivado, o objeto bom pode ser recuperado sem que o indivíduo se depare com um dano traumático.

enquanto cicatrizes curadas de feridas não mais abertas, mas que se fazem lembrar. O novo começo se destaca enquanto potência ao possibilitar que o indivíduo crie novas formas de *ser* e *estar* nas suas relações atuais não mais seguindo as marcas das dores e traumas sofridos no passado, mas pautado na esperança de que coisas boas também podem advir da relação com o mundo e seus objetos. “É necessário que se edifique, no interior de cada criança [ou do paciente], a crença em algo que não seja apenas bom, mas seja também confiável e durável, ou capaz de recuperar-se depois de se ter machucado ou mesmo perecido.” (Winnicott, 1965/2013, p. 44). Afinal, embora isso não tenha sido experienciado na sua vida primitiva de forma natural como seria próprio da saúde, foi possível adentrar em um terreno de um amor terno no qual suas necessidades egóicas finalmente puderam ser reconhecidas, receber lugar e encontrar satisfação. É essa postura sensível, de uma presença que acompanha o indivíduo em sua jornada por caminhos tortuosos de sua história, resistindo e sobrevivendo sem lhe soltar a mão, que possibilita que o amor terno referido a um cuidado adaptado possa ser experienciado – muitas vezes de forma inédita. Dessa experiência emerge o fértil sentimento de gratidão a partir do qual o si mesmo do indivíduo poderá desenvolver formas de ser verdadeiras e também amorosas com os objetos. Afinal, agora ele já experienciou o cuidado e assim se torna capaz também de ofertá-lo. Graças a seu potencial de promover a (re)inscrição das falhas traumáticas a partir de um cuidado adaptado ao indivíduo, o reconhecimento ganha a potência de um ato clínico. Estepor sua vez se expressa a partir da continuidade e integração que o enquadre analítico em conjunto com a presença do terapeuta são capazes de produzir.

A partir da perspectiva que propomos, o trabalho analítico não se encontra restrito ao desvendamento de motivações inconscientes e conseqüente extinção de sintomas. O trabalho analítico se apresenta como uma ferramenta em prol da constituição de si e criação de novas formas de *ser*, *estar* no mundo e se *relacionar* com os objetos. O trabalho analítico se apresenta como um meio a partir do qual o indivíduo poderá assumir um lugar de atividade, na companhia de uma presença implicada, em prol de sua própria criatividade e assunção de uma postura verdadeira. O trabalho analítico abre a possibilidade de finalmente cuidar de feridas antigas e deixa-las cicatrizar, integrando partes cindidas e criando formas de comunicação possíveis. O trabalho analítico vai muito além de uma cura dos sintomas, é um trabalho em prol do amor, do cuidado e da vida.

O manejo analítico a partir de uma clínica pautada no reconhecimento

A partir de tudo que foi trabalhado ao longo da presente tese, somos apresentados a uma forma de trabalho analítico que se baseia no modelo primordial de relação dual. Nesse sentido, presença e adaptação tornam-se palavras chave adquirindo um caráter não apenas de sustentação do indivíduo, mas um lugar fundamental no processo constitutivo de si. Nessas linhas, o reconhecimento se apresenta como uma faceta constitutiva natural que emerge no seio da relação primordial entre o infante e seu cuidador. Desta forma, o reconhecimento dá contorno e define aspectos fundamentais do *ser*, se estendendo à entrada de um segundo objeto a ser investido e, posteriormente ao ingresso do indivíduo à realidade compartilhada. Todos estes formatos que a relação adquire apresentam gradações diferentes que contribuem para a formação do ser do indivíduo em sua especificidade. Em um modelo que, como vimos, segue a lógica de uma dupla hélice.

Ao aplicarmos a lógica trabalhada como forma de manejo analítico devemos ter em mente que o movimento de dupla hélice próprio a uma dinâmica pautada no reconhecimento comporta uma afetação mútua. Trata-se de um *afetar* e *deixar-se ser afetado*. Essa dupla afetação a partir de um movimento de espelhamento cria o ambiente propício para que o analista possa sentir em si – seu psiquismo, corpo, e ritmidade pessoal – os impactos do psiquismo do indivíduo que se apresenta como analisando. Estes impactos que atingem diretamente e de forma constitutiva o psiquismo do analisando, de modo que o idioma pessoal do paciente passa a compor o seu próprio, abre caminho para que o analista atento possa se utilizar desta comunicação idiomática como ferramenta clínica. Trata-se de se apropriar da dinâmica natural do reconhecimento e saber ouvir em si, de forma sensível, onde o paciente é capaz de afetá-lo. O analista também deve se manter vivo e presente, a fim de possibilitar o estabelecimento da dupla hélice e estar de fato atento a forma como vai ser capaz de olhar o paciente em um movimento de espelhamento.

O espelhamento realizado em análise recebe uma conotação singular. Ao associar-se ao movimento regressivo próprio a estágios do trabalho analítico adquire a capacidade potencial de reparar falhas no próprio si mesmo do indivíduo. Esse movimento não é atribuído a uma correção integrativa da personalidade traumáticamente cindida. Aqui, nos referimos a capacidade de vivenciar, no seio da relação analítica, novas experiências capazes de apresentar

ao indivíduo todo um novo idioma de cuidado capaz de tornar possível a inscrição de toda uma vertente afetiva que possibilitará a expressão espontânea das partes de si ocultadas devido a incidência do traumático. Afirmamos então que o trabalho analítico assume aqui um lugar reparador na medida em que torna possível a ampliação da arquitetura do *self* a fim de sustentar – amparado na presença de um analista maleável e capaz de se adaptar as necessidades do indivíduo – a expressão espontânea emergente destes fragmentos calados e protegidos dos avanços de um ambiente ameaçador. A partir deste movimento poderão ser construídas novas formas de comunicação entre as diversas partes da personalidade, ascendendo um movimento que de espontâneo se torna criativo.

A percepção das dores marcadas como cicatrizes expressa-se através da dinâmica do reconhecimento cuja inscrição direciona a atenção do analista para além do discurso falado. As sensações, os afetos, e os *insights* – que podem ganhar aqui um caráter intenso e mesmo imagético, apresentando ao analista um vivido não narrado, quase como a partir de uma transmissão tele cinética – apresentam ao analista uma vertente de si que, com muito esforço o paciente insiste em ocultar a fim de manter viva. O reconhecimento surge como uma ferramenta potente, capaz de fazer emergir das cinzas aquilo de si que o próprio paciente ainda se questiona se de fato ainda sobreviveu.

O cuidado analítico começa a atribuir contorno à frangalhos de si e (re)construindo juntamente com o analisando toda uma teia afetiva capaz de atribuir sentido as experiências vividas e a si mesmo. É neste ponto, em que as partes feridas de si podem ser resgatadas, e somente neste, que podemos pensar na dinâmica do reconhecimento enquanto dotada de uma vertente integrativa. Afinal, o objetivo do cuidado não se pauta em esforços contínuos a fim de fazer com que um *self* já constituído e com uma forma de organização própria funcione a partir de um modelo de integração neurótico, mas que este seja capaz de se comunicar e se referir a partir de uma linguagem própria que lhe conceda o sentimento de *ser um si mesmo*, ainda que se referindo a formas de funcionamento menos integradas. Ou seja, a palavra de ordem passa a ser comunicação, esta sim enquanto uma forma de integração. Afinal, como vimos no capítulo 2, a construção de um idioma pessoal capaz de acessar todas as partes fissuradas e cindidas da personalidade torna possível a construção de formas comunicativas capazes de (re)construir o sentimento de si enquanto um movimento autorreferente.

A partir disso, somos apresentados à dinâmica do reconhecimento enquanto um movimento que segue a ética do cuidado no ambiente analítico. Nesse ponto, somos remetidos

a uma vinheta clínica. Um paciente, jovem adulto, chega em sessão dizendo não saber o que falar. Relata que uma amiga próxima o recomendou ir a terapia depois que conversaram certo dia, mas afirma ainda não se sentir confortável para falar sobre, e mesmo que o silêncio ainda não tivesse sido utilizado como ferramenta de manejo em seu caso – o que não pareceu cabível tanto pela prematuridade do contato quanto por uma sensação de desconforto do paciente diante da analista enquanto uma figura desconhecida e na qual não sabia se poderia confiar minimamente sua história – o paciente relata uma sensação de que a analista podia enxergar dentro da sua alma. Ao dizer isso, a analista sente que tem algo que para aquele paciente ainda é necessário ser mantido em segredo, em um espaço particular, seguro e privado. Ao mesmo tempo, é tomada por um aperto no peito angustiante e uma dor que, mesmo com as poucas palavras ditas pelo paciente e a postura tímida que apresentava, surge de forma repetida em sua mente a frase “ele foi abusado”. Ao mesmo tempo que a frase emerge, o paciente relata já ter tentado fazer terapia antes, mas que só conseguiu ir a uma sessão “Na primeira sessão, mesmo sem eu falar nada, eu estava lá para trabalhar outra coisa, mas ela já me perguntou isso, na lata, tudo de uma vez”. A analista é tomada novamente pela sensação de abuso, se questionando se a postura da terapeuta anterior em sua assertividade ansiosa não teria feito o paciente se sentir novamente abusado, desnudo diante daquele “tipo de olhar de terapeuta” que lhe passava a sensação de já tanto saber sobre algo que a tanto custo estava mantendo escondido – e posteriormente vimos que, também desejando finalmente ser visto, uma vez que ao longo de sua infância a falha ambiental se configurou justamente diante da ausência de um olhar atento e capaz de protegê-lo ou de cuidá-lo. A analista segue tentando conhecer o paciente que se senta à sua frente, percebendo as entonações e modulações de suavidade, seu gesticular e o tensionar e relaxar de suas expressões corporais como formas de expressão que denunciavam eventos só narrados todos em conjunto para uma pessoa. Na terceira sessão o paciente fala sobre contos que escreve quando se sente triste e narra um deles para a analista. Dotado de figuras de linguagem e animismo, com a delicadeza típica de sua figura, o paciente expressa dor, resistência e permanência de eventos revividos incessantemente em segredo. Lá pela quarta sessão, o paciente traz à analista um documento de corpo de delito, que narra em detalhes tanto os fatos ocorridos dois anos antes quanto em pormenores as marcas deixadas em seu corpo. Após a apresentação da prova documental, não passível de contestação como já havia ocorrido antes seja por parte de uma figura de confiança ou como ameaça de um abusador anterior, o paciente apresenta sua história e o que o trazia até a análise. O paciente havia sido vítima de situações de abuso em momentos distintos da vida, ocorridas cada qual com um adulto que havia sido referido a um lugar de cuidado e

confiança de alguma ordem. Enquanto narrava, o paciente mantinha o já habitual sorriso no rosto por quase todo o momento, o peito da analista novamente se apertada, em uma angústia que ansiava por um grito que não era seu. O paciente diz nunca ter conseguido chorar por conta dos abusos sofridos – e não chorar atualmente por outros motivos também – e relata uma frase do primeiro abusador que o impedira de chorar ou fazer barulho. Ao fim do relato, a analista narra ao paciente suas próprias sensações, tanto diante da leitura do exame de corpo de delito, quanto de sua própria narrativa, expressando toda a dor e a vontade que a própria havia sentido de chorar em alguns momentos, propondo uma linha de reconhecimento imaginativa do que o paciente não era mais capaz de acessar sobre si, ao menos não naquele momento. Cerca de uma semana depois, um dos abusadores acessa virtualmente o paciente, que não sabe como reagir, ligando para a analista. A analista reconhece e afirma a veracidade dos abusos sofridos, apontando que mesmo escolhendo guardar para si aquele abuso, ele havia acontecido e ele não precisava se apresentar como se nada tivesse ocorrido. No dia seguinte o paciente solicita uma sessão antes do que seria o dia de sua próxima. Quando questionado pela analista sobre como estava se sentindo, diz estar melhor, mas ter chorado no dia anterior. Para além de toda a questão traumática que este caso apresenta e cujos pormenores já foram discutidos anteriormente, o que buscamos ressaltar aqui é a importância em alguns casos da expressão e tradução do que o paciente suscita no analista. Esse movimento contratransferencial se expressa como forma de reconhecer o que ainda não pode ser narrado e, em alguns casos, apresenta ao analista o que nem mesmo pode ser pensado e sabido de forma consciente pelo paciente, mas que se inscreve como parte de sua história e insiste em se apresentar. Essa forma de comunicação expressa a apresentação de algo que apesar de conhecido não é pensado (Bollas, 1987/2015) e, mesmo não podendo ainda ser reconhecido pelo próprio paciente enquanto parte fundante e integrante de si, insiste em se expressar. Esse movimento constante de expressão a partir de uma linguagem não falada, mas atuada e expressa na própria relação não se refere apenas a conteúdos fundantes e constituintes do indivíduo que passam a compô-lo como parte de uma herança transmitida a partir de um idioma pessoal daqueles que o cuidam. Identificamos aqui também conteúdos provenientes de cenas marcantes e experiências vivenciadas. Muitas delas, provenientes do encontro do indivíduo com objetos com os quais estabelecerá relações no campo da intersubjetividade, realizando uma mútua afetação e transformação. Todavia, ao adentrarmos no campo das falhas e experiências traumáticas, nos referimos também a toda uma gama de experiências que marcarão a subjetividade do indivíduo que, diante de falhas na dimensão adaptativa do cuidado será lançado em um estado de solidão que se torna agonizante. Por agonizante neste caso nos referimos a falha adaptativa que lança o

indivíduo em estados de solidão sem que este seja capaz de se sustentar – ou diante de vivências a partir das quais não é capaz de manter a já alcançada sensação de integridade e confiança de si sobre a realidade experienciada – por conta própria.

Como Winnicott (1958/2007) propõe, a capacidade de estar só se apresenta como uma conquista a ser alcançada, indicando um alto grau de amadurecimento. “A capacidade de ficar só ou é um fenômeno altamente sofisticado, ao qual uma pessoa pode chegar em seu desenvolvimento depois do estabelecimento de relações triádicas, ou então é um fenômeno do início da vida que merece um estudo especial porque é a base a qual a solidão se constrói.” (Winnicott, 1958/2007, p. 32). Dedicando-se ao estudo do desenvolvimento da capacidade de estar só enquanto fenômeno precoce do amadurecimento do indivíduo, Winnicott (1958/2007) afirma que, “Assim, a base da capacidade de ficar só é um paradoxo: é a capacidade de ficar só quando mais alguém está presente.” (p. 32). Esta forma de presença inicial não se expressa apenas a partir da presença efetiva da figura de cuidado, mas a partir da manutenção desta em decorrência de uma atmosfera constante na qual o infante reconheça a expressão do cuidado. A confiança demandada na manutenção do reconhecimento desta continência ambiental que representa a figura de cuidado, mesmo em sua ausência, nos direciona para o que o autor se refere como *ligado ao ego*. Este termo representa justamente uma relação que se estabelece a partir de uma interação diádica e que se dá de maneira direcionada as necessidades do ego. Todo esse amparo e sustentação ambiental carregam as marcas da presença de uma figura de cuidado e confiança que – tanto nos momentos precoces do amadurecimento quanto na relação analítica que posteriormente se estabelece –, ao reconhecer as necessidades do indivíduo e as afetações provenientes das experiências vividas atestam afirmam sua existência e veracidade das experiências.

A vivência de uma relação primordial suficientemente boa ao ser internalizada constitui como parte do mundo interno do indivíduo um objeto bom que se expressará a partir da sensação da confiança de que, nas relações posteriores, objetos bons também poderão ser encontrados. Com isso, o indivíduo constituirá o cuidado como parte de seu próprio mundo interno, possuindo como marca da introjeção da relação com a presença materna a confiança e delimitação de si. Com isso, posteriormente, se tornará possível que o indivíduo seja capaz tanto de dedicar o cuidado como uma forma de expressão de suas relações como de direcionar cuidado a si mesmo. É também a partir desta relação primordial que gradativamente constitui-se a delimitação autorreferente “*eu sou*” que permitirá ao indivíduo usufruir da própria solidão

não como uma sensação agonizante a partir da qual correrá o risco de perder algo de si, mas como um espaço de refúgio seguro e confiante.

A relação do indivíduo com este objeto interno, junto com a confiança com relação às relações internas, lhe dá auto-suficiência para viver, de modo que ele ou ela fica temporariamente capaz de descansar contente mesmo na ausência de objetos ou estímulos externos. Maturidade e capacidade de ficar só significa que o indivíduo teve oportunidade através de maternidade suficientemente boa de construir uma crença num ambiente benigno. (Winnicott, 1958/2007, p. 34)

Desta forma, o estar só – que se inicia na presença de alguém de confiança – marca a sustentação de vivências de si, sensações experienciadas, sentimentos provenientes de eventos vividos e toda a gama do que posteriormente identificaremos como formas de autoafirmação e auto reconhecimento. Aqui, apreendemos uma outra dimensão da potência da presença de um outro referido à função de cuidado na constituição e sustentação de si a partir dos desdobramentos da capacidade de estar só que podemos expandir à relação analítica.

Alguns pacientes, regredidos à momentos do amadurecimento referidos a relações diádicas – da mesma forma que os bebês e crianças pequenas –, necessitam da presença de uma figura de cuidado adaptada a fim de darem conta de seu si mesmo em ascensão, dos conteúdos que gradativamente reconhecem como componentes de seu mundo interno e dos conhecidos não pensados de sua história. Essa presença que se almeja através da necessidade expressa a demanda pela manutenção da continência de si – a duras penas alcançada – e conhecimento dos conteúdos expressos ou atuados. A função do analista aqui, também passa a se referir à uma retirada do paciente da solidão agonizante que se encontra. Afinal, ao nos referirmos a pacientes cujas falhas ambientais marcarão de forma intensa seu *self*, estamos diante de indivíduos que não puderam contar com um ambiente capaz de reconhecer suas necessidades e atuar de maneira reparativa diante de traumatismos vividos. A presença do analista surge então como aquele que, muitas vezes de forma inaugural, se apresenta como capaz de reconhecer as dores sofridas e finalmente cuidar das feridas que gangrenam o psiquismo.

Neste ponto, somos remetidos a um caso clínico. *Um paciente chega à sessão após cerca de um mês de atendimentos e relata à sua analista que se sente um pouco confortável em sua presença, apesar de não gostar de vir a terapia. “Eu não me sinto confortável com quase ninguém, mas ainda assim não gosto de estar aqui, porque sei que estou aqui para falar sobre aquilo tudo e sei que preciso, mas não quero.”. O paciente afirma que sente que pode confiar*

na analista. “Eu não sei, só sinto isso, desde a segunda vez em que estive aqui. Lembra que a sra., quando leu o documento que eu trouxe, disse que conseguia sentir um pouco do que eu sentia? E que conseguia imaginar a dor que eu senti? E na época, eu lembro que fiquei me questionando se eu estava sentindo dor mesmo, ou se era tudo da minha cabeça, porque ninguém percebeu, a sra. foi a primeira pessoa que percebeu que eu havia sentido dor com tudo aquilo, que ainda dói.”. Este paciente diante de uma série de eventos traumáticos experienciados em sua vida foi lançado em um estado de não reconhecimento que lhe proporcionou uma solidão diante da dor que não estava preparado para lidar. Ao chegar em análise, apresentava uma série de afetos indistintos, tentativas de simbolizar e dar sentido ao ocorrido que nem se quer se permitia pensar sobre, sem que a culpa que carregava viesse à tona, além de uma descrença consistente sobre suas vivências corporais, psíquicas e pensamentos.

Ao nos vermos diante de casos, como o apresentado, nos quais o paciente poderá acessar o analista a partir de sua disponibilidade a assumir uma função de continência afirmativa capaz de possibilitar a comunicação dos fragmentos de si somos postos diante de uma atenção e presença que marcam a potência do reconhecimento como ferramenta clínica. É a partir deste ambiente capaz de acolher e sustentar que as falhas, sejam essas provenientes de eventos traumáticos ou de falhas consistentes no próprio cuidado, poderão emergir das profundezas de um psiquismo que se emoldurou como consequência destas e forma de tornar possível a vida do próprio sujeito. O grito de dor que corrói o indivíduo por dentro a partir de uma parte de si até então inacessível para o cuidado deve poder ser finalmente ouvido, a partir de uma linguagem que muitas vezes só poderá ser sentida pelo analista. Diante disso, mostra-se fundamental que o analista não apenas consiga acessar e reconhecer estes conteúdos, mas também se manter presente a fim de sustentar juntamente com o paciente sua já alcançada integridade – esteja essa no nível e formato que estiver – e se mantendo como figura disponível à construção de seus processos de amadurecimento. Afinal, trazer à tona os conteúdos traumáticos, reconhecê-los e não ajudar o paciente a conseguir encontrar dentro de si um lugar para as vivências já tidas – que não podem ser apagadas, apenas (re)significadas – se apresenta não como uma saída terapêutica pautada em uma psicanálise que segue as linhas de uma ética do cuidado, mas uma forma de atualizar o traumatismo e as falhas já vividas, ou seja, retraumatizar o paciente.

Uma presença pautada no reconhecimento no ambiente analítico implica em nos voltarmos sempre para o terreno da intersubjetividade em um modelo de dupla hélice, espelhado na relação inicial entre o infante e seu cuidador que, como vimos, conduz nosso pensamento para um movimento de mútua influência constitutiva. Isso, juntamente com o movimento regressivo natural com o qual nos deparamos na clínica psicanalítica, nos lança em um panorama no qual assim como o cuidador adaptado enxerga o infante e seu si mesmo em formação a partir das nuances de suas expressões, o analista também seja capaz de enxergar o paciente, se deixar afetar por este e responder a seu movimento expressivo de si. Como nos referimos a formas de comunicação mais primitivas, que se expressam para além da palavra, muitas vezes, estamos diante de movimentos projetivos por parte do paciente, ou atuações em sessão que denunciam a existência destes fragmentos de si até então protegidos e resguardados de um ambiente que anteriormente se mostrou incapaz de se adaptar as suas necessidades.

A adoção de um manejo pautado no reconhecimento diante da entrada do paciente em um estado regressivo muitas vezes demanda do terapeuta um movimento de dar contorno e corpo a subjetividade do indivíduo. Seguindo linhas muito próximas as de um cuidador que reconhece as demandas do bebê e as significa ou mesmo o cuidado que dá limite e contorno as expressões espontâneas a partir inicialmente da matriz corporal, o papel do analista com esses pacientes por diversas vezes se refere também a este movimento decifratório e delimitante de si. Com isso, o trabalho analítico também se direciona a um campo no qual se torna possível dar conta na clínica de pacientes cujo sofrimento é sentido de forma agonizante como fruto de uma não distinção entre seus conteúdos. O espelhamento em dupla hélice aqui, possibilita que o analista atento reconheça os conteúdos que o paciente projeta em si, digira estes e devolva de modo que possam ser apreendidos pelo paciente. Somos aqui remetidos a uma vinheta clínica que ilustra o que buscamos apresentar. *Um paciente, relata em meio a todo seu sofrimento saber que não está bem, mas não saber o que sente. “Quando eu era pequeno, tudo que eu sentia era posto no mesmo saco de frescuras”. Ao longo dos atendimentos, parte do trabalho realizado se pautou no movimento de abri o “saco de frescuras” e esmiuçar o que de si o paciente havia posto lá ao longo de sua vida. A terapeuta por vezes expressava falas como “eu imagino que se eu estivesse em seu lugar eu me sentiria ...” ou mesmo “pelo que você me diz, me parece que você se sente ...”. Com esse tipo de fala e preocupação, sempre posta a partir de uma construção e entonação que carregava uma interrogação a partir da qual gradativamente o paciente saiu de um movimento de expectador para um movimento de atividade a partir do qual por vezes concordava e por vezes discordava da terapeuta, o paciente aos poucos foi*

criando uma maior delimitação de si. Isso pode ser observado a partir da forma como este se apresentava em suas relações. Antes, o paciente relatava não conseguir fazer nada sozinho por exemplo pois diante da solidão e da ausência de um olhar que afirmasse, garantisse e sustentasse sua existência sentia como se deixasse de existir. Atualmente, consegue usufruir de momentos de solidão. Mesmo quando estes trazem à tona a ausência de um objeto de cuidado, perdido precocemente, o sentimento de existência não é abalado. Da mesma forma, tem sido possível usufruir de momentos de tranquilidade e também vem sendo construída gradativamente a possibilidade de relações amorosas que habitem esse terreno e ainda assim possam ser vividas como experiências prazerosas²⁴.

Outro movimento importante que o reconhecimento nos apresenta na clínica psicanalítica é a possibilidade de construção de um espelhamento que assume ares constitutivos. Com isso, a relação terapêutica construída a partir de uma dupla hélice de reconhecimento no seio da relação transferencial possibilita que o analista responda a afetação transferencial do paciente trazendo à tona sua própria contratransferência enquanto ferramenta do manejo clínico. A riqueza das expressões da intersubjetividade nos apresenta a impossibilidade de que o analista anule sua própria subjetividade no trabalho analítico, possibilitando que a mesma seja utilizada como parte do trabalho clínico. É claro que esse movimento se expressa a partir de sua sutileza e demanda do analista um esforço particular em sua análise pessoal e supervisão para que o mesmo não inunde o espaço analítico adotando uma postura invasiva com o paciente, ou mesmo que ambas as figuras entrem em um estado de regressão maligna pautada na indiferenciação. Ambos os contornos expressariam ares traumáticos e levariam ao insucesso na condução do caso. É válido afirmarmos que o trabalho analítico aqui expande suas fronteiras no sentido de que a própria análise pessoal do analista e seu espaço de supervisão também passam a compor de forma direta o manejo do caso. Afinal, será nesses espaços que o analista poderá entender como o reconhecimento de dupla hélice o está afetando, onde este paciente o está tocando, e que afeto o paciente em sua expressão particular desperta nele. É a partir destes elementos que o analista poderá adentrar em um terreno de sofrimento que não pode ser dito em palavras, mas apenas apresentado em afetos. Da mesma forma, deverá o analista atento se apropriar de uma contratransferência trabalhada, a partir da qual a possibilidade de reconhecimento das necessidades do paciente se tornará mais potente, tomando cuidado para não transformar esta

²⁴ Nos referimos aqui a um prazer da ordem de um *prazer da experiência*, discussão a qual não nos atermos no presente trabalho, mas que pode ser conferida em *De Freud a Winnicott: mais além de uma economia do prazer* (Brum, 2021)

forma de manejo em algum tipo de reforçamento egóico. Dentro desta proposta, se torna possível que o analista expresse apreensões suas sobre o paciente, como este o afeta e como o analista o enxerga. Aqui, somos direcionados a uma vinheta clínica. *Uma paciente, cuja presença carrega um tom de doçura, alegria e leveza, apesar da agonia constante que expressa relata à sua analista não se sentir valorável, tanto em termos estéticos quanto devido a suas qualidades pessoais. A paciente relata não acreditar poder ter sucesso em sua vida afetiva pois não consegue entender o que alguém poderia ver nela. A paciente se sentiu ao longo de toda a vida deixada de lado pelo pai após a morte da mãe, que relata ter sempre preferido estar com suas namoradas do que com ela. Da mesma forma, emerge um sentimento de uso em suas relações atuais que reflete a forma que se sentia com a figura paterna diante dos constantes movimentos de buscar sua presença a fim de parecer um bom pai para alguma das namoradas. Transferencialmente a paciente colocou a analista em um lugar maternal referido a um cuidado, segurança e confiança que não relatava conseguir experienciar em muitos ambientes além da análise. Da mesma forma, a analista reconheceu desde o início tratar-se de uma paciente de quem gostava particularmente, o que em sua análise pessoal e supervisão reconheceu como um movimento contratransferencial em resposta a transferência materna da paciente. Após alguns anos de trabalho, em dado momento a paciente relatava todas as imperfeições que via em si, a cada expressão a analista sentia um aperto no peito diante daquela imagem amorfa que tanto contrastava com sua própria imagem da paciente. Em dado momento, a analista faz uma construção de todo o caminho de vida traçado pela paciente ao longo dos anos em que ambas caminharam juntas em seu processo analítico, apresentando a esta todo o amadurecimento que a analista conseguia ver e os frutos que a paciente naquele momento colhia sob a forma de conquistas tanto em termos profissionais quanto pessoais. Em seguida a analista começa a descrever a forma como a paciente se portava e se apresentava em suas relações, destacando sua postura ética, cuidadosa e afetuosa com todos a sua volta. Por fim, a analista descreveu a forma como ela enxergava a paciente, em suas qualidades e em todo o potencial que era capaz de ver. Esse movimento foi capaz de dar um contorno e abrir o campo para que gradativamente a paciente começasse a incorporar alguns dos sentidos colocados em cena pela a analista, referentes a sua figura. A narrativa da analista sobre a paciente a partir de sua relação transferencial se apresentou como uma pintura feita por alguém de confiança, que era assim capaz de destacar pontos de si que a paciente desconhecia.*

A partir desta breve ilustração clínica destacamos o reconhecimento como ferramenta chave no processo de delimitação e ressignificação de si. Reconhecer é permitir *ser*. O

reconhecimento abre a possibilidade de que, no seio da relação com um outro do cuidado disponível, adaptável e não invasivo na presença de seu ser já constituído, o paciente possa amadurecer aspectos de si que pelas intempéries da vida amadureceram precocemente. Adotar uma postura de reconhecimento no trabalho analítico é testemunhar o sopro de vida e expressão espontânea a partir de uma postura ativa capaz de afirmar está e assim promover o anteparo necessário para que ela se complexifique. Reconhecer por muitas vezes, independente das ferramentas que utilizemos, enquanto analistas, do discurso que empreguemos ou dos autores nos quais baseamos as diretrizes de nosso manejo, é o arcabouço necessário que o paciente precisa para poder expressar seu verdadeiro *self*, criar sentidos sobre as experiências vividas e os afetos sentidos. A postura de reconhecimento em sua disponibilidade, atenção e possibilidade de criação tanto de um espaço interno no próprio analista capaz de abrigar cada um de seus pacientes quanto de um *setting* específico e capaz de dar contorno e vazão para cada um deles, se configura como a base sobre a qual o trabalho analítico poderá ser realizado. Afinal, principalmente quando lidamos com a clínica dos casos limite, o reconhecimento expressa uma postura de cuidado faltosa e que o paciente tanto necessita.

Os humanos são assim, mesmo os que foram profundamente machucados são assim: podem estar aparentemente descrentes, desvitalizados, mas mantêm sempre a presteza para reconhecer ambientes confiáveis e, aos poucos, conseguem ir descongelando. Às vezes, este “aos poucos” é maior do que o tempo de uma vida ..., mas, ok, por um bom tempo, ainda estaremos lá ...

A confiabilidade estabelecida não é um meio para que a análise aconteça (não!), já é a análise acontecendo ... já é o “bulbo” se transformando em “narciso”, já é a natureza retomando seu curso. Se o ritmo for suficientemente preciso ... nada mais precisa ser dito. (Moura, 2022, pp. 50-51)

Conclusão

O estudo do reconhecimento em psicanálise nos coloca diante de um novo olhar possível no que tange o processo de constituição subjetiva. A partir disso, entendemos o reconhecimento como um movimento natural, paradoxalmente próprio as relações humanas e também o que torna possível que essas sejam apreendidas enquanto tal a partir da construção da delimitação entre um indivíduo em formação e um mundo o qual ele se torna gradativamente capaz de reconhecer e se relacionar. O reconhecimento ao qual nos referimos carrega consigo a necessidade de ao menos duas figuras a partir das quais possa se dar um movimento de encontro pautado na mutualidade. A mutualidade aqui, se refere à uma postura de disponibilidade e adaptação a mútua afetação de um pelo outro, entendendo que esta afetação influencia de maneira consistente o contínuo processo de constituição subjetiva. Em uma relação, um passa a existir enquanto tal na medida em que é reconhecido pelo outro e recebe deste um olhar dotado de especificidade e vice-versa (Benjamin, 1988/1996). É a partir da dinâmica do reconhecimento que o objeto é construído, formulado e reformulado tanto internamente quanto externamente, criando a imagem de si a partir de um espelhamento pautado em uma dinâmica de afetação não restrita ao olhar, mas referido à capacidade de ser e estar no mundo e na relação com o outro.

Diante da dinâmica de constituição subjetiva a partir de um terreno de mutualidade nos deparamos com um movimento ativo de apreensão e construção interna de um objeto presente na realidade que nos apresenta um duplo movimento. Por um lado, somos postos diante de toda uma dinâmica de constituição de si, a partir da apreensão de como o objeto reconhece o si mesmo em formação “*Eu me formo a partir da imagem que vejo refletida pelo outro, a qual carrega em si uma parte do próprio outro*”. Por outro lado, ao se relacionar com o outro, o sujeito reflete a este a imagem interna que cria do objeto, e este também passa a ser impactado por esta e passa a existir a partir de alguns dos parâmetros e ocupar lugares apontados por este sujeito (Benjamin, 1988/1996), “*Na medida em que me relaciono com o outro, reconheço-o. Ao reconhece-lo também o crio.*”.

Essa dinâmica denota uma dupla criação e influência que nos coloca diante de dois problemas distintos. Se por um lado, podemos pensar que o reconhecimento ganha ares constitutivos, na mesma medida a negativa lançada sobre o *si mesmo* do indivíduo e a expressão de sua espontaneidade pode se configurar como um movimento traumático. Por outro lado, nos abrimos a potência que o encontro e a presença podem ter enquanto ferramentas da clínica

psicanalítica dentro da dinâmica do reconhecimento. É a apreensão destas duas problemáticas após a circunscrição inicial do que entendemos por reconhecimento que objetivamos com a presente tese. A partir do nosso trabalho, desdobramos a partir de vinhetas clínicas as formas de expressão possíveis da dinâmica que propomos, no intuito de ilustrar a raiz clínica dos problemas observados.

O que surge como ponto de grande destaque em nosso trabalho é a função comunicativa de si que esse movimento de dupla via nos faz atentar, expressando sua importância fundamental na formação do indivíduo, mas não se resumindo a esta. Afinal, a dinâmica do reconhecimento se destaca como um movimento capaz de reconhecer e atribuir ao indivíduo, a partir da apreensão de sua singularidade, um lugar de especificidade inerente as características qualitativas que lhe são próprias (Honneth, 2006/2018). O reconhecimento se apresenta como uma postura afirmativa de um outro sobre o indivíduo que abre caminho para este seja capaz de afirmar a si mesmo. Neste sentido, Honneth (2006/2018) afirma que a instauração de uma dinâmica de reconhecimento demanda a assunção de um lugar de atividade referido à uma postura de *cuidado* e *interação*. Por cuidado, o sociólogo alemão localiza a assunção de uma perspectiva na qual a vinculação afetiva se encontra presente e na qual o mundo não é oferecido ao sujeito, mas, a partir do cuidado, se torna possível vivenciar e manter uma interação com o mundo. Por interação, destaca-se o fato de não se tratar de uma atitude autocentrada e egoísta, referindo-se ao invés disso a um esforço de envolvimento em relações nas quais um intercâmbio sem atritos e harmonioso é possível. É justamente desta postura que visa a interação e vinculação afetiva com o ambiente de maneira fluida, sem receber ou atribuir valores previamente estabelecidos e inerentes a nossos próprios ideias, que Honneth (2006/2018) afirma que o reconhecimento antecede o conhecimento. Afinal, é necessário reconhecer o outro em sua especificidade para que, só posteriormente, se possa estabelecer com este uma relação de conhecimento capaz de não assumir ares invasivos e traumáticos. Esse ponto se mostra fundamental para que a apreensão de uma dinâmica do reconhecimento possa ser instaurada sem o bloqueio da expressão da espontaneidade que impossibilite a assunção de uma postura criativa pelo indivíduo. Nesse sentido, o vínculo afetivo, ou melhor, emocional, também precisa ser levado em consideração. É a partir do estabelecimento deste que o sujeito poderá passar de um mimetismo inicial que torna possível seu acesso ao mundo – conferindo sentido aos objetos que neste habitam – para um momento no qual, já distinto de uma díade inicial, pode começar a conhecer o mundo a partir dos sentidos e representações dos quais já se apropriou e, agora, constituem seu mundo interno em toda sua complexidade (Brum, 2020).

Isso nos leva a considerar a *presença* também como um ponto fundamental na dinâmica do reconhecimento.

É a partir de uma presença implicada, adaptável e disponível que o indivíduo poderá engatar em um movimento regressivo próprio da clínica e (re)significar experiências vividas, agora na presença de uma figura capaz de assumir um lugar de cuidado e sustentação que foram experienciados de maneira falha em momentos anteriores.

A clínica, a partir desta perspectiva, passa a ser nutrida por uma força vital própria, regida por uma ética de cuidado cujas especificidades se inscrevem a partir das particularidades de cada um dos indivíduos presentes na relação. Esse movimento abre caminho para entendermos a psicanálise não apenas como uma clínica capaz de promover a *cura pela palavra*, mas também a lança em um lugar a partir do qual é possível construir uma *cura pelo cuidado*. Por cura, nesta perspectiva, seguindo as linhas propostas por Fédida (2009) entendemos não uma exclusão de cena da expressão sintomática, mas a possibilidade de construção de novas formas de *ser* a partir da relação analítica.

É nesse ponto que somos apresentados à uma função destraumatizante da clínica psicanalítica que não parte de um lugar de uma patologização de diferentes dinâmicas psíquicas, mas de um entendimento destas como fruto de uma especificidade dinâmica que expressa a forma de ser de cada indivíduo como fruto de sua inserção e interação com o mundo. O trabalho se volta muito menos para uma extirpação sintomática a partir de um deciframento de um sintoma promotor de conflito psíquico, e mais para um entendimento de seu lugar como forma de expressão espontânea de si e de conteúdos que de outra forma não poderiam ser comunicados. Nos referimos aqui à conteúdos que não podem ser ditos, mas atuados (Bollas, 1987/2015); conteúdos cujo afeto se mantém presente apesar da ressignificação do discurso; experiências que precisam ser revividas em novas relações para que novas formas de ser diante delas possam ser construídas (Balint, 1968/2019). É justamente a partir da construção destas novas formas de ser que linhas de existência que sigam a expressão de um verdadeiro *self* (Winnicott, 1960/2007) poderão ser criadas. É isso que Winnicott chama de *uma vida que vale a pena ser vivida*, formas de existência a partir das quais o indivíduo possa experienciar a si mesmo em suas relações sem sentir-se assolado ou invadido pelas demandas de um ambiente voraz, acessando sua espontaneidade e se expressando de forma criativa no mundo. Com isso, retomamos à importância de um ambiente capaz de promover reconhecimento. É através desse

que a espontaneidade e especificidade de si ganham forma e se tornam gradativamente capazes de complexificação em formas de ser e vivenciar o mundo e as relações que com ele estabelece.

O trabalho analítico se expressa como um constante movimento de reconhecer. Reconhecer e dar contorno as angústias. Reconhecer os conteúdos geradores de conflito psíquico. Reconhecer as formas de expressão do inconsciente. Reconhecer os afetos que não conseguem ser ditos. Reconhecer o próprio indivíduo e ajudá-lo a se diferenciar do meio. Reconhecer suas necessidades, queixas e demandas por cuidado. Reconhecer seus esforços em ser e tentativas de (re)construir-se. Reconhecer a importância da presença e os contornos que o paciente necessita que esta ganhe. Reconhecer que muitas vezes nossa presença implicada no cuidado e disponível a adaptar-se as especificidades de cada paciente pode ser tudo que o paciente necessita no momento.

Diante dessas várias formas de reconhecimento, o papel do analista passa ser *ofertar-se a ser usado pelo paciente* e, nesta oferta, carregar consigo também suas expressões particulares, capazes de apresentar ao paciente um modelo de referência e também os impactos que suas expressões podem gerar nos outros a sua volta. Ou seja, *trata-se de uma oferta de si que demanda presença e vitalidade*. É através do encontro com esta figura viva que o cuidado poderá ser internalizado – em casos mais extremos onde este faltou de forma intensa –, ou mesmo reavivado a partir de memórias sensoriais, capazes de reapresentar ao paciente uma dinâmica já tida, mas a muito esquecida. Sobre isso, somos remetidos a uma última vinheta clínica.

Um paciente, em atendimento há cerca de sete anos – com alguns intervalos no meio do caminho – vinha trazendo a alguns meses as marcas da falta de cuidado na qual a figura paterna sempre o lançou, e a construção de que a dinâmica de uso que acabava entrando em suas relações era reflexo da relação que seu pai foi capaz de estabelecer consigo após o falecimento precoce da mãe. Essa constatação o lançava em um vazio angustiante, pois não sabia como construir relações distintas disso. A analista realizou alguns movimentos de construção sobre sua história, apresentando a ele outros cenários, a partir dos quais outras figuras de cuidado foram capazes de se mostrar presentes em sua história, movimento que oscilava em seus efeitos uma vez que o paciente reconhecia, mas não era capaz de sentir o afeto proveniente destas vinculações e cuidados. Em dada sessão, o paciente começa a rir e chorar após abordar novamente esta questão e sua relação distanciada com o pai. A analista questiona no que ele está pensando, ele informa que o dinheiro que arcou com as custas de sua

educação – o que o possibilitou construir uma vida financeira estável e segura, apesar de ainda ser jovem – era proveniente de uma pensão deixada pela mãe. “Foi ela o tempo todo, mesmo não estando aqui ela continuou cuidando de mim.”. Seu choro suavizou e o sorriso aumentou. “Eu sempre senti que ela me abandonou, mas mesmo ela não estando mais aqui, ela conseguiu cuidar de mim.”. A analista completou que algumas formas de amor deixam marcas que transcendem e nos formam, as quais carregamos por toda a vida. O insight do paciente abriu um pouco mais as portas para que ele se direcione a construção de formas outras de se relacionar que não se apresentando enquanto objeto a ser usado pelo outro – dinâmica que é sentida como extremamente sofrida e distinta do que almeja.

A construção de novas formas de *ser*, estar e se apresentar no mundo se tornam possíveis a partir da apresentação – ou lembrança – ao paciente de novas vias a partir das quais seu si mesmo pode se expressar e construir novas trajetórias comunicativas que estejam mais alinhadas com as necessidades e expressões de seu verdadeiro *self*. Nesse sentido, o reconhecimento se mostra fundamental à clínica psicanalítica contemporânea na medida em que expressa uma via através da qual o indivíduo poderá ser visto e também a abertura de possibilidade para que, em atendimento, ele seja também capaz de reconhecer – através e por meio da presença do analista – novas formas a partir das quais possa se (re)constituir e também a suas relações.

Referências Bibliográficas

Alvarez, A. (1992/2020) *Companhia viva*. São Paulo: Blucher.

Anzieu, D. (1985/1998) *O Eu-pele*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Ciccone, S. (2018) A ritmicidade nas experiências do bebê, sua segurança interna e sua abertura para o mundo”. In: Regina O. de Aragão e Silvia Zornig (orgs.), *Continuidade e descontinuidade no processo de subjetivação do bebê*. São Paulo: Escuta. pp.15-28.

Albonoz, S. G. (2011) As esferas do reconhecimento: uma introdução a Axel Honneth. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol. 14, n. 1, pp. 127-143.

Balint, M. (1968/2019). *A falha básica*. São Paulo Zagodoni.

Benjamin, J; Atlas, G. (2015) The ‘too muchness’ of excitement: sexuality in light of excess, attachment and affect regulation. *Institute of Psychoanalysis*.

Benjamin, J. (1988/1996) *Lazos de Amor: psicoanálisis, feminismo y el problema de la dominación*. Buenos Aires/Madri: Paidós.

_____. (1995) *Like subjects, love objects: essays on recognition and sexual difference*. New Haven and London: Yale University Press

_____. (1998) *The shadow of the other: intersubjectivity and gender in psychoanalysis*. New York/ London: Routledge Taylor & Francis Group.

_____. (2012) El tercero. Reconocimiento. *Clínica e Investigación Relacional Revista eletrônica de Psicoterapia*, España, vol. 6, n. 2, pp. 169-179.

_____. (2018) *Beyond doer and done to: recognition Theory, Intersubjectivity and the third*. London/New York: Routledge.

Bollas, C. (1987/2015) *A sombra do objeto: psicanálise do conhecido não pensado*. São Paulo: Escuta.

_____. (2000) *Hysteria*. São Paulo: Editora Escuta.

_____. (2021) *Forças do destino: psicanálise e idioma humano*. São Paulo: Editora Escuta.

Bollas, C; Bollas, S. (2013) *Catch Them before They Fall: The Psychoanalysis of Breakdown*. London e New York: Ed: Routledge.

Brum, S. (2018) A positividade de uma vida em fragmentos. *Cadernos de Psicanálise-CPRJ, Rio de Janeiro*, v. 40, n. 39, p. 125-144, jul/dez.

_____. (2019). A crise dos sentidos: uma perspectiva ferencziana. *Tempo Psicanalítico*, 51(2), 224-243, jul/dez.

- _____. (2021) *De Freud a Winnicott: mais além de uma economia do prazer*. Curitiba: Appris.
- _____. (2022) A comunicação verdadeira na clínica psicanalítica. In: Silva, H; Batista, A. Lima, J. (orgs) *Winnicott: seminários manauaras*, pp. 283-291.
- Brum, S., Câmara, L., & Sanzana, D. (2020). Do desprazer da realidade ao encontro com o trauma: trabalhando o problema da afirmação do desprazer. *Cadernos de Psicanálise*, 42(42), 135-151.
- Cintra, E. M. U. (2018) Dominar, submeter-se, libertar-se: Jessica Benjamin e os laços de amor. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, pp. 686-704.
- Coelho Jr, N. E. (2010) Da intercorporeidade à co-corporeidade: elementos para uma clínica psicanalítica. *Revista Brasileira de Psicanálise*. v. 44, n. 1, pp. 51-60.
- Debord, G. (1967). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Fédida, P. (2009) *Dos benefícios da depressão: elogio da psicoterapia*. São Paulo: Escuta.
- Ferenczi, S. (1909/2011). Transferência e introjeção. In: Ferenczi, S. *Psicanálise I*. São Paulo: Martins, pp. 87-123.
- _____. (1913/2011). O desenvolvimento do sentido de realidade e seus estágios. In: Ferenczi, S. *Psicanálise II*. São Paulo: Martins, pp. 47-61.
- _____. (1926/2011) O problema da afirmação do desprazer. In: Ferenczi, S., *Obras completas Psicanálise III*. São Paulo: Martins Fontes, pp. 431-443.
- _____. (1926/2011) A adaptação da família à criança. In: Ferenczi, S., *Obras completas Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, pp. 1-15.
- _____. (1928/2011). Elasticidade da técnica psicanalítica. In: Ferenczi, S. *Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, pp. 30-42.
- _____. (1929/2011). Talassa: ensaio sobre a teoria da genitalidade. In: Ferenczi, S. *Psicanálise III*. São Paulo: Martins Fontes, pp. 276-357.
- _____. (1930/2011). Notas e fragmentos: o erotismo oral na educação das crianças. In: Ferenczi, S. *Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, pp. 270-271.
- _____. (1930a/2011). Notas e fragmentos: toda adaptação é precedida de uma tentativa inibida de desintegração. In: Ferenczi, S. *Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, pp. 271-272.
- _____. (1930b/2011). Notas e fragmentos: reflexões sobre o "prazer da passividade". In: Ferenczi, S. *Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, pp. 276-278.
- _____. (1931/2011). Análise de crianças com adultos. In: Ferenczi, S. *Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 79-96.

_____. (1932/2011). Confusão de línguas entre crianças e adultos. In: Ferenczi, S. *Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, pp. 111-135, 2011.

_____. (1934/2011) Reflexões sobre o trauma. In: Ferenczi, S. *Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, pp. 125-135.

_____. (1985/1990). *Diário clínico*. São Paulo: Martins Fontes.

Fontes, I. (2006) A ternura tátil: o corpo na origem do psiquismo. *Psychê*, nº 17, São Paulo, jan-jun, pp. 109-120.

Freud, S. (1895). Projeto para uma psicologia científica. In: Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, v. 4. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. (1900). A interpretação dos sonhos. In: Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, v. 4. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. (1920). Além do princípio do prazer. In: Freud, S. *Obras Completas*. v. 12. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. (1930). O mal-estar na civilização. In: Freud, S. *Obras Completas*. v. 18. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Gomes, S. Coelho Junior, N. (inédito). *Nem incesto, nem parricídio: o complexo edípico e a terceiridade na teoria das relações objetais*.

_____. (2015) A linguagem dos gestos e dos corpos: o silêncio na perspectiva clínica de Sándor Ferenczi. *Cad. Psicanálise - CPRJ*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 32, p. 197-222, jan./jun.

Gondar, J. (2012) Ferenczi como pensador político. *Cad. Psicanálise - CPRJ*. 2012, vol.34, n.27, pp. 193-210. ISSN 1413-6295.

_____. (2017) O analista como testemunha. In: Reis, E. S; Gondar, J. *Com Ferenczi: clínica, subjetivação, política*. Rio de Janeiro: sete letras, pp. 186-197.

_____. (2017) O desmentido e a zona cinzenta. In: Reis, E. S; Gondar, J. *Com Ferenczi: clínica, subjetivação, política*. Rio de Janeiro: sete letras, pp. 186-197.

Gondar, J.; Antonello, D. F. (2016) O analista como testemunha. *Psicologia USP*. São Paulo. v. 27, n. 1, pp. 16-23.

Goulart, A. A. (2009) Intersubjetividade e especificidade em psicanálise. *Revista Brasileira de Psicanálise*. v. 43, n. 3, pp. 59-70.

Green, A. (1927/2002) *Orientações para uma psicanálise contemporânea*. São Paulo: Imago.

_____. O outro e a experiência de self. In: Khan, M. *Psicanálise: teoria técnica e casos clínicos*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 1-18, 1984.

_____. (1980/1988) A mãe morta. In: Green, A. *Narcisismo de vida narcisismo de morte*. São Paulo: Escuta. Pp. 239-273.

Gurevich, H. (2016) Orpha, orphic functions, and the orphic analyst: Winnicott's "regression to dependence" in the language of Ferenczi. *The American Journal of Psychoanalysis*. v. 76, pp. 322-340.

Heimann, P. (1950) On countertransference. *Int Journal of Psychoanalysis*, vol. 31.

Honneth, A. (1992/2017) *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34.

_____. (2006/2018) *Reificação*. São Paulo: Editora UNESP.

Junqueira, C. (2019) *Metapsicologia dos limites*. São Paulo: Blucher.

Khan, M. (1963/1984) O conceito de trauma cumulativo. In: Khan, M. *Psicanálise: teoria, técnica e casos clínicos*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, pp. 57-75

Klautau, P; Kislánov, S; Damous, I. (2016) Escutando o não dito: limites ou possibilidades? In Figueiredo, L. C. & Junqueira, C. (Org.). *Atendimento Psicanalítico de pacientes-limite*. 1ed. São Paulo: Zagodoni Editora, 2016, v. 1, p. 1-140.

Klein, M. (1957) Inveja e Gratidão. In: Klein, M. *Inveja e gratidão e outros trabalhos*. v. 3 das obras completas de Melanie Klein. Rio de Janeiro Imago, pp. 207-267, 1991.

Kupermann, D. (2019). *Porque Ferenczi?* São Paulo, SP: Zagodoni.

Medeiros, E. C.; Peixoto Jr, C. A. (2016) O manejo clínico de "casos difíceis": herança e atualidade de Sándor Ferenczi nas abordagens de Winnicott e Balint. *Subjetividades*. V. 16, n. 2, pp. 46-59.

Minerbo, M. (2009/2019) *Neurose e não neurose*. São Paulo: Blucher.

_____. (2016/2020) *Diálogos sobre a clínica psicanalítica*. São Paulo: Blucher.

Moura, L. (2022) *Humanos*. TGE: Porto Alegre.

Nettleton, S. (2018) *A metapsicologia de Christopher Bollas: uma introdução*. São Paulo: Escuta.

Peixoto Jr. C. A. (2013) *Michael Balint: a originalidade de uma trajetória psicanalítica*. Rio de Janeiro: Revinter.

Peixoto Jr, C. A.; Arán, M. (2011) O lugar da experiência afetiva na gênese dos processos de subjetivação. *Psicologia USP*. V. 22, n. 4, pp. 725-745.

Pondé, C. (2021) *O magma vulcânico: entre a eclosão e a criação*. Psicanálise dos casos limites. Curitiba: Appris.

Pondé, C; Peixoto Jr, C. A. (2019) O paradoxo da unidade na dualidade: elementos para a clínica dos casos-limite. *Estilos da clínica*. V. 24, n. 1, pp. 98-110.

Pinheiro, T. (1995) *Ferenczi: do grito a palavra*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Safra, G. (2005/2016) *A face estética do self*. São Paulo: Editora Ideias e Letras.

_____. (2004/2017) *A po-ética na clínica contemporânea*. São Paulo: Editora Ideias e Letras.

Santos, B. T. A. (2020) Amor como condição de liberdade de si e do outro: repensando reconhecimento, dominação e alteridade a partir de uma leitura de Jessica Benjamin. *Dissertação de mestrado*. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Stern, D. (1985/1998). *The interpersonal world of the infant: a view from psychoanalysis and developmental psychology*. New York: Basic Books.

_____. (1977/2002). *The first relationship: infant and mother*. London: Harvard University Press.

Vigarelo, G. (2014/2016) *O sentimento de si: história da percepção do corpo*. Rio de Janeiro: Editora vozes.

Winnicott, D. W. (1945). Desenvolvimento emocional primitivo. In: Winnicott, D. W. *Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2000. p. 218-232.

Winnicott, D. W. (1953). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In: Winnicott, D. W. *O brincar e a realidade*. São Paulo: UBU, 2019. p. 13-51.

Winnicott, D. W. (1954). Aspectos clínicos e metapsicológicos da regressão no contexto analítico. In: Winnicott, D. W. *Da pediatria à psicanálise*. São Paulo: UBU, 2021. p. 462-485.

Winnicott, D. W. (1954). Retraimento e regressão. In: Winnicott, D. W. *Da pediatria à psicanálise*. São Paulo: UBU, 2021. p. 427-436.

Winnicott, D. W. (1950-55). A agressividade em relação ao desenvolvimento emocional. . In: Winnicott, D. W. *Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2000. p. 288-304.

Winnicott, D. W. (1956). A preocupação materna primária. In: Winnicott, D. W. *Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2000. p. 399-405.

Winnicott, D. W. (1958). A capacidade de estar só. In: Winnicott, D. W. *O ambiente e os processos de maturação*. Porto alegre: Artmed, 2007. p. 79-87.

Winnicott, D. W. (1959-1964). Classificação: existe uma contribuição psicanalítica à classificação psiquiátrica? In: Winnicott, D. W. *O ambiente e os processos de maturação*. Porto alegre: Artmed, 2007. p. 114-127.

Winnicott, D. W. (1960). Distorções do ego em termos de falso e verdadeiro *self*. In: Winnicott, D. W. *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 128-139.

Winnicott, D. W. (1960a). Teoria do relacionamento paterno-infantil. In: Winnicott, D. W. *O ambiente e os processos de maturação*. Rio de Janeiro: Imago, 2007. p. 38-54.

Winnicott, D. W. (1963). Comunicação e falta de comunicação levando ao estudo de certos opostos. In: Winnicott, D. W. *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 163-174.

Winnicott, D. W. (1963). O medo do colapso. In: Winnicott, D. W. *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Artmed, 1989. pp. 70-76.

Winnicott, D. W. (1965). *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

Winnicott, D. W. (1969). O Conceito de trauma em relação ao desenvolvimento do indivíduo dentro da família. In: Winnicott, D. W. *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Artmed, 1989. pp. 102-115.

Winnicott, D. W. (1967). Vivendo criativamente. In: Winnicott, D. W. *Tudo começa em casa*. São Paulo: UBU, 2019. p. 43-61.

Winnicott, D. W. (1967). Conceito de indivíduo saldável. In: Winnicott, D. W. *Tudo começa em casa*. São Paulo: UBU, 2019. p. 21-42.

Winnicott, D. W. (1968). O brincar (Uma Exposição Teórica). In: Winnicott, D. W. *O brincar e a realidade*. São Paulo: UBU, 2019. p. 69-90.

Winnicott, D. W. (1969). O uso de um objeto no contexto de Moisés e o Monoteísmo. In: Winnicott, D. W. *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Artmed, 1989. pp. 187-191.

Winnicott, D. W. (1971). A criatividade e suas origens. In: Winnicott, D. W. *O brincar e a realidade*. São Paulo: UBU, 2019. p. 108-140.

Winnicott, D. W. (1971). O brincar (A atividade criativa e a busca do *self*). Winnicott, D. W. *O brincar e a realidade*. São Paulo: UBU, 2019. p. 91-107.

Winnicott, D. W. (1988). *Natureza humana*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

Zimmerman, D. (2004). *Bion da teoria a pratica*. 2ª edição ampliada. Porto Alegre: Artmed.